



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUIZ SALGADO NETO

**UMA PEQUENA AMÉRICA NO ORIENTE:  
fundamentos culturais do apoio ao sionismo nos Estados Unidos  
(1936-1948)**

Niterói  
2013

**LUIZ SALGADO NETO**

**UMA PEQUENA AMÉRICA NO ORIENTE:  
fundamentos culturais do apoio ao sionismo nos Estados Unidos  
(1936-1948)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social.

**Orientadora: Professora Doutora Cecília da Silva Azevedo**

**Niterói, 2013**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

**S164 Salgado Neto, Luiz.**

Uma pequena América no Oriente: fundamentos culturais do apoio ao sionismo nos Estados Unidos (1936-1948) / Luiz Salgado Neto. – 2013. 289 f. ; il.

Orientador: Cecília da Silva Azevedo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 281-289.

1. Palestina. 2. Estados Unidos. 3. Israel. 4. Oriente Médio.  
I. Azevedo, Cecília da Silva. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 956.9404

**LUIZ SALGADO NETO**

**Uma pequena América no Oriente: fundamentos culturais do apoio ao sionismo nos Estados Unidos (1936-1948)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Cecília da Silva Azevedo – Orientadora  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Professor Doutor Flávio Limoncic – Arguidor  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

---

Professor Doutor Leopoldo Osório Carvalho de Oliveira - Arguidor  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

## **Agradecimentos**

A Deus, por ter tornado possível que eu chegasse até aqui, por ter me dado saúde e disposição para o trabalho e para o estudo.

À minha Orientadora, Cecília Azevedo, por toda sua atenção, apoio e valiosíssimas sugestões, que foram extremamente importantes para o resultado desta pesquisa.

Ao Professor Flávio Limonic, por aceitar fazer parte da banca de qualificação e defesa, por sua leitura atenciosa do meu texto e pelas sugestões que contribuíram sobremaneira para a minha pesquisa.

Ao Professor Leopoldo Osório de Oliveira, por aceitar fazer parte da banca de qualificação e defesa, por sua leitura atenta, por contribuições à minha pesquisa e pelas ricas discussões durante a disciplina “Narrativa Sionista Clássica” na UFRJ.

Ao meu colega de Mestrado Gabriel Trigueiro, pela parceria intelectual, sugestões e ângulos de observação que trouxeram contribuições importantes para minhas análises.

À minha amiga Glaucia Pessoa, por compartilhar diversas experiências e leituras e pelos sempre interessantes “papos historiográficos” que sempre me ajudaram a pensar meus caminhos de pesquisa.

Aos meus pais, que sempre me mostraram o valor da educação, e a todos meus familiares, irmã, irmão e sobrinhas, pelo apoio e por compreenderem minhas ausências.

À minha esposa, Danielle Salgado, pelo amor, carinho, amizade, apoio em todos os momentos da minha vida e por ter sido minha grande incentivadora desde quando pensei em voltar aos estudos.

## **Observações**

As referências bibliográficas estão indicadas no modo de citação autor-data, por exemplo, (BENSON, 1997, p. 40). Já as citações da documentação estão contidas em notas de rodapé.

Todos os documentos citados foram traduzidos livremente. Assim, todo o conteúdo traduzido é de minha responsabilidade.

## RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar os fundamentos culturais do apoio ao sionismo nos Estados Unidos. Por meio da análise de cinco periódicos de amplitude nacional, buscou-se apreender os elementos culturais presentes em avaliações sobre a Questão da Palestina e em discursos pró-sionistas no período de 1936 e 1948. O objetivo do estudo foi analisar como essas avaliações e esses discursos mobilizaram representações, valores, percepções, crenças e imagens na análise do conflito entre árabes e sionistas, bem como na defesa da criação de um Estado judeu na Palestina.

Esta pesquisa propôs uma articulação entre política e cultura. Dessa forma, buscou-se avaliar, ao fim do estudo, como fundamentos culturais influenciaram a postura política de uma parcela significativa da sociedade norte-americana, que pressionava o governo dos Estados Unidos a apoiar a criação de um Estado judeu na Palestina.

Palavras-chave: Palestina – Estados Unidos – Israel – Oriente Médio

## **ABSTRACT**

The goal of this research is to analyze the cultural grounds of the support to Zionism in the United States. Through an analysis of five periodicals of national amplitude, this study seeks to apprehend the cultural elements present in evaluations of the Palestine Question and in pro-Zionists discourses in the period between 1936 and 1948. The objective of this study was to analyze how these evaluations and discourses mobilized representations, values, perceptions, beliefs and images in the views of the conflict between Arabs and Zionists, as well as in the defense of the creation of a Jewish State in Palestine.

This research propounded an articulation between politics and culture. Therefore, it sought to evaluate, at the end of the study, how cultural grounds affected the political behavior of an important segment of the American society, which pressed the United States government to support the creation of a Jewish State in Palestine.

Keywords: Palestine – United States – Israel – Middle East

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	11
<b>PRIMEIRA PARTE: Representações culturais</b> .....	39
<b>Capítulo 1: representações de sionistas e árabes nos Estados Unidos</b> .....	40
1.1 A analogia Sionismo-Americanismo e o Orientalismo norte-americano .....	40
1.2 Sionismo e judaísmo .....	60
1.3 Palestina simbólica.....	73
<b>Capítulo 2: Sionismo, progresso e modernidade</b> .....	87
2.1 Progresso <i>versus</i> atraso .....	87
2.2 Progresso sionista e modernidade .....	98
2.3 A noção de Progresso e a relação sionismo- <i>New Deal</i> .....	121
<b>Capítulo 3: A Questão dos refugiados e o Holocausto</b> .....	136
3.1 Respostas ao problema dos refugiados judeus: a defesa dos oprimidos.....	136
3.2 Ações para salvar os judeus .....	148
3.3 O White Paper.....	156
3.4 O choque do Holocausto .....	161
3.5 A situação no pós-guerra .....	172
<b>SEGUNDA PARTE: Representações, valores e ação política</b> .....	178
<b>Capítulo 4: O sionismo nos Estados Unidos: a difícil decisão sobre o Estado judeu na Palestina</b> .....	179
4.1 Os judeus norte-americanos e o apoio ao sionismo nos Estados Unidos .....	180
4.2 O apoio ao sionismo entre organizações não-judaicas .....	191
4.3 A oposição entre estrategistas de política externa e a opinião pública.....	197
4.4 A política de Truman para a Palestina .....	202
<b>Capítulo 5: Fundamentos culturais do debate político</b> .....	221
5.1 O drama dos sobreviventes judeus no pós-guerra.....	221
5.2 Moralidade norte-americana e a desumana política britânica.....	226
5.3 A ONU e a Questão da Palestina .....	243
5.4 Orientalismo na prática – os árabes como “obstáculo superável”. .....	253
<b>Considerações finais</b> .....	269
<b>Referências documentais e bibliográficas</b> .....	281

## ÍNDICE DE IMAGENS

<b>Figura 1.</b> Palestine. <i>Life Magazine</i> . 4 de novembro de 1946.....	54
<b>Figura 2.</b> Palestine. <i>Life Magazine</i> . 4 de novembro de 1946.....	54
<b>Figura 3.</b> Priests blew ham's horns when Jericho walls fell. <i>National Geographic Magazine</i> , dezembro de 1938 .....	70
<b>Figura 4.</b> "Without benefit of trumpets". <i>The New York Times</i> , 5 de março de 1939 .....	76
<b>Figura 5.</b> Christmas in Bethlehem. <i>The New York Times</i> , 19 de dezembro de 1937.....	79
<b>Figura 6.</b> Handsome, energetic Jew (a). <i>Life Magazine</i> , 5 de julho de 1937.....	110
<b>Figura 7.</b> Handsome, energetic Jew (b). <i>Life Magazine</i> , 5 de julho de 1937.....	110
<b>Figura 8.</b> A modern sower goes forth to sow in his new national homeland. <i>National Geographic Magazine</i> , abril de 1934.....	111
<b>Figura 9.</b> Abduls doze in doorways. <i>Life Magazine</i> , 5 de julho de 1937 .....	111
<b>Figura 10.</b> A British view fo Palestine. <i>The New York Times</i> , 16 de outubro de 1938 .....	113
<b>Figura 11.</b> Salim drinks downstream from his camel. <i>National Geographic Magazine</i> , janeiro de 1937.....	114
<b>Figura 12.</b> A tide rising ever higher. <i>The New York Times</i> , 20 de novembro de 1938.....	151
<b>Figura 13.</b> British Guiana. <i>The New York Times</i> , 23 de julho de 1939.....	155
<b>Figura 14.</b> Let George do it. <i>The New York Times</i> , 2 de fevereiro de 1947 .....	235
<b>Figura 15.</b> The Palestine puzzle. <i>The New York Times</i> , 23 de fevereiro de 1947.....	257

## INTRODUÇÃO

Um dos aspectos mais controversos da política internacional deste início de século XXI é a relação entre Estados Unidos e Israel. Em diversos episódios, o governo dos Estados Unidos se alinhou a Israel de forma contundente, apoiando medidas oficiais que foram alvo de críticas entre outros atores no cenário internacional e mesmo no interior da sociedade israelense. A proximidade dos dois países nas últimas décadas tem sido tão forte que tem provocado debates entre acadêmicos e políticos norte-americanos sobre a prudência de tal postura. No entanto, essa proximidade pode gerar análises equivocadas. Tal ligação estreita esconde uma relação muito mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Sobretudo, a situação atual pode confundir aqueles que se propõem a estudar a atuação dos Estados Unidos no processo que levou à criação do Estado de Israel.

O movimento sionista buscou, de forma veemente, o apoio dos Estados Unidos à criação de um Estado judeu na Palestina. Desde que o movimento foi fundado, no final do século XIX, líderes sionistas e uma grande parcela de apoiadores, cientes de que lidavam com uma potência de grande relevância no cenário internacional, pressionaram sucessivos presidentes norte-americanos a adotarem medidas efetivas em favor do projeto estatal sionista.

Com a Segunda Grande Guerra em curso e em especial após o Holocausto ter sido tornado público, o movimento sionista se articulou de forma mais incisiva para obter a aprovação e o apoio oficial dos Estados Unidos ao projeto de construção de um Estado judeu na Palestina. A decisão final coube ao Presidente Harry Truman (1945-1953), já que a Grã-Bretanha, que administrava a Palestina desde a derrota do Império Turco Otomano na Primeira Grande Guerra, anunciou que findaria sua missão em 15 de maio de 1948.

Aqueles que enxergam o passado pela ótica da situação atual afirmam que Truman estava convicto em seu apoio ao sionismo. Essa interpretação se baseia no fato de que os Estados Unidos votaram a favor da partilha da Palestina na Organização das Nações Unidas (ONU), em novembro de 1947, e porque Truman foi o primeiro Chefe de Estado a reconhecer Israel, minutos após a declaração de sua fundação.

Porém, as ações de Truman quanto ao sionismo foram ambíguas e hesitantes desde que assumiu a presidência, em abril de 1945, após a morte de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945). Na verdade, para Truman, a Questão da Palestina se apresentou como uma celeuma, uma “dor de cabeça”, segundo suas próprias palavras. Entre 1945 e 1948 Truman

oscilou entre medidas pró-sionistas e uma postura antissionista. E quando chegou a hora da decisão, entre novembro de 1947 e maio de 1948, demonstrou que estava imerso em dúvidas e incertezas. Truman somente decidiu que reconheceria o Estado judeu às vésperas do fim da administração britânica, quando já não havia mais tempo para hesitar.

A ambivalência de Truman se deu porque a Questão da Palestina era um imbróglio que envolvia diversos aspectos. Ao fim da Segunda Grande Guerra, a situação dos judeus libertados do nazismo permanecia grave: milhares de sobreviventes permaneciam em campos de refugiados, por não possuírem lugar para voltar ou por não desejarem retornar aos lugares onde haviam sido perseguidos e presenciado os massacres nazistas. Viviam em campos insalubres, com escassa alimentação, poucas vestimentas e com raros cuidados médicos. E com isso, continuavam morrendo de fome, de frio e de doenças.

Uma parcela significativa da sociedade norte-americana, diante dessa calamidade humanitária, pressionou intensamente o governo Truman para que tomasse medidas para aliviar o sofrimento dos sobreviventes dos campos de concentração. Uma das principais medidas apresentadas era a permissão de entrada desses sobreviventes na Palestina.

Contudo, a Palestina estava em meio a um profundo conflito político. Os líderes sionistas políticos buscavam erigir um Estado judeu nesse território e articulavam a precária condição dos sobreviventes a uma questão política. Por sua vez, líderes árabes palestinos condenavam o aumento da população judaica na Palestina e delinearam seus projetos políticos em oposição ao sionismo. E, em geral, a violência dava o tom das divergências.

Quanto à política regional do Oriente Médio, os governantes árabes dos países vizinhos se manifestavam violentamente contra o sionismo e ameaçavam retaliações aos países apoiadores. E foi sob este aspecto que a Questão da Palestina se tornou altamente perigosa para os interesses norte-americanos no Oriente Médio.

No pós-Segunda Guerra, os Estados Unidos possuíam laços importantes com alguns países árabes, nos campos militar, econômico e comercial, produto de uma gradativa aproximação entre norte-americanos e árabes ocorrida principalmente na década de 1930. O pilar da presença norte-americana no Oriente Médio era a Arábia Saudita, especialmente após o encontro entre Roosevelt e o rei Abdel Aziz Ibn Saud, em fevereiro de 1945, onde ocorreram diversas manifestações de cordialidade entre ambos. Porém, tais sinais de amizade poderiam ser irreversivelmente comprometidos se houvesse uma aproximação dos norte-americanos com os sionistas.

Diante disso, o período de 1945 a 1948 foi marcado por profundas discussões sobre a Questão da Palestina nos Estados Unidos. Mesmo no interior do governo não havia consenso sobre como o problema deveria ser conduzido e qual a postura oficial a ser adotada. A questão era altamente controversa na sociedade norte-americana e a discussão foi extremamente acalorada, gerando divergências entre governo e grupos não governamentais, entre diferentes setores do governo e entre diferentes atores da sociedade civil, do Congresso e órgãos da imprensa. Em meio a tais divergências, estava o presidente Harry Truman, sofrendo uma intensa pressão para tomar uma decisão.

As principais fontes de oposição ao sionismo eram o Departamento de Estado, o Departamento da Defesa e a Agência Central de Inteligência (CIA), que se baseavam em cálculos geopolíticos. Argumentando considerações estratégicas vitais para a segurança do país, oficiais governamentais destes órgãos diziam que os interesses militares e econômicos dos Estados Unidos no Oriente Médio seriam profundamente prejudicados por uma política pró-sionista e, em maio de 1948, defendiam o não reconhecimento do Estado de Israel.

Os estrategistas militares norte-americanos temiam que o mundo árabe se voltasse para a União Soviética e concedesse seu importante suprimento de petróleo para a máquina de guerra soviética; os formuladores de política externa no Departamento de Estado temiam a perda de influência norte-americana na região com ganhos para Moscou; já os planejadores econômicos temiam escassez de petróleo para o Programa de Reconstrução da Europa, conhecido como Plano Marshall. E não eram conclusões extravagantes. Os governantes árabes, em diversas ocasiões, efetivamente ameaçaram Washington com a paralisação de relações comerciais ou com a revogação de concessões a empresas de petróleo se o governo norte-americano adotasse medidas pró-sionistas.

Assim, o apoio ao sionismo poderia prejudicar irreversivelmente as relações entre os Estados Unidos e os países árabes, em um momento em que tal aproximação era considerada importante no contexto da nascente Guerra Fria. Ainda assim, os Estados Unidos votaram a favor da partilha da Palestina em novembro de 1947 e o país foi o primeiro a reconhecer o Estado de Israel, em maio de 1948. Diante disso, surge inevitavelmente a pergunta: por que Harry Truman decidiu votar pela partilha da Palestina e reconheceu o Estado de Israel?

Esta foi a questão inicial a guiar minha presente investigação. Porém, ao iniciar as reflexões para esta pesquisa, algo foi ficando bastante claro. Não seria possível tentar dar conta das “reais intenções” de Truman ao decidir agir de tal maneira. Além de não ser possível saber o que “realmente” motivou Truman, questionar por que o presidente tomou

essa decisão poderia suscitar uma relação de causalidade muito mecânica. Nesse sentido, julguei interessante partir do princípio de que diversos fatores estavam articulados no mesmo tempo histórico e que cada um desempenhou um papel no desenrolar dos acontecimentos.

Em pesquisa anterior (SALGADO NETO, 2010), percebi que uma parte considerável da sociedade norte-americana apoiou de forma contundente o sionismo. Contudo, como o meu interesse na ocasião era analisar a posição governamental sobre o conflito na Palestina, tive de deixar essa questão para o futuro. Assim, busquei, na presente pesquisa, deslocar o foco de análise e tentar apreender como se deu a participação de atores não governamentais nesse debate. E, partindo da premissa de que a cultura desempenhou um importante papel na discussão, busquei apreender os elementos culturais mobilizados pelos atores sociais que se manifestavam publicamente por meio da imprensa, em sua busca por compreender e se posicionar sobre a Questão da Palestina.

Diante dessa abordagem, tive de ampliar o recorte temporal para além do período de 1945 a 1948. A contenda entre árabes e sionistas já era alvo de análises entre distintos grupos sociais desde meados da década de 1930. O debate que se seguiu ao fim da Segunda Grande Guerra se fez sobre uma espessa camada de discussões presentes anteriormente. Assim, o marco inicial para esta pesquisa foi a Grande Revolta Árabe da Palestina (1936-9), pois apesar de encontrarmos algumas discussões anteriores sobre o sionismo, somente após esse evento surgiram debates mais frequentes sobre a Questão da Palestina e sobre qual a atuação mais adequada do governo norte-americano.

Com efeito, a Grande Revolta foi um acontecimento emblemático no conflito, por dois motivos: em primeiro lugar porque gerou a primeira comissão internacional para investigar o problema – que a partir de então ficou conhecido como “Questão da Palestina” (*Palestine Question, Palestine Issue, Palestine Problem*); e, sobretudo, porque pela primeira vez foi proposta no âmbito do fórum deliberativo internacional – a Liga das Nações – a partilha da Palestina em dois Estados.

Portanto, o objeto desta pesquisa são os elementos culturais subjacentes às opiniões sobre a Questão da Palestina veiculadas por diferentes atores individuais e coletivos através da imprensa no período de 1936 a 1948.

Diante disso, um dos princípios norteadores deste estudo foi o entendimento de que a política adotada pelo Presidente Truman não foi ditada apenas por questões econômicas, geopolíticas ou militares, mas pela grande pressão vinda de diversos grupos da sociedade, que interpretavam a questão a partir de enquadramentos culturais determinados.

Porém, a proposta de uma análise cultural requer reflexão, já que o conceito de cultura está imerso em um acalorado debate. Para entender o termo “cultura”, tomei como ponto de partida as reflexões de uma gama de intelectuais (antropólogos, sociólogos, linguistas e historiadores) que nos permitiram uma ampliação do conceito. Contestando a noção de cultura restrita às artes, à teologia e à filosofia, diversos pensadores alargaram o sentido de cultura, englobando diversas manifestações da vivência humana, como os saberes tradicionais, o folclore, as práticas cotidianas, as representações, o imaginário, os símbolos e, o que é muito importante para a presente pesquisa, percepções (de si e de outros) tomadas como *verdadeiras e naturais* (Cf. BURKE, 2008, p. 42-60; SOIHET, 2003, p. 11-21).

Contudo, outra ressalva precisa ser feita. Deve-se levar em consideração que a cultura não é homogênea e estática. Ela varia segundo o grupo social e muda conforme o tempo, fruto do diálogo constante entre fundamentos enraizados de longa duração e novos desafios conjunturais. Como bem demonstra Fredrick Barth (2000, p. 107-9), um dos grandes equívocos dos estudiosos culturais é buscar as “bases ideais” dos padrões culturais, entendendo a cultura como um todo lógico e coerente, e que traços culturais variantes no tempo e no espaço seriam “desvios” da “essência” da cultura de uma sociedade. Portanto, devemos tomar a complexidade social como base de análise, entendendo, de início, que uma mesma sociedade abriga diferenças e conflitos culturais que podem ser observados em termos sincrônicos e diacrônicos. Decorrente disso, deve se ter em mente que o debate sobre o sionismo nos Estados Unidos foi complexo e mobilizou elementos culturais variados.

Na verdade, é importante ressaltar que não era toda a sociedade norte-americana que discutia o sionismo. Isso é mais evidente na década de 1930, em meio à Grande Depressão, em que muitas pessoas deveriam se preocupar, antes de tudo, em conseguir sobreviver ou pagar suas hipotecas. Dessa forma, o debate, em geral, se dava entre os segmentos com maior inclinação para se dedicarem à política internacional, seja por interesse, seja porque dispunham de condições para pensar e discutir questões internacionais. No caso específico do conflito na Palestina, ainda havia aqueles que eram interessados diretos na questão, como as comunidades judaica e árabe.

Com isso, o que será analisado ao longo da presente pesquisa são os discursos de certos grupos da sociedade norte-americana e não de toda a sociedade. Assim, busquei investigar o universo de percepções e representações subjacentes às opiniões emitidas e veiculadas por veículos de comunicação direcionados a públicos específicos. Embora seja complicado elaborar uma demarcação precisa do público alvo desses veículos de

comunicação, em geral, esses órgãos de imprensa buscavam alcançar leitores de classe média e classe média-alta [*middle class and upper middle-class*] da Costa Leste dos Estados Unidos; urbanos; instruídos e atentos a questões políticas.

Além disso, as opiniões desses veículos de comunicação mobilizavam leitores que tinham como uma de suas preocupações políticas centrais a necessidade da atuação dos Estados Unidos no mundo. Assim, os discursos apresentados nesta pesquisa são relevantes porque eram mobilizados e expressos publicamente por grupos que tinham em comum uma preocupação com a postura dos Estados Unidos na política internacional. Ou seja, era um discurso que valorizava uma visão de mundo “internacionalista” e que criticava o que era considerada uma “visão estreita” por parte dos grupos “isolacionistas”. É claro, esse internacionalismo não era monolítico. Havia inúmeras diferenças político-ideológicas nesse campo – internacionalistas poderiam ser liberais, progressistas ou conservadores; pró-*New Deal* ou anti-*New Deal* etc. Portanto, divergiam sobre como o governo deveria agir internacionalmente.

Com isso, aludir a um discurso internacionalista significa afirmar que outros discursos foram deixados de fora desta investigação – em especial o discurso chamado “isolacionista”. Portanto, essa pesquisa analisou os discursos de grupos manifestamente internacionalistas, expressos nos debates públicos em que questões relacionadas à ação externa estavam no centro da discussão.

Todavia, a limitação em termos do leque de discursos sobre a Questão da Palestina não significa que sua análise seja menos importante. A relevância em compreender traços culturais subjacentes ao discurso internacionalista está em compreender sua força, sua impregnação entre os que tinham motivação e capital social suficiente para emitir suas opiniões e serem compreendidos por setores mais amplos da sociedade e, assim, influenciar as tomadas de decisão políticas. Devemos considerar que esse foi um período de extremo fortalecimento do internacionalismo no debate político, já que foi o momento em que os Estados Unidos tornaram-se, de fato, um ator global<sup>1</sup>.

Com isso, meu interesse foi avaliar o papel desempenhado por esse substrato cultural na discussão política sobre a Questão da Palestina, sobre o apoio à criação de um Estado judeu e sobre o reconhecimento de Israel.

---

<sup>1</sup>A partir da entrada dos Estados Unidos na guerra, o país deu passos largos à sua maior participação na arena internacional. Isso foi ainda mais contundente após março de 1947, quando a Doutrina Truman explicitou a missão norte-americana de conter o comunismo onde quer que fosse preciso (SMALL, 1996, p. 81).

Porém, adotar a abordagem cultural de análise não implica dizer que entendo que a cultura determinou a ação de todos os indivíduos, a despeito de elementos econômicos e políticos. Tampouco que determinou a tomada de decisão de Truman. Trata-se, porém, de apontar para um fator que exerceu influência e teve seu peso na atitude pró-sionista de segmentos importantes da população. Não se trata aqui de advogar que a cultura é explicação prévia para tudo, mas buscar lançar luz a um aspecto da discussão que, em geral, não recebe a devida atenção.

Entendo que nossa meta, enquanto historiadores, deve ser buscar apreender as condições de possibilidade do acontecer em determinado tempo histórico, ou seja, analisar as ações humanas em seu tempo, compreendendo acontecimentos de acordo com as articulações próprias de cada contexto histórico. Deve ser uma busca por tentar compreender como tais articulações ocorreram e como foram possíveis rumos e decisões políticas – e não buscar encontrar as “causas primeiras” políticas, culturais, sociais ou econômicas. Na verdade, deve-se entender que tais decisões são fruto de diversas inter-relações entre aspectos políticos, culturais, sociológicos e econômicos – esferas que atuam na realidade em conjunto (estando separados somente em nossas construções analíticas), todos eles imersos em uma interação complexa que produz resultados muitas vezes imprevisíveis.

Dessa forma, entendo que as decisões de Truman e suas ações concretas entre 1945 e 1948 extrapolam a análise de política externa centrada unicamente em cálculos racionais. Foram vários elementos em relação complexa que fizeram que a ação internacional do governo dos Estados Unidos se desse daquela maneira específica, em um equilíbrio precário entre projetos de longo alcance e acontecimentos conjunturais.

Com efeito, a Questão da Palestina se apresentou ao Presidente Truman como algo extremamente complexo. Truman oscilou entre sua posição de Presidente da República e sua posição pessoal. Uma exigia que se guiasse baseado em interesses nacionais; a outra, que agisse segundo seus valores e sua percepção do mundo. Compatibilizar essas duas faces de sua identidade foi sua meta entre 1945 e 1948, algo extremamente difícil, considerando-se as circunstâncias do momento.

Diante disso, se faz necessária uma abordagem teórica que vá além da análise das estratégias militares, dos cálculos racionais de política externa e de projetos de ganhos econômicos. Assim, meus pressupostos divergem das teorias que consideram a política internacional como uma arena em que se pode inferir uma estrutura de funcionamento. Este pressuposto teórico (geralmente chamado *behaviourista* ou comportamentalista) busca

depreender leis gerais de ação dos Estados, formuladas com base em estudos matemáticos, estatísticos e sistêmicos. Entendendo o Estado como ente dotado de uma racionalidade própria, e, portanto, previsível, estes analistas se propõem a fazer prognósticos das medidas mais adequadas em uma série de casos possíveis. E, diante de seus cálculos, avaliam se as ações dos tomadores de decisão em casos pontuais estão “corretas” ou “equivocadas” de acordo com a “lei geral de comportamento” (Cf. JACKSON & SØRENSEN, 2007, 74-8).

Minha análise parte do princípio de que as ações e decisões em política internacional estão sujeitas a diversos fatores, entendendo o estudo das relações entre os Estados como área afeita às disciplinas humanas, e não matemáticas. Embora tenhamos que concordar que um cargo político, digamos o de Presidente da República, é uma instituição, sujeita a regras de impessoalidade, não podemos perder de vista que tal cargo é ocupado por um ser humano, contraditório, sujeito a dúvidas, incertezas, medos e idiossincrasias próprias. Um ser humano influenciado, por um lado, por sua inserção em seu meio social, político, econômico e cultural; mas, por outro, dotado de individualidade, podendo desafiar convenções sociais e pensamentos políticos em prol de uma decisão que aparentemente seria “errada”. Portanto, trata-se de uma abordagem que rompe com a visão sistêmica e estrutural, em prol de um entendimento que leve em conta a fluidez, as contingências e as configurações sócio-históricas. Ou seja, o ponto de partida analítico é a imprevisibilidade e não a lei geral de comportamento.

Articulando outro debate na teoria das Relações Internacionais, são importantes para esta pesquisa as reflexões do teórico Edward Hallett Carr. Para Carr (2000), as Relações Internacionais são perpassadas tanto pelo “idealismo” quanto pelo “realismo”. De maneira geral, o idealismo<sup>2</sup> é caracterizado pela premissa de que a cooperação internacional deveria ser o objetivo final da política externa de todos os Estados. Os idealistas preconizam que os Estados ajam na política internacional de acordo com a moralidade e a legalidade; e que a guerra é uma anomalia na relação entre os Estados. Já o realismo é caracterizado pela visão de que os Estados devem agir de acordo com seus interesses, independentemente da moralidade em questão; e que a guerra faz parte do ambiente internacional, onde não há uma autoridade

---

<sup>2</sup> Estou utilizando o termo “idealismo” porque foi a expressão utilizada por Carr em suas análises, mas também porque torna mais clara a oposição apresentada pelos apoiadores do sionismo e pelos defensores de uma ação moral dos Estados Unidos na política internacional. O termo “idealismo” (ou “liberalismo utópico”) foi cunhado por acadêmicos que se intitularam “realistas” para caracterizar a abordagem liberal das Relações Internacionais. Assim, os realistas opunham seu “realismo” ao “idealismo” dos seus adversários para afirmar que suas propostas estavam fundadas na realidade das relações entre os Estados e não em propostas idealistas ou utópicas para o futuro (Cf. JACKSON & SØRENSEN, 2007, p. 62-74).

central que regule a atuação de seus membros. Além disso, realistas costumam enxergar a política internacional como uma arena em que a cooperação pode existir, mas subordinada aos interesses do Estado. Em geral, realistas preconizam políticas baseadas em cálculos que consideram o poder relativo dos atores internacionais e defendem o uso de seu poder em alguns casos para efetivar seus interesses (Cf. JACKSON & SØRENSEN, 2007, p. 69-74).

Para Carr, é inegável que as Relações Internacionais contêm tanto aspectos idealistas quanto aspectos realistas (CARR, 2000, p.123). Já meu entendimento é que a oposição rígida entre idealismo e realismo pode gerar equívocos de análise. Dessa forma, penso ser mais adequado enxergar as ações dos tomadores de decisão em política internacional sendo perpassadas pela onipresente tensão entre uma tendência realista e uma tendência idealista. É importante ressaltar que parto do princípio de que são duas tendências de ação e não campos herméticos e bem delimitados. Assim, um mesmo ator pode ser visto agindo de acordo com premissas idealistas em um episódio e segundo premissas realistas em outro.

Isso ocorre porque diversas questões internacionais, que demandam ações e posicionamentos dos governos, geram uma necessidade de escolha entre aspectos morais e estratégicos. Em muitas ocasiões, os tomadores de decisão ficam em meio ao dilema entre adotar um curso de ação moral, arriscando os interesses do país; ou, por outro lado, perseguir uma política vantajosa para o Estado à custa de realizar ações imorais do ponto de vista de sua sociedade. Não há uma estrutura de funcionamento para afirmar taxativamente o que tomadores de decisão fazem em uma variedade quase infinita de situações. O que impera é a imprevisibilidade.

Nesse sentido, um aspecto muito importante nessa discussão merece destaque. Em um país democrático com participação ampla da sociedade em discussões políticas, a atuação de grupos sociais diversos pode acrescentar dificuldade e complexidade ao processo de tomada de decisão. Atores sociais que defendem uma ação internacional baseada em valores podem ser obstáculos a ações consideradas importantes para o interesse nacional e vice-versa.

Alguns autores manifestam ceticismo sobre o papel exercido pelas opiniões do público em matéria de política externa (BECKER, 2003, p. 202-3; COHEN, 1970, p. 68-72). No entanto, muitos estudiosos, ao analisar casos concretos em democracias, demonstram que debates públicos são ouvidos nos níveis governamentais, cujos representantes eleitos devem observar, e realmente observam, a ação prescrita pela maioria da sociedade, o que traz restrições às suas ações (KELLY, 1970, p. 88). Segundo Bruce Evensen (1992, p. 8), a opinião do público não determina a política adotada, mas delimita a esfera do “politicamente

possível”. Já Melvin Small (1970, p. 15) diz que a opinião da sociedade “limita opções”. Small demonstra que embora as opiniões sejam sempre variadas, basta que o tomador de decisão pense que alguma opinião é homogênea para levá-la em consideração (SMALL, 1970, p. 20).

Portanto, em regimes democráticos, a sociedade tem voz no debate político. Porém, o poder de influenciar decisões políticas ou de exercer uma pressão adequada para obter certos rumos de ação não é algo disseminado por toda a sociedade. Alguns grupos se mostram mais capazes de fazer ouvir sua voz, seja por terem acesso à imprensa, seja por estarem eles mesmos em posse de um importante veículo de comunicação, ou por estarem à frente de importantes associações que conseguem mobilizar um grande número de membros para se manifestarem. Além disso, há ainda os grupos de interesse que contam com uma grande representação em esferas políticas. Tais grupos têm maiores condições de utilizarem canais institucionais para fazerem valer seus interesses ou pressionar por um curso de ação que entendem ser moralmente correto. De maneira geral, esses grupos são entendidos como a “opinião pública”.

Porém, falar de “opinião pública” como categoria de análise é uma tarefa complexa, já que é uma expressão envolta em controvérsias. Alguns críticos não reconhecem que estudá-la seja importante ou que tenha efeito político. Outros afirmam até mesmo que ela não existe. Recusando essa visão extrema, Pierre Laborie (1988, p. 103-4) entende que a opinião pública é “um fenômeno coletivo, reflexo e afirmação de uma posição dominante dentro de um grupo social”, que não é “apenas a soma aritmética das opiniões individuais”. Por outro lado, a opinião pública não é estática, sendo caracterizada pela “instabilidade, adaptação constante às condições da conjectura”.

Outros analistas dizem que a opinião pública é um fenômeno difícil de ser analisado, já que há tamanha diversidade de opiniões em uma sociedade que seria impossível fazer referência à “opinião pública”. Com efeito, a opinião pública não é homogênea, sendo caracterizada por uma multiplicidade de vozes. Pierre Laborie (2009, p. 80) utiliza a expressão “fenômenos de opinião” para dar conta de tal pluralidade. Porém, como bem aponta Jean-Jacques Becker, há uma opinião dominante, aquela que sobressai dentre várias, uma que é mais aceita, mais propagada (BECKER, 2003, p. 199).

Assim, esta pesquisa se fundamenta no entendimento de que, em determinados países, grupos capazes de disseminar suas posições por ocupar posições estratégicas em instituições,

na mídia e em associações civis diversas, se tornam a opinião pública dominante, e se tornam capazes de influenciar decisões de política externa.

No caso específico dos Estados Unidos, Melvin Small (1991, p. 166-7) afirma que tal pluralidade de opiniões se manifesta em três diferentes estratos, cujos membros podem ser alterados dependendo da questão discutida. Segundo o autor, no topo da pirâmide há o que ele chama de “formadores de opinião” [*opinion makers*], um grupo caracterizado por ele como “um pequeníssimo círculo social formado por oficiais governamentais, líderes nacionais e celebridades respeitadas, editores e jornalistas”. Ainda segundo Small, há o segundo estrato, o “público atento” [*attentive public*], que se constitui de “pessoas instruídas e informadas” que “tendem a prestar atenção em política internacional e a influenciar outras pessoas ao seu redor”. E por último há a “massa pública” [*mass public*], que, segundo ele, corresponde a cerca de 75% da população, que, de maneira geral, não se importa com questões internacionais, a menos que o país esteja envolvido em alguma crise.

No tocante ao conflito na Palestina, os dois primeiros estratos da opinião pública estavam fortemente envolvidos e agiram de forma contundente para apresentar suas visões e entendimentos da questão para que o Presidente Truman se guiasse por suas prescrições quanto à política internacional. O interesse desta pesquisa, portanto, é analisar os elementos culturais subjacentes à opinião emitida pelos grupos que Small chama de “formadores de opinião” e de “público atento”, quando os assuntos em pauta eram a Questão da Palestina e o sionismo.

Evidentemente, os judeus norte-americanos estavam inseridos nos três estratos de opinião pública. Para os objetivos deste estudo, é importante ressaltar que eles estavam integrados à categoria de “público atento”, já que o sionismo e a Questão da Palestina despertavam um profundo interesse na comunidade judaica norte-americana. Porém, os judeus também estavam presentes no estrato dos “formadores de opinião”, por estarem inseridos favoravelmente em diversas instituições, associações, organizações civis e, principalmente, na imprensa, como proprietários de veículos de comunicação, editores, jornalistas e articulistas. No entanto, como veremos adiante, a opinião pública judaica não era unívoca. Assim como a opinião pública de maneira geral, a opinião dos judeus, em relação ao sionismo e em diversas outras questões, era extremamente heterogênea.

A análise da opinião pública norte-americana é extremamente relevante para um estudo das relações externas dos Estados Unidos. Com efeito, como nos diz Melvin Small (1991, p. 176), “não há como entender a história diplomática americana sem entender o papel

central da opinião pública nesta história”. Em outra ocasião, o autor afirma que “em nenhum outro país o público em geral desempenhou um papel tão importante na determinação de políticas externas” (SMALL, 1970, p. 13). Ainda segundo Small (1991, p. 169), embora os presidentes norte-americanos afirmem recorrentemente que não levam em consideração as preferências do público em importantes matérias de política internacional, “é evidente que os tomadores de decisão americanos pensam no público quando elaboram estratégias de política externa”.

Nesse sentido, a participação desses dois estratos de opinião pública no debate sobre a criação de um Estado judeu na Palestina se reveste de grande importância.

Tal entendimento está inserido em novos debates sobre as Relações Internacionais. Tradicionalmente, as análises sobre política externa têm como centro a dinâmica diplomática e as decisões dos chefes de Estado em relação a países estrangeiros. Com maior frequência, o foco dos estudos são atores governamentais, sejam oficiais dos ministérios das relações exteriores, sejam os tomadores de decisão do poder executivo.

Porém, novas abordagens historiográficas nos permitem problematizar a atenção excessiva dada ao Estado como instância privilegiada da política externa em países democráticos. Frank Costigliola e Thomas Paterson (2004) nos sugerem que não limitemos os estudos das relações entre diferentes sociedades aos líderes políticos ou oficiais diplomáticos, mas que englobemos também as relações entre grupos sociais distintos e agentes do governo. Evidentemente, não se trata de negar categoricamente o papel do Estado, mas de ressaltar o diálogo, comum em democracias consolidadas, entre governo e atores sociais variados: grupos de pressão, empresas transnacionais, Organizações Não-Governamentais, imprensa, sindicatos, igrejas e outras instituições da sociedade civil. Tais atores podem participar efetivamente do debate político, contando principalmente com duas importantes formas de atuação: a pressão sobre o Chefe de Estado e o *lobby* no Congresso.

Dessa forma, o pesquisador deve ficar atento à sobreposição entre agentes governamentais e variados grupos sociais. Na verdade, devemos perceber que “governo” e “sociedade” não são dois entes essencialmente distintos, mas conjuntos de atores com várias interseções. Não estão totalmente separados na arena política, mas se interpenetram.

Além disso, em muitas ocasiões, a centralidade do Estado nas análises tem como decorrência o entendimento do Estado como ente homogêneo e unívoco, visão que ofusca as cisões dentro dos governos. Estudos recentes, baseados em grande maioria na perspectiva metodológica da Teoria da Política Burocrática, demonstram que são frequentes as fissuras no

interior de governos. Essa abordagem nos alerta a perceber o dissenso, a despeito do discurso do consenso. Tais pesquisas nos chamam atenção também para as interações de “três vias” entre órgãos governamentais, políticos e grupos de interesse (Cf. BENDOR e MOE, 1985).

Perceber essas fissuras é algo muito importante para os estudiosos da política externa norte-americana. No caso específico dos Estados Unidos, o Departamento de Estado tem a função de elaborar estratégias e de formular a política externa de uma forma geral. Contudo, é o presidente quem possui a última palavra. Por outro lado, o Presidente é o Comandante-em-Chefe da nação, mas é o Congresso que aprova a guerra. Isso frequentemente leva a conflitos entre diferentes poderes do Estado ou entre distintos órgãos no interior do poder executivo (SMALL, 1996, p. xiii-xv).

Frequentemente, o embate entre diferentes setores do governo norte-americano se deve à divergência de visões sobre quem tem a legitimidade de lidar com a política externa. Muitos oficiais no Departamento de Estado se autoproclamam os pensadores mais adequados para lidarem com a política externa dos Estados Unidos. Segundo eles, ao contrário dos cargos que possuem a alternância comum às democracias – o presidente e os parlamentares – os oficiais das relações exteriores são servidores do Estado que vivenciam diversas mudanças de governo. Eles enxergam a política externa como algo “institucional”, que transcende governos e opiniões passageiras da população. Essa postura, evidentemente, entra em choque com as percepções do presidente e dos congressistas sobre suas prerrogativas em política externa.

Diante do exposto, podemos concordar com Melvin Small (1996, p. xi-xiii), quando o autor afirma que a democracia por vezes se apresenta como um complicador de uma determinada política externa. Segundo ele, mesmo em regimes autoritários há limites de ação para a instância máxima de governo. Contudo, em países democráticos, principalmente naqueles em que o público efetivamente participa das discussões, os agentes do governo são fiscalizados e sofrem pressão de variadas direções. Certas medidas governamentais, julgadas pelos agentes do governo como as mais adequadas, podem ser minadas por certos segmentos da sociedade. Portanto, é importante assinalar que, dependendo da questão em foco, o diálogo comum às democracias pode impor restrições às atividades dos tomadores de decisão<sup>3</sup>.

Nos Estados Unidos, país com uma democracia consolidada, os líderes políticos e oficiais governamentais precisam dialogar, em diversas ocasiões, com vários atores da

---

<sup>3</sup> Small não discute o mérito da pressão social, nem avalia a moralidade em jogo. Seu objetivo é demonstrar como ações de grupos sociais podem reorientar uma política externa em regimes democráticos, em especial nos Estados Unidos (SMALL, 1996, p. xi-xix).

sociedade. Em determinadas questões, projetos definidos para a política externa são prejudicados ou precisam ser reorientados por conta da ação de grupos que procuram forçar a decisão de acordo com seus interesses ou por conta de seus valores. Mesmo que esses grupos não contem com grande número de adeptos, sua atuação não pode ser negligenciada. Mais importa a força política ou o impacto que causam na opinião pública do que seu quantitativo ou poder econômico – embora esses fatores também cumpram um papel fundamental em alguns casos.

Nesse sentido, esta pesquisa é influenciada também pelas teorizações de Pierre Milza (2003, p. 367 *et seq.*), quando o autor afirma que não podemos tomar a política externa e a política interna como duas instâncias essencialmente diferentes. Segundo Milza, em países democráticos, há uma forte correlação entre a dinâmica política interna e decisões de política externa. Para ele, em geral, a política interna tem precedência sobre a política externa, especialmente em um ambiente em que a opinião do público é importante para os ocupantes de cargos eletivos.

Com efeito, em regimes democráticos, muitas decisões de política interna e externa são influenciadas por interesses eleitorais, isto é, quando políticos ficam mais sensíveis aos humores da sociedade, tendo em vista os votos que perderão ou ganharão com determinado curso de ação. Ou seja, em épocas eleitorais, a política externa pode estar ainda mais ligada a questões internas, já que presidentes e primeiros-ministros devem avaliar cuidadosamente suas ações, pois qualquer passo deve ser pensado de acordo com o impacto que causará em eventuais eleitores.

Contudo, os tomadores de decisão em regimes democráticos devem ser cautelosos não apenas por conta de interesses eleitorais de curto prazo. É importante também assinalar que a democracia é caracterizada por liberdade de expressão e debates públicos sobre determinados problemas ao longo do período de um governo. Em certas controvérsias políticas, o público fica extremamente envolvido e age efetivamente, seja porque tem interesse direto, seja porque entende que um lado tem razão. E nesse sentido, o tomador de decisão deve levar em conta as repostas da sociedade, pois um acúmulo de ações consideradas erradas pela maioria da sociedade pode inviabilizar projetos políticos futuros. Portanto, nem sempre os tomadores de decisão têm uma margem de escolha muito alargada, seja em política interna, seja em política externa (SMALL, 1996, p. xi-xii).

Isso implica que devemos perceber outros dois aspectos importantes na análise da relação entre política externa e política interna: primeiro, o interesse que o público ou

determinados grupos atribuem a determinada questão; e, segundo, se o(s) grupo(s) possui(em) poder de projetar essa questão para um âmbito mais amplo, de modo a inseri-la na pauta política nacional. Percebe-se que quando algum assunto tem pouco interesse para o público, o governo tem mais liberdade de ação. Em outras, se o público atribuir grande importância, ele terá pouca margem de manobra.

Diante disso, entendo que a intensidade do debate sobre o sionismo e a Questão da Palestina na mídia demonstrava o interesse de grupos influentes, cujas percepções e representações, subjacentes às opiniões expressas, merecem ser analisadas e compreendidas.

Lendo o trabalho interessante de Pierre Laborie sobre a relação entre a opinião pública e a memória (LABORIE, 2009), iniciei uma reflexão sobre a relação entre opinião pública e cultura. Laborie argumenta que os fenômenos de opinião estão no presente, respondem a questões do presente, mas não estão confinados nesse presente. Assim, parti do pressuposto de que a opinião pública mobiliza representações, imagens, crenças e valores arraigados em uma cultura para advogar um determinado curso de ação governamental. Assim, a opinião pública defende uma ação política por meio da elaboração de um diálogo entre desafios postos pela conjuntura e elementos culturais de longa duração.

Assim, esta pesquisa se propôs a analisar como esses discursos mobilizaram representações, valores, percepções, crenças e imagens para pressionar Truman a defender a criação de um Estado judeu na Palestina.

Esta abordagem da ligação entre elementos culturais e as relações internacionais tem sido utilizada, de forma interessante, por estudiosos que fazem uso de novos referenciais teórico-metodológicos para estudar a política externa norte-americana.

Frank Costigliola e Thomas Paterson (2004, p. 17), afirmam que a política tem um forte componente cultural. Para eles, embora influências culturais possam ser contraditórias, contribuem para a formação de concepções e decisões. Assim, avaliar a articulação entre cultura e política pode nos ajudar a compreender posturas políticas de certos grupos sociais, já que tais elementos podem os mover a agir em determinada direção política e os levar a querer ter voz no processo de tomada de decisão.

Além disso, Costigliola e Paterson (2004, p. 22) nos chamam a atenção para a posição do próprio tomador de decisão, que pode compartilhar elementos culturais com demais membros de seu grupo social ou de segmentos sociais mais amplos. Para esses estudiosos, concepções culturais podem exercer efeitos na percepção do ocupante da instância decisória máxima sobre como uma dada questão deve ser conduzida. Com isso, em algumas ocasiões,

valores culturais do tomador de decisão podem exigir ações que entram em choque com medidas apresentadas por especialistas como as mais adequadas. Ambos os autores ressaltam, contudo, que a cultura *influencia*, mas *não determina* a tomada de decisão.

Akira Iriye (2004, p. 248) também aponta para a importância da influência da cultura na política, ressaltando a relevância de entender as relações entre diferentes sociedades por meio de uma análise cultural. Para ele, percepções enraizadas em uma cultura podem influenciar posicionamentos políticos em determinadas circunstâncias. Nesse sentido, a forma como uma sociedade (ou grupos no interior dessa sociedade) enxerga grupos humanos que vivem fora de suas fronteiras pode gerar efeitos diretos ou indiretos na política externa de um determinado governo.

Dito isso, resta ao historiador buscar fontes para apreender os elementos culturais que circulam e alcançam difusão numa dada sociedade. Para os objetivos da presente pesquisa, a fonte que se mostrou ao mesmo tempo adequada e acessível foi a imprensa, em especial veículos de expressão nacional.

Porém, essa escolha gera uma dificuldade epistemológica que exige uma importante reflexão, que está imersa, por sua vez, em uma controvérsia sobre a relação entre imprensa e sociedade. O cerne do debate reside na possibilidade ou na impossibilidade de apreender, por meio da imprensa, a forma de pensar de uma sociedade. O problema frequentemente é expresso através do seguinte questionamento: a imprensa molda o pensamento de uma sociedade ou reflete o que uma sociedade pensa? Muitos autores têm enfatizado, no entanto, que esta é uma falsa questão, pois o que ocorre é um *diálogo* entre proprietários, editores e jornalistas, de um lado, e leitores e integrantes de diferentes grupos sociais, de outro, todos vivendo no seio de uma mesma sociedade. Assim, nem a imprensa consegue “moldar” a forma de pensar dos leitores, nem “reflete” o que pensam grupos sociais, mas ambos se influenciam reciprocamente (ORREN, 1986, p. 6).

Além disso, há outra dificuldade para os pesquisadores que lidam com a imprensa como fonte para suas pesquisas: aquela relativa à recepção do público leitor. Com efeito, é difícil mensurar o efeito que a imprensa causa em seus leitores. Deve-se levar em conta que nem todos os leitores leem todas as partes do jornal ou revista e se leem, nem todos concordam ou interpretam do mesmo modo o que leem.

Porém, o que deve ser enfatizado é que jornalistas, editores e proprietários almejam alcançar um determinado público alvo, com o qual compartilham linguagens, simbologia e, em alguns casos, afinidades políticas e ideológicas. Trata-se de um diálogo em que o discurso

do emissor não pode negligenciar o receptor. Dessa forma, estabelece-se um diálogo entre o periódico e seu público leitor. Como dizem Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007, p. 264), “este diálogo ocorre num campo de pressões recíprocas: no mesmo movimento, a imprensa busca conformar e, em aparente contradição, perscrutar interesses e perspectivas do público leitor”.

Desse modo, é importante avaliar como tal diálogo ocorre concretamente no caso específico desta pesquisa. Uma importante característica da imprensa norte-americana é seu caráter capitalista. As corporações de imprensa nos Estados Unidos são verdadeiras “empresas de notícias”. Isso tem implicações significativas em sua relação com a sociedade. Segundo o estudioso de Ciência da Comunicação Garry Orren (1986, p. 6), em uma imprensa “livre, comercial e altamente competitiva”, as expectativas da sociedade definem o que os jornais e as revistas vão publicar. Para ele, os “gostos” [*tastes*] da sociedade são “o árbitro final da sobrevivência para as organizações de notícias de circulação de massa”.

Assim, representações e valores apresentados na imprensa não podem estar desconectados da cultura compartilhada pelos grupos ao qual se dirige, em especial quando se trata de veículos de comunicação de massas. Como diz Bruce Evensen (1992, p. 2), o que um repórter escreve em um grande veículo de comunicação está relacionado tanto a diretrizes organizacionais e editoriais, quanto a “interpretações culturais que são a referência para a narrativa”. E, além disso, a tendência entre os jornalistas é trabalhar em uma “zona de conforto”, produzindo as matérias dentro de linhas gerais compartilhadas tanto pelos editores quanto pelo público ao qual se destina (EVENSEN, 1992, p. 2). Portanto, para jornais de maior abrangência em países capitalistas, onde a notícia também é um negócio (ou como estudiosos da mídia apontam, a informação é uma “*commodity*”), o que seu público alvo pensa sobre determinado assunto é algo que não pode ser negligenciado, sem o risco de perder leitores e, em última instância, ir à falência.

Por outro lado, resta ainda saber se a imprensa desempenha algum papel político. Evidentemente, para além de ser um empreendimento empresarial, a imprensa também busca ter um papel na arena política. As notícias, reportagens e os editoriais não são meras expressões de elementos culturais, mas meios pelos quais as instituições de mídia ou atores sociais diversos pressionam por certos cursos de ação política.

No entanto, isso somente pode ocorrer onde existe liberdade de expressão. Os Estados Unidos, um país democrático, têm como uma das principais bases de construção as liberdades individuais, dentre elas a liberdade de expressão. Dessa forma, em condições políticas

estáveis, a imprensa age efetivamente na arena política: ataca o governo, critica medidas governamentais, sugere cursos de ação, sem que, por isso, seja alvo de represálias oficiais<sup>4</sup>.

Além disso, a análise da imprensa é importante porque determinados periódicos apresentam não apenas a posição política de um grupo social ou de seus editores, mas dão voz a uma grande variedade de atores sociais, ao publicar manifestos, protestos, encontros, debates, opiniões de leitores etc. (BECKER, 2003, p. 196-7). Bruce Evensen (1992, p. 10) ressalta que a imprensa, além de apresentar discursos variados, é também uma arena onde ocorrem os debates políticos, cada lado buscando usar o espaço de jornais e revistas para defender sua prescrição de ação política.

Diante do exposto, alguns periódicos se mostraram valiosos para meus objetivos de estudo. Foram utilizados nesta pesquisa os jornais *The New York Times* e *The Christian Science Monitor* e as revistas *Time*, *Life* e *National Geographic*. Entendo que estes periódicos são relevantes porque, no período em questão, eram importantes veículos de comunicação e estavam direcionados a um público atento de classe média e classe média alta, interessados pelo que ocorria fora das fronteiras dos Estados Unidos. Além disso, esses órgãos de imprensa eram vistos no período como detentores de grande credibilidade entre o público leitor.

É importante destacar que esses jornais e revistas não eram destinados a públicos restritos, mas a um universo de leitores mais abrangente. Havia vários jornais de movimento sociais, associações de classe ou voltados para grupos étnicos (como a imprensa judaica escrita em iídiche) que discutiam a Questão da Palestina, mas como meu objetivo era avaliar elementos culturais de uma parcela da sociedade mais ampla, tive de buscar os jornais e revistas destinados a um público leitor mais alargado. Dessa forma, os periódicos que utilizei foram escolhidos porque tinham que saber dialogar com esse público mais amplo.

Além disso, busquei veículos de comunicação que tenham tido voz efetiva no debate político. Assim, a escolha desses periódicos se deu também porque possuíam, no período estudado, grande credibilidade e influência política. Evidentemente, não eram os únicos a tecer avaliações sobre o que ocorria na Palestina. No entanto, eram bastante lidos e exerciam enorme pressão política sobre os tomadores de decisão. Apesar da existência de muitos

---

<sup>4</sup> Evidentemente, não podemos idealizar a liberdade de expressão. Problemas serão encontrados em todos os países, mesmo os mais democráticos. Eventos na década de 1950 e no pós-Onze de Setembro nos Estados Unidos nos fazem lembrar que “liberdade de expressão” não é um conceito natural, estando sujeito às circunstâncias histórico-sociais e, por isso, sujeitas a intervenções políticas. Vale lembrar a ocasião em que o Presidente Richard Nixon (1969-1974) tentou impedir que o *New York Times* divulgasse documentos confidenciais sobre o envolvimento dos Estados Unidos na Indochina desde o fim da Segunda Guerra até a Guerra do Vietnã – os chamados “*Pentagon Papers*”. A batalha judicial terminou com a derrota do presidente. A Suprema Corte, fundamentada na Primeira Emenda da Constituição – que garante a liberdade de imprensa – deu ganho de causa aos jornais (JUNGER, 2008, p. 343; KIELY, 2011, p. 138).

periódicos, os jornais e revistas que estou utilizando eram vistos por muitos políticos como “a opinião pública dos Estados Unidos” (BAUGHMAN, 1987, p. 51; DAVIDSON, 2001, p. 199; EVENSEN, 1992, p. 10; TALESE, 1969, p. 7; VIALS, 2006, p. 76).

Por outro lado, entendendo que a imprensa é um ator social e político, um aspecto necessário a ser avaliado pelo pesquisador são as posições político-ideológicas dos periódicos. De maneira geral, dentre os periódicos utilizados nesta pesquisa, o *Christian Science Monitor* e o *New York Times* são considerados jornais de tendências liberais, enquanto as revistas *Time* e *Life*, de Henry Luce, e a *National Geographic* são consideradas conservadoras.

Porém, a tarefa de delimitar perfis ideológicos em jornais e revistas não é tão simples quanto pode parecer à primeira vista. Segundo Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007, p. 264), deve-se evitar recorrer a “caracterizações generalizantes – tal jornal é liberal-conservador, o outro é populista – construindo categorias estáticas que atravessam toda a história de uma determinada publicação”. Para as autoras, “mais do que atribuir características fixas às publicações, a análise sobre o projeto editorial do jornal deve conduzir a indagações sobre suas posições e articulações sociais em um tempo histórico determinado” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 264).

Assim, algo útil para percebermos posicionamentos políticos desses periódicos é avaliar como responderam à questão política mais controversa na sociedade norte-americana na década de 1930: o *New Deal* e a maior intervenção estatal na economia e na vida social. O *Christian Science Monitor* apresentava tendências pró-*New Deal* (EVENSEN, 2008, p. 100), enquanto as revistas *Time* e *Life* se colocavam no campo oposto (BAUGHMAN, 2008, p. 538). Já o *New York Times* assumia uma postura cautelosa, analisando questões pontuais. Assim, apoiou medidas governamentais para vencer a crise econômica, mas vigiando criticamente o que identificava como excessos por parte do governo federal (TALESE, 1969, p. 176). Já a *National Geographic* não assumia uma posição explícita sobre o *New Deal*, mas adotava uma postura conservadora, ao não publicar matérias sobre a crise econômica e humana da década de 1930 e ao expressar uma valorização da harmonia social, raramente publicando reportagens sobre os conflitos internos (LUTZ e COLLINS, 1993, p. 33).

Porém, nem mesmo a postura a respeito de questões específicas pode ser assumida como parâmetro definitivo, já que em certos periódicos, podem ser encontradas posições opostas à postura política explicitada em editorial. Na verdade, deve-se entender um periódico como uma multiplicidade de vozes, nem sempre em sintonia umas com as outras. Por exemplo, o *New York Times* não estava unívoco em sua postura quanto ao *New Deal*. Em

diversas ocasiões, editores divergiam entre si sobre as medidas políticas, sociais e econômicas de Roosevelt<sup>5</sup>.

Na busca por lançar luz à inserção desses periódicos no debate público sobre a Questão da Palestina, faz-se necessário uma breve apresentação de suas características para demonstrar o porquê da escolha desses jornais e revistas.

O *New York Times* é o principal jornal dos Estados Unidos e é dedicado a um amplo e variado público. Fundado em 1851, em 1896 foi comprado por Adolf Ochs, um judeu de origem germânica, que implantou uma grande transformação no periódico, em termos jornalísticos e empresariais. Uma das principais mudanças ocorreu assim que o jornal foi adquirido por Ochs. O novo proprietário se empenhou em diferenciar o *New York Times* de seus competidores locais da chamada “*yellow press*” (imprensa sensacionalista, dedicada principalmente a publicar crimes), *New York Sun* e *New York World*, fazendo da credibilidade uma das pedras fundamentais do projeto editorial do jornal (EVENSEN, 2008, p. 338; TEEL, 2006, p. 3). Essa postura fez com que o jornal se tornasse atrativo para leitores de diversos grupos sociais, interessados em notícias diversificadas sobre política interna e externa.

Pensado inicialmente por Ochs para ser lido entre a classe alta, o jornal obteve verdadeiro sucesso quando atingiu a classe média em expansão após a virada do século XIX para o século XX, quando o jornal conheceu um aumento exponencial nas vendas, por conta da redução do preço dos exemplares de 3 *cents* para 1 *cent* em 1898 (TALESE, 1969, p. 163-4).

Quando Adolf Ochs morreu, em 1935, o jornal era o mais vendido nos Estados Unidos. Em 1937, alcançou a circulação de 500 mil exemplares nos dias de semana e 770 mil aos domingos (TALESE, 1969, p. 53). Nas décadas de 1930 e 1940, o jornal já era o mais importante do país, visto por muitos como o de maior credibilidade. Na verdade, o jornal era visto por muitos como o relato fidedigno da “realidade” (TALESE, 1969, p. 7). Alguns o consideravam a “Bíblia da opinião informada” (EVENSEN, 1992, p. 10).

Isso decorre de duas premissas de Ochs. Uma delas era que o jornal deveria informar sobre tudo de relevante no mundo. O lema do *New York Times*, até hoje, é “Todas as notícias que merecem ser impressas” [*all the news that fit to print*]. O jornal passou a ser, no dizer de Gay Talese (1969, p. 136), um “banquete que continha algo para todos”.

---

<sup>5</sup> Por exemplo, enquanto muitos editores econômicos do jornal elogiavam as medidas do *New Deal*, o editor de política de Washington Arthur Krock manifestava-se contrário e era um ferrenho crítico de Franklin Roosevelt (TALESE, 1969, p. 42-3; *ibidem*, p. 126). Por outro lado, enquanto os editores do *New York Times* elogiavam as primeiras medidas de Roosevelt para debelar a crise, como a Lei Bancária, o jornal foi contrário à implantação da Tennessee Valley Authority, por considerá-la um excesso de poder do governo federal.

A outra premissa de Ochs dizia que o *New York Times* não deveria ser uma “gazeta de opinião”, isto é, um periódico orientado a defender uma causa. Não deveria ser o porta-voz de grupos de interesse. Porém, é óbvio, o jornal mantinha uma posição sobre os mais variados assuntos. Ochs determinou, então, que a opinião ficasse restrita aos editoriais, o que também não foi possível, diante da variedade de jornalistas e articulistas que produziam textos para o jornal. No entanto, as diferentes visões no interior de suas edições e a abertura para o contraditório sustentavam a imagem de objetividade propalada pelos editores, o que fez, por sua vez, com que o jornal se apresentasse como portador de relatos balanceados dos acontecimentos e como fornecedor de informações para que o leitor formasse suas próprias opiniões. Por outro lado, a publicação de cartas que teciam críticas ao próprio jornal fez o *The New York Times* apresentar-se como um periódico imparcial e aberto ao debate sobre suas próprias opiniões (TALESE, 1969, p. 60; *ibidem*, p. 86; *ibidem*, p. 136; *ibidem*, p. 163).

Outro periódico de grande importância nos Estados Unidos nas décadas de 1930 e 1940 era o *Christian Science Monitor* (STROUT, 1999, p. xvi). A primeira edição do jornal foi publicada em 25 de novembro de 1908, quando foram impressas 82.500 cópias. Criado por Mary Baker Eddy, em Boston, Massachussets, o jornal foi criticado e acusado de ser um jornal “cristão”. Em 1879, Eddy havia fundado a Igreja da Ciência Cristã, após alegar ter descoberto meios de curar doenças através da fé (EVENSEN, 2008, p. 99). Porém, a proposta de Eddy não era fazer do *Christian Science Monitor* um meio de pregação religiosa. O *Monitor* competia no mercado com outros jornais dedicados a reportagens gerais, embora não perdesse tons e valores cristãos em várias partes das edições diárias (GOTTSCHALK, 1974, p. 273-4).

Assim, apesar das críticas, o periódico ganhou proeminência na década de 1920 porque era considerado uma fonte de informações fidedignas e por conta de sua proposta não-sensacionalista. Na década de 1930, estudiosos de jornalismo elegeram o *New York Times*, o *Baltimore Sun* e o *Christian Science Monitor* como os três jornais mais confiáveis do país (STROUT, 1999, p. xvi). Os editores do *Monitor*, assim como os do *New York Times*, afirmavam que o jornal contaria os acontecimentos como realmente ocorreram e não “interpretariam” os fatos (STROUT, 1999, p. xiv), um argumento de objetividade e de neutralidade almejada por muitos leitores.

Sua abrangência social era basicamente a mesma da Igreja Cristã: grupos protestantes de classe média e de classe média alta, interessados em informações de credibilidade e que

buscavam um jornal que contemplasse temas políticos e notícias nacionais e internacionais (GOTTSCHALK, 1974, p. 273-4).

Além disso, foram utilizadas nesta pesquisa duas das mais importantes revistas do período, *Time* e *Life*, ambas de propriedade de Henry R. Luce. As duas revistas possuíam as mesmas orientações políticas de Henry Luce, um membro da ala centrista do Partido Republicano, um dos maiores empresários de mídia dos Estados Unidos e um dos mais influentes comunicadores do país. Julguei interessante adicionar a *Life*, que não estava contemplada em meu projeto de pesquisa, por apresentar uma linguagem jornalística diferente da *Time*.

A revista *Time* foi criada em 1923 por Luce em parceria com seu colega de graduação na Universidade de Yale, Briton Hadden. Foi a primeira revista dedicada a “notícias semanais” a obter sucesso nos Estados Unidos. Luce e Hadden estavam convencidos que poderiam criar uma revista que “explicasse” as mais variadas notícias da semana, sem que o leitor precisasse ler todo um jornal para se informar – o parâmetro era o *New York Times*. Além disso, a revista deveria publicar assuntos variados, não apenas sobre política e assuntos do governo, mas também sobre artes, ciência, esporte e religião. Sobretudo, buscavam uma revista que conseguisse lidar com “um mundo crescentemente complexo”. E, com efeito, o público alvo da revista era “uma minoria cosmopolita ávida por notícias menos sensacionais e menos localizadas” (BAUGHMAN, 2008, p. 53).

Nas décadas de 1930 e 1940, a *Time* era uma revista amplamente lida nos Estados Unidos. O público alvo da revista era composto de pessoas de classe média de cidades pequenas e médias. Era uma revista destinada prioritariamente ao público masculino – homens atarefados, executivos, burocratas, comerciantes etc. que não tinham tempo de ler todo o jornal, mas precisavam estar bem informados sobre os principais assuntos em pauta. E, com efeito, em 1946, homens de negócios formavam a grande maioria dos leitores, perfazendo pouco menos de 60%. Era também a revista preferida dos “novos ricos”, membros emergentes que tiveram sua ascensão social durante o crescimento econômico do século XIX.

A outra revista de Luce utilizada nesta pesquisa foi a *Life*. Criada em 1883, foi comprada por Henry Luce em 1936. Como a maioria das *magazines* norte-americanas da primeira metade do século XX, a *Life* era direcionada a homens e mulheres adultos e jovens de classe média e classe média alta (VIALS, 2006, p. 76). Contudo, sua dispersão era significativa entre outros estratos sociais. A *Life*, na verdade, tornou-se uma revista de massas, lida por um público ávido por formas mais agradáveis de acessar reportagens temáticas e as

notícias semanais. Desse modo, a revista tornou-se mais “popular” que a *Time*, não ficando restrita aos círculos mais abastados (BAUGHMAN, 1987, p. 91). Com efeito, os números de tiragem dizem sobre a difusão da revista: a primeira edição, em novembro de 1936, teve uma circulação de 435 mil exemplares. E no final de 1937, a revista atingiu a marca de 1,7 milhão, um crescimento estrondoso em apenas 1 ano de existência, algo que nenhuma outra revista dos Estados Unidos havia conseguido até então (BAUGHMAN, 1987, p. 92-3).

A *Life* possuía como marca distintiva o farto uso do foto-jornalismo e a alta qualidade das fotografias, uma grande inovação possibilitada pelos avanços técnicos. Para Henry Luce, na *Life*, a imagem deveria ser mais importante até mesmo que a própria notícia. Ele inverteu a ordem de prioridade de outros veículos de comunicação que usavam fotografias. Para Luce, o centro da narrativa deveria ser a imagem e não o texto. Assim, um assunto só era publicado se houvesse fotografias interessantes a serem apresentadas (BAUGHMAN, 1987, p. 90-1). Dessa forma, a *Life* se apresentou como uma mescla de noticiário e entretenimento, além de um potente transmissor de imagens para seu público alvo (VIALS, 2006, p. 76).

Por fim, outro periódico utilizado na pesquisa foi a *National Geographic Magazine*. A revista é uma publicação da Sociedade Geográfica Nacional (*National Geographic Society*), organização fundada em 1888, em Washington D.C., por Gardiner Greene Hubbard, um advogado membro de uma família de elite de Boston.

Pensada inicialmente para ser um periódico científico, veículo de transmissão de resultados de pesquisas e dedicada a apoiar o crescimento da Geografia, a revista passou por uma transição para uma revista de entretenimento, sob a liderança de Alexander Graham Bell e de seu genro Gilbert Hovey Grosvenor. A partir de 1898, a revista iniciou um processo de transformação, passando a ser identificada com outras revistas de massas do período, tal como a *Harper* e a *Century*. Os propósitos da revista passaram a ser apresentar a Geografia de um modo que mesclasse ciência e entretenimento e tornar-se um veículo educacional, apresentando aos leitores a natureza e as sociedades dos Estados Unidos e do exterior. Com a nova proposta editorial, a venda de exemplares conheceu um crescimento exponencial (LUTZ e COLLINS, 1993, p. 16).

A *National Geographic* se apresentou como um veículo de transmissão da verdade sobre a natureza, sobre os Estados Unidos e sobre outras sociedades. Identificando-se como “científica”, a revista foi alçada à condição de veículo transmissor de informações fidedignas, e sua credibilidade era reforçada pelo fato dos autores das reportagens irem até os lugares para poder falar sobre eles (LUTZ e COLLINS, 1993, p. 24).

O pressuposto das reportagens da *National Geographic* era o lugar dos Estados Unidos no mundo e os valores das classes média e média alta: progresso, modernidade, civilização e vitória através do trabalho. A revista também atuou como um meio de reafirmação de uma determinada identidade americana, interna e externa: o americano racional, moderno, educado, generoso, benevolente; e como meio de valorização da harmonia social, ao raramente publicar reportagens sobre questões controversas ou conflitos. Portanto, a revista não se propunha a apresentar discussões sobre questões sociais. Limitava-se a apresentar o que, sob o ponto de vista de seus editores, era a “realidade” (LUTZ e COLLINS, 1993, p. 17).

A fotografia desempenhou importante papel nessa percepção. A primeira imagem fotográfica foi publicada em 1896. Devido ao grande sucesso dessa iniciativa, a fotografia passou a ser o carro-chefe e uma característica distintiva da revista. Assim como ocorreu na *Life*, a fotografia adicionou força ao argumento de autoridade científica, pois foi vista não como algo produzido, mas como captação objetiva da realidade, sem a mediação do fotógrafo. As imagens funcionavam, portanto, como evidência da realidade (LUTZ e COLLINS, 1993, p. 27-8).

O público que comprava a *National Geographic* era formado por proprietários de pequenos empreendimentos, funcionários de escritório, comerciantes, fazendeiros etc. Em sua maioria, eram membros da nova classe média, desejosos de adquirir “cultura”. As populações mais pobres não possuíam recursos para adquirir o periódico. (LUTZ e COLLINS, 1993, p. 17).

Assim, diante do exposto, percebe-se que os periódicos utilizados nesta pesquisa se mostram heterogêneos sob o ponto de vista de objetivos, de forma e de concepções políticas. Tal variação é importante para apreender as representações possíveis no diálogo entre proprietários, editores e jornalistas, de um lado, e diferentes grupos sociais, de outro. Sobretudo, a leitura desses periódicos nos diz o que era *possível* ser dito. Portanto, entendo que a análise desses veículos de comunicação pode fornecer indícios valiosos sobre elementos culturais articulados às opiniões sobre o conflito na Palestina e sobre o sionismo.

Diante disso, uma de minhas principais preocupações na leitura dessa documentação de imprensa foi mapear as representações de árabes e judeus, particularmente os sionistas, com o objetivo de apreender as representações dominantes em diferentes tipos de materiais – notícias e reportagens diversas, análises políticas, apresentações geográficas, narrativas de viagens, matérias de entretenimento, resenhas de livros, editoriais etc. Além disso, busquei analisar como árabes e sionistas foram comparados quando postos lado a lado e como tal enquadramento serviu de explicação para a Questão da Palestina.

Além disso, nessa leitura, busquei analisar como o conflito era visto por ocorrer em uma terra simbólica para uma importante parcela da sociedade norte-americana. Tentei analisar como os árabes e os sionistas eram relacionados à Palestina, isto é, como foram inseridos nas narrativas que tinham a “Terra Santa” como componente central.

Porém, como quis analisar os valores e elementos culturais que exerceram papel político, busquei também as opiniões manifestas, para apreender os valores utilizados para pressionar o governo a agir de acordo com certas demandas.

É importante notar que a opinião expressa pela imprensa é algo mais abrangente que os editoriais. Muitos jornais e revistas dizem que restringem sua opinião ao editorial. Porém, na verdade, a escolha do que dizer, de como dizer, de que ângulo observar ao apresentar notícias e reportagens nos permite apreender a opinião de um periódico ou do segmento social do qual faz parte. Assim, analisei as diversas seções dos periódicos (artigos, reportagens, charges, matérias externas) e não parti do pressuposto de que a opinião política está restrita aos editoriais.

No entanto, evidentemente, o editorial não foi descartado, mas foi analisado para verificar quais argumentos eram utilizados pelos editores para defender sua posição. Deve-se ter em mente que o argumento do editorial deve causar impacto no leitor. Ele deve convencer o leitor que está certo e, assim, deve dialogar com seus valores e expectativas. O que me interessava, afinal, eram esses valores e expectativas.

Assim, algo significativo é perceber os discursos dos periódicos não como meras palavras ou pretextos, mas como discursos em ação, como mobilização de elementos culturais articulados a propostas de ação e como uma busca por dialogar com as expectativas do seu público leitor. Em suma, entendendo que os jornais e revistas devem perscrutar os valores, percepções e crenças do universo de leitores ao qual é destinado e buscar o limite do discurso, das representações e da defesa de ações políticas.

Dessa forma, o eixo principal desta pesquisa foi a análise das representações e dos valores mobilizados na tentativa de direcionar ações políticas.

Por outro lado, outra etapa importante desta pesquisa foi a leitura de documentos referentes à presidência de Harry Truman (ofícios, cartas, atas de reunião, partes de seu diário etc.). Além de buscar analisar a postura do tomador de decisão, seu material foi importante para apreender indícios de como Truman compreendia a Questão da Palestina, quais valores e representações mobilizava e quais suas respostas às demandas de diversos atores não governamentais. Além disso, em alguns episódios chave, tive que ler também documentos do

Departamento de Estado (correspondências, memorandos, ofícios etc.), para buscar identificar os efeitos da pressão da sociedade sobre as políticas oficiais.

Terminada a leitura da documentação, elaborei uma lista de eixos temáticos, após apreender representações e discussões dominantes, assim como tentativas de desafios às representações hegemônicas. Tais eixos temáticos formaram a base para a divisão dos capítulos da Dissertação.

\* \* \*

Como o princípio norteador dessa pesquisa foi a articulação entre cultura e política, a estrutura da Dissertação contém duas partes. A primeira parte é composta por três capítulos de análise das representações culturais no âmbito dos discursos disseminados pela imprensa e a segunda parte, composta por dois capítulos, é dedicada à análise do processo de tomada de decisão política no âmbito do Estado.

Assim, os primeiros três capítulos são dedicados a analisar as representações e os valores presentes entre 1936 e 1945, quando os órgãos de imprensa estudados passaram a discutir a Questão da Palestina de forma mais incisiva, dando ressonância às ansiedades e preocupações sociais e políticas daquele contexto.

Julguei importante realizar um detido estudo analítico sobre como o que ocorria na Palestina em um momento anterior à administração Truman era assimilado e discutido através da imprensa, mobilizando diferentes elementos e sensibilidades culturais. Meu objetivo foi analisar se esses elementos culturais perduraram e como apareceram posteriormente nas discussões sobre o processo de tomada de decisão política propriamente dita. Minha meta foi relacionar as conclusões obtidas nos três capítulos anteriores e verificar como representações e valores foram mobilizados e inseridos em argumentos pró-sionistas entre 1945 e 1948.

O capítulo 1 é dedicado a apresentar as representações de árabes e sionistas nos Estados Unidos. Neste capítulo, busquei demonstrar que os sionistas e os árabes foram vistos por meio de uma dicotomia civilizacional. Os sionistas foram alvo de uma abordagem laudatória, com base em suas características ocidentais, modernas e similares aos norte-americanos, enquanto os árabes foram representados como orientais, atrasados, bárbaros e violentos. E enquanto os sionistas foram vistos como os “americanos no Oriente Médio”, os árabes foram distanciados como “outros” exóticos. Todo esse conjunto de representações foi muito influenciado por uma série de elementos marcados pelo que Edward Said conceituou

Orientalismo. Contudo, embora o Orientalismo tenha sido elaborado na Europa, essa forma de ver o Oriente foi absorvida nos Estados Unidos, onde foram adicionados elementos culturais variados.

No entanto, nos discursos analisados, emergiram vertentes orientalistas peculiares. Menos influenciadas pela questão da raça, as diferentes vertentes orientalistas norte-americanas se fundaram, principalmente, em noções de modernidade e de progresso. Assim, julguei necessário dedicar o capítulo 2 a esse tema. Busquei apresentar nessa parte da Dissertação como o sionismo foi visto como um vetor de progresso em uma terra considerada simbólica, que estava, do ponto de vista dos norte-americanos, em ruínas após séculos de abandono. Já os árabes foram vistos como um entrave ao progresso e como os responsáveis pelo atraso material da Palestina. Busquei ainda analisar as noções de progresso material e social como valores imersos em uma percepção laudatória da modernidade.

Pretendi, nesses dois capítulos, verificar a validade de uma de minhas hipóteses: de que a ação pró-sionista de diversos grupos sociais deveu-se a uma empatia com o sionismo e a um distanciamento em relação aos árabes.

O capítulo 3 é dedicado a analisar uma temática muito presente nas discussões públicas no período entre 1936 a 1948: o sofrimento dos judeus europeus – a crise dos refugiados, o Holocausto e a situação dos judeus sobreviventes no pós-guerra. Esse tópico não estava incluído, inicialmente, em meu projeto de pesquisa. Apesar de ter conhecimento sobre o impacto que tal questão tinha nos Estados Unidos, minha intenção no início da pesquisa era analisar as representações dos sionistas e dos árabes quando postos lado a lado em um esquema de comparação entre grupos humanos.

No entanto, quando li a documentação, em especial a partir do final de 1938, percebi que esse tema era muito presente e estava sendo articulado de forma muito intensa ao que ocorria na Palestina. Além disso, percebi que, sob esse aspecto, não só sionistas e árabes eram postos em narrativas que usavam as representações para explicar o conflito, mas também os britânicos e os norte-americanos. Percebi que a articulação entre judeus-árabes-britânicos-americanos assumiu uma importância grande na discussão sobre a Questão da Palestina, maior do que eu havia pensado anteriormente. Portanto, julguei fundamental incluir esse tópico na Dissertação.

Os capítulos 4 e 5 são dedicados a apresentar a relação entre a dinâmica política norte-americana quanto ao sionismo e as representações culturais mobilizadas no debate. Isto é, a

segunda parte é centrada nas discussões sobre a decisão política de Truman e como elementos culturais enraizados foram inseridos nas discussões.

O capítulo 4 apresenta as lutas políticas em torno do sionismo nos Estados Unidos – a organização do movimento sionista em solo norte-americano, o debate no interior da comunidade judaica sobre o sionismo, a presença de organizações políticas pró-sionistas não judaicas, a oposição dos estrategistas de política externa e a postura política do Presidente Truman. Busquei demonstrar nesse capítulo a abrangência do apoio ao sionismo nos Estados Unidos. Para além de uma questão puramente judaica, o debate sobre a criação de um Estado judeu na Palestina ensejou discussões amplas na sociedade, inclusive com a participação contundente de Congressistas. Além disso, foi o objetivo desse capítulo demonstrar como Truman agiu diante da necessidade de decidir sobre a criação de um Estado judeu na Palestina, suas indecisões, hesitações e mudanças de rumo.

Já o capítulo 5 é dedicado a analisar os valores, as representações, as crenças e convicções políticas mobilizadas no debate sobre a criação de um Estado judeu na Palestina. Procurei apresentar nesse capítulo a ligação entre representações culturais e discursos voltados a defender ações políticas concretas. Nesse sentido, foi o objetivo dessa análise perceber que elementos culturais não são deslocados da vivência política efetiva. A cultura é inserida no debate, em que valores, crenças e representações são mobilizados em um repertório discursivo elaborado para pressionar por um determinado curso de ação política.

Por fim, após as análises contidas nos cinco capítulos, busquei demonstrar outra hipótese: que o apoio ao sionismo nos Estados Unidos articulou três eixos de percepção: a) representações dos árabes e sionistas; b) sentimentos humanitários quanto à situação dos judeus sobreviventes do Holocausto; e c) uma defesa de ações morais e legais na política internacional.

**PRIMEIRA PARTE**

**REPRESENTAÇÕES CULTURAIS**

## CAPÍTULO 1

### REPRESENTAÇÕES DE SIONISTAS E ÁRABES NOS ESTADOS UNIDOS

#### 1.1 A analogia Sionismo-Americanismo e o Orientalismo nos Estados Unidos

Algo que se destaca nos discursos sobre o conflito na Palestina é a empatia e aproximação com os sionistas e o estranhamento e distanciamento em relação aos árabes. Enquanto os imigrantes judeus que se assentavam na Palestina eram apresentados como representantes de um movimento similar ao desenvolvimento dos Estados Unidos como nação, os árabes foram vistos como pessoas diferentes, exóticas, inferiores e sem ponto de interseção com a identidade americana.

O sionismo despertou elementos profundos em vários públicos norte-americanos. Por um lado, esta percepção positiva deve muito à identificação entre os americanos e os judeus, enquanto povo escolhido, perseguido e fundador de uma sociedade “sob Deus” na antiga Palestina. A colonização da América por europeus, fugindo de perseguições religiosas e dispostos a criar uma nova sociedade, já trazia consigo a noção de “Novo Israel”, de uma “Nova Canaã”. Com efeito, os recém-chegados à América no século XVII se viam como os hebreus que haviam peregrinado durante 40 anos pelo deserto e chegado à Terra Prometida (AZEVEDO, 2001, p. 115).

Contudo, no século XX, a analogia que diversos grupos norte-americanos faziam entre si mesmos e os sionistas se constituiu de maneira diferente. Esses grupos, nas décadas de 1930 e 1940, invertem a relação de similaridade entre as narrativas. Se, no século XVII, os colonos ingleses se espelhavam nos antigos hebreus, no século XX eram os sionistas que “emulavam” os norte-americanos, tanto no empreendimento de colonização, quanto no processo de expansão para o Oeste. Assim, as avaliações positivas sobre o sionismo eram uma maneira indireta de exaltar a própria comunidade imaginada norte-americana. O trabalho sionista na Palestina recebia elogios e louvores porque era visto como uma repetição da “aventura na América”. Os sionistas eram “americanos do Oriente Médio” e a Palestina “reconstruída” pelos sionistas seria a “Pequena América do Oriente”.

Dessa forma, os sionistas foram vistos como pioneiros que desbravavam a terra selvagem, o terreno inóspito (*wilderness*). A partir de seu trabalho, reabilitavam uma terra árida, sem vida, e a tornavam uma florescente sociedade de empreendedores e trabalhadores.

Assim, o discurso de elogio aos sionistas não era baseado na religião, mas relacionado a critérios seculares de modernidade.

Embora houvesse referências religiosas à ida de judeus para a Palestina, o principal valor norte-americano atribuído aos sionistas não era religioso. O cerne da valorização do sionismo nesses discursos referia-se ao seu caráter moderno, que levava o progresso à Palestina, uma terra deixada em ruínas pelos árabes e pelos turcos. Dessa forma, os sionistas repetiam o processo de formação dos Estados Unidos, que de acordo com sua narrativa nacional, era a primeira nação moderna do mundo, a primeira colônia a ser independente, uma nação fundada sobre valores republicanos, cujos imigrantes chegaram à América e transformaram o “território selvagem” em uma terra de oportunidades, abundância, riqueza e felicidade.

Além disso, os sionistas repetiam o processo de expansão para o Oeste. Da mesma forma que a criação de novos polos de desenvolvimento na Costa do Pacífico era mais uma etapa da vitória sobre a natureza na América, os sionistas eram vistos como “pioneiros” em uma terra a ser desbravada por povos destemidos e vigorosos.

A vitória sobre o deserto, isto é, sobre a natureza, sobre o terreno inóspito, era uma das características dos sionistas mais exaltadas e que mais os aproximavam dos norte-americanos:

Os judeus fizeram com que partes da Palestina se parecessem com a Califórnia, com centenas de laranjeiras cor de brasa. Eles transformaram muitas áreas selvagens [*wilderness*] em pomares, retiraram água potável de pedras, fizeram florescer cidades da areia sem vida, drenaram pântanos, ajudaram a cobrir o país com uma rede de estradas quase perfeitas, elevaram enormemente o valor da terra e abriram uma diversidade de fábricas.

Isto está sendo realizado por alguns dos mais ardentes, heroicos e trabalhadores [*hardworking*] pioneiros que se encontram em qualquer lugar do mundo. Este antiquíssimo país tornou-se uma terra de jovens. Há uma “Nova Jerusalém” – fora dos antigos muros. E há uma Nova Palestina.

Pessoas valentes chegaram aqui vindas dos confins da terra e tornaram seus sonhos realidade. Eles sonharam com igualdade, justiça e riqueza, e aqui muitas pequenas comunidades tornaram isso realidade. Eles sonharam com liberdade e casas, com propriedade privada, e com o trabalho em pomares, e aqui eles encontraram isso tudo. Eles sonharam com fraternidade, camaradagem, cooperação e aqui eles criaram isso. A Palestina fez mais progresso na última década do que nos vinte séculos passados<sup>6</sup>.

A colonização sionista na Palestina era vista como algo primoroso. Uma reportagem da seção de Economia do jornal *Christian Science Monitor* elogia o trabalho sionista, enfatizado “as transformações que a imigração judaica realizou desde que a Palestina se tornou um Mandato Britânico”<sup>7</sup>. Já o escritor e jornalista holandês-americano Pierre van

<sup>6</sup> Racial rivalries stir two groups in Palestine. *The Christian Science Monitor*, 15 de maio de 1936, p. 3.

<sup>7</sup> Palestine is need of wider markets for citrus fruit. *The Christian Science Monitor*, 31 de julho de 1936, p. 11.

Paassen mostrou-se maravilhado pelo trabalho sionista. Em seu livro intitulado “Esta é a Palestina que eu vi”, ele diz que “a transformação da Palestina é uma das maravilhas de nossa era. O deserto que a tudo domina foi vencido: as terras incultas (*wastelands*) foram redimidas”<sup>8</sup>.

Havia uma percepção de que o trabalho agrícola sionista fazia com que partes da Palestina se tornassem similares a determinadas regiões nos Estados Unidos. Segundo reportagem da *National Geographic*, a visita a uma colônia agrícola sionista era similar a “uma viagem pelo cinturão de laranjas do Sul da Califórnia e da Flórida”<sup>9</sup>.

Porém, tais percepções não eram direcionadas somente ao meio rural. A atividade sionista em ambientes urbanos também era louvada. As cidades da Palestina construídas ou que possuíam uma grande população de imigrantes judeus eram objeto de análises que expressavam uma sensação de profundo deslumbramento e admiração. Destacam-se Tel Aviv e Haifa.

A legenda de uma fotografia da cidade de Tel Aviv na revista *Life* diz: “uma impecável praça em Tel Aviv (pop. 175.000). Há trinta anos, o local não era nada além de dunas de areia”<sup>10</sup>. O *New York Times* conta que Tel Aviv “foi erguida das dunas de areia para se tornar uma moderna comunidade na Palestina com mais de 150.000 habitantes”<sup>11</sup>. A revista *National Geographic* denomina Tel Aviv de o “fenômeno do Oriente Médio”, uma cidade onde “o contraste entre modos de vida dos tempos bíblicos e a ultramodernidade é quase inacreditável”<sup>12</sup>.

Já o jornalista George Brandt, escrevendo para o *New York Times*, fala da cidade:

A mais espetacular das realizações modernas na Palestina é Tel Aviv, a cidade totalmente judaica do Mediterrâneo, próxima a Haifa. Antes da Guerra Mundial, Tel Aviv mal aparecia nos mapas. Com o influxo de sionistas saídos da Europa e da América, ela se tornou o centro para a maioria das novas comunidades agrícolas, com uma população bem superior a 100 mil. Esta, a cidade mais nova do mundo, é também a mais moderna. [...] Proeminentes arquitetos da América e da Europa projetaram, com estruturas modernistas, milhares de casas brancas brilhantes, hotéis, prédios de escritórios, teatros. Aqui há clubes noturnos que poderiam ser transportados para a Broadway e ficar inteiramente harmoniosos<sup>13</sup>.

<sup>8</sup> *Apud* The Transformation of Palestine. *The Christian Science Monitor*, 27 de março de 1939, p. 8.

<sup>9</sup> SIMPICH, Frederick; MOORE, W. Robert. Bombs over Bible lands. *National Geographic Magazine*, agosto de 1941, p. 149.

<sup>10</sup> GUNTHER, John. Chaim Weizmann: Zionist leader. *Life Magazine*, 12 de junho de 1939, p. 60.

<sup>11</sup> Tel Aviv greeted at Zionist rally. *The New York Times*, 29 de junho de 1939.

<sup>12</sup> SIMPICH, Frederick; MOORE, W. Robert. Bombs over Bible lands. *National Geographic Magazine*, agosto de 1941, p. 142.

<sup>13</sup> BRANDT, George. Palestine modernized. *The New York Times*, 9 de janeiro de 1938, revista, p. XX12.

A cidade de Haifa também era louvada por seus “modernos distritos comerciais”, que deixam seus visitantes “incrédulos”<sup>14</sup>. Na verdade, se Haifa e Tel Aviv são cidades modernas, seu maior mérito é sua similaridade às cidades norte-americanas. Haifa, para o *New York Times*, é “como uma moderna cidade americana”<sup>15</sup>. A revista *Life* diz que a “esplêndida” praia de Tel Aviv é uma “Coney Island na Palestina”<sup>16</sup>; em outra oportunidade, diz que é “como Miami Beach”<sup>17</sup>. O correspondente internacional do *Christian Science Monitor* R. H. Markham diz que Tel Aviv “é uma pequena Califórnia”<sup>18</sup>. E sintetizando essa empatia, o *Christian Science Monitor* afirma que Tel Aviv “é um pequeno pedaço da América construído na Palestina”<sup>19</sup>.

Diante dessa percepção, ao mesmo tempo em que os sionistas eram vistos como similares aos norte-americanos, os árabes foram distanciados como o “Outro”. Na verdade, a similaridade entre os sionistas e os norte-americanos trazia em si uma analogia entre os árabes e os povos indígenas que habitavam a América quando os colonos europeus chegaram:

Os colonos brancos na América não ficariam contentes em deixar o governo nas mãos dos índios e a maioria dos entusiásticos jovens judeus aqui têm exatamente a mesma atitude<sup>20</sup>.

Assim, o conflito entre sionistas e árabes era visto como uma repetição dos confrontos entre colonos europeus e índios americanos. A jornalista Adelaide Stedman diz no *Christian Science Monitor* que os sionistas se defendiam construindo “barricadas, paliçadas e fossos”, em uma tática “muito parecida com [a dos] os colonos americanos no início do século XIX”<sup>21</sup>. Na *National Geographic* de dezembro de 1938, o autor diz que viu mulheres sionistas trabalhando nas comunidades agrícolas “enquanto seus homens estavam de guarda com rifles, vigiando os árabes, do mesmo modo que os pioneiros da Nova Inglaterra carregavam seus mosquetes dos campos para a Igreja, alertas contra os ataques dos índios”<sup>22</sup>.

A identificação entre norte-americanos e sionistas construída pelos veículos de comunicação aqui analisados se deu pela articulação de vários elementos constitutivos de uma

<sup>14</sup> SIMPICH, Frederick ; MOORE, Robert. Bombs over Bible lands. *National Geographic Magazine*, agosto de 1941, p. 151.

<sup>15</sup> Disputed land. *The New York Times*, 26 de março de 1939.

<sup>16</sup> Jews from the world’s cities now farm Palestine. *Life Magazine*, 5 de julho de 1937, p. 56.

<sup>17</sup> Jewish Homeland. *Life Magazine*, 11 de outubro de 1943, p. 95.

<sup>18</sup> MARKHAM, R. H. From Dan to Beersheba in five hours. *The Christian Science Monitor*, 23 de outubro de 1936, p. 2.

<sup>19</sup> Palestine: races renew old struggle. *The Christian Science Monitor*, 4 de setembro de 1936, capa e página 6.

<sup>20</sup> Racial rivalries stir two groups in Palestine. *The Christian Science Monitor*, 15 de maio de 1936, p. 3.

<sup>21</sup> STEDMAN, Adelaide. The Wide Horizon: the Palestine laboratory. *The Christian Science Monitor*, 14 de novembro de 1939, p. 22.

<sup>22</sup> SIMPICH, Frederick. Change comes to Bible lands. *National Geographic Magazine*, dezembro de 1938, p. 719.

identidade americana que se queria exaltar. Tal identificação articulou qualidades vistas por alguns grupos sociais como centrais à noção de “ser americano”. Para a revista *Life*, “os judeus da Palestina, como os americanos no século XIX, são um novo povo; são audaciosos, vigorosos, amigáveis e originais. Eles trabalham duro e seu natural idealismo social é direcionado para fazer avançar sua comunidade, ao invés de a si mesmos”<sup>23</sup>.

Assim, a maior parte dos louvores ao sionismo vinha de grupos sociais cujos integrantes viam a ideia de uma nação americana moderna e orientada para o futuro como um dos fundamentos culturais que alicerçavam a sua identidade.

Tal percepção está relacionada ao que Benedict Anderson (2008) destacou como processos de imaginação da nação. Segundo Anderson, uma nação é uma “comunidade imaginada”. Não é algo inaudito afirmar que a nação não é da ordem natural das coisas do mundo, mas construída, elaborada de forma coletiva por meio de dinâmicas sociais em contextos históricos determinados. Porém, o interessante a destacar nas teorizações de Anderson é que, segundo ele, o nacionalismo não é uma ideologia (elaborada racionalmente como sistemas organizados de ideias políticas), como o liberalismo e o marxismo, por exemplo, mas uma imaginação concebida culturalmente. Para Anderson, os diferentes nacionalismos são “produtos culturais específicos” (ANDERSON, 2008, p. 30).

Nesse sentido, o sionismo, representado como a repetição da construção da América, era um sionismo imaginado, elaborado na articulação entre a visão positiva da colonização sionista da Palestina, de um lado, e a narrativa idealizada da formação dos Estados Unidos como país, de outro. Os grupos sociais que louvavam o esforço sionista no solo da Palestina viam aí a repetição de sua história, o surgimento de uma “nova América”.

Portanto, o entendimento do sionismo entre diversos grupos e indivíduos nos Estados Unidos era mais imaginativo do que propriamente organizado e sistematizado. Por conta disso, nos discursos contidos nos cinco veículos de comunicação analisados, as divisões ideológicas do sionismo não recebem uma atenção proeminente. Não são encontradas análises mais aprofundadas sobre as divergências entre sionistas trabalhistas, revisionistas, religiosos etc. O que predomina nos discursos é a percepção do trabalho prático sionista – a “reconstrução” da Palestina empreendida por agentes civilizadores ocidentais em uma terra atrasada e carente de mão humana.

Por outro lado, tal imaginação estava inserida em uma visão mais ampla sobre o lugar de sionistas e norte-americanos em um mundo dividido em “tipos” de seres humanos. Um dos

---

<sup>23</sup> Jewish Homeland. *Life Magazine*, 11 de outubro de 1943, p. 93.

elementos centrais na construção da afinidade entre norte-americanos e sionistas nesses discursos foi a percepção do pertencimento de ambos ao “Ocidente”, pois o sionismo repetia a construção da América no “Oriente”. Com efeito, ao analisarmos as discussões públicas sobre a Questão da Palestina nesses veículos de imprensa, apreendemos uma estrutura narrativa bipolar, em que o conflito passou a ser definido como um choque entre Ocidente e Oriente. Assim, a principal característica a definir o árabe da Palestina era ser “oriental”, enquanto o que definia o sionista era sua origem “ocidental”.

Essa visão bipolar das populações em conflito se alimentou profundamente do que Edward Said conceituou de “Orientalismo” (2007[1978]), isto é, um corpo de ideias e representações estereotipadas e preconceituosas em relação aos árabes e/ou muçulmanos que ditaram a percepção europeia das populações do Oriente Médio. Essas ideias orientalistas chegaram aos Estados Unidos e frutificaram com matizes puramente americanos. Podemos ver em ação, desta forma, um Orientalismo especificamente norte-americano.

Segundo Said, a importância do Orientalismo reside no fato de que ele extrapolou os limites acadêmicos e se disseminou para a cultura geral no Ocidente. Para ele, o Orientalismo também é um corpo de ideias que, ao ser amplamente divulgado, tornou-se um modo de enxergar o Oriente. Assim, o Orientalismo acadêmico – um conhecimento produzido nas universidades ao longo do século XIX – foi alçado à condição de discurso verdadeiro e como base de legitimidade dos discursos sobre o Oriente, o que provocou o surgimento de um “cânone orientalista” (SAID, 2007, p. 31). Diante disso, um autor de fora do meio acadêmico orientalista poderia utilizar – sem medo de ser incompreendido – o vocabulário e as generalizações fornecidos pelo orientalista. Autores diversos, não especialistas em Oriente Médio, poderiam utilizar os lugares-comuns orientalistas para argumentar em favor de sua teoria mais geral.

O Orientalismo como representação do “Oriental” tornou-se um discurso confortável, algo ao qual se poderia recorrer a qualquer momento e ser compreendido. O Orientalismo essencializa “o oriental”, criando uma figura abstrata que tem embutido em si um conjunto de qualidades, mentalidades, comportamentos e ações previsíveis. E, com isso, os atributos orientais fornecidos, fortalecidos e reafirmados eram inquestionados, servindo de argumento para qualquer generalização.

Porém, o Orientalismo não é apenas uma representação, mas também um corpo de ideias dotado da capacidade de fazer agir. Assim, as ideias orientalistas são, a um só tempo, formas de enxergar o Oriente e diagnósticos de como lidar com o Oriente. É um corpo de

textos e ações. Ações que são possibilitadas por uma relação de poder entre o Ocidente e o Oriente. Segundo Said, o Ocidente fala porque tem condições de falar, porque detém o poder para tal, enquanto o Oriente, relativamente mais frágil, serve ao Ocidente como campo de estudos, laboratório e como território a ser dominado.

Edward Said diz que o Orientalismo é principalmente caracterizado por ser:

Um corpo elaborado de teoria e prática [...], um sistema de conhecimento sobre o Oriente, uma rede aceita para filtrar o Oriente na consciência ocidental [...], que multiplicou – na verdade tornou verdadeiramente produtivas – as afirmações que transitam do Orientalismo para a cultura geral (SAID, 2007, p. 33-4).

A interpretação dominante nos Estados Unidos sobre o conflito na Palestina apresenta de forma sólida a transição de um conhecimento orientalista acadêmico para a percepção de um segmento social mais amplo<sup>24</sup>. Assim, os árabes da Palestina são a antítese “oriental” dos sionistas.

A Revista *Life* elogia as cidades e os assentamentos agrícolas sionistas na Palestina afirmando que “os judeus se apoiam na civilização ocidental”<sup>25</sup>. Já o *Christian Science Monitor*, após dizer que os sionistas são “inteligentes, altamente instruídos e autoconfiantes”, fala sobre os árabes: “é claro, os antigos árabes, acostumados às maneiras orientais, não são páreos para eles”<sup>26</sup>.

Em 1937, o colunista P. W. Wilson escreve para o *New York Times*:

O problema é então agudamente definido. Árabes e judeus estão vivendo em um mundo moderno, mas eles abordam este mundo de formas diferentes. O árabe olha o progresso como um Oriental, que é zeloso por preservar as características familiares em uma paisagem que, por séculos, foi sua casa. O judeu saiu do Ocidente e está ansioso para adotar as mais recentes ideias – culturais, agrícolas e industriais – para desenvolver o [lugar] que ele também considera sua casa.<sup>27</sup>

O jornalista George Brandt insere o sionismo na tradição orientalista de louvor ao Ocidente: “o planejamento moderno [sionista] está transformando a cena pastoril em um lugar

<sup>24</sup> Um caso emblemático foi o livro *Modern trends in Islam*, do orientalista britânico H. R. Gibb, que recebeu ampla difusão nos Estados Unidos. Nessa obra, publicada em 1947, Gibb afirma que a “mente árabe” tem aversão ao racionalismo e rejeita o pensamento racionalista (SAID, 2007, p. 157). A obra foi recomendada pelo *New York Times* como “uma introdução para o leitor geral”, para que tome conhecimento do Islã, “uma religião quase totalmente desconhecida pelo Americano”. MOTTER, Thomas Veil. Exploring the Muslim world. Resenha do livro *Modern trends in Islam*. *The New York Times*, 22 de junho de 1947, review of books, p. BR23.

<sup>25</sup> Jews from the world's cities now farm Palestine. *Life Magazine*, 5 de julho de 1937, p. 59.

<sup>26</sup> Palestine: races renew old struggle. *The Christian Science Monitor*, 4 de setembro de 1936, capa.

<sup>27</sup> WILSON, P. W. Holy Land as it is today and as it will be under the British partitioning. *The New York Times*, 11 de julho de 1937, p. 51.

urbano digno de comparação com qualquer lugar no Ocidente”<sup>28</sup>. Ou seja, o Ocidente é o padrão de bem-estar, progresso, modernidade e felicidade material.

Percebe-se que há uma profusão de elogios à vida no Ocidente. Trata-se de uma visão idealizada, que submerge todas as desigualdades e conflitos sociais nos Estados Unidos e na Europa (vistos como os bastiões do Ocidente) sob o manto da superioridade da civilização ocidental. Como diz Edward Said, o Orientalismo essencializa não só o Oriente, mas também o Ocidente.

Assim, foi construída uma dicotomia poderosa entre os dois grupos. Árabes e sionistas foram representados de forma diametralmente oposta. Havia, nessa percepção, uma diferença de essência entre ambos os grupos. Os sionistas, representantes do Ocidente eram a face bela, limpa, progressista, trabalhadora e “igual a nós”. Enquanto os árabes foram completamente distanciados, tornados “outros”, radicalmente “diferente de nós”.

Havia uma percepção de que os dois grupos eram radicalmente diferentes entre si. Segundo essas apresentações, os dois grupos eram entidades fechadas que poderiam ser colocadas lado a lado em um esquema de comparação e explicação.

O jornalista P. W. Wilson, escrevendo no *New York Times*<sup>29</sup>, apresenta três fotografias caracterizando os “tipos” de grupos humanos em conflito na Palestina, por meio da busca de elementos úteis para representar os grupos em apenas uma imagem. Há uma associação entre a classificação de grupos humanos, suas atividades e a construção do espaço. Os sionistas são representados por Tel Aviv e a imagem enfatiza uma cidade moderna, simétrica e arborizada; já os árabes são apresentados por uma multidão de pessoas aglomeradas em um lugar que a legenda denomina de “típica rua em um vilarejo árabe”, denotando atraso, confusão e exotismo. Percebem-se oposições do tipo ordem x desordem; simetria x assimetria; limpeza x sujeira; empatia x estranhamento. Entre ambas as fotografias, há uma imagem dos britânicos, que são representados por um batalhão em marcha, significando poder militar e sua atribuição de pôr ordem na Palestina, ocupando a posição de mediador dos dois lados em confronto.

A comparação espacial aparece de forma mais contundente na reportagem de R. H. Markham<sup>30</sup> para o *Christian Science Monitor*. Em viagem pela Palestina, o autor passa por áreas habitadas por sionistas e por árabes. Em seu texto, ele faz comparações, descrevendo o

---

<sup>28</sup> BRANDT, George. Palestine modernized. *The New York Times*, 9 de janeiro de 1938, revista, p. XX12.

<sup>29</sup> WILSON, P. W. Basic facts about Palestine. *The New York Times*, 11 de julho de 1937, p. 51.

<sup>30</sup> MARKHAM, R. H. From Dan to Beersheba in five hours. *The Christian Science Monitor*, 23 de outubro de 1936, p. 2.

contraste entre as “duas Palestinas”. Após louvar a Palestina sionista, moderna, ocidentalizada, verde e fértil, ele fala da Palestina árabe:

Não há rios ou mananciais, mas ocasionais poços, cada um deles rodeado por uma multidão de homens e mulheres, retirando água para seus animais e enchendo seus odres de pele de cabra. [...] O país luta para ser verde, mas é um deserto [*wilderness*]. Em cada lado da estrada, a cevada tenta em vão crescer. Os caules possuem cerca de 4 polegadas de altura, muito separados um do outro, amarelando antes de chegar à altura máxima. Eles são derrotados. Esses são campos solitários, definhados, frustrados.

Essas representações assumiram para certos grupos norte-americanos uma aura de verdade incontestável. E a interpretação assume uma simplicidade confortável. O esquema bipolar reforça identidades, quando o enunciador da fala atribui a si (e a sociedades vistas como similares) a “normalidade”, enquanto se refere a outros como exóticos e diferentes.

Porém, trata-se de uma representação. A noção de representação é entendida aqui não como apreensão fiel do “real”, mas como “forma de atribuição de sentido” (SILVA, 2003, p. 90-1). Ou seja, a representação como marca ou traço exteriorizado que alude ao real, pretende dizer sobre o real, mas que traz em si um significado atribuído pelo autor, na tentativa de ser compreendido pelo leitor.

As representações precisam ser “lidas”. Assim, a representação é uma mediação linguística, que necessita utilizar códigos compartilhados. Representações textuais e imagéticas só podem ser entendidas por meio de traços reconhecidos. Logo, a representação é uma estratégia de comunicação.

Em certas ocasiões, a representação não precisa ter relação direta com uma “realidade”. Em sistemas de representação tributários de uma perspectiva hierárquica dos grupos humanos<sup>31</sup>, a coerência interna da classificação é mais fundamental do que uma busca por um olhar mais próximo com o que é representado. A representação tem de fazer sentido, ser coerente e ser parte de um sistema ou quadro explicativo. Evidentemente, a representação é tangente à realidade. Ela não é deliberadamente inventada. Mas é simplificada e ajustada a padrões reconhecidos, trazida para o universo cognitivo do interlocutor ao qual se dirige.

As representações conseguem efeitos confortáveis porque são mais simples que a realidade. Diante de uma realidade com múltiplas variáveis, a representação “explica” o

---

<sup>31</sup> É preciso destacar, porém, que essa percepção era contestada em meios acadêmicos. Importantes nomes da Antropologia nos Estados Unidos durante as décadas de 1920 e 1930 confrontavam a ideia de “tipos” diferentes de seres humanos, bem como a noção de que havia culturas inferiores (ver BLANCHETE, 2006, p. 221-7). Contudo, apesar da existência de discursos divergentes nas universidades, as representações contidas na imprensa tendiam a reproduzir a percepção de que havia diferentes tipos de grupos humanos. Assim, em todos os veículos de comunicação analisados para esta pesquisa, não foram encontrados questionamentos sobre a ideia de que havia culturas superiores e culturas inferiores.

mundo, um mundo que do contrário seria angustiante. Assim, como simplificações, submergem toda a complexidade das sociedades (como o Ocidente e o Oriente, sionistas e árabes) em tentativas de construir quadros explicativos confortáveis e sistemas de oposição coerentes.

Tal coerência nem sempre é conseguida e os discursos estão carregados de contradições e inconsistências. Contudo, há uma busca incessante para enquadrar a realidade em sistemas de explicação. No caso da Questão da Palestina, essa tentativa está presente e os analistas do conflito nos Estados Unidos buscavam estabelecer quadros inteligíveis para a atuação de árabes e sionistas.

Dessa maneira, o Orientalismo como representação do Oriente tornou-se uma forma de enxergar os árabes. Ao apresentar-se como adequado para compreender “o” árabe ou “o” muçulmano, o discurso orientalista forneceu um conjunto de imagens e representações compreensíveis e de fácil assimilação. Tudo se explicava pela essência oriental, em contraposição à essência ocidental.

Na verdade, o Orientalismo é um fenômeno relacionado ao que Reinhart Koselleck denominou “conceitos opostos assimétricos” (KOSELLECK, 2006, p. 193), isto é, a construção de oposições entre dois grupos humanos em que o enunciador sempre se coloca na posição positiva e atribui ao outro lado toda a carga negativa. São pares antitéticos elaborados pelo Eu para classificar um Outro. Koselleck se refere aos conceitos como assimétricos porque não se trata de uma oposição equivalente. São oposições em que os valores dos polos são desiguais, desproporcionais. Além disso, enquanto o enunciador define o enunciado, ou seja, quando o Eu se propõe a dizer o que o Outro é, o Outro não se reconhece nessa definição.

A oposição assimétrica se constrói por meio de pares antitéticos onde há um polo positivo, visto como o “normal”, e o polo negativo, definido pelo enunciador por ser destoante da normalidade e que recebe toda uma carga de estereótipos depreciativos e preconceituosos. Todo traço positivo do enunciador tem uma contrapartida negativa no enunciado: bom-mau, limpo-sujo, honesto-desonesto, racional-irracional, moderno-atrasado, civilizado-bárbaro, pacífico-violento etc.

Segundo Koselleck, os atributos e os elementos contidos nos pares antitéticos variam historicamente. Porém, ele chama atenção para o que denomina “contemporaneidade do não-contemporâneo”. Para o autor, as variações históricas não surgem intempestivamente, mas são elaboradas por meio de elementos já existentes. E, assim, há uma estrutura antitética

persistente na qual “ingressam diferentes zonas de experiência histórica”. (KOSELLECK, 2006, p. 196).

Porém, é importante ressaltar que, para Koselleck, a divisão entre as oposições assimétricas não é rígida. Os elementos mobilizados na definição dos pares antitéticos podem se articular, se deslocar se transmutar em outros. Uma dada oposição assimétrica racial, por exemplo, pode se transmutar em comportamental e vice-versa. Ou seja, as oposições assimétricas podem variar e podem assumir formas interpretativas diversificadas.

Com efeito, podemos perceber que o Orientalismo norte-americano não era um bloco monolítico. Ao contrário, como bem aponta Malini Johar Schueller (1998, p. ix-x), deve-se ressaltar que houve distintas vertentes orientalistas nos Estados Unidos. Ela não contesta que houve discursos hegemônicos e dominantes sobre o Oriente, mas chama a atenção para a existência de vários outros textos, produzidos por autores específicos e em contextos distintos, que desafiavam o discurso mais disseminado. Segundo ela, esses textos criaram “múltiplas e diversas variedades do Orientalismo” (SCHUELLER, 1998, p. 4). Assim, os elementos orientalistas mobilizados podiam variar de acordo com o grupo social que falava e de acordo com o traço identitário que se queria valorizar.

Por outro lado, havia variações não apenas oriundas de quem falava, mas sobre de que “Oriente” se falava. Ao longo da história dos Estados Unidos, muitos textos e representações foram produzidos sobre a Índia, o Norte da África, o Oriente Médio, o Japão e a China. Edward Said (2007, p. 27) afirma que em grande parte do século XIX, o Oriente dos Estados Unidos era o Extremo Oriente, ou seja, China e Japão. Contudo, Schueller demonstra que os norte-americanos já continham elementos suficientes para construir formas específicas de verem os “vários Orientes”.

Assim, as oposições assimétricas podem assumir formas mais complexas, de acordo com o traço identitário que se quer valorizar e de acordo com o grupo apresentado como par inferiorizado. Dependendo do grupo em pauta, certas características podem ser inseridas na narrativa e outras excluídas.

Dessa forma, houve distinções significativas entre as categorias analisadas e mobilizadas pelas diferentes vertentes orientalistas – raça, cultura, religião – de acordo com o contexto histórico e/ou social em que era construída a ideia de “Oriente”. Mas não eram mutuamente excludentes. Como bem aponta Koselleck, em determinadas ocasiões, pode haver a mobilização de diversos elementos de oposição assimétrica em conjunto

(KOSELLECK, 2006, p. 196). Assim, os pares antitéticos orientalistas puderam mobilizar diferentes elementos e transitar entre eles para compor maneiras de representar o “oriental”.

Quanto à experiência norte-americana fora de suas fronteiras, o “Oriente” variou e, como bem demonstra Schueller (1998, p. 3-4), o Orientalismo assumiu variações em termos históricos. O “Oriente” em pauta respondia a questões internas e externas que mudavam ao longo do tempo.

Assim, no final do século XVIII e início do século XIX, o Oriente que mais chamava a atenção no país era o Norte da África. Nesse período, os Estados Unidos combateram grupos norte-africanos nas chamadas “Guerras Berberes” [*Barbary Wars*], após atos de pirataria por parte de grupos berberes contra embarcações norte-americanas.

Por outro lado, em boa parte do século XIX, o Orientalismo norte-americano estava ligado aos trabalhos de Egiptologia e Indologia e à noção de missão americana no mundo, em um momento de expansão do comércio norte-americano com a Ásia, bem como pela maior proximidade com as populações de diversas partes do continente asiático, em especial o Japão e a China. Além disso, este foi também o momento da investida missionária de diversos grupos protestantes, que a partir de 1819 começaram a fluir em grandes números para a Ásia, com o objetivo de converter pessoas para o cristianismo ocidental, empreendimento que, em diversas ocasiões, levou a projetos educacionais por meio da fundação de instituições de ensino, como a Universidade Americana de Beirute.

Assim, o Oriente estava exposto a duas formas de interpretação, bem como a duas formas de ingerência: a) um lugar a ser descoberto pelo Ocidental educado e dotado de mente científica para decifrá-lo; ou b) os orientais como pessoas a serem salvas pelos missionários americanos, que ensinariam os chineses ou árabes a serem “civilizados” por meio de suas instituições educacionais.

As variações do Orientalismo nos Estados Unidos também seguiam linhas de divisão entre diferentes áreas do país. Segundo Schueller, até a Guerra Civil (1861-1865), o Orientalismo praticado no Norte esteve profundamente ligado à noção de Império e à expansão dos Estados Unidos dentro e fora da América. Por outro lado, a autora demonstra que o Orientalismo no Sul do país mobilizava outros elementos. Muito influenciados pelas suas próprias questões, diversos autores sulistas da primeira metade do século XIX articulavam suas ideias sobre o Oriente a critérios raciais, fundados no nacionalismo sulista, que buscava construir uma identidade americana em torno da noção de “América Branca”. (SCHUELLER, 1998, p. 9).

Após o fim da Guerra Civil, desenvolveram-se outras formas de enxergar o Oriente. Como demonstram Meghana Nayak e Christopher Malone (2009), no final do século XIX e início do século XX, o Orientalismo existente entre diversos grupos do Nordeste do país estava intimamente ligado à ideia de excepcionalismo americano e de missão americana no mundo (NAYAK e MALONE, 2009, p. 254). Assim, o norte-americano era visto como excepcional, um povo único, não só diferente do “Oriental”, mas também de outras populações consideradas ocidentais.

Além disso, a vertente do Orientalismo dominante no Norte dos Estados Unidos na virada do século XIX para o século XX passou a mobilizar noções de modernidade, ciência, civilização e progresso para construir a diferença entre Ocidente e Oriente. Instigados pela rápida industrialização do país e pela expansão da produção material, tais valores, cada vez mais, tornaram-se hegemônicos como valores norte-americanos e como elementos de identidade entre diversos grupos sociais radicados nas grandes cidades do Nordeste dos Estados Unidos (CHRISTISON, 1999, p.18).

Porém, mesmo nessa região do país houve diferenças marcantes. Uma importante vertente orientalista norte-americana foi o que Naomi Roseblatt (2009) denominou de “Orientalismo popular”, um Orientalismo de massas que tomou corpo a partir do final do século XIX. Segundo a autora, essa vertente orientalista articulou a diferença entre o Ocidente e Oriente à superioridade material dos Estados Unidos. Produzido para consumo das classes médias em expansão, era um “Orientalismo estético” e se fundamentou em um profuso imaginário sobre os árabes, representados como pessoas exóticas, que viviam em lugares desérticos e estranhos, e marcados pela excessiva sensualidade (ROSEMBLATT, 2009, p. 53). Dessa forma, estava mais baseado em imagens do que em análises pretensamente “científicas” sobre o Oriente.

Assim, o Orientalismo destinado ao consumo de massas era um conjunto de códigos amplamente reconhecidos pelos grupos sociais que conheciam uma expansão material e que queriam conhecer o Oriente sem precisar se ausentar de seu país. Essa variante orientalista foi favorecida pelas grandes exposições na virada do século, em que diversos estandes apresentavam aos visitantes povos “exóticos” e “primitivos”<sup>32</sup> (ROSEMBLAT, 2009, p. 51). Quanto ao “Oriente árabe”, tais códigos eram advindos de um ensino há muito enraizado no país, originados principalmente de conteúdo bíblico, histórias do Islã, relatos de viagens e dos

---

<sup>32</sup> Para uma maior análise sobre as grandes exposições na Europa e nos Estados Unidos, ver CORBEY, Raymond. Ethnographic showcases (1870-1930). In: *Cultural Anthropology*, vol. 8, nº 3 (august, 1993), p. 338-69.

contos das *Mil e Uma Noites* (LITTLE, 2002, p. 11-3). A vertente imagética do Orientalismo tornou-se, dessa forma, enraizada culturalmente entre diversos grupos sociais. Assim, para grande parte da sociedade norte-americana, os árabes aparecem representados como um “outro” distante, como um grupo humano exótico, inferior e bárbaro.

Podemos encontrar essa formulação imagética nas décadas de 1930 e 1940. O Orientalismo “estético” era amplamente explorado por veículos de mídia, principalmente pelas revistas que se dedicavam ao fotojornalismo, como a *Life* e a *National Geographic*. Assim, as imagens dos árabes em geral apresentam deserto, camelo, turbante, cimitarra (ou simplesmente espada); e o enquadramento do personagem é construído por meio do deserto, de estruturas antigas ou por mesquitas e minaretes<sup>33</sup>.

Além disso, a simplificação das representações fez surgir uma onipresença imagética da figura do árabe como beduíno, sempre tendo seu camelo como companheiro. Ainda que houvesse uma grande diversidade de grupo sociais árabes na Palestina, o beduíno era o representante árabe em oposição à figura do sionista. Já o sionista era retratado como pioneiro: vestia calça, blusa e chapéu e era apresentado trabalhando, usando um arado ou dirigindo um trator.

Tais imagens não eram aleatórias, é claro. Havia, de fato, árabes que viviam segundo as tradições das tribos beduínas, com roupas, formas de habitação, costumes sociais característicos e vida nômade. Da mesma forma, os sionistas, ao enfatizar o trabalho na terra, efetivamente utilizavam a vestimenta de “pioneiro”. Contudo, tais imagens não davam conta de toda a diversidade de sionistas e árabes, eram redutoras, tomadas como representantes visuais da essência de ambas as comunidades<sup>34</sup>.

Na revista *Life* de novembro de 1946, o perfil de ambos os grupos é definido (vide figuras 1 e 2, abaixo).

---

<sup>33</sup> Não só a imprensa manifestava a estética orientalista. Jack Saheen, em um exaustivo trabalho de pesquisa (que lhe tomou 20 anos), analisou como os árabes eram representados no cinema de Hollywood, entre 1896 e 2001, e encontrou uma maneira dominante de apresentar os árabes. Embora ele tenha encontrado formas bastante diversificadas, os árabes, na grande maioria das vezes, são representados de forma inferior, como exóticos, violentos ou como inocentes que precisam ser salvos. Mas ele apresenta uma lista de filmes que apresentam os árabes de forma positiva. Porém, o mais interessante a se notar é como os elementos imagéticos mobilizados para representar os árabes em vários filmes das décadas de 1930 e 1940 seguem o padrão hegemônico visto nos dois jornais e nas duas revistas analisados para esta pesquisa (Ver SAHEEN, 2001).

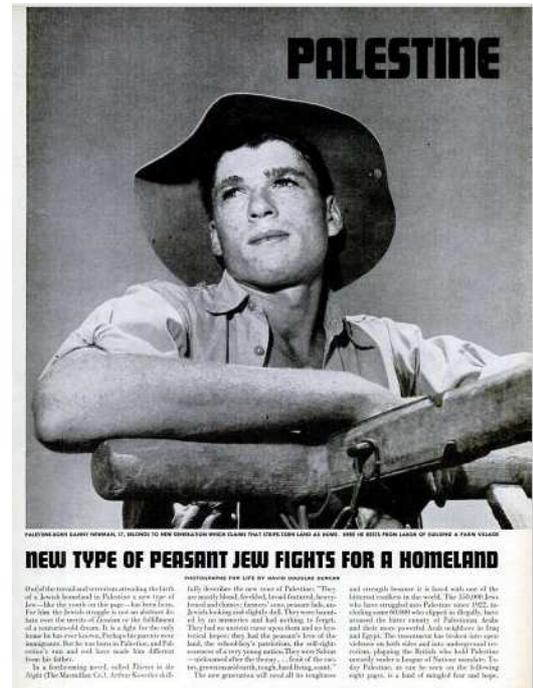
<sup>34</sup> Seria uma análise interessante verificar a reflexibilidade de tais imagens entre os sionistas e os árabes. Ou seja, analisar como as imagens construídas nos Estados Unidos corresponderiam às imagens elaboradas pelos próprios atores na Palestina. Contudo, devido aos limites desse trabalho, não foi possível incorporar esse aspecto certamente interessante e enriquecedor.

Figura 1



Life Magazine, 4 de novembro de 1946, capa

Figura 2



Life Magazine, 4 de novembro de 1946, p. 107

Destaca-se no título da reportagem (p. 107) que o pioneiro sionista era um “novo tipo de lavrador”. Não era o judeu tradicional, mas um novo tipo de judeu. O judeu que foi à Palestina trabalhar a terra. O arado faz parte da composição visual do perfil. Por outro lado, o árabe é apresentado como um beduíno, e seu camelo ocupa o primeiro plano da imagem. São imagens opostas. Há uma aproximação com o sionista e um distanciamento em relação ao árabe. Essa é uma forma frequente de construir imagens para apresentar árabes e sionistas e que deve muito às construções imagéticas do Orientalismo estético.

Percebe-se, portanto, que Orientalismo adquiriu formas diversificadas nos Estados Unidos. De uma vertente fundamentada em conhecimento acadêmico, legitimadora e detentora de credibilidade científica, a uma vertente estética, direcionada ao consumo de massas, passando pela vertente jornalística, voltada para informar um variado público, interessado em análises “sérias” do mundo. Porém, não eram vertentes herméticas. Houve diversas articulações entre elas: uma apresentação estética poderia estar articulada a análises sobre “o comportamento” ou “a mentalidade” árabe etc.

Contudo, a despeito de suas variantes perceptíveis, o Orientalismo manteve um núcleo resistente, um centro interpretativo ao redor do qual poderiam gravitar interpretações variadas, mas que obedeciam a um padrão relativamente estável no tempo e disseminado entre vários grupos da sociedade.

Com efeito, embora possamos ver traços distintos, a afirmação dos pares antitéticos assimétricos e os componentes centrais do Orientalismo permaneceram intactos: a construção de uma diferença de essência entre Ocidente e Oriente; a criação de uma bipolaridade marcante entre duas formas de civilização vistas como radicalmente distintas e de valor desigual. Portanto, não são exatamente Orientalismos diferentes, mas variantes que gravitavam em torno de um núcleo interpretativo persistente historicamente e difundido entre diferentes grupos sociais.

Evidentemente, houve tentativas de contestação dos preceitos orientalistas que circulavam na sociedade norte-americana. Mas a bipolaridade Ocidente-Oriente era tão forte que foram raros os casos em que vozes se levantaram para questionar as imagens essencializadoras. Na imprensa, articulistas de origem árabe buscavam, por meio de sua inserção positiva na sociedade, desafiar as diferentes formas de Orientalismo. Um dos proeminentes agentes nesse sentido foi o americano de origem sírio-libanesa Philip K. Hitti, Professor de Línguas Semíticas na Universidade de Princeton. Em uma resenha no *New York Times*<sup>35</sup> avaliando o livro de Eliahu Ben-Horin<sup>36</sup>, chamado *Middle East: Crossroads of History*, Hitti critica “a abundância de meias-verdades, generalizações difíceis de defender e erros devidos à falta de cuidado”. Além disso, se põe em defesa dos árabes, criticando a narrativa bipolar, ao dizer que na obra de Ben-Horin, “os árabes são os vilões da peça”<sup>37</sup>.

Porém, na grande maioria das vezes, os defensores dos árabes faziam demandas políticas<sup>38</sup>, mas não contestavam a interpretação orientalista. Os principais defensores dos

---

<sup>35</sup> HITTI, Phillip. Bridge between two worlds. Resenha do livro BEN-HORIN, Eliahu. Middle East, crossroad of history. *The New York Times*, 12 de setembro de 1943, review of books, p. BR15.

<sup>36</sup> O escritor e jornalista Eliahu Ben-Horin foi um sionista ativista, colaborador do Movimento Sionista Revisionista. Escreveu artigos sobre a Palestina para importantes veículos de comunicação nos Estados Unidos, como os periódicos *The Nation*, *Athlantic Monthly* e *Harper's Magazine*.

<sup>37</sup> Evidentemente, antes do período coberto por essa pesquisa (1936-1948), houve defensores dos árabes nos Estados Unidos. O caso mais notável é o do empresário, diplomata e filantropo Charles R. Crane, que foi um ardoroso defensor da independência dos árabes nas discussões do período pós-Primeira Guerra. Se os sionistas se dedicavam a elaborar analogias com os norte-americanos recorrendo às ideias de “progresso” e de “pioneirismo”, Crane se referia aos árabes como “amantes da liberdade” (OREN, 2007, p. 373-4). Vale dizer, também, que Crane fez parte de uma comissão em 1919 em parceria com Henry Churchill King (Comissão King-Crane) para investigar as condições políticas e sociais das regiões árabes anteriormente controladas pelos turcos otomanos e para conhecer os anseios políticos das populações árabes do Oriente Médio. No tocante à Palestina, as conclusões da comissão apresentaram uma veemente defesa dos árabes contra o sionismo, asseverando que a criação de um lar nacional judaico na Palestina violaria o direito de autodeterminação dos árabes (AHMED, 1995, p. 36-7).

<sup>38</sup> Vide o pronunciamento do Professor de Harvard, Dr. Phillip W. Ireland, que disse que os sionistas deveriam desistir do Estado “pelo bem maior da Palestina”. Jews told must give up their dream of Zionist State. *The Christian Science Monitor*, 21 de novembro de 1938, p. 11; ver também o caso do leitor Karl Friedrich Müller, que atacou o sionismo e denominou a Declaração Balfour de “traição” aos árabes. Ver MÜLLER, Karl F. Carta ao jornal *The Christian Science Monitor*, publicada em 15 de julho de 1936, p. 12; outro intelectual a defender a causa árabe foi o também professor de Harvard William Ernest Hocking em carta ao *New York Times*, publicada em 14 de junho de 1936, p. E9.

árabes nos Estados Unidos eram, quase sempre, de origem árabe e, em geral, membros da Liga Nacional Árabe. Um dos mais destacados nesse sentido foi o médico Fuad Issa Shatara, que ocupou a liderança da Liga durante a década de 1930<sup>39</sup>. Shatara não era contrário à colonização sionista, mas era completamente oposto ao sionismo político. Ele defendia a parceria árabe-judaica em um único Estado, no qual os judeus teriam todos os direitos garantidos. Além disso, um grupo de apoiadores sem descendência árabe se articulou na década de 1930 na *American Friends of Arabs*, cuja liderança era exercida por Elihu Grant, professor de Harvard que escreveu vários livros sobre os camponeses da Palestina (DAVIDSON, 2001, p. 168). Porém, raramente a defesa dos árabes questionava a dicotomia entre árabes e sionistas baseada em preceitos orientalistas<sup>40</sup>.

Na verdade, os intelectuais e os militantes pró-árabes eram minoritários em um ambiente marcado pelas noções da superioridade do Ocidente, e no meio deste, da superioridade de uma americanidade específica. Portanto, o Orientalismo, em suas diversas variações, exerceu um enorme poder de fala no debate político<sup>41</sup>.

Tal força discursiva era tão intensa que até mesmo alguns intelectuais de origem árabe utilizavam, em algumas ocasiões, elementos orientalistas. Ismail R. al-Khalidi, em carta ao *New York Times*, ao condenar o sionismo, afirmou que os árabes eram “democráticos de corpo e alma”, e que qualquer pessoa poderia comprovar isso, bastava que os visitasse em suas “casas de pedra e tendas no deserto”<sup>42</sup>. Ou seja, ele representa os árabes como habitantes de vilarejos pauperizados ou beduínos. Já Habib Ibrahim Katibah, escritor e palestrante norte-americano, estudioso do Oriente Médio e defensor dos árabes, considerou que os árabes aceitariam a imigração judaica, dentro da capacidade de absorção da Palestina, pois muitos locais árabes eram atrasados e precisavam da “riqueza e [d]a habilidade técnica dos judeus”<sup>43</sup>. Isso demonstra que mesmo alguns norte-americanos de origem árabe buscavam articular suas propostas a um discurso orientalista, indicando que, para obter um discurso afeito às expectativas de seus interlocutores, deveriam recorrer a elementos orientalistas.

Articulistas com ascendência árabe não negavam os traços “orientais” dos árabes, pois buscavam construir novas identidades árabes articuladas à sua pertença aos Estados Unidos.

<sup>39</sup> SHATARA, F. I. Arab grievances. Carta ao jornal *The New York Times*, 18 de outubro de 1936.

<sup>40</sup> Ver SHATARA, Fuad I. Arab-Jewish unity in Palestine. In: *Annals of the American Academy of Political Science*, vol. 64, Palestine: a decade of development (nov. 1932), p. 178-83. Porém, nessa mesma edição da revista, um artigo de J. Elazari-Volcarini louva os empreendimentos agrícolas sionistas na Palestina (p. 84-94).

<sup>41</sup> A mobilização de elementos orientalistas na defesa de ações governamentais e a atividade política de grupos pró-árabes serão analisados no capítulo 5.

<sup>42</sup> AL-KHALIDI, Ismail. Carta ao jornal *The New York Times*, publicada em 4 de agosto de 1941.

<sup>43</sup> Arabs here offer a Palestine plan. *The New York Times*, 7 de agosto de 1938, revisão da semana, p. 57.

Era uma busca por “tornar-se americano” em um período de profundos debates sobre a identidade americana. Este era um momento em que diversos grupos norte-americanos lutavam pelo reconhecimento de sua americanidade afirmando sua lealdade aos valores da nação, contra aqueles que defendiam o critério racial para definir a pertença à América. Contudo, ao fazer isso, contribuíam para o aprofundamento da percepção de que Oriente e Ocidente eram entidades excludentes. Para tornar-se americano, o indivíduo precisava deixar de ser oriental. Deveria se comportar como ocidental, a despeito de sua origem<sup>44</sup>.

Assim, essas falas nos chamam atenção para outro aspecto: certas vertentes do Orientalismo nos Estados Unidos poderiam expressar uma visão positiva dos árabes. Com efeito, o Orientalismo nem sempre é negativo. Em diversas ocasiões, defensores da causa árabe ou pessoas que admiravam a cultura árabe manifestavam e reproduziam os estereótipos associados ao “mundo árabe”.

Em janeiro de 1940, o *Christian Science Monitor* apresentou uma reportagem produzida pelo jornalista e escritor Arthur Settel, intitulada “Salaam Aleikum”<sup>45</sup>. Settel assume uma postura positiva diante dos árabes, falando de suas formas cordiais. Elogia a hospitalidade dos árabes, “pelo qual esta raça é famosa”. E diz, inclusive, que o “Ocidente tem muito a aprender com eles”.

No entanto, Settel não consegue se desprender dos estereótipos, ainda que com tom positivo, e adota uma perspectiva que enfatiza a diferença e o exotismo. Especialmente quando ele conta a visita que fez a um “Paxá”, cujos antepassados foram próximos à família oficial do Egito.

Em primeiro lugar, fica clara sua referência ao Oriente. Ele diz que “é um insulto estar na casa de uma família oriental e não se juntar a ela para a refeição”. E diz que, uma vez que você aceita o convite, isso lhe renderá uma “boa história”. Eis como ele conta essa “boa história”:

Evidentemente, nossa visita foi motivo de uma grande festa. O Paxá nos saudou em pessoa e cerimoniosamente apresentou cada um de seus nove filhos. Nós nos

---

<sup>44</sup> Isso é demonstrado de forma mais contundente no caso do líder cristão sírio-americano Abraham Mitrie Rihbany, que construiu em suas obras (escritas entre 1916 e 1939) uma diferença de essência entre a Síria e os Estados Unidos. Rihbany traçou um paralelo entre a história de sua vida e a diferença de condições entre as sociedades síria e norte-americana. Da mesma forma que sua vida foi dividida entre um passado na Síria (de seu nascimento e infância) e sua vida nos Estados Unidos (como adulto), a Síria era retratada como um mundo do passado, presa às suas tradições e trazendo à tona elementos da Antiguidade, enquanto os Estados Unidos eram os representantes da modernidade – estavam no presente, orientados para o futuro, tendo vencido o passado europeu. Rihbany, embora árabe, recorreu ao tema comum orientalista pedagógico norte-americano: ele deixou de ser “Oriental” e se tornou “Americano” ao aprender como os valores superiores da América – sugerindo, ademais, que a Síria e todo o Oriente Médio deveriam seguir a mesma trajetória (Ver HARB, 2008).

<sup>45</sup> SETTEL, Arthur. “Salaam Aleikum”. *The Christian Science Monitor*, 6 de janeiro de 1940, p. 20.

sentamos em torno de uma grande mesa circular e os servos trouxeram um cordeiro abatido naquela mesma manhã.

Minha esposa era a única mulher presente. Ela foi objeto de muito escrutínio por parte dos outros, mas, bravamente, ela não demonstrou seu desconforto. Contudo, foi um pouco demais para ela quando um dos nossos companheiros à mesa começou a despedaçar a carne do cordeiro assado diante de nós com seus dedos.

Eu notei que o genial Paxá, sensível aos pequenos caprichos de seus convidados, observou minha esposa atentamente. Tornou-se evidente que ele estava profundamente angustiado e embaraçado por ela não estar comendo. Primeiramente, ele não conseguia entender o que estava errado. Ele passou os olhos pela sala e não percebeu nada de errado. Então o desapontamento abateu-se sobre ele. Ele chamou seu alto servo berbere e cochichou alguma coisa. O servo desapareceu e rapidamente retornou com faca, garfo e colher. Ele então colocou os objetos, com muita dificuldade, ao lado do prato de minha esposa. Eu percebi que o Paxá estava olhando em suspense para ver o que a mulher de seu convidado iria fazer. Ela cedeu e o bigode do Paxá movimentou-se para trás em um sorriso de auto-satisfação. Ele aprendeu sobre a mulher americana e nós recebemos uma lição da hospitalidade muçulmana.

Assim, percebemos que nem sempre o tom é negativo na apresentação dos árabes. O Orientalismo pode assumir um tom positivo em ocasiões específicas. Inclusive, algumas características atribuídas aos árabes são louvadas. O que raramente é questionada é a diferença, apresentada como intrínseca, imutável e a-histórica, entre Oriente e Ocidente. A “mulher americana” é radicalmente diferente dos árabes. Alimenta-se utilizando garfo, faca e colher. Os árabes destrincham a carne de cordeiro com as mãos, enquanto “a mulher americana” achou isso “um pouco demais”.

O texto apresenta a ideia de que o Oriente é exótico, é muito diferente do Ocidente, o que lhe traz um certo conforto. Mesmo dizendo que foi muito bem recebido, o autor demonstra não estar em casa. Ele é um estrangeiro que está lá para conhecer os hábitos “orientais”, o que renderá uma “boa história”. E o aprendizado que ele diz que os árabes podem oferecer deve ser muito bem controlado e seletivo. Settel deixa claro que ele é americano e que aquele momento é temporário. Assim, para muitos norte-americanos no Oriente Médio, observar as “maneiras orientais” e ter certeza de sua diferença radical era um alívio, uma reafirmação de sua própria identidade.

Talvez ainda mais contundente dessa percepção seja o relato de R. H. Markham sobre o período que passou com beduínos na Palestina:

Eu também fui um convidado de alguns árabes beduínos muito agradáveis em suas tendas negras. Eles não tomavam banho, eram atrasados, ineficientes – mas charmosos. Eu fiquei encantando em estar com eles e feliz em ir embora. Eu gosto da civilização com banheiros e camas e não seria um nômade, mesmo que fosse um sheik com um belo turbante e um cavalo branco<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> MARKHAM, R. H. Pictures of Palestine. *The Christian Science Monitor*, 26 de maio de 1936, p. 20.

Percebe-se que, mesmo vistos positivamente, os árabes devem ser afastados, de modo a manter a integridade identitária americana ocidental intacta.

Markham também marca a diferença entre árabes e sionistas. Os ambientes habitados por sionistas são descritos como locais agradáveis, ao contrário das tendas dos beduínos, que são sujas e não possuem banheiros. O restaurante construído por imigrantes sionistas que Markham visitou era, segundo suas palavras, “limpo, cheio, como os que se encontram em uma centena de cidades americanas”.

O que sobressai nessa representação é o exotismo dos árabes. Segundo essa representação, o Oriente é fundamentalmente uma terra exótica, habitada por pessoas exóticas. Na verdade, um dos elementos recorrentes nos veículos de comunicação analisados é o exotismo dos orientais. Ainda que fossem vistos positivamente, os árabes eram apresentados como pessoas exóticas, radicalmente diferentes de um “nós” idealizado.

Porém, a descrição do exotismo, na maioria das vezes, adquire tons altamente negativos, tornando-se um desdém quanto a populações diferentes, como nesta representação dos árabes que a jornalista Clair Price escreve no *New York Times*<sup>47</sup>:

Há memórias antigas e desconfortáveis à vista de uma rua repleta de árabes que se movem lentamente [*slowly moving Arabs*]<sup>48</sup>, com seus sábios anciãos em seus turbantes branco-neve, recém-saídos da lavanderia, seus camponeses com seus menos brancos panos na cabeça, cantando uma monotonia ensurdecadora, enquanto um deles é carregado por ombros no meio de varas de madeira, com sua espada à mostra tilintando e brilhando próximo aos ouvidos de seus carregadores, e todas as lojas trancadas.

O Orientalismo nos Estados Unidos, em suas diversas vertentes, foi uma forma de exaltar identidades, elaborando uma oposição assimétrica Ocidente-Oriente, que não era uma diferença simplesmente espacial, mas comportamental e valorativa. Ao formular dicotomias entre sionistas e árabes, esses grupos sociais, na verdade, estavam marcando uma posição no mundo. Ao se referirem aos sionistas como os “americanos na Palestina” estavam exaltando uma certa americanidade e o lugar dessa identidade no mundo, como Ocidentais, superiores aos Orientais.

Fossem os árabes apresentados como “bons” ou “maus” e independente de que elemento fosse mobilizado, algo que se constituiu como central no Orientalismo nos Estados

<sup>47</sup> PRICE, Clair. A dream of unity stirs the scattered Arab people. *The New York Times*, 9 de agosto de 1936, revista, p. SM6.

<sup>48</sup> No inglês, a expressão torna-se ainda mais significativa: “*slowly moving Arabs*” expressa uma adjetivação dos árabes. É uma apresentação na qual o adjetivo não especifica algo que o sujeito é, mas essencializa o sujeito. O andar lento define os árabes.

Unidos foi a representação dos árabes como diferentes e, na maioria das vezes, como inferiores.

Por fim, as diferentes vertentes do Orientalismo norte-americano se alimentaram de estereótipos há muito presentes em um imaginário ocidental. Havia referências constantes às “vestes esvoaçantes”<sup>49</sup>, ao “modo de vida oriental”<sup>50</sup>, à “pompa oriental”<sup>51</sup> e aos “costumes orientais”<sup>52</sup>, ao “pitoresco Oriente”<sup>53</sup>. Tais representações estavam muito presentes em relatos europeus. Contudo, a forma com que os norte-americanos viam os árabes não era uma simples cópia dos estereótipos construídos pelos europeus. Os norte-americanos formularam suas próprias noções e as aglutinaram às representações europeias dos árabes. E como produto desse processo, forjou-se uma similaridade entre sionistas e norte-americanos.

## 1.2 Sionismo e judaísmo

Contudo, para compreendermos adequadamente a percepção favorável aos sionistas nos Estados Unidos, devemos refletir também sobre o papel dos judeus na sociedade norte-americana nas primeiras décadas do século XX. O apoio ao sionismo nos Estados Unidos parece algo um pouco problemático ao ser confrontado com um antissemitismo existente no país nesse período.

Embora estivessem em melhores condições que seus irmãos europeus, os judeus norte-americanos deviam enfrentar um antissemitismo que permanecia presente na sociedade. Ainda que nenhum partido declaradamente antissemita surgisse nos Estados Unidos e nenhuma política similar às da Alemanha nazista tenha sido criada, percepções negativas dos judeus permaneciam muito presentes na sociedade no período entre as duas grandes guerras. Somente com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Grande Guerra, o antissemitismo começou a diminuir no país (DINER, 2004, p. 208-13).

No entanto, embora esse antissemitismo estivesse presente, não foi o fundamento a partir do qual se discutiu o sionismo. O sionismo, na verdade, foi afastado de suas origens “raciais”. Assim, o conflito entre sionistas e árabes palestinos não foi visto como uma luta entre a “raça judaica” e a “raça árabe”, mas entre dois povos vistos como racialmente semelhantes, mas extremamente distintos em relação à civilização.

<sup>49</sup> Invitation to Islam. *The New York Times*, 29 de setembro de 1940, p. 11.

<sup>50</sup> Palestine prices tripled since '39. *The New York Times*, 18 de fevereiro de 1943, p. 5.

<sup>51</sup> SULZBERGER, C. L. King Farouk visits Arab monarch. *The New York Times*, 26 de janeiro de 1945, p. 8.

<sup>52</sup> Palestine: peace feast. *Time Magazine*, 3 de outubro de 1938.

<sup>53</sup> Kings of Orient. *The New York Times*, 22 de fevereiro de 1945, p. 10.

Diante disso, algo que se destaca nas variantes do Orientalismo presentes nos discursos analisados nesta pesquisa foi a menor ênfase no critério racial, uma importante diferença em relação ao orientalismo hegemônico europeu. Para este último, segundo Edward Said, a noção de “homem branco”, que tinha o direito a controlar o destino das “pessoas de cor”, foi fundamental para dar credibilidade ao imperialismo e ao conhecimento canônico orientalista. Nos Estados Unidos, a percepção era diferente. Na esmagadora maioria dos discursos analisados nesta pesquisa, o “Ocidente” e o “Oriente” eram diferentes não por causa da cor da pele ou por causa do sangue (elementos empregados frequentemente para definir as raças), mas por causa da postura diante do mundo. Assim, o que esse Orientalismo essencializou foi a cultura árabe e não a raça árabe.

Porém, a noção de raça estava bastante presente nos Estados Unidos nas décadas de 1930 e 1940. Muitos ainda consideravam que a raça determinava as características individuais e sociais. Nas primeiras décadas do século XX, a noção da superioridade do homem branco era muito difundida. E esse pensamento era utilizado para advogar ações políticas concretas, inclusive em política externa, o que era confrontado por grupos que entendiam que a raça não definia a postura dos indivíduos. Na verdade, essa discussão estava imersa em um debate mais profundo que esteve presente em grande parte da História dos Estados Unidos sobre o que significava “ser americano” (GERSTLE, 2001, p. 4).

Como demonstra Gary Gerstle (2001, p. 162), na década de 1930, noções racializadas para definir a americanidade eram muito presentes no Sul, onde a supremacia branca permaneceu um componente identitário importante entre os sulistas, e no Oeste, onde o preconceito contra japoneses, chineses e mexicanos se manteve poderoso.

Porém, se o critério racial como definidor da nação não desapareceu completamente, foi, gradativamente, perdendo força à medida que outros elementos identitários eram incorporados à noção de “ser americano” nas primeiras décadas do século XX. Especialmente no Nordeste do país, grupos liberais e progressistas punham ênfase no nacionalismo cívico, que valorizava a postura política e a lealdade aos valores da nação. Tratava-se de uma noção de que a americanidade era definida por “ideais políticos centrais”, e era fundamentada na crença da “fundamental igualdade de todos os seres humanos; nos inalienáveis direitos individuais à vida, à liberdade e à procura da felicidade, bem como no governo democrático que deriva sua legitimidade do consentimento do povo” (GERSTLE, 2001, p. 4).

Assim, novas formas de identificação por liberais e progressistas no início do século XX desafiaram o critério racial na delimitação da identidade americana. Esses grupos

elaboraram ideários que colidiam com o “Anglo-Saxonismo”, uma ideia fundada em uma hierarquia de raças que põe os anglo-saxões no topo da pirâmide racial. Como bem chama a atenção Jonathan Hansen (2006, p. 74-5), diversos intelectuais progressistas dos anos 1910 buscaram redirecionar o significado da americanidade, retirando seus elementos WASP<sup>54</sup>, para dotá-la de ideias baseadas no pluralismo cultural<sup>55</sup>.

A década de 1930 foi significativa nesse sentido. Esses anos foram marcados pelo fortalecimento do nacionalismo cívico, que punha ênfase nos valores republicanos da nação, ainda que fosse difícil lutar contra o ideal “anglo-saxônico” de identidade. Porém, segundo Gary Gerstle, “a forma dominante de nacionalismo na década de 1930 foi a cívica”. Para ele, esse foi um período em que “[o nacionalismo] insistiu em direitos iguais para todos os americanos e adotou os principais passos para garantir que a discriminação contra minorias raciais e étnicas fosse reduzida” (GERSTLE, 2001, p. 185).

Assim, tais debates influenciaram as diferentes vertentes orientalistas. Dependendo de que “americano” se falava, emergia uma forma específica de ver o Oriente. O Orientalismo norte-americano, assim como o europeu, equivale à busca pelo “outro”, pelo “diferente” que serve de contraponto à sua identidade. É a sistematização da alteridade. Embora influenciados pela Europa, os norte-americanos elaboraram uma forma de enxergar as populações do Oriente Médio com base em seus próprios valores. E, portanto, o Orientalismo nos Estados Unidos diz mais sobre uma determinada identidade idealizada norte-americana do que sobre o “Oriental”. Diante disso, variações sociais e mudanças temporais nos elementos de identidade alteram, entre os enunciadores, o padrão de julgamento de outras sociedades, incluindo os critérios orientalistas.

Dessa forma, a vertente orientalista baseada na raça não desapareceu, mas, nas décadas de 1930 e 1940, não era o que definia a percepção dominante dos árabes e sionistas nos discursos analisados nesta pesquisa. Eram raras as ocasiões em que o critério racial era utilizado na grande mídia para avaliar o sionismo. É verdade que alguns sionistas e pró-sionistas buscaram apresentar a empreitada dos judeus na Palestina como um empreendimento de “brancos” em uma terra habitada por “pessoas de cor”. O Congressista William Irving

---

<sup>54</sup> WASP – *White, Anglo-Saxon, Protestant* (Branco, Anglo-Saxão, Protestante).

<sup>55</sup> Vale destacar que um desses intelectuais progressistas era Louis D. Brandeis, o principal líder sionista norte-americano nas décadas de 1910 e 1920. Foi Brandeis quem cunhou a compatibilidade entre sionismo e americanismo, ao dizer que ser sionista não significava ser menos americano, mas significava reafirmar os valores americanos. A ligação do progressista Brandeis fez crescer, entre muitos setores, a ideia do sionismo como um movimento progressista. Tal dinâmica será apresentada de forma mais aprofundada no capítulo 4.

Sirovich (Democrata, Nova York)<sup>56</sup>, por exemplo, defendeu que a Palestina fosse dada aos judeus porque “em menos de uma geração, a parte da Palestina na qual os judeus vivem se tornou terra do homem branco. Seu solo infértil, negligenciado ou abusado pelos árabes, está sendo revitalizado.” Sirovich continuava utilizando o discurso racial, afirmando que “se as reivindicações apresentadas anteriormente pelos árabes forem válidas, então a América e também a África do Sul não pertencem ao homem branco, mas aos índios e aos negros”<sup>57</sup>.

Porém, não foi esse o critério hegemônico a ser mobilizado nos discursos mais propagados pela imprensa aqui analisada. Ao contrário, a raça como critério de classificação de seres humanos era rejeitada por muitos em prol de critérios civilizacionais. Pode-se ver essa percepção em uma carta enviada ao jornal *Christian Science Monitor*. Nela, o autor diz:

Supor que uma raça é inerentemente superior a outras, sob fundamentos de sangue, é simplesmente uma ilusão pagã, que pertence, ou deveria pertencer, à infância da raça. [...] Não é a superioridade de uma raça ou civilização determinada pelos seus ideais, e sua fidelidade a esses ideais? Estão eles [os diversos povos] progressivamente buscando o reino da justiça e da retidão na terra – ou os ideais do poder através da agressão e subterfúgio? Este é o único e fundamental teste. E já que está aberto a qualquer indivíduo de qualquer raça melhorar seus ideais e as práticas de seus ideais, ele sempre pode mudar seu status espiritual, embora sua origem racial não tenha mudado. A superioridade racial, portanto, como tal, é um mito<sup>58</sup>.

Foi com base nessa percepção que a Questão da Palestina foi entendida no âmbito dos discursos analisados nesta pesquisa. Havia, de fato, o entendimento de que a raça era uma categoria diferenciadora dos seres humanos, mas não definidora do comportamento. Embora houvesse várias referências à raça, a luta entre sionistas e árabes não era vista como confronto entre uma raça superior e uma raça inferior. O conflito era percebido como resultado da diferença entre o nível “civilizacional” em que se encontravam ambas as comunidades.

A revista *Life*, cujo proprietário seguia uma noção política diferente da defendida pelo *Christian Science Monitor*, diz algo semelhante sobre o conflito entre judeus e árabes:

A vendeta árabe-judaica é racialmente absurda, porque ambos são semitas. A contrariedade dos árabes é muito semelhante à do garoto do campo em relação ao seu primo da cidade. Os judeus já elevaram o padrão de vida dos árabes da Palestina, reduziram as doenças, construíram um expressivo ramo exportador, construíram barragens, estradas, usinas de energia e diques de irrigação, reflorestaram o deserto<sup>59</sup>.

<sup>56</sup> Médico e político judeu-americano; Deputado na Casa dos Representantes pelo Partido Democrata de 1927 a 1939, quando faleceu.

<sup>57</sup> SIROVICH, William. Jews in Palestine. Carta enviada ao jornal *The New York Times*, publicada em 30 de agosto de 1936.

<sup>58</sup> A.B.D. Racial Superiority. Carta ao jornal *The Christian Science Monitor*, 15 de julho de 1939, p. 18.

<sup>59</sup> Jews from the world's cities now farm Palestine. *Life Magazine*, 5 de julho de 1937, p. 54.

Portanto, os sionistas eram vistos positivamente não por serem uma raça superior, mas porque eram os representantes do avanço da civilização e do progresso. Já os árabes, eram vistos como atrasados, primitivos, ineptos, mas não determinados a viverem assim para sempre. Deveriam ser ensinados a trilhar o caminho da civilização.

Por outro lado, o apoio ao sionismo nos Estados Unidos decorreu de uma melhora na percepção dos judeus entre diferentes grupos no país. Na década de 1940, os judeus, assim como os católicos, foram incluídos positivamente no corpo político do país. Em grande parte, isso se deveu à entrada dos Estados Unidos na Segunda Grande Guerra. Ao apresentar-se como uma nação lutando uma “guerra justa” contra o nazismo, que tinha como vítima principal os judeus, os norte-americanos assistiram ao fortalecimento do nacionalismo cívico, já que a “eliminação do preconceito racial e religioso” era um dos objetivos de guerra dos Estados Unidos (GERSTLE, 2001, p. 187-8).

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, Roosevelt teve sucesso em fortalecer o nacionalismo cívico. Segundo Gerstle, Roosevelt conseguiu “americanizar a vida americana”, ao enfatizar que “todos os americanos pertenciam à mesma comunidade” (GERSTLE, 2001, p. 185). Porém, essa tentativa é anterior à guerra, inserida em uma medida do *New Deal*. Durante a década de 1930, o governo buscou dotar o nacionalismo com tons de pluralismo cultural, e contratou artistas para pintar a diversidade do “povo americano” (KAZIN e McCARTIN, 2006, p. 5). Tais medidas contribuíram sobremaneira para que algumas minorias étnicas fossem incluídas na noção de América<sup>60</sup>. Isso possibilitou que os judeus fossem vistos mais positivamente. E o sionismo, por sua vez, se beneficiou dessa mudança.

Contudo, a fonte principal do apoio ao sionismo foi uma percepção de que a colonização sionista da Palestina era algo diferente do judaísmo. Pode parecer algo surpreendente, mas a noção de que os seres humanos poderiam ser classificados de acordo com seu estágio de civilização fez surgir uma percepção de que sionismo e judaísmo não eram idênticos. Embora os termos muitas vezes fossem tomados como sinônimos, havia uma clara percepção de que *judeu* e *sionista* eram categorias analíticas distintas.

---

<sup>60</sup> Porém, essa percepção valia apenas para as minorias étnicas brancas (europeus) e para alguns grupos religiosos (judeus e católicos principalmente), o que foi uma forma de remodelar as fronteiras raciais dentro de certos limites. Os negros continuaram a sofrer preconceito (não serviam na guerra nos mesmos pelotões que os brancos e, em geral, recebiam funções militares consideradas menos dignas) e os japoneses continuaram a ser tratados como “amarelos” perigosos, o que possibilitou que japoneses residentes na Costa Oeste fossem colocados em campos de concentração durante a guerra (GERSTLE, 2001, p. 202-4).

É importante destacar que até a Segunda Grande Guerra, grande parte da comunidade judaica dos Estados Unidos era oposta à criação de um Estado judeu<sup>61</sup>. Durante as décadas de 1930 e 1940, a ideia de erigir um Estado judeu foi violentamente combatida entre vários judeus influentes na sociedade norte-americana. Nesse período, o principal opositor desse objetivo era Judah Leon Magnes, judeu norte-americano reitor da Universidade Hebraica de Jerusalém, que defendia a ideia de um Estado bi-nacional para árabes e judeus<sup>62</sup>. E até o pós-Segunda Guerra, o jornal *The New York Times*, de propriedade de uma família judia, era radicalmente contrário à ideia de construir um Estado judeu na Palestina<sup>63</sup>. Assim, diante da oposição entre os próprios judeus, emergiu uma percepção clara de que o sionismo e judaísmo não eram idênticos.

Contudo, algo problemático se apresenta: como compreender que o *New York Times* e diversos grupos judaicos e não-judaicos norte-americanos elogiassem os sionistas como norte-americanos na Palestina e, ao mesmo tempo, condenassem o projeto de construção de um Estado judeu? Somente conseguiremos entender esse aparente paradoxo se percebermos que o que a grande maioria dos defensores do sionismo nos Estados Unidos entendia sobre o movimento sionista era algo difuso e mais imaginativo do que sistemático e organizado. Portanto, o que era muito elogiado entre os norte-americanos era mais uma “ideia sionista” do que o projeto político estatal sionista.

Assim, antes de prosseguirmos, precisamos analisar detidamente o próprio sionismo. O sionismo deve ser compreendido mais como uma *ideia*, ao invés de vê-lo como um movimento restrito à sua dimensão política, visando à construção de um Estado independente na Palestina. Pode parecer algo óbvio para alguns afirmar que a ideia precede o projeto político, mas, no caso do sionismo, esta relação requer cuidado de análise.

Na maioria das tentativas de conceituação, o sionismo é definido como um projeto político cujo objetivo era criar um Estado judeu na Palestina. De maneira geral, são apresentados como marcos fundadores a publicação do livro *Judenstaat*<sup>64</sup>, de Theodor Herzl, em 1896, e o Primeiro Congresso Sionista da Basileia, em 1897.

Theodor Herzl (1860-1904), jornalista judeu húngaro, é considerado o pai do sionismo político. Na obra *Judenstaat*, ele elaborou o projeto de um Estado a ser fundado para que os

<sup>61</sup> Tal dinâmica será analisada mais profundamente no capítulo 4.

<sup>62</sup> Arab-Jewish deal in Palestine urged: Dr. Magnes rebukes extremists on both sides and advocates union in bi-national state. *The New York Times*, 14 de junho de 1942.

<sup>63</sup> Partition of Palestine. *The New York Times*, 8 de julho de 1937, Editorial; Britain in Palestine. *The New York Times*, 3 de março de 1939, Editorial.

<sup>64</sup> Em geral, o título do livro de Herzl é traduzido como “O Estado Judeu”, mas na verdade, tanto literalmente, como proposta política, o mais correto é traduzir como “O Estado de judeus” (OLIVEIRA, 2002, p. 195).

judeus pudessem viver livres de perseguições. Em seu livro, ele delineia o processo de construção do Estado como um processo científico e racional.

Herzl era orientado por um ideal europeu de Estado moderno. Sua meta não era construir uma entidade político-religiosa com base nos ensinamentos judeus contidos na Torah e no Talmude. O projeto era, segundo ele, uma iniciativa científica de estabelecimento de uma entidade política judaica em uma determinada “porção da superfície terrestre” (HERZL, 2002 [1896], p. 13.), dotada de instituições próprias a um Estado moderno.

Contudo, apesar do impacto atribuído posteriormente à sua obra, a principal realização de Herzl foi reunir todos os grupos sionistas europeus no Primeiro Congresso da Basileia, em 1897, em que foi fundada a Organização Sionista Mundial. Por meio desse encontro, em que foram definidas propostas de ação, o sionismo deixava de ser apenas uma ideia e tornou-se um movimento político, com ramificações em várias partes da Europa e nos Estados Unidos.

No entanto, o sionismo é algo muito mais complexo do que o projeto político (ainda que este também seja complexo e diversificado). O sionismo é, antes de tudo, uma ideia, que somente aos poucos tomou a forma de um projeto político definido.

Decerto o projeto político se alimentou e se articulou com elementos surgidos com a ideia, mas ambos têm especificidades marcantes. Deve-se ter em mente que o movimento político sionista fundado no final do século XIX por Herzl foi precedido da elaboração extremamente profunda de ideias de reavivamento nacional judaico por vários autores, como Moses Hess<sup>65</sup> e Leon Pinsker<sup>66</sup>, e foi paralelo a um movimento de migração coletiva de judeus que criava focos de uma sociedade judaica renovada na Palestina, bastante diferente da comunidade judaica tradicional que habitava a região há séculos.

Portanto, o sionismo, como ideia, é uma percepção difusa, variada e não plenamente articulada de um revivalismo judaico enquanto povo, um renascimento por meio da

---

<sup>65</sup> Moses Hess (1812-1875), um intelectual judeu nascido em Bonn, é considerado tanto precursor do socialismo como do sionismo. Hess estava preocupado com a situação precária dos judeus na Europa, diante do sempre presente antissemitismo. Ele concluiu que a assimilação não resolveria esse problema e que a única saída era criar um “lar” judeu. Em 1862, escreveu *O Renascimento de Israel*, obra que se tornou conhecida sob o título *Roma e Jerusalém, a última questão de nacionalidade*. O lar judaico, para Hess, seria socialista, baseado em cooperativas voluntárias, semelhantes às associações construídas pelo socialista “utópico” Louis Blanc (LAQUEUR, 1972, p. 50-2).

<sup>66</sup> Leon Pinsker (1821-1891), um médico russo de Odessa, afirmou em sua obra *Autoemancipação*, publicada anonimamente em 1882, que o problema do antissemitismo não poderia ser resolvido pela assimilação. Segundo Pinsker, em todos os lugares os judeus eram vistos como estrangeiros. Ainda que vivessem durante gerações em um país, nunca estariam em casa. Além disso, para ele, o antissemitismo, ou, como ele chamava, “judeofobia”, era como uma doença incurável, transmitida de geração em geração por quase dois mil anos. Como médico, Pinsker diagnosticou a doença e propôs a medicação. A única saída para os judeus era a emigração. No entanto, como a maioria dos países do mundo era avessa a abrir as portas para imigrantes, a solução era a compra de um território para o assentamento de vários milhões de judeus (LAQUEUR, 1972, p. 70-3).

reelaboração e reafirmação constante de uma nova identidade judaica frente aos desafios postos diante dos judeus europeus ao longo do século XIX. No bojo desse revivalismo, a ideia sionista pressupõe o judeu como parte de uma coletividade nacional que criaria algo novo na Terra de Israel. Ou seja, o judeu entendido como parte de um grupo humano novo, o “hebreu”, que criaria uma nova cultura *hebraica* na Palestina, diferenciando-se, portanto, do judeu da Diáspora, o “judeu do exílio”.

Assim, o sionismo emergiu, em primeiro lugar, como uma busca pela renovação do judeu enquanto povo. Mas não se resumia a isso. Se fosse somente um revivalismo judaico, outras correntes de pensamento que defendiam uma renovação na vida judaica poderiam ser definidas como sionismo. O segundo passo da ideia sionista é a reafirmação dos laços judaicos com sua antiga pátria, a “Terra de Israel”. Sião – de onde vem o termo sionismo – é um dos nomes bíblicos e históricos de Jerusalém e uma representação da Palestina como um todo. Assim, a renovação deveria ocorrer na Palestina, que no final do século XIX estava sob controle do Império Turco-Otomano. Como bem aponta Itamar Even-Zohar, o “princípio governante” da imigração sionista na Palestina era “a criação de um novo povo judeu e de um novo judeu na Terra de Israel” (EVEN-ZOHAR, 1998, p. 15).

Por outro lado, para os judeus norte-americanos, o sionismo articulou outros elementos, próprios das identidades judaicas norte-americanas. O que estimulou o surgimento do sionismo como ideia nos Estados Unidos foi a visão extremamente positiva das colônias judaicas na Palestina, vistas como modelos de construção de uma sociedade aperfeiçoada, secular, baseada em valores, tanto aqueles entendidos como universais, quanto os vistos como especificamente judaicos. Deve ser ressaltado que o sionismo foi valorizado como uma ideia, e não como ideologia – ideologia entendida aqui como corpo de ideias estruturadas, organizadas e sistematizadas rumo à ação política.

Além disso, o sionismo proporcionou um âmbito de atividade puramente judaico para os imigrantes da Europa que ao chegarem aos Estados Unidos viram se romper ou se atenuar seus laços com a terra natal, com memórias, vivências e experiências de seu país de nascimento. Com isso, as reuniões, onde debates de temas judaicos eram trazidos à tona, tornaram-se um espaço de convivência entre judeus que desejavam manter suas tradições, ao mesmo tempo em que não renunciavam aos benefícios de se integrarem à América – pois muitos deles ajudavam a colonização, mas nem sequer aventavam a possibilidade de eles mesmos emigrarem para a Palestina. Já para os judeus mais religiosos, o sionismo era um

antídoto contra a assimilação e contra o esquecimento das tradições e das injunções religiosas judaicas.

Contudo, não podemos ver esses grupos sionistas norte-americanos como um tipo de “clube” ou “hobby”, formado por pessoas que tinham como único objetivo passar seu tempo com quem se sentiam “em casa”. Os integrantes desses grupos eram pessoas comprometidas com o sucesso do empreendimento sionista. Muitos judeus ingressaram nas associações e contribuíram financeiramente para as colônias na Palestina. Esta era uma forma de ser ativamente judeu, contribuindo com seus recursos para a sobrevivência do *Yishuv* (a comunidade de judeus da Palestina).

Enfim, todo esse conjunto de valores, práticas, vivências e percepções é o que estou chamando de ideia sionista – uma ideia diversificada, não plenamente articulada e alvo de disputas, mas nem por isso menos poderosa. Somente sobre esses fundamentos é que Theodor Herzl pôde convocar o Primeiro Congresso Sionista em 1897, onde foi aprovada a resolução dizendo que o objetivo do sionismo era “criar um lar judeu na Palestina, garantido por uma Constituição” (*apud* SHLAIM, 2004, p. 39).

Portanto, algo muito importante a ser destacado é que muitos judeus opostos à construção de um Estado judeu colaboravam e viam positivamente a construção de colônias judaicas na Palestina e a emergência do “novo judeu” na “Terra de Israel”. Somente analisando a diferença entre a ideia sionista e o projeto estatal sionista podemos compreender como muitos judeus norte-americanos, dentre eles os proprietários, editores e jornalistas judeus do *New York Times*, puderam louvar a colonização sionista e, ao mesmo tempo, se opor à criação de um Estado judeu.

Na verdade, em um ponto específico, os judeus sionistas e muitos judeus antissionistas compartilhavam um mesmo anseio: a busca por dissociar-se de traços judaicos considerados atrasados e “clânicos”. Ambos os grupos construíram o que George McCall (2003, p. 20) chamou de “identidade reativa”, a elaboração de uma identidade que reagia à representação estereotipada que outros imputavam a eles. Ou seja, é um contra-discurso, cujo objetivo é negar aspectos vistos como negativos, por meio da construção e afirmação de atributos identitários vistos como positivos por outros. Tanto os sionistas quanto muitos judeus antissionistas queriam negar traços culturais vistos como bárbaros e associados ao fanatismo para assumir atributos modernos, progressistas e tangenciais a uma identidade americana idealizada. Assim, tal análise nos permite apreender como era corrente a noção de que nem todos os judeus eram sionistas.

Isso, por sua vez, nos chama a atenção para outro grupo que habitava a Palestina, e que muitas vezes é esquecido nos estudos que tratam o conflito: os judeus que já estavam na Palestina quando os sionistas chegaram, chamados, de maneira geral, de judeus tradicionais da Palestina<sup>67</sup>.

A interpretação mais disseminada nos Estados Unidos também via os judeus tradicionais como primitivos. O fato de muitos deles serem antissionistas declarados reforçava sua inclusão no grupo visto como inferior. Os judeus tradicionais eram iguados aos árabes. Eram exóticos, atrasados e supersticiosos. Eram enquadrados no mesmo “tipo” de ser humano que os árabes.

É digno de nota que, da mesma forma que o sionismo gerou divergências entre os judeus norte-americanos, houve inicialmente um choque entre os sionistas, judeus saídos da Europa Central e Oriental, e os judeus tradicionais da Palestina. Estes últimos, majoritariamente ortodoxos, eram contrários ao sionismo porque viam o movimento como um desvio secular da Torah, que previa que o Messias viria para construir um reino judeu em Sião. Ao pregarem a construção de um Estado judeu laico, os sionistas eram vistos como apóstatas.

No nível comportamental, o conflito era também proeminente. Os judeus ortodoxos costumavam chamar os sionistas de “anarquistas russos”. A contrariedade se dava porque os judeus tradicionais viam os sionistas como um grupo de pessoas que não se guiavam pelos princípios religiosos em sua vida comunitária. Homens e mulheres trabalhando juntos era um escândalo, acentuado pelo fato de jovens moças usarem roupas demasiado curtas para os padrões dos religiosos. Além disso, muitos sionistas, dedicados a construir a base econômica de suas colônias, não poderiam deixar de cuidar de suas plantações. E em muitas ocasiões, não respeitavam o *Shabat*, trabalhando no dia do descanso semanal religioso. O conflito chegou a níveis de animosidade aberta, por exemplo, quando judeus ortodoxos denunciaram imigrantes ilegais sionistas às autoridades turcas no início do século XX. (LAQUEUR, 1972, p. 76).

Assim, de acordo com a visão predominante nos discursos analisados nesta pesquisa, o conflito na Palestina não se configurava como um confronto “racial”, mas civilizacional, já

---

<sup>67</sup> Segundo estimativas, este contingente era de aproximadamente 24 mil em 1882, 4% da população total (Cf. MASSOULIÉ, 1996, p. 64), radicados, sobretudo, no interior e nos arredores da cidade de Jerusalém, além das cidades de Hebron, Safed e Tiberíades. O censo realizado pelo governo otomano em 1905, apesar de conter dados fragmentários e problemáticos, pode auxiliar: o número de judeus em Jerusalém era de 13.600, cerca de 12% de uma população total da cidade de 110 mil (Cf. SCMELZ, 1990, p. 35). Esse número provavelmente era maior, pois o censo contabilizava apenas os habitantes que possuíam cidadania otomana, o que não era o caso de muitos judeus.

que havia diferenças de níveis de civilização entre os próprios judeus. Assim, as relações entre os diversos grupos na Palestina eram reduzidas a um conflito entre dois níveis civilizacionais distintos. De um lado, estava o Ocidente, moderno, progressista e “como nós”; de outro, estava o Oriente, retrógrado, primitivo, supersticioso e exótico.

A construção do exotismo e do distanciamento em relação à comunidade judaica tradicional da Palestina é percebida na imagem de um judeu ortodoxo (figura 3).

**Figura 3**



*National Geographic Magazine*, dezembro de 1938, p. 720.

A imagem apresenta um judeu tradicional com um *shofar*, um chifre de carneiro. O fato de a fotografia ser produzida desta forma específica, enfatizando as roupas diferentes, a barba comprida e um objeto considerado estranho, já nos diz sobre a mensagem que se que passar. Para completar o quadro, a legenda diz:

Sacerdotes tocaram o chifre de carneiro quando as muralhas de Jericó caíram. Os judeus chamam esse objeto sagrado de “shofar”. Ele não é um instrumento musical, mas um chifre simbólico para chamar as pessoas para se reunirem ou para avisá-las de um perigo. Um chifre de carneiro foi tocado em uma sinagoga em Tel Aviv

durante os recentes tumultos árabes; um deles foi usado na procissão que acompanhava a Arca da Aliança<sup>68</sup>.

Percebe-se nitidamente que a lenda faz uma ligação entre os judeus tradicionais da Palestina e os judeus da Antiguidade, que conduziam a Arca da Aliança e que estavam presentes na entrada em Jericó. Aqui, também, é apresentada uma imagem dos habitantes tradicionais da Palestina ligados ao passado. Mesmo sendo judeus, não eram percebidos como iguais aos sionistas. Os judeus tradicionais e os árabes palestinos eram vistos como um mesmo “tipo” de pessoa. O judeu tradicional, assim como o árabe, estava preso ao passado. Ambos eram vistos como remanescentes dos tempos bíblicos, que mantiveram a Palestina durante séculos uma terra atrasada. E era nesses termos que a contrariedade dos judeus tradicionais ao sionismo era compreendida<sup>69</sup>.

Da mesma forma, Frederick Simpich explicita os dois “tipos” humanos judeus na *National Geographic* de dezembro de 1938, ao contrastar judeus que “ainda oram no Muro das Lamentações, homens ortodoxos com longas tranças” às “garotas hebreias vestidas com roupas de Paris”<sup>70</sup>.

Esta era uma percepção que colocava os judeus tradicionais da Palestina em um mesmo conjunto de populações consideradas “orientais”. O *New York Times* se refere aos samaritanos como “um minúsculo remanescente da uma vez orgulhosa raça dos Samaritanos” que comemorava a Páscoa no Monte Gerizim em “uma das mais antigas cerimônias religiosas”, em que sacerdotes realizavam “ritos sacrificiais de acordo com injunções do Antigo Testamento”<sup>71</sup>. E em setembro de 1937, o *New York Times* noticiava que o Professor Walter J. Fischel descobrira “uma isolada comunidade judaica no Oriente Próximo que ainda usa o aramaico, a língua do Talmude, com escrita hebraica”.

Porém, os sionistas não se destacam apenas por serem ocidentais no meio de orientais. Há outra diferença relevante a ser destacada: entre os judeus sionistas e os judeus que permaneciam na Europa. O jornalista E. C. Davies elogia a educação agrícola na Palestina

<sup>68</sup> SIMPICH, Friedrich. Change comes in the Bible Lands. *National Geographic Magazine*, dezembro de 1938, p. 720.

<sup>69</sup> Além disso, os próprios judeus ortodoxos norte-americanos eram vistos negativamente. Muitas pessoas, inclusive judeus, os consideravam como não totalmente americanos. Em 1943, quando um grupo de 400 rabinos foi a Washington solicitar que Roosevelt fizesse algo para salvar os judeus que estavam sendo massacrados por Hitler, o Congressista Sol Bloom e o assessor presidencial Samuel Rosenmann, ambos judeus, tentaram impedir a entrada dos rabinos na Casa Branca. Bloom alegou que seria “[algo] indigno se um grupo com uma aparência não-americana (*un-American*) aparecesse em Washington”. E Rosenmann disse que eles não eram “representativos dos judeus sérios do país” (*apud* GERSTLE, 2001, p. 184).

<sup>70</sup> SIMPICH, Friedrich. Change comes in the Bible Lands. *National Geographic Magazine*, dezembro de 1938, p. 723.

<sup>71</sup> Samaritans mark fete. *The New York Times*, 25 de abril de 1937.

destinada a crianças judias refugiadas da Europa. O autor fala do “experimento” sionista no trabalho da terra, enfatizando o valor ao trabalho atribuído pelos sionistas, e tece uma crítica ao judaísmo europeu, dizendo que os alunos da escola agrícola, “educados em um ambiente saudável, e vivendo uma rotina de trabalho agrícola a céu aberto de forma animada, apresentam um quadro muito diferente daqueles desafortunados educados nos guetos da Europa Oriental”. E conclui, dizendo que “nenhum deles quer retornar para os países que antes os abrigavam”<sup>72</sup>.

Em dezembro de 1938, E. David Goitein descreve no *Christian Science Monitor* uma escola talmúdica em Jerusalém. Diz sobre a leitura do Talmude, dos gestos, dos cantos etc. compondo a cena para o leitor. Enfatizando o caráter exótico da escola talmúdica, diz que era como estar em “um outro mundo”. Após sair da escola judaica, o autor, impressionado pelo que havia visto, diz: “eu andei pelas mesmas ruas que Isaías e Jesus pisaram. E minha mente não conseguiu se desprender da cena que eu há pouco testemunhei”<sup>73</sup>.

Os judeus aqui são representados pelo seu caráter religioso. Trata-se de outra forma de representação. Os sionistas não são associados diretamente à religiosidade judaica, mas a um idealismo secular e moderno, utópico, criador de uma sociedade nova. O sionista é um “judeu modernizado” [*Jew modernized*]<sup>74</sup>. O *Christian Science Monitor* dá relevo à diferenciação entre a figura do sionista e os judeus de maneira geral. O jornal fala dos sionistas:

Eles são os escolhidos dentre o povo escolhido, a seleção dos judeus. Eles têm novas ideias e novos modos de vida. Eles abandonaram velhos ranços e restrições convencionais. Eles não se importam com títulos, distinções sociais, aplausos fáceis. Eles são robustos, destemidos, construtivos e aventureiros<sup>75</sup>.

Vemos nitidamente o valor do “novo judeu” criado na Palestina, em oposição tanto ao “judeu oriental” da Palestina quanto ao “judeu do exílio” da Europa. O sionista era um novo homem, agente similar ao americano, enquanto o judeu da Palestina era um “oriental”, similar aos árabes, e o judeu europeu era o “judeu do gueto”, similar a muitos grupos europeus, que se mantinham aferrados às suas tradições. Percebe-se claramente que os sionistas são retratados como novos americanos. São ocidentais, construtivos e destemidos. Mas também são diferentes dos europeus, sem “ranços e restrições convencionais” e que não se importam com “títulos” e “aplausos fáceis”, ou seja, não eram iludidos com distinções nobiliárquicas

<sup>72</sup> DAVIES, E. C. Children’s farm school in Palestine. *The Christian Science Monitor*, 21 de março de 1939, p. 6.

<sup>73</sup> GOITEIN, E. David. At school in Jerusalem. *The Christian Science Monitor*, 20 de dezembro de 1938, p. 7.

<sup>74</sup> HARRISON, Joseph G. Arab’s dislike of change slow Palestine accord. *The Christian Science Monitor*, 17 de junho de 1943, p. 7.

<sup>75</sup> Palestine: races renew old struggle. *The Christian Science Monitor*, 4 de setembro de 1936, p. 6.

como na Europa. Assim, o sionista se igualava ao americano não apenas em sua pertença ao Ocidente, diferente dos orientais, mas também por sua diferença em relação aos europeus.

Na verdade, a percepção da diferença entre judeus sionistas – representados como americanos – e os judeus “orientais” e os judeus do “exílio” está relacionada à percepção de muitos grupos nos Estados Unidos sobre a unicidade da experiência americana intimamente relacionada à ideia do “excepcionalismo americano”. A colonização sionista na Palestina era apresentada como análoga à experiência da construção da “América”, pois ambos os projetos nasciam por um ato de vontade.

Assim, há que se ter em mente uma particularidade no apoio à ideia sionista entre variados grupos sociais norte-americanos. Não se tratava de um elogio aos judeus, mas da valorização de um grupo dentre os judeus. O sionismo, assim, em algumas ocasiões, é até mesmo descolado do judaísmo, sendo percebido como um movimento secular, progressista e civilizador, responsável pela criação de um “Novo Homem”, independente de qual grupo tenha sido originado.

### 1.3 Palestina simbólica

Todo o conjunto de interpretações sobre o sionismo e sobre os árabes nos faz perceber que a Palestina era um lugar importantíssimo para os norte-americanos. Evidentemente, o que ocorria na Palestina adquiria grande relevo nos Estados Unidos por seu caráter simbólico, devido às ligações religiosas estabelecidas pela maioria cristã da sociedade norte-americana.

A colonização sionista fazia emergir interpretações simbólicas e históricas significativas no imaginário norte-americano. Afinal, a Palestina era a “Terra Santa”, local de milagres e maravilhas, o lugar onde, segundo a tradição cristã, Jesus nasceu, cresceu, pregou, morreu e ressuscitou e onde profetas hebreus caminharam e pregaram.

O jornalista R. H. Markham chama a Palestina “a mais sagrada de todas as terras”<sup>76</sup>. E em artigo escrito em julho de 1938<sup>77</sup>, em meio à Grande Revolta Árabe na Palestina (1936-39)<sup>78</sup>, Marjorie Shuler<sup>79</sup> a chama de “solo sagrado”. Ela fala com ar de melancolia da

<sup>76</sup> MARKHAM, R. H. Zion shall be lifted up. *The Christian Science Monitor*, 12 de dezembro de 1939, p. 4.

<sup>77</sup> SHULER, Marjorie. Contrasts in Palestine: kindness and warfare. *The Christian Science Monitor*, 20 de julho de 1938, p. 3.

<sup>78</sup> A Grande Revolta Árabe será analisada mais detidamente no tópico 2.1.

<sup>79</sup> Marjorie Shuler foi editora assistente do *Christian Science Monitor* e uma líder feminista norte-americana que lutava pelo direito das mulheres de votar (escreveu em 1918 um livro chamado “Manual do voto feminino”). Foi a primeira mulher a realizar uma volta ao mundo a bordo de um avião, entre maio de 1938 e junho de 1939. Ela visitou diversos lugares, entre os quais a Palestina. Round-the-World Flights: Marjorie Shuler, 1st women to fly

violência e afirma nutrir “uma esperança de que a Palestina possa ter de volta a tranquilidade, a serenidade, a paz silenciosa que foi ensinada e praticada pelo Grande Mestre que andou pelas margens do Mar da Galiléia”.

As manifestações acima foram escritas no *Christian Science Monitor*, um periódico ligado a um grupo cristão que, como esperado, vê a Palestina como um lugar sagrado. No entanto, este periódico – ao contrário do que diziam os críticos – não foi criado como um jornal religioso e, nas décadas de 1930 e 1940, sua credibilidade era imensa, visto como veículo de comunicação de credibilidade e dedicado às reportagens gerais. Não era um jornal cujo objetivo era divulgar atividades da religião ou buscar adeptos.

Além disso, todos os jornais se referiam à Palestina como “Terra Santa”. Não se tratava apenas de estratégia linguística jornalística ou uma forma de redigir com o objetivo de evitar a repetição do nome próprio “Palestina”, mas de uma percepção da ligação da tradição judaico-cristã com o lugar. Na verdade, tratava-se de uma ligação principalmente com o cristianismo, mesmo em reportagens de um jornal como o *New York Times*, um periódico de propriedade de uma família judia.

Alguns episódios demonstram a percepção da ligação entre o passado bíblico e o presente da Palestina. No final de 1938, quando a Grã-Bretanha adotou uma postura ativa para conter os rebeldes árabes que haviam ocupado diversas cidades, os jornais e revistas contaram a movimentação militar britânica mesclando narrativas bíblicas e históricas. Tal forma narrativa aproximava o leitor dos acontecimentos, já que essas lutas ocorriam em lugares extremamente simbólicos para os norte-americanos.

Em setembro de 1938, o correspondente do *New York Times* na Palestina Joseph Levy (um judeu) apresentou a tomada de Belém pelos revoltosos da seguinte forma: “O Governo da Palestina foi forçado a abandonar Belém, *o lugar de nascimento de Cristo*, e deixá-la à mercê dos terroristas” [grifo meu]<sup>80</sup>.

Da mesma forma, em outubro de 1938, tropas britânicas entraram na Cidade Velha de Jerusalém, que havia sido tomada dias antes por rebeldes árabes. O *New York Times* dizia: “Tropas britânicas entraram e efetivamente ocuparam a Cidade Velha de Jerusalém nas primeiras horas do dia, fazendo aproximadamente a vigésima oitava captura da cidade desde a histórica tomada do Rei David”<sup>81</sup>.

---

completely RTW as a passenger. Disponível em: <<http://www.wingnet.org/rtw/RTW002II.HTM>> Acesso em: 25 set. 2011.

<sup>80</sup> LEVY, Joseph. Arab rebel gangs seize Bethlehem. *The New York Times*, 18 de setembro de 1938, p. 29.

<sup>81</sup> British clear out Jerusalem area. *The New York Times*, 20 de outubro de 1938.

Já a revista *Time* contou a tomada de Jerusalém da seguinte forma:

A antiga cidade murada de Jerusalém, governada durante 30 séculos por Jebuseus, Hebreus, Gregos, Romanos, Cristãos, Persas, Árabes, Turcos e Britânicos, caiu novamente na última semana. Foi a última de uma longa lista de ocupações de Jerusalém desde o tempo em que as poderosas forças do Rei David, ganhando entrada através dos canais da cidade, tomou a praça forte dos Jebuseus no século XI antes de Cristo<sup>82</sup>.

A cobertura da imprensa seguiu a mesma atitude quanto à entrada dos britânicos em Jericó, em novembro de 1938. O acontecimento ganhou um espaço na capa do jornal *New York Times*. A manchete da notícia diz: “Jericó cai novamente, desta vez para a Grã-Bretanha: árabes são derrotados na cena da aclamação de Josué”<sup>83</sup>. Percebe-se que um evento narrado na Bíblia assume posição central na avaliação do que ocorria. A notícia faz referência à passagem bíblica (Josué, 6: 1-16), em que Josué lidera os hebreus em sua chegada a Jericó, então uma cidade da terra de Canaã, e que por meio do soar de trombetas, derrubou as muralhas da cidade.

A notícia permanece dando destaque à comparação entre eventos similares em diferentes tempos históricos: “O som estrondoso dos rasantes dos aviões da Real Força Aérea (e não as trombetas de Josué) proclamou outra captura de Jericó ocorrida hoje, desta vez pela infantaria dos esplêndidos *Coldstream Guards* britânicos”. E mais à frente, diz que “o primeiro sinal do ataque veio quando seis aviões apareceram por sobre o *Monte da Tentação de Cristo* [grifo meu]”.

Meses depois, há uma charge do *New York Times* mostrando um tanque, em que se lê “Grã-Bretanha”, destruindo uma muralha e entrando em Jericó, cuja legenda diz: “sem o benefício das trombetas” (figura 4, abaixo).

As referências bíblicas são utilizadas também na caracterização dos lugares e de grupos humanos. Na revista *Life*, em 24 de outubro de 1938 vemos a abordagem de Nazaré da seguinte forma: “onde Jesus viveu: Jesus Cristo passou sua infância aqui, em Nazaré, uma localidade no cruzamento para o norte da Palestina”<sup>84</sup>. Logo adiante, a matéria diz que “judeus e árabes afirmam ser descendentes de Abraão”. E, por fim, o autor apresenta fotografias de dois líderes árabes, Fawzi el Kawokji e o Mufti Hajj Amin al-Husseini, com o título “os filhos de Ismael vão à guerra”<sup>85</sup>.

<sup>82</sup> Palestine: fall. *Time Magazine*, 31 de outubro de 1938.

<sup>83</sup> Jericho falls again, this time to British: Arabs routed at scene of Jushua’s feat. *The New York Times*, 14 de novembro de 1938, p. 1

<sup>84</sup> Nazareth in Galilee. *Life Magazine*, 24 de outubro de 1938, p.43.

<sup>85</sup> A three-cornered war rends holy Palestine. *Life Magazine*, 24 de outubro de 1938, p. 44-45.

Figura 4



*The New York Times*, 5 de março de 1939

Mas talvez nenhuma caracterização da Palestina traga o simbolismo cristão de forma tão forte quanto as reportagens sobre o Natal. Em 1937<sup>86</sup> e 1938<sup>87</sup>, a escritora Madeleine Miller<sup>88</sup> escreveu dois artigos sobre o Natal para o *New York Times*, enfatizando o caráter cristão da Palestina. Ela diz em 25 de dezembro de 1938:

Pastores ainda vigiam seus rebanhos nas encostas acidentadas abaixo de Belém da Judeia, “permanecendo em campo” durante a noite, exatamente como faziam os pastores de tempos atrás, que viram “o anjo do Senhor” e ouviram a primeira mensagem de Natal. Séculos não mudaram muito a cena pastoril ou os modos de vida na pequena cidade onde Cristo nasceu.

Mais adiante, a autora menciona partes da Bíblia e apresenta o evento da Natividade segundo os Evangelhos, tecendo uma ligação de Belém com o cristianismo. Porém, trata-se de

<sup>86</sup> MILLER, Madeleine S. Still over Bethlehem the silent stars go by. *The New York Times*, 19 de dezembro de 1937, revista, p. 4.

<sup>87</sup> \_\_\_\_\_. Keeping watch over Bethlehem. *The New York Times*, 25 de dezembro de 1938, p. 6.

<sup>88</sup> Autora de vários livros sobre a Bíblia, a Palestina e sobre o Cristianismo. Livros: *Footprints in Palestine* (1936); *The Merchant of the Múristân and other Palestine folks* (1927); *The Journey of Christ child* (1937) *Harper's Encyclopedia of Bible Life* (editor, 1944); *Harper's Bible Dictionary* (1952); *Church Pageantry* (1924); *The Children's crusade* (1919) e outros.

uma ligação com o cristianismo ocidental, pois aos cristãos árabes é negada a inclusão na narrativa. Diz Miller:

Os pastores que hoje vigiam seus rebanhos sobre o solo áspero abaixo da cidade de Belém, evitando os vinhedos em terraços e os bem cultivados campos de grãos e vegetais, são pastores árabes, alguns deles estão entre os 70.000 árabes cristãos do país. Muitos deles têm uma percepção sonhadora [*dreamy awareness*] de sua descendência dos observadores do Natal e têm um orgulho místico nisso.

Os cristãos árabes são vistos como externos à narrativa bíblica, para a qual a antiga Belém era a “verdadeira cidade do nascimento de Jesus”, estando ligada apenas aos judeus e aos primeiros cristãos (que eram judeus). Embora sejam cristãos, os pastores árabes do século XX são vistos como estrangeiros na terra em que vivem por serem árabes, pessoas que chegaram depois da cidade ter tido seu auge, ao receber o nascimento de Jesus. De acordo com a narrativa de Madeleine Miller, os árabes vieram e se apossaram demograficamente de uma cidade que era cristã. E assim, para ela, os árabes não poderiam se apossar também simbolicamente de Belém, mesmo que esses árabes fossem cristãos, já que professavam um tipo diferente de cristianismo – o cristianismo oriental, supersticioso e primitivo.

Logo depois, a autora diz que havia muitos pastores judeus na Palestina, mas nenhum em Belém, “a despeito de suas associações com David, Ruth e Raquel”, por conta de “ataques terroristas”. A narrativa de Miller sugere que os judeus teriam mais direito de estar em Belém, mas que, por causa da revolta, não poderiam estar lá. Dessa forma, os árabes aparecem como usurpadores da terra, em uma narrativa judaico-cristã ocidental evolutiva que remonta a milênios.

No Natal de 1938, a escritora Nancy Barnhart<sup>89</sup>, escrevendo para o *Christian Science Monitor*, também apresentou a cidade de Belém:

Belém: nem tanto um nome quanto uma fragrância, um entoar de sinos, um sorriso angelical. Belém: cantada, entoada, falada e venerada através dos retumbantes éons, aos mais distantes confins do pensamento; estrela iluminada que faz vir à vista tudo que é mais tenro e agradável nas nações que seu raio de luz alcança. E, no entanto, na Palestina existe hoje a cidade que é chamada Belém. [...] Dos confins da Terra, viajantes retornam a este ponto onde a estrela brilhou naquela noite memorável. É verdade que muito pouco da antiga cidade pode ser visto hoje, talvez uns poucos prédios dignos de veneração, talvez a caverna ou gruta aqui na Igreja da Natividade, que é mostrada para os visitantes como o autêntico estábulo onde o Cristo criança deitou-se. Mas da gruta apenas o vago desenho da forma pode ser visto, tão coberta que está com mármore, prata e pedras preciosas, com

---

<sup>89</sup> Escritora de várias obras sobre a Bíblia. Viajou pela Palestina nas décadas de 1930 e 1940. Sua mais conhecida obra é um livro infantil (belamente ilustrado pela própria autora) de introdução à Bíblia, *The Lord is my Shepherd* (O Senhor é meu Pastor), publicado em 1949.

lâmpadas cor-de-rubi dependuradas continuamente queimando, e mantidas por várias seitas cristãs de todas as partes do mundo<sup>90</sup>.

Percebe-se nitidamente que Barnhart se refere à existência de uma cidade “que é chamada Belém”. Ou seja, a Belém de hoje não é a Belém dos tempos de Jesus. Pode parecer paradoxal que, ao mesmo tempo em que é dito que a cidade se mantém como “há séculos”, há uma outra fala que afirma que “muito pouco resta” da Belém de Jesus. A percepção, na verdade, é que Belém é uma cidade antiga para os padrões ocidentais, suas casas são precárias, suas ruas são tortuosas e sua população vive de acordo com hábitos que não são os praticados na Europa e nos Estados Unidos. Mas, ao mesmo tempo, não é mais a cidade como Jesus a viu ao nascer.

É curioso, ademais, notar que a autora duvida da autenticidade da igreja como local onde Jesus nasceu e, criticando as práticas das Igrejas Católica e Ortodoxa, as “seitas”, menciona os ornamentos que, segundo sua percepção, apagaram os traços do “verdadeiro” local de nascimento de Jesus.

Depois, Barnhart descreve as hospedarias, onde conviviam animais e seres humanos na Antiguidade e que “ainda podem ser vistas na Palestina”. A autora então fala de uma casa em Belém:

Certamente foi em uma dessas casas que viveu Jessé, o Belemita, quando Samuel veio para ungir um rei para Israel, e encontrou Davi. [...] E nesse simples vilarejo apareceu o “mais justo dentre dez mil, a brilhante e matinal estrela”, cujo reino é um reino eterno, e cuja abundância e substância é maior do que as dos mais ricos do mundo.

Nitidamente percebe-se que a autora refere-se a Belém como lugar simbólico judeu (Davi) e cristão (nascimento de Jesus, estrela do Natal). Assim como na reportagem de Madeleine Miller, Belém é despojada de seu valor cotidiano para os árabes para adquirir um valor histórico, místico e simbólico para desfrute dos cristãos ocidentais.

Contudo, o fato que não poderia ser negado é que havia árabes circulando, morando e vivendo suas vidas na cidade. As reportagens em geral expressam certa tensão ao tentar lidar com essa dualidade de Belém. A figura apresentada para ilustrar a matéria de Madeleine Miller para o *New York Times*, no Natal de 1937, diz muito bem sobre essa tensão (figura 5).

---

<sup>90</sup> BARNHART, Nancy. O, Little town of Bethlehem. *The Christian Science Monitor*, 19 de dezembro de 1938, p. 20.

Figura 5



*The New York Times*, 19 de dezembro de 1937.

Vê-se que há a tentativa de enfatizar a cidade como um lugar eminentemente cristão. Porém, o lugar é caracterizado por traços de um mundo diferente. O sino proeminente indica a importância de Belém em um contexto natalino. A igreja assume posição importante na imagem, está no centro da figura. Mas os habitantes não são como “nós”. Professam outra religião e são parte de um grupo humano diferente. O camelo no centro da imagem é uma clara referência à população árabe. As vestimentas dos transeuntes também servem para deixar claro que o lugar é habitado por árabes.

Há uma tensão entre o presente desconfortável e o passado sagrado. Todo o simbolismo da Palestina é associado às suas origens judaico-cristãs da Antiguidade. Assim, a relação dos judeus e dos cristãos com a “Terra Santa” aparece de forma realçada, enquanto a presença dos muçulmanos é sempre indicada como se estivessem desvirtuando os lugares sagrados judaico-cristãos. Os muçulmanos aparecem nas análises como intrusos na “Terra Santa”.

Em edição de 28 de novembro de 1938, a revista *Life* apresentou um grande mapa de Jerusalém. O título é: “Em Jerusalém, a cidade mais sagrada do mundo, cristãos, judeus e

muçulmanos lutam”. A legenda do mapa começa dizendo: “Esta é Jerusalém, a cidade mais sagrada do mundo. Seu nome significa ‘legado de paz’ [...] Hoje, como sempre, ela herda tudo menos paz”. E depois de apresentar todos os nomes da cidade ao longo da história, a revista diz: “A Cidade Velha, contudo, é a Sião do Rei David”<sup>91</sup>.

A revista apresenta os habitantes de Jerusalém, enfatizando o simbolismo da cidade para cristãos e judeus. As ligações dos muçulmanos com a cidade são fracamente indicadas. O Domo da Rocha aparece como sendo construído “no lugar onde Salomão construiu seu Templo, há 3.000 anos atrás, 50 anos após seu pai David ter capturado a cidade dos Jebuseus”. O templo muçulmano é submerso na história simbólica judaico-cristã. A matéria parece sugerir que o templo está ocupando o lugar de um templo mais autêntico. O valor de Jerusalém para os muçulmanos é submerso no valor que tem para o Ocidente. Os cruzados têm mais espaço nessa narrativa do que os muçulmanos, mesmo tendo ocupado a Palestina por muito menos tempo. O rei cruzado Godfrey de Bouillon tem seu quinhão na narrativa sobre a cidade: “uma rua ainda marca a memória do grande Cruzado do século XI Godfrey de Bouillon”.

Em 25 de dezembro de 1938, em reportagem do *New York Times*, o autor lamenta que o Natal daquele ano seria “o terceiro Natal triste (*cheerless*) sucessivo devido à insegurança geral”<sup>92</sup>. Da mesma forma, em 24 de dezembro de 1938, uma matéria do *Christian Science Monitor* lamenta: “Guerra e rebelião suplantaram a paz e a boa vontade na terra do nascimento de Jesus”<sup>93</sup>.

A violência era ruim para a economia e para as pessoas que tinham o lugar como importante referência religiosa. Tal qual a economia, o caráter espiritual da Palestina estava sendo prejudicado pela “política”, pela violência dos “terroristas”. As representações da Palestina em meio à violência eram construídas por meio de discursos marcados por lamentações pelo fato dos árabes atrapalharem os usos espirituais de cidades importantes para o cristianismo. As reportagens desconsideravam o valor cotidiano de Jerusalém, Belém, Jericó e Hebron, apresentando essas cidades por meio do significado atribuído pela sociedade norte-americana e pelo Ocidente cristão. Esse discurso retirava dos habitantes da Palestina seu direito de circular, transitar, usar essas cidades de acordo com suas necessidades. Tal discurso,

---

<sup>91</sup> In Jerusalem, world’s holiest city, Christian, Jew and Moslem fight. *Life Magazine*, 28 de novembro de 1938, p. 22-3.

<sup>92</sup> Palestine troubled at Christmas time. *The New York Times*, 25 de dezembro de 1938, p. 13.

<sup>93</sup> Warring Holy Land greets Christmas. *The Christian Science Monitor*, 24 de dezembro de 1938, p. 2.

no dizer de Kathleen Christison (1999, p. 21), constituiu-se como uma “desposseção simbólica” da população árabe da Palestina.

Em relação à revolta árabe, o direito dos árabes de reivindicar as cidades como suas e de utilizá-las como espaço de resistência era subjugado em nome do direito do Ocidente cristão em fruir o caráter simbólico da Palestina. Era uma percepção que se limitava ao consumo que o Ocidente fazia da Palestina.

Portanto, a vida de seus habitantes tinha menos importância que seu caráter histórico e simbólico, cujos elementos eram também definidores de uma identidade norte-americana, ligada a crenças e a narrativas judaico-cristãs que envolviam aquelas cidades. A visão orientalista da Palestina percebia as cidades bíblicas como submersas em um presente oriental (muçulmano, judeu ou cristão) que escondia a “natureza verdadeira” da Palestina, a do passado, aquela que foi o solo pisado por Abraão, Josué, David, Salomão e Jesus e que evoluiu até chegar às formas mais perfeitas do cristianismo ocidental.

Na verdade, há uma tensão entre o antigo e o novo. Os habitantes da Palestina, árabes e judeus, eram inseridos nas narrativas com desdém ou complacência, sob o aspecto positivo ou negativo, mas sempre como inferiores. As figuras dos pastores, dos beduínos, dos comerciantes em suas rotas pelo deserto, dos rabinos ortodoxos, dos samaritanos sempre suscitavam admiração, mas sempre colocados em uma narrativa em que ocupavam um estágio distante da civilização. Eram admirados, vistos positivamente, por trazerem à mente os personagens de tempos longínquos, de tempos em que as figuras bíblicas andavam por essas terras.

Por outro lado, em certas circunstâncias, a percepção era negativa, e pesava sobre eles a acusação de que em dois mil anos não haviam inovado e haviam deixado a Palestina ficar em ruínas, um deserto sem vida. Nesse sentido, os sionistas eram os redentores da Palestina. Enquanto nos tempos de Jesus, as cidades da Palestina eram centros religiosos, políticos e econômicos localizados em uma província do Império Romano, na década de 1930 era um “país” atrasado, pauperizado, sem importância no interior do Império Britânico, a não ser pela sua posição estratégica.

Essa tensão entre o passado e o presente se resolve pela modernidade, que une o antigo e o novo e dá novo sentido ao passado. Por isso, tão importantes eram os trabalhos arqueológicos. Os jornais e as revistas tratavam as escavações arqueológicas como procedimentos de fazer vir à luz a “verdadeira Palestina”, a Palestina dos “tempos de Jesus”.

Além disso, a arqueologia na Palestina era vista como comprovação de acontecimentos, lugares ou pessoas citadas na Bíblia. Era uma especialidade chamada de “arqueologia bíblica”<sup>94</sup>.

Como vemos na reportagem do *Christian Science Monitor* intitulada “registro da Terra Santa”:

Recentemente, muitos volumes têm sido publicados sobre a arqueologia palestina, que naturalmente têm um apelo mais amplo para o público em geral do que qualquer outro esforço arqueológico, pois pode lançar luz sobre o maior de todos os livros, a Bíblia<sup>95</sup>.

Em dezembro de 1938, Frederick Simpich escreveu na revista *National Geographic* sobre as “novas provas da história do antigo testamento”. Segundo ele, “visitantes, estudantes e arqueólogos ainda infestam as cenas dos eventos bíblicos e outros sítios famosos da antiguidade onde ‘escavadores’ estão continuamente encontrando *provas da História do Antigo Testamento*” [grifos meus]<sup>96</sup>.

Em novembro de 1940, no *Christian Science Monitor*, Albert F. Gilmore<sup>97</sup> escreveu um artigo intitulado “Fatos bíblicos são verificados por pesquisas de arqueólogos”. Gilmore analisa o livro do estudioso Frederic Kenyon e conclui que o trabalho era extremamente valioso por analisar os eventos bíblicos por meio do “conhecimento moderno” [*modern scholarship*]<sup>98</sup>.

Assim, a Palestina verdadeira, simbólica e espiritual dos tempos bíblicos estava vindo à luz por meio de modernas técnicas de escavação e pela ação científica da arqueologia.

O único entrave era a ação dos árabes. Em 1941, o *New York Times* diz que “em 1938, expedições arqueológicas de muitos grupos americanos e europeus foram canceladas por causa das desordens na Palestina”<sup>99</sup>.

A importância da arqueologia também residia no fato de que era uma parte do esforço científico de mostrar a Palestina e os povos antigos do Oriente Médio para o público ocidental. Em setembro de 1937, o *New York Times* noticiava que o Professor Walter J. Fischel descobrira “uma isolada comunidade judaica no Oriente Próximo que ainda usa o

<sup>94</sup> New Palestine study: Dr. Romanoff advances system for topography investigation. *The New York Times*, 16 de maio de 1937.

<sup>95</sup> Holy Land record. *The Christian Science Monitor*, 23 de outubro de 1943, p. B12.

<sup>96</sup> SIMPICH, Frederick. Change comes to Bible lands. *National Geographic Magazine*, dezembro de 1938, p. 695.

<sup>97</sup> Editor de diversas publicações da Igreja da Ciência Cristã, autor de livros sobre a religião e ex-presidente da Igreja Mãe.

<sup>98</sup> GILMORE, Albert F. Bible facts are verified by the researches of Archaeologists. *The Christian Science Monitor*, 30 de novembro de 1940, p. WM11.

<sup>99</sup> First-Century Necropolis found in Palestine. *The New York Times*, 14 de abril de 1941, p. 19.

aramaico, a língua do Talmude, com escrita hebraica”. O jornal diz que o professor fez a descoberta durante uma “viagem científica pela Pérsia, Kurdistão, Iraque e Afeganistão”<sup>100</sup>.

Assim, o professor, cientista, foi à Ásia, como descobridor de povos antigos. Essa busca pelo exótico, pelo outro diferente, encontrava bastante respaldo em expedições em que “especialistas” iam estudar os povos diferentes ou antigos e trazer de volta informações para a classe média norte-americana, ávida por conhecer o mundo do conforto de suas casas. Esse é um aspecto que Said também chama atenção. O Ocidente criou especialistas em “Oriente”, os orientistas, para estudar, manipular e tecer conclusões sobre as sociedades orientais.

Em 12 de setembro de 1937, o *New York Times* disse sobre a viagem do explorador inglês John Philby à “antiga Arábia” [*Old Arabia, Ancient Arabia*]<sup>101</sup>:

Com o mundo árabe em ebulição, explorações na Península Arábica são de particular interesse neste momento. Recentemente, H. St. John Philby, explorador inglês e *autoridade em Arábia*, completou uma jornada de Meca para o Leste e para o Sul, através de montanhas e desertos que até então eram territórios ocultos. Ele descreve sua jornada e suas descobertas em dois artigos [grifos meus].

Percebemos que o jornal recorre a temas comuns ao Orientalismo. Em primeiro lugar, Philby é uma “autoridade em Arábia” [*authority on Arabia*], ou seja, um ocidental que sabe o que a Arábia é – um especialista que pode dizer o que a Arábia é. Dessa forma, o *New York Times* diz ao leitor que o que ele vai ler é um texto produzido por um especialista, que vai, portanto, dizer a verdade sobre a Arábia. Como diz Said, o Oriente não fala sobre si mesmo. O Ocidental fala por ele. A Arábia, como um ponto deste Oriente, se apresenta ao orientalista (especialista em Oriente), que vai tirar o Oriente da obscuridade, ao tornar visíveis para os ocidentais “montanhas e desertos que até então estavam ocultos”. O Oriente por si não se mostra. É necessário que um ocidental vá até ele e o traga de volta para o público interessado.

Da mesma forma, a revista *Life*, ao apresentar a matéria sobre o líder sionista Chaim Weizmann, em 1939, fala de seu autor:

John Gunther, há muito tempo um ás como correspondente internacional, ganhou renome em 1936 por seu best-seller *Inside Europe*. [...] Desde então, o Sr. Gunther tem viajado e escrito na Ásia. O resultado foi outro livro, *Inside Asia*, publicado esta semana. Este perfil de Chaim Weizmann, que o Sr. Gunther escreveu especialmente para a *LIFE*, é baseado em sua própria pesquisa na Palestina<sup>102</sup>.

Os editores da *Life* estão afirmando para seus leitores que o que eles vão ler é o produto do trabalho de um escritor com autoridade para falar sobre o assunto. Percebe-se mais

<sup>100</sup> Lost tribes reported: Fischel finds 3,000 Jews in Near East speaking Aramaic. *The New York Times*, 17 de setembro de 1937.

<sup>101</sup> Across the burning sands of Ancient Arabia. *The New York Times*, 12 de setembro de 1937, revista, p. SM16.

<sup>102</sup> GUNTHER, John. Chaim Weizmann: Zionist leader. *Life Magazine*, 12 de junho de 1939, p. 59.

uma vez que a reportagem adquire tons de conhecimento verdadeiro e de credibilidade porque foi escrito por alguém reconhecido, um ás do jornalismo e que esteve lá na Palestina, viu tudo por si mesmo e trouxe de volta para os Estados Unidos um conhecimento confiável. Mantém-se a mesma premissa orientalista anterior: um ocidental viaja ao Oriente e o conhece. Depois transmite para a audiência ocidental, julgando o Oriente segundo critérios ocidentais. O próprio Gunther afirmara antes de publicar o livro que era um trabalho digno ter “familiaridade com o Oriente”<sup>103</sup>.

Assim, esses autores, professores, articulistas e colunistas eram vistos como os propagadores de verdades sobre o Oriente, sobre os orientais e sobre a Palestina. E, nesse sentido, todas as interpretações sobre a Questão da Palestina que enfatizavam as dicotomias entre civilização e barbárie revestiam-se de uma aura de credibilidade e verdade, uma espécie de discurso científico aplicado ao jornalismo e ao entretenimento de massas.

Diante disso, sobressai outro aspecto interessante nos elogios ao sionismo nos periódicos analisados: a questão religiosa aparece de forma mais complexa do que poderíamos supor inicialmente. Alguns norte-americanos defensores do sionismo certamente pensavam a ida dos judeus para a Palestina por dois eixos principais: a) como condição para a segunda vinda de Cristo e b) como direito conferido por Deus em promessa aos “filhos de Israel”. Porém, nos discursos da grande imprensa, entre muitos grupos que agiam na esfera pública em apoio à ideia sionista e entre aqueles que solicitavam uma ação governamental pró-sionista, raramente há afirmações de que os judeus teriam o direito de erigir um Estado porque isso está contido na Bíblia, ou que o Presidente deveria agir como um cristão acelerando a volta do Messias, nem mesmo no *Christian Science Monitor*.

São encontradas, evidentemente, menções à ligação dos judeus com a “Terra Santa”, mas tal associação era efetuada para apoiar a ideia de que os judeus, entendidos como povo, reivindicavam um território em que viveram há cerca de 2.000 anos. Era um argumento próximo ao nacionalismo romântico e não um uso de argumentos teológicos. Além disso, tanto nos veículos de comunicação quanto nos argumentos daqueles que pressionavam os Presidentes Roosevelt e Truman não aparece qualquer justificativa de que os judeus deveriam habitar a Terra Santa por causa de profecias bíblicas<sup>104</sup>.

Na verdade, a relação dos sionistas com a “Terra Santa” era fundamentada seguindo preceitos modernos. A reconstrução da Palestina empreendida pelos sionistas era entendida

<sup>103</sup> Ásia: Almanac de Gunther. Resenha do livro *Inside Asia*. *Time Magazine*, 12 de junho de 1939.

<sup>104</sup> As profecias estão contidas em várias passagens do Antigo Testamento, como Jeremias 16: 14-15; Jeremias 23: 7-8, Isaias 43: 5-7; Ezequiel 39: 25-29.

como o reflorescimento, pela razão e pela ciência moderna, de uma terra histórica e importante por ser o local por onde andaram figuras de importância histórico-religiosa, como Davi, Salomão, Josué e Jesus. Somente reabilitando a Palestina, todo o seu caráter histórico e espiritual poderia ser fruído.

É importante notar que há sempre essa tensão entre o novo e o antigo. O novo é louvado, especialmente em relação às realizações do homem, vitória sobre a natureza, sobre as doenças, sobre o ambiente inóspito. Mas essas realizações têm mais valor porque estavam sendo aplicadas a um lugar simbólico, um lugar extremamente valorizado, sob o ponto de vista religioso, que despertava um forte imaginário, muito caro à religiosidade protestante (e judaica) americana.

Assim, emergiu uma complexa forma de enxergar a relação entre o antigo e o novo. O antigo tinha valor no que tange às reminiscências dos tempos bíblicos – Belém é a cidade onde Jesus nasceu e onde David foi ungido. Jerusalém é o lócus da vida judaica, onde Jesus foi julgado, condenado e executado, mas ressuscitou; Jericó ainda é lembrada pela batalha vencida por Josué. Dessa forma, traços dessa época são valorizados, porém sempre em função de quem olha de fora; os moradores não têm voz nessa valorização do antigo. Os cristãos porque não sabem olhar para o verdadeiro valor do solo em que pisam. Os judeus porque professam um judaísmo supersticioso e primitivo. Quanto aos muçulmanos, são aliados da história das cidades, estão lá por um acaso e pelas derrotas dos cristãos europeus que tentaram “reconquistá-las”.

Por outro lado, em outras ocasiões, esses mesmos traços de antiguidade são desvalorizados por serem sinais de que a atual Palestina estava sob o domínio de um povo atrasado, ignorante, que deixou a “Terra Santa” em ruínas. Os traços do antigo desvalorizados só encontram redenção pela mão de ocidentais, britânicos e, principalmente, os sionistas. Assim, o sionismo não era louvado só por conta de seu idealismo e por seu projeto de sociedade ideal, mas também e, fundamentalmente, por seu trabalho prático. A sociedade paralela criada pelos *kibutzim* era o novo entrando no antigo, o novo redimindo o antigo. O antigo não deveria ser desprezado totalmente, mas deveria passar por um processo de depuração. Os traços mais “bárbaros” deveriam ser abandonados por práticas “civilizadas”, mas o “charme”, o “romance”, o elemento místico do antigo ou os traços históricos que lembravam Jesus, David, Josué, Isaías etc. deveriam ser reelaborados e reconstruídos, de acordo com a ação racional do homem no mundo.

\* \* \*

Assim, os sionistas eram vistos como os “americanos no Oriente Médio”. A ideia sionista despertava elementos variados, múltiplos e diversificados no imaginário norte-americano. Na verdade, era uma forma de exaltar uma identidade americana específica. O “ser americano” como entendido pelos defensores do nacionalismo cívico estava no centro dos louvores ao sionismo. Os sionistas eram dignos de elogios porque emulavam os norte-americanos em sua conformação como nação – na colonização e em sua “Marcha para o Oeste”. Assim como os primeiros colonos e os “pioneiros” desbravadores do Oeste, os sionistas venciam o “terreno selvagem”, o deserto, por meio da razão, da ciência e de seu árduo trabalho. E não se deixavam abater pela resistência de grupos humanos “retrógrados”, “primitivos” e “violentos”. Levavam consigo a chama do empreendedorismo e a vontade de construir sociedades evoluídas e em um estágio superior de civilização.

A depuração da Palestina, a renovação da “Terra Santa” pelas mãos de ocidentais articulou elementos importantíssimos para diversos grupos sociais norte-americanos. E para tais grupos, os sionistas eram representantes da modernidade na Palestina. Um grupo saído do Ocidente e que por meio do progresso estava reconstruindo uma terra extremamente simbólica para os norte-americanos.

Assim, percebemos que tanto revistas conservadoras como a *Time* e a *Life*, de propriedade de Henry Luce, quanto jornais de tendência liberal como o *New York Times* e o *Christian Science Monitor*, e a revista de discurso nacionalista *National Geographic* viam o sionismo como algo extremamente positivo e louvável.

Embora manifestassem diferentes opiniões políticas, todos esses periódicos viam o sionismo como um movimento positivo. Houve diferenças de ênfase no que o sionismo teria de melhor. O que os unia, porém, eram valores centrados na noção de uma América moderna, que criava riqueza material por meio da ação racional humana e que poderia construir uma sociedade aperfeiçoada, dedicada a construir o bem comum. Eram, enfim, valores ligados às noções de progresso e modernidade.

## CAPÍTULO 2

### SIONISMO, PROGRESSO E MODERNIDADE

Como já indicado em várias passagens no capítulo anterior, as diferentes vertentes orientalistas nos Estados Unidos nas décadas de 1930 e 1940 estavam assentadas, em grande parte, em uma valorização das noções de progresso e modernidade. Diante disso, a Questão da Palestina foi entendida entre vários grupos norte-americanos como um embate entre dois campos antagônicos: de um lado, um grupo humano que era vetor da modernidade e do progresso; de outro, uma comunidade tradicional e atrasada.

#### 2.1 Progresso *versus* atraso

A vertente dominante do Orientalismo norte-americano se assentou em grande medida sobre a ideia de progresso e afastou-se de um elemento bastante presente no seu correlato europeu: a noção de “raça”.

A historiadora Melani McAlister (2001, p. 12) critica o uso do conceito de Orientalismo para as relações entre os Estados Unidos e o Oriente Médio. Ela não rejeita completamente o conceito, mas apresenta casos específicos em que sua utilização é pertinente. Segundo ela, o conceito de Orientalismo não se aplica aos Estados Unidos, principalmente por conta da noção de “raça”.

Com efeito, como analisado anteriormente<sup>105</sup>, o elemento “racial” foi um fator orientalista menos disseminado nos Estados Unidos em relação à Europa. Em várias partes de seu livro, Edward Said relaciona o Orientalismo à noção de “homem branco” e seu discurso de autoridade frente às populações “de cor” (SAID, 2007, p. 280; *ibidem*, p. 314). Como vimos, os Estados Unidos das primeiras décadas do século XX foram marcados por conflitos para definir o que era ser americano. Havia divergências entre variados agrupamentos sociais que acreditavam que o verdadeiro americano era Branco, Anglo-Saxão e Protestante (WASP) e aqueles que argumentavam que a americanidade era definida pela lealdade aos valores republicanos da nação.

Portanto, ao trabalhar com a noção de Orientalismo nos Estados Unidos precisamos levar em consideração essa pluralidade de posicionamentos. Nos discursos analisados nesta

---

<sup>105</sup> Discussão contida no tópico 1.2.

pesquisa, o que predominava era uma percepção cívica para a definição da americanidade. Portanto, uma visão que rejeitava o sangue ou a cor da pele como critérios para a exclusão de um indivíduo do corpo político norte-americano. E, assim, o conflito na Palestina não era definido em termos raciais, mas em termos civilizacionais.

Uma das noções centrais presentes nos periódicos analisados nesta pesquisa é a ideia do *progresso*. Trata-se de uma valorização tanto do progresso material – uma visão que valoriza os avanços técnicos e a produção acelerada de bens para a produção de bem-estar da sociedade; como do progresso social – a noção da superioridade do futuro em relação ao passado e o entendimento de que a humanidade rumo em linha reta para a evolução.

A noção de progresso foi central na interpretação do conflito entre sionistas e árabes na Palestina. Em maio de 1939, o *New York Times* escrevia sobre o progresso material na Palestina:

[Após a Declaração Balfour, 2 de novembro de 1917,] os judeus afluíram em grande número para a Palestina. Não muito antes, o trabalho desses pioneiros e o dinheiro dos judeus de todo o mundo transformaram as planícies e montanhas áridas que foram conhecidas por Abraão, Jesus e Maomé. Terras foram compradas dos árabes, poços foram perfurados, o rio Jordão foi aproveitado, pomares e campos de trigo foram plantados, estradas pavimentadas, escolas e hospitais construídos. A erodida e negligenciada terra floresceu como nos tempos bíblicos. O tracoma foi banido do Oriente Próximo, e outras doenças foram erradicadas<sup>106</sup>.

Em maio de 1936, a Revista *Time* diz que os sionistas “transformaram a Palestina de uma terra árida de pastores em uma nação efervescente, bem irrigada e industrial”<sup>107</sup>. O *Christian Science Monitor* diz, também em maio de 1936: “a Palestina fez mais progresso na última década do que nos últimos vinte séculos”<sup>108</sup>. Já o *New York Times* afirmou que durante o Mandato Britânico, os sionistas “tiveram sucesso em transformar a Palestina no mais próspero centro agrícola e industrial do Oriente Próximo e Oriente Médio”<sup>109</sup>.

Nessa interpretação, os árabes e/ou muçulmanos são representados como avessos ao progresso. São tradicionais e retrógrados. Noel Busch, escrevendo para a revista *Life*, afirma que “em geral, o mundo árabe – que abrange a maioria da população do Norte da África, do Marrocos ao Egito, e todo o Oriente Próximo – até recentemente não se importou muito com o progresso europeu”<sup>110</sup>. Joseph Harrison, no *Christian Science Monitor*, diz, em junho de

<sup>106</sup> Abroad: unhappy Palestine. *The New York Times*, 21 de maio de 1939, p. 5.

<sup>107</sup> Palestine: bad for business. *Time Magazine*, 4 de maio de 1936.

<sup>108</sup> Racial rivalries stir two groups in Palestine. *The Christian Science Monitor*, 15 de maio de 1936, p. 3.

<sup>109</sup> Palestine tension grows. *The New York Times*, 26 de maio de 1936.

<sup>110</sup> BUSH, Noel F. The King of Arabia. *Life Magazine*, 31 de maio de 1943, p. 71.

1943, que os árabes manifestavam “pouco entusiasmo pelo progresso”<sup>111</sup>. E em 1946, a revista *Time* reforçava a caracterização dos árabes como avessos aos progressos ocidentais, quando narra que um líder local afirmara que os árabes não se importavam com escolas, hospitais e não queriam os professores e o dinheiro estrangeiros<sup>112</sup>.

Dessa forma, os árabes deveriam ser educados para poderem reconhecer a necessidade do progresso. Somente pelo aprendizado os árabes poderiam ser levados a aceitar o progresso como algo positivo.

Na verdade, esse também é um traço frequente das diversas vertentes do Orientalismo nos Estados Unidos: a função pedagógica dos norte-americanos. Os Estados Unidos não deveriam buscar interesses egoístas no Oriente Médio, mas ajudar as diferentes “raças” da região a trilharem o caminho da civilização.

Com efeito, um dos traços marcantes entre certas vertentes orientalistas norte-americanas é a sua ênfase no aprendizado. Trata-se de um Orientalismo pedagógico, em que por meio de professores ocidentais, os orientais seriam ensinados a serem civilizados. Essa ênfase, na verdade, estava estreitamente ligada à posição real dos norte-americanos no Oriente Médio no período entreguerras. Diferentemente de França e Grã-Bretanha, os Estados Unidos não possuíam participação administrativa no Oriente Médio. Não possuíam Mandatos conferidos pela Liga das Nações. Portanto, não tinham poder político efetivo nessa área do mundo. Sua participação era focada, principalmente, em transações comerciais e em trabalhos missionários.

Diante disso, as ações missionárias e educacionais eram louvadas como a grande contribuição norte-americana no Oriente Médio. Bayard Dodge, presidente da Universidade Americana de Beirute entre 1913 e 1948, louva o trabalho educacional norte-americano no Oriente Médio. Ele diz:

A educação é imperativa se os povos do Oriente Próximo quiserem ter sucesso na competição da vida moderna. As famílias feudais estão se degenerando enquanto homens e mulheres treinados tecnicamente introduzem métodos científicos de agricultura e indústria. A antiga “nobreza” de nascimento está sendo suplantada por uma nova aristocracia de cérebros<sup>113</sup>.

Assim, segundo o ponto de vista norte-americano, os missionários saídos dos Estados Unidos eram vetores de civilização de povos primitivos, por meio das escolas missionárias.

---

<sup>111</sup> HARRISON, Joseph G. Arabs' dislike of change slows Palestine accord. *The Christian Science Monitor*, 17 de junho de 1943, p. 7.

<sup>112</sup> The Nations: the Promise Land. *Time Magazine*, 26 de agosto de 1946.

<sup>113</sup> Bayard Dodge em entrevista a Friedrich Simpich. SIMPICH, Friedrich. Change comes in the Bible Lands. *National Geographic Magazine*, dezembro de 1938, p. 743.

Assim, enquanto franceses e britânicos mobilizavam elementos orientalistas para justificar seus domínios políticos, os norte-americanos elaboraram formas orientalistas articuladas em torno da noção professor-aluno.

Nesse sentido, os sionistas cumpriam um papel similar. E um elemento importante era o exemplo. Os orientais deveriam ser ensinados por meio de atitudes exemplares. A revista *Life* diz que “estimulados pelo exemplo e pela competição dos colonos judeus, os árabes fizeram algum progresso nos últimos 20 anos, ao adotarem os novos métodos de cultivo”<sup>114</sup>. Já o colunista R. L. Duffus diz no *New York Times* que “o árabe demonstra sua habilidade para melhorar a si mesmo quando um bom exemplo é colocado diante dele. O bom exemplo na Palestina vem dos judeus”<sup>115</sup>.

Assim, a raça não era tomada como entrave à civilização, já que os árabes não eram vistos como um grupo humano incapaz de evoluir. Porém, não conseguiriam fazer isso sozinhos. E para muitos norte-americanos, os sionistas faziam isso ao construir colônias na Palestina. Nesse sentido, construiu-se, nesses discursos, uma assimetria temporal/cultural, sendo os sionistas os vetores do progresso em uma terra habitada por pessoas primitivas.

Havia, portanto, uma visão marcadamente bipolar para entender sionistas e árabes: um embate entre progresso e atraso. Foi principalmente por meio dessa dicotomia que o conflito na Palestina foi percebido. E o primeiro evento significativo que chamou a atenção da sociedade norte-americana para o que ocorria na Palestina foi a Grande Revolta Árabe.

Em abril de 1936, uma rebelião de grandes proporções eclodiu no Mandato Britânico da Palestina. Após dias de greve geral, emergiu uma violência sem precedentes durante o controle britânico. Embora tenha havido atos de violência anteriores, a revolta de 1936 (que só foi debelada em 1939) foi generalizada e a quantidade de mortos e feridos, entre judeus, árabes e britânicos, pôs em evidência, para as autoridades britânicas na Palestina, assim como para quem se interessava pela “Terra Santa” nos Estados Unidos, um conflito entre duas comunidades em um pequeno território.

Na verdade, para alguns, o que emergiu foi a percepção de que a Palestina não era uma terra vazia. Ficou claro, naquele momento, que um contingente populacional expressivo vivia naquela terra e que havia uma profunda contradição entre o projeto político sionista de Estado judeu e os projetos locais dos árabes palestinos.

---

<sup>114</sup> Palestine: new type of peasant Jew fights for a homeland. *Life Magazine*, 4 de novembro de 1946, p. 112.

<sup>115</sup> DUFFUS, R. L. Practical view of Palestine. Resenha do livro “Palestine: Land of Promise”, de Walter Clay Lowdermilk. *The New York Times*, 21 de maio de 1944, review of books, p. BR20.

Pela primeira vez, os árabes passaram a figurar de forma proeminente nas análises sobre o sionismo. Desde que o movimento sionista foi fundado em 1897, as matérias e editoriais dos jornais e as reportagens das revistas eram dedicados às narrativas sobre o movimento sionista e as tentativas do sionismo de obter apoio das potências. Após a Primeira Grande Guerra e com a Palestina sendo posta sob Mandato da Grã-Bretanha, o sionismo passou a ser tratado como uma questão quase exclusivamente judaico-britânica. Até então, os árabes eram quase ausentes das análises. Nem mesmo os tumultos de 1920-21 e 1929<sup>116</sup> fizeram emergir discussões mais aprofundadas na imprensa sobre o papel dos árabes na contenda. Já no período 1933-1936, o centro da análise era a política imperial britânica diante do problema dos judeus que fugiam de Hitler e as contendas internas sionistas. Porém, a partir da eclosão da revolta, as reportagens buscaram respostas para a gravidade da relação entre árabes e sionistas.

Um indicativo do crescente interesse foi o destaque dado pela imprensa. A partir da revolta de 1936, ficou claro para os analistas políticos e para a imprensa que os árabes mereciam alguma análise.

O *New York Times* marcou a diferença existente entre a revolta iniciada em 1936 e as anteriores, deixando claro que se tratava de algo novo. Joseph Levy, correspondente do jornal na Palestina desde meados da década de 1920, diz: “‘distúrbio’ não é a mais palavra para descrever a situação na Palestina – que chegou agora a um estado de verdadeira rebelião”<sup>117</sup>. O colunista do *Christian Science Monitor* R. H. Markham diz sobre a revolta: “o presente movimento árabe contra os judeus é, de longe, mais sério que qualquer outro distúrbio nos anos passados”<sup>118</sup>.

A partir da eclosão da revolta, o cerne das matérias e das reportagens era o confronto entre judeus e árabes. Com isso, os analistas norte-americanos da política do Oriente Médio foram postos diante de uma situação não totalmente compreensível. A dificuldade em entender residia em uma percepção segundo a qual os sionistas levavam progresso para a Palestina (progresso para todos) e os árabes deveriam estar agradecidos por isso. Como um povo beneficiado pela imigração sionista e pelos avanços ocidentais poderia se revoltar contra

---

<sup>116</sup> Esses dois tumultos não foram tratados como revoltas, mas como atos violentos entre dois grupos religiosos ou entre populações nativas contra imigrantes. O primeiro (1921-22) ocorreu em Jaffa, quando árabes atacaram trabalhadores judeus que chegavam ao porto dessa cidade. A segunda (1929), e mais séria, ocorreu quando judeus oravam no Muro das Lamentações e foram atacados. Após isso, os ataques concentraram-se, principalmente, em Hebron e causou a morte de dezenas de judeus que viviam nessa localidade.

<sup>117</sup> LEVY, Joseph. Palestine gripped by an Arab revolt; 3 towns besieged. *The New York Times*, 27 de maio de 1936.

<sup>118</sup> MARKHAM, R. H. Palestine tension grows. *The New York Times*, 26 de maio de 1936.

seus benfeitores, sionistas e britânicos? Diante dessas dificuldades, foram necessárias as descobertas dos orientistas, isto é, dos cientistas especializados em Oriente, para entender por que os árabes estavam lutando contra os sionistas. Era preciso recorrer a uma teoria geral, generalizante, que recolocasse as coisas (e as populações) em seus devidos lugares.

Assim, as representações assumem outro sentido. São também papéis atribuídos por um contador de histórias, em que o conflito deve ser compreendido como a oposição de dois grupos essencialmente diferentes. Desse modo, árabes e sionistas são enquadrados em esquemas de análise em que cumprem *papeis*, como se fossem atores que só pudessem seguir as falas e o comportamento de seus personagens, definidos *a priori* pelo diretor ou criador da encenação. Além disso, como as estruturas narrativas buscavam classificar os povos em “tipos”, a resposta mais atraente foi a divisão dos dois grupos e seu enquadramento em categorias classificatórias. Para apresentar o que ocorria na Palestina de forma inteligível (às vezes de forma quase literária), os tipos árabe e sionista foram delineados e ligados a comportamentos previsíveis.

A interpretação mais comum sobre a revolta dizia que por meio do progresso material os judeus conseguiram produzir bem-estar, riqueza e melhores condições sociais, o que desagradou os árabes, que então passaram a temer um grupo humano “superior”. Em editorial de 23 de novembro de 1936, o *Christian Science Monitor* diz: “os árabes serão, por muitas décadas, a grande maioria, mas eles têm alguma razão de temer que os judeus, por causa de sua energia, iniciativa, riqueza e alta educação, irão, cada vez mais, assumir a influência dirigente”<sup>119</sup>.

Na edição de 24 de outubro de 1938, a revista *Life* avalia o conflito como uma “guerra” entre “900.000 rústicos árabes muçulmanos” contra “400.000 judeus originários da civilizada Europa”<sup>120</sup>. Assim, os sionistas saídos da “Europa civilizada” guerreavam contra “rústicos” árabes. Trata-se, enfim, de uma guerra entre civilização e barbárie. Na verdade, é um conflito entre Ocidente/civilização x Oriente/barbárie.

Joseph Harrison escreve no *Christian Science Monitor*:

Um aspecto do desacordo entre árabes e judeus na Palestina é tão claramente definido como as íngremes encostas dos áridos montes da Judeia que rodeiam esta antiga cidade. É o conflito entre o progresso Ocidental e a resistência Oriental à mudança. É impossível viajar mais de umas poucas milhas na Terra Santa sem ser golpeado pela tremenda diferença existente entre as seções árabes e judaicas do país. Seja em uma moderna cidade como Tel Aviv ou nas fazendas comunais judaicas das antigas planícies da Samaria, os judeus introduziram todos os mais

<sup>119</sup> Jews and Arabs. *The Christian Science Monitor*, 23 de novembro de 1936, p. 18.

<sup>120</sup> A three-cornered war rends holy Palestine. *Life Magazine*, 24 de outubro de 1938, p. 44.

recentes avanços da Europa e da América, enquanto nas seções árabes da cidade e do campo, a vida é essencialmente a mesma que há séculos. É uma das ironias da história o fato de hoje ser o árabe que dá à Palestina seu aspecto bíblico. É o árabe e não o judeu que lembra o Antigo Testamento [grifos meus]<sup>121</sup>.

Essa percepção encontra-se disseminada em todos os veículos de comunicação analisados nesta pesquisa. John Gunther, um conhecido escritor da década de 1930, apresenta sua interpretação para o conflito na revista *Life*, em 1939. Gunther diz que a Declaração Balfour “instalou” o lar nacional judaico “em um país habitado em grande parte por árabes nômades e primitivos”<sup>122</sup>. E falando sobre o que chama de “guerra civil”, ele diz:

Os pioneiros sionistas se assentaram no solo e produziram pomares onde durante séculos havia apenas o deserto árido. Resultado: o ódio e o ciúme árabes aumentaram. [...] O que mais deixou os árabes preocupados foi a percepção de sua própria inferioridade econômica e política. Nômades atrasados, sem qualquer experiência em administração ocidental (tendo sido governados pelos turcos durante séculos), na maior parte analfabetos, eles não são páreos para os educados e movimentados judeus<sup>123</sup>.

A revista *Time* também avalia a questão dessa forma, quando diz que “foi o implacável zelo pioneiro, assim como a pressão dos números judeus, que geraram inquietação e ódio entre os árabes”.<sup>124</sup>

Porém, houve interpretações um pouco diferentes. A revista *Time* afirma conhecer a “causa mais profunda” da revolta: “a quebra da hierarquia social na Palestina”. A reportagem avalia o levante da seguinte forma:

O desenvolvimento judeu na Palestina enfraqueceu a opressão dos camponeses árabes à feudal tirania de seus mestres árabes, aumentou o salário e o padrão de vida na Palestina, introduziu as oito horas de trabalho diárias, encorajou os sindicatos árabes. Resultado: libertação econômica dos camponeses árabes. No fundo, a fúria anti-judaica dos proprietários de terra árabes, apoiados por hordas de cavaleiros beduínos, foi causada por esse inesperado levante social<sup>125</sup>.

Portanto, a *Time* formulou uma interpretação que opunha os “líderes árabes” às “massas árabes”. Assim, não se referiu aos árabes como um grupo homogêneo, mas interpretou o conflito como uma luta de classes interna à sociedade árabe<sup>126</sup>.

<sup>121</sup> HARRISON, Joseph G. Arabs' dislike of change slows Palestine accord. *The Christian Science Monitor*, 17 de junho de 1943, p. 7.

<sup>122</sup> GUNTHER, John. Chaim Weizmann: Zionist leader. *Life Magazine*, 12 de junho de 1939, p. 62.

<sup>123</sup> *Ibidem*.

<sup>124</sup> The Nations: the Promise Land. *Time Magazine*, 26 de agosto de 1946.

<sup>125</sup> Palestine: hear & rear. *Time Magazine*, 6 de julho de 1936.

<sup>126</sup> Essa interpretação não deixa de ser interessante, em um periódico que não realçava as lutas sociais nos Estados Unidos no período em questão.

Desse modo, os líderes árabes impediam que a parte da população mais necessitada se beneficiasse da colonização sionista. Em uma das primeiras avaliações da Grande Revolta, eis como o Editorial do *New York Times* a caracteriza:

O fanatismo religioso muçulmano é facilmente instigado contra o infiel. *A inércia e o conservadorismo de um povo atrasado economicamente intensifica seu natural ressentimento contra o impulso de recém-chegados expansivos e cheios de energia, alguns dos quais não são compreensivos com seus vizinhos árabes. [...] No entanto, há na Palestina elementos de interesse comum entre judeus e árabes. Os imigrantes judeus têm desenvolvido a agricultura científica, aproveitado a energia hídrica e estabelecido indústrias capazes de utilizar os recursos naturais do país. Desse e de outros modos, eles têm ajudado a criar um grau de prosperidade que tornou a Palestina um caso único durante os anos da depressão mundial. Assim, no campo econômico, a iniciativa e o conhecimento científico dos judeus já estão aumentando os benefícios dos árabes [grifos meus]*<sup>127</sup>.

Percebe-se nesse editorial, de um dos jornais mais respeitados do país e com grande credibilidade, que os árabes (tratados todos como “muçulmanos”) possuíam um conservadorismo “natural”, isto é, os árabes tinham a tendência a serem apegados ao passado. Somente com os benefícios sociais do progresso sionista, poderiam ser criados “elementos de interesse comum”.

Essa noção de melhorar a vida e gozar das benesses do progresso era muito cara a diversos grupos norte-americanos nas primeiras décadas do século XX. Pode-se argumentar que a ideia do progresso, da reconstrução e da reabilitação, assim como a similaridade entre os colonos da Palestina e os colonos na América foram produto de uma propaganda sionista bem construída. De acordo com esse argumento, a sociedade norte-americana teria apenas “absorvido” um discurso eficiente.

Com efeito, no pós-Primeira Guerra, os sionistas empreenderam um grande esforço para disseminar tal percepção na sociedade norte-americana. Contudo, obtiveram sucesso não porque eram propagandistas ardilosos e inescrupulosos, que buscavam “iludir” o povo dos Estados Unidos, que teria “inocentemente” acreditado. Muitos grupos sociais norte-americanos somente entenderam a propaganda sionista porque já dispunham de um significativo repertório imaginário sobre a Palestina. A intensa campanha de convencimento construída pelos sionistas sobre o caráter civilizacional, progressista, moderno do sionismo, orientado a “reconstruir” a Palestina, encontrou um terreno extremamente favorável entre variados públicos norte-americanos. Como bem aponta Jean-Jacques Becker (2003, p. 192-4), uma propaganda só consegue sucesso em influenciar a opinião de uma sociedade sobre determinado assunto se conseguir dialogar com o que chamou de “condicionamentos gerais”

---

<sup>127</sup> Troubles in Palestine. *The New York Times*, 21 de abril de 1936. Editorial

dessa sociedade. Tais condicionamentos podem ser originados de várias fontes, como o lugar na sociedade, a classe social, as posições políticas. Nesse caso específico, entendo esses “condicionamentos” como valores e percepções enraizados em uma cultura.

Nesse sentido, os escritos de autores norte-americanos do século XIX sobre a Palestina desempenharam um papel importantíssimo. Missionários, viajantes e romancistas construíram uma imagem da Palestina abandonada, em ruínas. Portanto, muito antes do movimento sionista se articular de forma eficiente no cenário político norte-americano, a sociedade foi apresentada a uma Palestina arruinada por séculos de dominação árabe e turca (DAVIDSON, 2001, p. 4-5).

O movimento missionário norte-americano que tomou corpo no século XIX, cujo objetivo era salvar as almas de judeus e muçulmanos no Oriente Médio, elaborou um poderoso conjunto de imagens sobre as paisagens e as populações da Palestina. Os membros das associações missionárias enviavam relatórios, cartas e artigos repletos de imagens sobre o Oriente Médio que contribuíram para formar um quadro mental da Palestina (OREN, 2007, p. 133).

Da mesma forma, durante todo o século XIX, diversos norte-americanos viajaram à Palestina e traziam de volta suas histórias, que preenchiavam vários volumes de livros de relatos de viagem. Um número significativo dos mais de dois mil livros do gênero “crônicas de viagem” que foram escritos nos Estados Unidos entre 1860 e 1900 versava sobre o Oriente Médio. (OREN, 2007, p. 228). Além disso, estima-se que na segunda metade do século, cerca de 20 mil pessoas visitavam Jerusalém todos os anos (CHRISTISON, 1999, p. 17), visitantes que, embora não fossem escritores, contavam suas histórias, suas aventuras e delineavam o que era visto na Palestina.

Porém, talvez nenhum destes viajantes tenha sido mais eloquente em sua apresentação da Palestina do que Mark Twain. Uma das mais importantes fontes de imagens e representações dos árabes, em geral, e da Palestina, em particular, nos Estados Unidos eram os escritos de Mark Twain contidos em sua obra *Innocents Abroad*.

Publicado em 1869, o livro vendeu aproximadamente 100 mil cópias nos dois primeiros anos (LITTLE, 2002, p. 13) e desempenhou um papel significativo na visão norte-americana da Palestina desolada. Twain percorreu várias partes do Oriente Médio, durante o ano de 1867, e por onde passava descrevia os detalhes das paisagens e dos grupos humanos com os quais tinha contato. Sua descrição da Palestina é desanimadora:

De todas as terras com paisagens desoladas, a Palestina deve ser a principal. As montanhas são áridas, de uma cor pálida, suas formas sem vivacidade. Os vales são desertos monótonos com uma vegetação esparsa que é uma expressão de como ser triste e desanimado. [...] É uma terra sem esperança, melancólica e deprimente [...] A Palestina está aos trapos e às cinzas<sup>128</sup>.

[...]

Próximo a uma passagem pelo rio Jordão, onde os convidados de Israel entravam na Terra Prometida com músicas e regozijo, vê-se apenas um esquálido campo de fantásticos beduínos do deserto; Jericó, [...] jaz em uma apodrecida ruína, [...]; Belém e Betânia, em sua pobreza e humilhação, não possuem nada agora que lembre que uma vez conheceram a grande honra da presença do Salvador<sup>129</sup>.

Evidentemente, devemos considerar a diferença de tempos históricos entre a obra de Mark Twain e as análises contidas nos veículos de imprensa nas décadas de 1930 e 1940. Porém, é digno de nota que a obra de Twain ainda era referência para as avaliações sobre as condições da Palestina sob os árabes e a “reconstrução” operada pelos sionistas. Em 1946, a revista *Time* diz sobre a imigração judaica:

A fonte do vigor da colonização judaica, amplamente alimentada pelo dinheiro dos judeus de todo o mundo, fluiu para o deserto. Os judeus dos Estados Unidos contribuíram com quase 100 milhões de dólares para a Palestina e investiram mais 50 milhões. A “desesperançosa, melancólica e inconsolável terra”, que Mark Twain viu em 1867, foi favorecida com verdes campos e pomares de laranja<sup>130</sup>.

Assim, a percepção mais disseminada dizia que a Palestina estava em ruínas, depois de séculos de abandono. Somente os sionistas poderiam reconstruí-la, para o bem de todos os habitantes. Esse argumento foi levantado com veemência quando os sionistas buscavam apoio nos Estados Unidos. Contudo, os norte-americanos não foram simplesmente manipulados por um *lobby* sionista poderoso. Eles não foram meros fantoches de uma propaganda bem sucedida. A sociedade norte-americana possuía uma grande gama de percepções sobre a Palestina. Anos antes de Twain passar pelo Oriente Médio, eis como um jornal descrevia a Palestina em 1856.

Na Palestina, você estará ainda mais distante da civilização do que na Arábia, pois pessoas são precisamente aquilo que não existe em toda parte que você descreve, exceto nas cidades e vilarejos que você atravessa. Você viaja dia após dia, e você sobe montanha após montanha, e você adentra em cada vale, e exceto um ocasional viajante solitário com seu servo e seu arreeiro, ou um oficial turco e seu séquito, raramente aparece um objeto se movendo na paisagem. Não há gado na terra, não há transeuntes nas estradas. Quão solitário é. E esta solidão lhe golpeia mais do que o deserto, pois parece não-natural, porque aqui deveria haver vida, mas não há. Às vezes surge uma figura solitária e distante, um homem sobre um jumento. Esta é a

<sup>128</sup> TWAIN, Mark. *Innocents Abroad*, capítulo LVI (A referência aqui indicada será por capítulo, pois a versão da obra *Innocents Abroad* utilizada nessa pesquisa é a disponibilizada pelo Projeto Gutenberg na página <<http://www.gutenberg.org/files/3176>> em modo HTML. As versões eletrônicas não possuem indicações de página. Assim, a referência ao capítulo facilita a localização do texto).

<sup>129</sup> *Ibidem*.

<sup>130</sup> The Nations: the Promise Land. *Time Magazine*, 26 de agosto de 1946.

única coisa em movimento que você irá detectar a sua volta. E então você irá prosseguir nesta terra desolada<sup>131</sup>.

Tais descrições da “Terra Santa” causaram choque em muitos nos Estados Unidos. Referida na Bíblia como a terra que “mana leite e mel”, a Palestina foi apresentada como um lugar desolado, desértico, inóspito e árido. Antes desse quadro desalentador, os norte-americanos possuíam uma visão romantizada e idealizada da Palestina, oriunda dos textos bíblicos e de escritos teológicos. Quando os relatos do século XIX foram disseminados, emergiu uma visão de que a Palestina precisava ser modernizada, redimida e reconstruída (DAVIDSON, 2001, p. 4).

Assim, a propaganda sionista não criou essas noções. Os norte-americanos já possuíam um imaginário sobre a Palestina e um conjunto de referências que a descrevia como lugar abandonado e desolado. Essa percepção é anterior mesmo à fundação oficial do sionismo político, no Congresso da Basileia, em 1897. O que houve foi que o sionismo encontrou um ambiente favorável ao seu próprio discurso de progresso e modernização.

Assim, na década de 1930, quando, por conta da eclosão da Grande Revolta, as discussões sobre o conflito entre árabes e sionistas obtiveram grande relevo, as noções de redenção, reconstrução e modernização entraram no centro do debate. O progresso – a necessidade do progresso – era visto como via única para a felicidade e foi o ponto a partir do qual as duas comunidades foram comparadas.

Percebe-se, ademais, que o progresso sionista que recebia indicações laudatórias não era apenas progresso material, mas também progresso social. Havia uma noção de experimento social, de que, por meio da ação racional, o homem poderia criar uma sociedade nova.

Já os árabes foram vistos como presos a uma forma de viver em sociedade típica do passado, diferente da colonização sionista, que se caracterizava por ser democrática, igualitária e moderna. Em uma matéria não assinada do *New York Times*, o autor apresenta sua interpretação da Grande Revolta:

À antiga intolerância muçulmana diante de qualquer reivindicação não muçulmana de igualdade social ou política, a menos que obtida pela força, se juntou a irritação de uma pouco educada classe fundiária frente a novas ideias e costumes que os judeus – e também os britânicos – estão levando para a Palestina. Alguns veem isso como possível ameaça, resultado mais da administração britânica do que da influencia judaica, à sua proeminência sobre os *fellaheen* [agricultores pobres, arrendatários]. [...]. O crescimento do sindicalismo entre os trabalhadores árabes é

---

<sup>131</sup> Desolation of Palestine. *The Living Age*, vol. 50, ed. 635, 26 de julho de 1856.

outra fonte de terror para esses Coronéis Blimps<sup>132</sup> do Oriente Médio. É inútil falar para nove décimos deles sobre os laboratórios e experimentos agrícolas judeus, e sobre os benefícios que a ciência e a medicina judaicas levaram ao povo da Palestina. Eles responderiam que esses são luxos que o povo da Palestina pode dispensar<sup>133</sup>.

Logo adiante, diz a reportagem sobre os *fellaheen*:

Eles são primitivos, mas são decentes, quando deixados em paz pelos fanáticos ou conspiradores. Em alguns distritos eles aprenderam muito com judeus e cristãos, e, graças a uma administração esclarecida, estão pouco dispostos a pagar altas taxas sem reclamar e a acreditar em tudo o que os donos das terras lhes dizem<sup>134</sup>.

Assim, o autor apresenta uma dicotomia entre os árabes. De um lado estão os camponeses pobres, que, ao aprenderem com os ocidentais, melhorariam de vida e desafiarão os “reacionários” políticos.

De acordo com essa visão, o sionismo se apresenta como a vanguarda de uma liberdade política que estava “contagiando” os árabes. Contra essa tendência, os “reacionários” líderes árabes, os “Coroneis Blimps” do Oriente Médio, instigaram a revolta.

O mais importante aspecto a se notar nessa reportagem é a valorização do autor de elementos associados à modernidade. A reportagem ataca os líderes políticos que lutavam contra as inovações da vida moderna; defende a emancipação dos trabalhadores contra os reacionários; valoriza a igualdade social e política; e se refere ao Mandato Britânico da Palestina como “administração esclarecida”. E ligando a questão a elementos no imaginário nacional norte-americano, diz que os árabes estavam aprendendo a se tornar “pouco dispostos a pagar altas taxas sem reclamar”.

Assim, percebemos que a visão do progresso sionista está imersa em algo mais profundo: uma percepção altamente laudatória da modernidade.

## 2.2 Progresso sionista e modernidade

Nos discursos veiculados pelos órgãos de imprensa analisados nesta pesquisa, o sionismo foi visto como um movimento científico, racional, orientado para o futuro e fruto de uma legítima forma de experimentação social para a criação da felicidade humana na Terra. O

<sup>132</sup> Coronel Blimp: personagem do cartunista britânico David Low, que representava o reacionarismo, o racismo e o desdém pelos valores democráticos (BBC News. Century’s best cartoonist on show. Disponível em: <[http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk\\_news/politics/1974819.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/politics/1974819.stm)> Acesso em: 6 jun. 2011).

<sup>133</sup> A new Palestine evolved: fourteen years have changed all else, but Arab politicians are the same. *The New York Times*, 14 de junho de 1936, p. E7.

<sup>134</sup> *Ibidem*.

sionismo, enfim, foi percebido como um movimento moderno. Por outro lado, como diz Kathleen Christison (1999, p. 18), o Orientalismo nos Estados Unidos na primeira metade do século XX se fundamentava na ideia de que o Oriente não compartilhava os valores dos Estados Unidos, especialmente os valores da modernidade.

No entanto, falar de modernidade enseja muitas e variadas questões. A primeira delas se refere à própria possibilidade de conceituar o que se entende como modernidade. Com efeito, elaborar uma conceituação precisa de modernidade é uma tarefa extremamente difícil. Houve muitas e diferentes respostas à pergunta “O que é modernidade?”.

Jürgen Habermas (2002, p. 5), empreende uma tentativa de conceituar “modernização”. Para ele, o termo se refere a uma série de fatores, que não se resumem a avanços técnicos. Segundo ele, modernização

refere-se a um conjunto de processos cumulativos de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento na produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação das identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas etc.

Porém, a modernidade será entendida aqui como um valor. O termo será utilizado para fazer referência a uma percepção presente entre diferentes grupos sociais norte-americanos nas primeiras décadas do século XX que teciam louvores ao que era tido como moderno. Assim, serão apresentados nesta pesquisa valores associados à modernidade e sua utilização na interpretação da Questão da Palestina. O que será apresentado e analisado, enfim, é o *discurso de modernidade*.

O sionismo era louvado por ser um movimento moderno. Em todos os veículos analisados, a modernidade aparece como algo inerentemente positivo, não criticado e não explicado. O sionismo era positivo porque a modernidade era positiva.

O *Christian Science Monitor* elogiava os “métodos modernos” [*modern methods*] utilizados pelos colonos sionistas<sup>135</sup> e por fazerem “cidades modernas nascerem da areia”<sup>136</sup> [*modern cities spring out of the sand*]. Já o *New York Times* elogiava as “modernas instituições médicas”<sup>137</sup> [*modern medical institutions*] construídas pela Hadassah.

<sup>135</sup> Palestine is need of wider markets for citrus fruit. *The Christian Science Monitor*, 31 de julho de 1936, p. 11.

<sup>136</sup> Palestine: races renew old struggle. *The Christian Science Monitor*, 4 de setembro de 1936, p. 1.

<sup>137</sup> Submits Palestine data: Hadassah sends health report on Palestine to British group. *The New York Times*, 20 de dezembro de 1936.

Sintetizando a associação sionismo-modernidade, George Brant escreve no *New York Times* que o sionismo estava construindo uma “Palestina modernizada” [*Palestine modernized*]<sup>138</sup>.

Segundo Michael Foley (2007, p. 181), a percepção positiva da modernidade nos Estados Unidos advém do final do século XIX, quando o crescimento industrial do país fez surgir entre variados grupos na sociedade norte-americana a visão de que a transformação material da sociedade e a liberdade econômica eram características inerentes à modernidade americana e eram positivas *a priori*.

Porém, a modernidade, embora baseada em valores centrais, não é algo homogêneo. Para Daniel Aarão Reis, a ideia hegemônica de modernidade, que se desenvolveu a partir das revoluções inglesa, francesa e americana, era um conjunto de projetos de modernidades liberais<sup>139</sup> e burguesas:

Na economia, o triunfo do mercado e de sua mão invisível; na política, a representação censitária, excludente, o triunfo dos proprietários; na cultura, o indivíduo livre, ou seja, as pessoas individualizadas, atomizadas, desamarradas de laços tradicionais, comunitários, societários, de antigos estatutos, que as situavam num lugar onde, quase sempre, nasciam, cresciam e morriam (REIS, 2008, p. 11).

Contudo, embora muitos concordem com essa visão de modernidade, houve propostas distintas, projetos que Reis denomina “modernidades alternativas”.

Tais projetos alternativos devem ser vistos como produtos de formulações construídas por grupos sociais distintos em tempos históricos distintos. Diante disso, a noção de modernidade que pretendo chamar atenção nesta pesquisa foi a mobilizada por discursos expressos nos cinco veículos de comunicação analisados.

Na verdade, podemos perceber uma noção de modernidade específica. Ainda que se pretendesse universal, essa noção de modernidade estava de acordo com a busca por construir uma modernidade própria às questões específicas de alguns grupos da sociedade norte-americana. Portanto, trata-se de representações culturais e sociais.

Diante disso, o conjunto de discursos analisados nesta pesquisa expressa uma ideia de modernidade de acordo com pressupostos de modernidade diversos e seguindo linhas de intercessão variadas, mas que estavam, por sua vez, diretamente envolvidos com traços de uma identidade americana se queria exaltar. Elementos como novidade, empreendedorismo,

<sup>138</sup> BRANDT, George. Palestine modernized. *The New York Times*, 9 de janeiro de 1938, revista, p. XX12.

<sup>139</sup> Deve ser ressaltado que o termo “liberal” que Daniel Aarão Reis utiliza tem o significado que o pensamento adquiriu na Europa, diferente do uso que o termo tem nos Estados Unidos. “Liberal”, nos Estados Unidos, é caracterizado, dentre outras coisas, por uma defesa da ação estatal na economia, algo que é rejeitado pelos liberais econômicos europeus. Para Flavio Limoncic (2010, p. 506), o liberalismo norte-americano é marcado “pela defesa da regulação estatal na vida econômica e social”.

ciência, trabalho árduo, ação humana transformadora da natureza e experimentação social eram entendidos como intimamente associados a uma postura moderna diante do mundo.

Evidentemente, como uma sociedade complexa, houve nos Estados Unidos movimentos que atribuíam à modernidade um valor negativo, buscando formular e afirmar suas identidades pautando-se em uma vida tradicional, fieis aos modos de vida antigos, não “conspurcados” (pelo seu ponto de vista) pela industrialização, urbanização e pela modernização. Porém, um contingente expressivo via a modernidade como algo de suma importância e extremamente positivo. E, sobretudo, via a modernidade como o critério de julgamento de sociedades distintas ou de grupos dentro da mesma sociedade, vendo o processo de modernização como uma via necessária para a felicidade humana.

Por outro lado, essas noções são não só culturais e sociais, mas também históricas. Como bem aponta Daniel Aarão Reis, os processos de modernização não são estáticos e imutáveis. Ao contrário, se destacam por sua “plasticidade” e como “conseguem se adaptar, assimilar, trocar, incorporar” tendências diversas (REIS, 2008, p. 10). Dessa forma, diferentes contextos podem ensejar diferentes formas de enxergar a modernidade.

Michael Foley (2007, p. 181) demonstra que a noção de modernidade hegemônica entre os norte-americanos no século XX se baseava em elementos herdados do século XIX. Porém, na década de 1930, esses elementos se apresentaram mesclados a outros preceitos na construção das percepções sobre modernidade. Entre variados atores sociais, uma grande influência na percepção do sionismo como um movimento moderno adveio da emergência de diferentes concepções de organização da sociedade, ocorrida em um período de grande agitação social, que os historiadores chamam de “Era Progressista”.

As primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos são notáveis por ser um período de forte efervescência política em que variados grupos sociais buscaram saídas para pôr fim às crises causadas pelo crescimento acelerado da industrialização, da urbanização e dos conflitos sociais. Segundo Flavio Limonicic (2010, p. 505), a Era Progressista buscava “construir um grande consenso ordenador capaz de construir laços de coesão social em uma sociedade tida como fraturada pelas grandes transformações em curso”. Para Limonicic (2010, p. 505), o progressivismo encerrava uma “dimensão essencialmente conservadora”, ao buscar resgatar a “perda harmonia e reconstruir os laços de coesão social”.

Com efeito, os apoiadores do progressivismo estavam em meio a um debate sobre o que fazer para solucionar a crise social que se apresentava no início do século XX. Não

questionavam a necessidade de ação, mas estavam divididos sobre as formas mais apropriadas para recuperar a harmonia social idealizada por eles. Conforme aponta Flavio Limonicic:

No complexo emaranhado de agendas progressistas, podem ser identificados ao menos dois grandes grupos, com diagnósticos e receituários próprios. De um lado, aqueles que creditavam a perda da harmonia social a uma crise dos chamados valores americanos, ocasionada tanto pela imigração quanto pela cidade grande. De outro, os que entendiam a crise como resultado da inadequação dos princípios do liberalismo, tanto econômico quanto político, à nova realidade da economia oligopolizada, da grande indústria e da organização científica do trabalho (LIMONCIC, 2010, p. 505).

Portanto, se os entusiastas da reforma dos valores buscavam resgatar “o mundo da cidade pequena e do pequeno proprietário branco, anglo-saxão e protestante”, outros pensavam que a sociedade norte-americana precisava não de uma reforma moral, mas uma reforma social. Assim, estes últimos pensavam que diretrizes individuais e morais não solucionariam a crise em que a sociedade estava imersa. Para eles, somente a atuação coletiva poderia resgatar a coesão social norte-americana. Diante disso, começaram a empreender esforços para uma maior atuação do Estado na vida social e econômica (LIMONCIC, 2010, p. 505-6).

Conforme aponta Faith Jaycox:

Os progressistas eram reformadores e apoiadores da reforma que empreenderam uma multiplicidade de esforços para aliviar a disfunção, a corrupção, a injustiça econômica ou o sofrimento humano que acompanharam a explosão de crescimento industrial, urbanização e novas formas de viver na América. [...] Os progressistas estavam divididos sobre vários objetivos. Mas o que os unia era sua convicção de que apenas a ação social coletiva em nome do “povo” – um grupo que eles constantemente citavam, mas nunca definiam – poderia contrabalançar o crescente aumento do poder privado. Gradualmente, muitos passaram a aceitar a ideia de que apenas um ativo e, finalmente, um ampliado governo – especialmente um ampliado governo nacional – poderia revitalizar e proteger os tradicionais valores democráticos (JAYCOX, 2005, p. viii).

Portanto, é importante assinalar que, em meio a diferentes projetos defendidos por apoiadores do progressivismo, sobressaíram as percepções que divergiam da noção de modernidade individualista oriunda do liberalismo europeu. Variados grupos passaram a afirmar que os males sociais não eram causados por falhas individuais, falta de talento ou indisposição para o trabalho, mas que eram problemas coletivos, advindos da forma como estava organizada a sociedade. E assim, defendiam uma ação estatal na resolução dos problemas sociais.

Diante disso, muitos apoiadores do progressivismo, para julgar sionistas e árabes, se pautavam em valores modernos alternativos, já que partiam do entendimento que a ação

coletiva na sociedade era uma postura não só benéfica, mas necessária. Diferenciavam-se, assim, dos valores pautados em uma visão individualista de modernidade, até então vistos por grande parte da sociedade como baluartes da modernidade norte-americana.

Porém, apesar das divergências e dos elementos variados, podemos encontrar ideias centrais e comuns a muitas formulações sobre modernidade. Como diz Daniel Aarão Reis (2008, p. 10), “ao longo do tempo, certos aspectos e valores se associaram de forma indelével aos processos de modernização, conferindo-lhes, na essencial diversidade, uma certa unidade, o que não implica uniformidade”.

Porém, diferentemente de Reis, que destaca a ciência, a liberdade de pensar e a vida urbana como nucleares à ideia de modernidade, entendo que outros componentes podem ser úteis para pensar os valores que diferentes grupos atribuem à modernidade.

Um valor central atribuído por variados projetos de modernidade é a ideia de *novidade*. A percepção de que a ação mais positiva do ser humano é a criação de algo novo, algo inteiramente inaudito, ao invés da prisão às tradições do passado, é uma característica fundamental para o pensamento moderno. A novidade, a capacidade do homem de criar e tirar de si aquilo que precisa para se compreender e para se projetar no tempo é um dos pilares da modernidade.

Jürgen Habermas (2002, p. 12) diz que a modernidade, ao apresentar-se como uma superação do passado, precisou tirar legitimação e critérios de validade de si mesma, sem recorrer ao passado como orientação. Ou seja, o novo, o criado, foi alçado à condição central de guia para a postura diante do mundo, enquanto o antigo perdeu preeminência.

Já Reinhart Koselleck (2006) possui uma formulação interessante para analisar esse fenômeno. Segundo ele, na modernidade, se alargou a distância entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa<sup>140</sup>. O valor de um indivíduo ou de um grupo passou a ser medido segundo sua relação ao que é novo (presente/futuro) em detrimento do que é antigo (passado).

A ideia de progresso material está intimamente relacionada com essa noção de novidade. Porém, a modernidade não está relacionada meramente ao progresso técnico, mas ao progresso social, que resultaria em sociedades aperfeiçoadas. Como nos diz Koselleck

---

<sup>140</sup> Em *Futuro passado* (2006), Koselleck diz que espaço de experiência e horizonte de expectativa são categorias meta-históricas que permitem ao historiador analisar as condições de possibilidade da história. São categorias adequadas para compreender o tempo histórico por lidar com a temporalidade do homem. Para ele, a experiência é o “passado atual, no qual os acontecimentos podem ser lembrados”, sendo articulados a várias experiências alheias. A expectativa também é tanto individual como inter-pessoal e “se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (KOSELLECK, 2006, p. 309-10). Para ele, é a tensão entre experiência e expectativa que faz surgir o tempo histórico (KOSELLECK, 2006, p. 313). Assim, esse alargamento significa que a expectativa não toma mais a experiência como fundamento – os projetos para o futuro não se voltam para o passado para orientação.

(2006, p. 314-8), o horizonte de expectativa na modernidade passou por uma transformação significativa, em que a história é percebida como uma marcha permanente no caminho do progresso humano. Trata-se de uma crença secular, uma crença na perfectibilidade humana, na infinita capacidade do Homem de se superar e criar algo aperfeiçoado na Terra – ou seja, neste mundo, e não após a morte. Essa nova expectativa estava ligada ao novo espaço de experiência, em que avanços técnicos e no conhecimento eram presenciados com cada vez maior frequência. A velocidade das transformações fez surgir a noção de que a essência da humanidade era a transformação e a evolução.

E foi de acordo com esses princípios que o sionismo foi identificado nos discursos aqui analisados. É interessante notar como o sionismo era visto como um movimento moderno, que se caracterizava pela novidade. Em 15 de maio de 1936, o *Christian Science Monitor* diz sobre os sionistas:

A terra vibra com um espírito de entusiasmo. *Tudo parece possível*. Homens e mulheres diariamente veem o fruto de seu trabalho. Eles represam o Rio Jordão, e não apenas limpam a terra com a corrente que eles criam, mas a água irriga os pomares. Eles perfuram uma miríade de poços, e você ouve o som dos motores bombeando água em todas as partes em todas as horas do dia e da noite. Somente em um vale 25 novas vilas apareceram. Há 30.000 homens e mulheres em fábricas em uma área em que há 20 anos atrás era um terreno arenoso árido. Dois excelentes novos portos foram construídos. As estradas são preenchidas com o trânsito. Em todos os novos centros, a vida é barata, prazerosa, esperançosa. *A chama do progresso social e da façanha está na face de qualquer pioneiro*. Esta é a terra da gente comum, dos jovens em busca de um futuro.

Um espírito de igualdade, liberdade, mérito humano prevalece. Este é o tipo de sociedade que Walt Whitman poderia cantar. *A Humanidade fez um novo começo*. [grifos meus]<sup>141</sup>.

A reportagem parece buscar sintetizar tudo o que representa a modernidade e o progresso levado à Palestina pelos sionistas. Criação, riqueza, justiça, progresso social, controle sobre a natureza, participação política. No entanto, algo que sobressai é a ideia de um novo começo da *Humanidade*. Ou seja, o “pioneiro sionista” representa um tipo de ser humano novo, orientado para o futuro, uma superação do passado. O passado não o prende, não é entrave para a produção de sua própria felicidade. Somente ele detém a chave para o futuro. Não são seus pais e avós que lhe dirão o que deve fazer, mas ele mesmo, tirando de si o que precisa para seguir em frente. O homem moderno é um homem que cria suas oportunidades e, por si só, vence os desafios da natureza e dos agentes contrários ao progresso.

---

<sup>141</sup> Racial rivalries stir two groups in Palestine. *The Christian Science Monitor*, 15 de maio de 1936, p. 3.

Essa noção se coadunava bem com a própria visão da América como um novo começo. Como vimos, os sionistas foram apresentados em muitos discursos como novos americanos, como repetidores da construção da América. Era uma visão de que ambos deixaram o continente europeu para construir algo novo em uma terra que carecia da mão humana. A similaridade entre as duas narrativas englobava ainda a superação da Europa como metáfora do presente superando o passado. Para muitos nos Estados Unidos, os sionistas estavam realizando mais uma vez o dito de Thomas Paine sobre “começar o mundo de novo” (*apud* DIGGINS, 1993, p. 21).

Dessa forma, o discurso assimétrico orientalista desses grupos sociais adicionou a noção temporal evolutiva na análise da Questão da Palestina. Criou-se uma escala temporal para os diferentes grupos humanos. As sociedades passaram a ser julgadas pela sua posição na “marcha da História”. Segundo essa percepção, havia sociedades orientadas para o futuro e havia sociedades “presas ao passado”. O futuro era a dimensão temporal evoluída e o passado o *topos* da superstição, do reacionarismo, do ultrapassado, do inferior. E, assim, a dimensão temporal a que determinada sociedade estivesse associada, diria o “estágio de civilização” em que se encontrava.

E essa concepção moderna de tempo e de história também foi um importante critério mobilizado para julgar como árabes e sionistas agiam em relação ao mundo. Por um lado, o projeto sionista era moderno, visava a “reconstrução” da Palestina, por meio do progresso, seguindo preceitos da ciência moderna – significava movimento. Por outro, a população tradicional era atrasada – sejam eles árabes (muçulmanos e cristãos) ou judeus – e se caracterizavam pela apatia, já que haviam deixado a Palestina em ruínas, a mesma Palestina dos tempos bíblicos – significava inércia.

Segundo essa percepção, os sionistas, por meio de sua ação transformadora, resgatavam a Palestina do passado e a levavam em direção ao futuro, uma visão de que a era moderna havia chegado à Palestina, levado por um grupo civilizador ocidental.

A revista *Life* dizia em junho de 1939, que “sob a liderança do Sr. [Chaim] Weizmann, os judeus levaram o mundo contemporâneo à Palestina”<sup>142</sup>. Já a revista *National Geographic* afirmava que os sionistas estavam “vencendo o passado”<sup>143</sup>.

Dessa forma, há uma assimetria temporal entre os dois grupos. Joseph Harrison diz no *Christian Science Monitor* que “é o árabe e não o judeu que lembra o Antigo Testamento”<sup>144</sup>.

---

<sup>142</sup> GUNTHER, John. Chaim Weizmann: Zionist leader. Revista *Life*, 12 de junho de 1939, p. 62.

<sup>143</sup> SIMPICH, Frederick ; MOORE, Robert. Bombs over Bible lands. *National Geographic Magazine*, agosto de 1941, p. 149.

Já a jornalista Clair Pierce, escreve no *New York Times*<sup>145</sup> que os beduínos “ainda vivem no Antigo Testamento, acampando em suas tendas de pele negra no deserto e vagueando eternamente com seus rebanhos.” E analisando o movimento do comércio marítimo no Oriente Médio, ela diz que “as embarcações que chegam aos portos do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho remontam aos tempos de Sinbad, o Marujo”. E Gene Currivan diz no *New York Times* que enquanto os bazares árabes fazem o relógio “retroceder séculos”, as lojas da “moderna Tel Aviv” lembram Nova York e Paris<sup>146</sup>.

Porém, talvez nenhuma expressão seja tão vívida dessa percepção quanto a avaliação emitida pela revista *Life* em novembro de 1946:

O árabe da Palestina está separado do judeu da Palestina não apenas pela religião, mas pela descontinuidade [*gap*] de séculos. A maioria dos judeus emigrou para a Palestina saída dos países industriais modernos. Os árabes ainda estão lutando contra o medievalismo. A maioria deles cultiva como seus antepassados fizeram no passado distante. Sua vida urbana continua como na Idade Média, sobrecarregada com estritos tabus e fortes clivagens de classe. Mas estimulados pelo exemplo e pela competição dos colonos judeus, os árabes fizeram algum progresso nos últimos 20 anos ao adotarem os novos métodos de cultivo<sup>147</sup>.

Percebemos, assim, que construiu-se um par antitético que insere a diferença na história. Uma percepção que Koselleck (2006, p. 201) denominou de “não-simultaneidade de estágios culturais”. Ou seja, ao mesmo tempo em que sionistas e árabes viviam no mesmo tempo histórico objetivo, estavam vivendo em estágios de evolução histórico-cultural distintos. Assim, o conflito na Palestina é visto como o choque entre dois grupos vivendo no mesmo tempo histórico, mas separados pela modernidade.

Porém, não eram somente os árabes que estavam presos ao passado. Outros grupos considerados “orientais” e os judeus tradicionais foram deslocados para o Antigo Testamento<sup>148</sup>. O Orientalismo norte-americano, em suas mais variadas vertentes, elaborou posturas divergentes decorrentes da adesão ou não à modernidade.

Relacionada a essa percepção, emerge outra dicotomia. Os sionistas são modernos não apenas pela sua forma científica de trabalhar a terra e redimir a Palestina, mas porque são guiados por preceitos seculares em sua atuação social. Um critério muito presente entre

<sup>144</sup> HARRISON, Joseph G. Arabs' dislike of change slows Palestine accord. *The Christian Science Monitor*, 17 de junho de 1943, p. 7.

<sup>145</sup> PRICE, Clair. A dream of unity stirs the scattered Arab people. *The New York Times*, 9 de agosto de 1936, revista, p SM6

<sup>146</sup> CURRIVAN, Gene. Two worlds meet in tense Palestine. *The New York Times*, 17 de junho de 1943, revista, p. 9.

<sup>147</sup> Palestine: new type of peasant Jew fights for a homeland. *Life Magazine*, 4 de novembro de 1946, p. 112.

<sup>148</sup> Como vimos no capítulo 1, uma forma de diferenciação temporal entre os judeus tradicionais da Palestina e os sionistas pode ser encontrada nos veículos de comunicação analisados.

aqueles que se consideram ocidentais quando analisam a evolução de uma sociedade é a separação entre religião e política. Os sionistas são vistos, assim, como guiados por projetos laicos, enquanto os árabes são tomados todos como fanáticos religiosos, prontos para a “jihad”, a “guerra santa”.

Portanto, trata-se de uma oposição entre um movimento laico e moderno e um movimento religioso fanático e atrasado. Embora haja referências à religiosidade judaica em relação à Palestina, o sionismo não foi visto como um movimento religioso. Já os árabes são marcados por serem “muçulmanos”, embora houvesse árabes cristãos lutando contra o sionismo político.

Esse estigma sobre os árabes da Palestina também os fazia serem vistos negativamente em um país que considerava o islã como uma religião oriental, violenta e não civilizada. O *New York Times* demarca o islã como religião violenta ao dizer que “os Defensores do Islã, como os sucessores de Maomé foram intitulados, levaram seu evangelho na ponta da espada à Índia e, através do Norte da África, chegaram ao Atlântico”<sup>149</sup>.

O correspondente do *New York Times* Joseph Levy dizia que o principal culpado pela revolta era o Mufti de Jerusalém, Hajj Amin Al-Husseini. Segundo ele, o Mufti exercia “grande influência entre os camponeses e entre os árabes mais pobres, que são todos *muçulmanos fanáticos*” [grifo meu]<sup>150</sup>.

Portanto, outro ponto de intercessão entre os sionistas e os norte-americanos foi seu secularismo em questões políticas. Esse era mais um indicativo de que ambos ocupavam a mesma posição na linha evolutiva da história. Ambos estavam posicionados em um estágio de civilização superior aos árabes e a outras populações tradicionais de outras partes do mundo.

Dessa forma, a modernidade valorizada nesses discursos não era entendida apenas como progresso material, mas como progresso social. O que era valorizado no sionismo era sua forma de agir no mundo. “O” sionista se apresenta como o homem racional, laico, possuidor de mente científica, que age no mundo por meio do trabalho construtivo, não preso a tradições do passado e guiado por preceitos legais e institucionais.

Percebe-se, diante disso, que outro valor central da modernidade mobilizado nessas interpretações é o *trabalho como transformador da natureza* e como criador de bem-estar para os seres humanos.

---

<sup>149</sup> Invitation to Islam. *The New York Times*, 29 de setembro de 1940.

<sup>150</sup> LEVY, Joseph. Strife grows more intense in Palestine: Peace remote in Palestine. *The New York Times*, 6 de setembro de 1936.

Com efeito, o trabalho foi tomado como um dos critérios de diferenciação de árabes e sionistas. De acordo com a interpretação predominante nos veículos de comunicação analisados, os sionistas estavam, por meio do trabalho, redimindo uma terra que há séculos estava abandonada porque os árabes eram avessos ao trabalho. Em 1937, a revista *Life* conta sobre o estabelecimento de judeus na Palestina nesses termos:

Os judeus – uma raça [*race*] completamente adaptada à civilização da cidade – iniciaram seu primeiro esforço de colonização na Palestina. Dificilmente eles poderiam ter escolhido um lugar mais difícil para começar. A Palestina, que já foi fértil, hoje está em grande parte deserta. Ela esteve durante 1.500 anos sob o domínio dos árabes e dos turcos.<sup>151</sup>

Ou seja, ela esteve durante séculos mal utilizada porque esteve sob o domínio de grupos que não compartilhavam as premissas de modernidade da Europa e da América, com sua ênfase no trabalho transformador da natureza – o trabalho que controlava a natureza em benefício do homem. Sob os sionistas, a Palestina seria reconstruída. Era necessária a chegada dos ocidentais para que a terra fosse novamente fértil.

A menção ao termo “raça” neste trecho da reportagem chama atenção para outro aspecto. Os sionistas são ainda mais espetaculares em sua ação, porque, sendo judeus, eram uma “raça completamente adaptada à cidade”. Contudo, a despeito disso, por meio de sua ação racional e de sua *vontade*, foram trabalhar a terra, em um empreendimento por meio do qual “reconstruíram” áreas rurais que haviam sido negligenciadas. Mais uma vez, a raça perde proeminência, já que os traços biológicos poderiam ser superados pela iniciativa humana, por sua postura ativa no mundo.

Por outro lado, diferentemente dos sionistas, os árabes não tinham iniciativa, não adotavam uma postura ativa no mundo. Podemos ver claramente a dicotomia entre árabes e sionistas na mesma reportagem da revista *Life*, quando somos apresentados a duas fotografias que servem para diferenciar os grupos. Em uma delas, há uma mesquita cercada por uma área desértica, cuja legenda diz:

A Palestina árabe ainda é improdutiva e subutilizada. Toda esta região, uma vez a fértil “terra de leite e mel”, foi desgastada pela má agricultura nos tempos do Império Romano. *Os árabes não fizeram nada para melhorar isso*. Eles vivem em lugares péssimos, lotados, cultivando poucos acres improdutivos, como os ocupantes desta mesquita muçulmana têm feito [grifo meu]<sup>152</sup>.

Logo abaixo, há uma fotografia de um assentamento sionista. A legenda diz:

<sup>151</sup> Jews from the world’s cities now farm Palestine. *Life Magazine*, 5 de julho de 1937, p. 54.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 60.

A Palestina judaica, baseada na ciência moderna, emergiu nas planícies áridas do mundo antigo. Kfar Yehezkiel é uma comunidade agrícola judaica, com casas modernistas entre os campos tornados férteis novamente através da irrigação e da agricultura científica<sup>153</sup>.

Isso fica ainda mais patente quando lemos a legenda da fotografia na página seguinte, em que os árabes são chamados pejorativamente de “Abduls”:

Abduls cochilam nas soleiras das portas satisfeitos com um velho gramofone, uma contribuição da civilização. Mas esses pitorescos anciãos árabes, que estão entre os povos mais guerreiros e violentos do mundo, têm aversão aos efeitos da civilização sobre os trabalhadores árabes<sup>154</sup>.

Aliás, o conjunto de imagens em diversos veículos de imprensa informa uma bipolaridade entre trabalho e ócio. Enquanto os sionistas são sempre apresentados trabalhando, arando a terra, construindo prédios, os árabes são apresentados dormindo ou somente andando pelas ruas, sem relação com algo produtivo (vide figuras 6, 7, 8 e 9 abaixo).

Portanto, vemos que uma comparação entre as imagens dos árabes e as imagens dos sionistas demonstra uma dicotomia comportamental. Há uma diferença de perfil entre os grupos, relacionada à atitude diante do mundo: o trabalho. Enquanto os árabes são apresentados como preguiçosos, cochilando, os sionistas aparecem trabalhando. A legenda de uma fotografia diz: “esses belos e vigorosos judeus trabalham do nascer ao pôr do sol”.

Em matéria não assinada no *New York Times*, em 1937, o autor da reportagem enfatiza que cerca de 100 mil judeus trabalhavam em mais de 200 comunidades agrícolas na Palestina, “realmente em cultivo de terra”, “redimindo” áreas “que sentiram a mão do homem pela primeira vez em séculos”<sup>155</sup>.

Percebe-se, portanto, que o trabalho sionista era algo extremamente eficaz em mobilizar elementos culturais caros a diversos grupos norte-americanos, que viam as ações sionistas como um vetor progresso em uma terra arruinada, atrasada e não-desenvolvida; e como um movimento moderno que traria melhorias para todos, judeus e árabes.

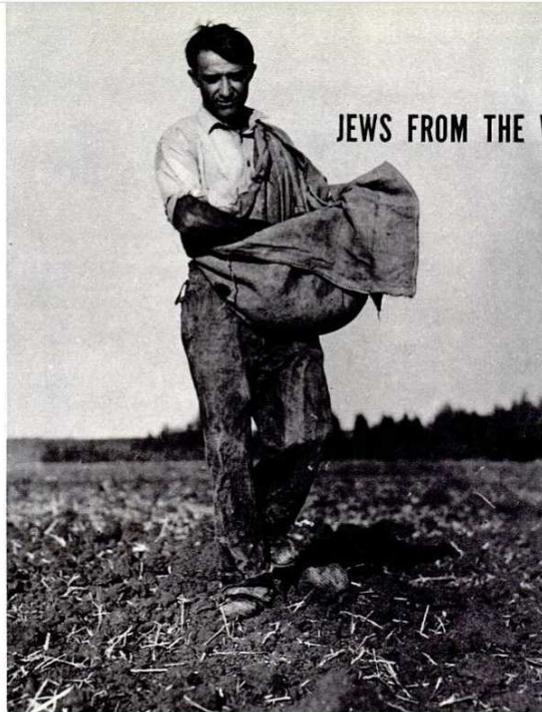
---

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. 60.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>155</sup> Britain criticized on Palestine rule: returning labor delegation holds Jews are hindered in reconstruction. *The New York Times*, 3 de março de 1937.

Figura 6



## JEWES FROM THE WORLD'S CITIES NOW FARM PALESTINE

and rouse rage of country boys who stayed home

Page 54

The Jews, a race supremely adaptable to city civilization, have taken on their first colonizing job in Palestine. They could hardly have picked a tougher spot to begin. Palestine, once fertile, is now largely desert. Its climate is tropical. It has been for 1,500 years the domain of Arabs and Turks. It was Britain's late Lord Balfour who promised Palestine to the Jews. As Foreign Secretary in 1917, he offered them a Jewish National Home in Palestine, provided Arab rights were protected. On the basis of Balfour's highly ambiguous promise, England has straddled the bitter quarrel between Palestine Jews and Arabs. On Nov. 11, 1936, a British Commission landed in Palestine to hear the Arab case and the Jewish case. The British Government now has their report, but its recommendations have not been released. Its publication, probably some time this month, will doubtless set off a new spate of Arab terrorism. Handbills declaring martial law in Palestine have already been printed.

The Arab-Jew vendetta is racially absurd, because both are Semitic. The Arab's dislike is largely that of the country boy for his cousin who has come home after 1,500 years in the city. The Jews have already raised the standard of living of Palestine Arabs, reduced disease, built up a humming export business, constructed dams, roads, power works and irrigation ditches, reforested the desert. The Arab leaders, covertly opposed to British rule, are backed by Italy and propose to win freedom first, then deal with the Jews. But outwardly they say they hate only the Jews, love the British, deplore the way Jews let British soldiers fight their battle. The only hope for a Palestine peace is a peace negotiated between Arabs and Jews, not imposed by outsiders. Neither Jews nor Arabs have yet made the smallest movement toward such negotiations.

These handsome, energetic Jews (above and below) work from sunrise to sunset in Palestine's broiling sun. Both the hours and the girl's shorts shock lazy tropic-wise Arabs. The Jews' undress in the sun is having a bad physical and nervous effect on the colonists as a whole.

*Life Magazine*, 5 de julho de 1937, p. 54.

Figura 7



*Life Magazine*, 5 de julho de 1937, p. 54.

**Figura 8**

*National Geographic Magazine*, abril de 1934, p. 515.

**Figura 9**

*Life Magazine*, 5 de julho de 1937, p.59.

Diante disso, o conflito entre árabes e sionistas foi visto como um choque entre “economia” e “política” (política entendida no mal sentido, apenas como busca pelo poder). Os líderes árabes baseavam sua ação em interesses pequenos diante dos benefícios advindos da imigração sionista. As massas árabes seriam beneficiadas pela ação dos ocidentais, mas seus líderes estavam preocupados somente com seus interesses<sup>156</sup>.

Em 1939, diz o jornal *Christian Science Monitor*:

Do ponto de vista da economia, muitos dos árabes não admitem que a colonização judaica os beneficiou. Muitos empregos têm sido criados e a maior parte dos custos do governo foi assumida pelos judeus. *No entanto, interesses nacionais e políticos não estão sempre de acordo com interesses econômicos. Os árabes querem governar, e quando a população judaica cresce, cresce também a preocupação de que quando o autogoverno for concedido, não será nacional no sentido árabe, mas um governo de maioria judaica [grifos meus]*<sup>157</sup>.

Assim, a “economia” e a “política” estavam em campos opostos. Na verdade, era uma visão de que a política prejudicava a economia. Ambos os termos, contudo, não devem ser entendidos como conceitos acadêmicos, mas como a oposição entre o trabalho e a produção de bem-estar, de um lado, e a pura luta pelo poder, de outro.

Tal percepção traz ainda a noção de que a violência (a política árabe) era um entrave ao progresso (a economia desenvolvida pelos sionistas)<sup>158</sup>. As interpretações diziam que enquanto os sionistas trabalhavam para redimir a Palestina, os políticos árabes, preocupados apenas com sua supremacia social e política sobre os mais pobres, usavam a violência para destruir o que era construído pelos sionistas. Podemos ver tal enquadramento de papéis na figura 10 (abaixo).

Os três grupos em atuação na Palestina aparecem representados, como personagens de uma “estória”. O árabe violento (com roupas estilizadas), armado, tenta disparar contra o sionista, mas é contido pelo britânico (soldado, poder militar), enquanto, ao fundo, um sionista (vestido como “pioneiro”) é representado trabalhando, arando a terra, e gesticula com raiva, pois o soldado britânico estava sendo complacente com o árabe – ao invés de prendê-lo e reter sua arma, apenas o impede que ele atire naquele momento, mas não toma nenhuma medida para impedir que isso ocorra no futuro.

<sup>156</sup> LEVY, Joseph. Palestine faces long strife. *The New York Times*, 19 de julho de 1936.

<sup>157</sup> Puzzle of Palestine. *The Christian Science Monitor*, 10 de fevereiro de 1939, p. 18.

<sup>158</sup> Palestine eager for inquiry report. *The New York Times*, 5 de julho de 1937, p. 18.

Figura 10



*The New York Times*, 16 de outubro de 1938.

O personagem árabe representado com um rifle na mão transmite a associação entre árabe e violência, uma percepção de que os árabes, orientais, ainda mantêm um estilo de vida bárbaro e primitivo, algo que o Ocidente já havia deixado para trás, quando a modernidade venceu as “trevas medievais”. Portanto, na marcha da história, o Ocidente já havia superado os tempos primitivos da violência, enquanto o Oriente ainda vivia em meio à violência não controlada por instituições.

Assim, os árabes são retratados como pessoas violentas, que não são civilizadas e precisam ser contidas ou ensinadas a serem “civilizadas”. Havia muitas interpretações da revolta que preconizavam que qualquer decisão britânica para solucionar o conflito deveria partir do pressuposto de que era necessária a “pacificação” da Palestina<sup>159</sup>.

Na verdade, o embate entre a violência dos árabes e a “contenção” militar britânica era entendido segundo outro preceito de modernidade: *o controle sobre a natureza por meio de ações racionais*.

O confronto entre militares britânicos e rebeldes árabes era representado como o embate entre o ser humano racional e as forças da natureza. Os árabes constantemente

<sup>159</sup> British troops in Beersheba: steps in Arab control told. *The Christian Science Monitor*, 28 de novembro de 1938, p. 6.

aparecem representados como fenômenos naturais, quase incontrolláveis. Diz o *Christian Science Monitor* sobre os árabes: “quando se levantam [e lutam], esses filhos do deserto são como uma torrente secular que repentinamente preenche um *wadi* [leito seco de rio, que enche durante esparsas chuvas torrenciais]”<sup>160</sup>.

A associação árabe-natureza fica bastante evidente na fotografia abaixo (figura 11), em que um beduíno é apresentado ao leitor bebendo água da mesma forma que um camelo. A fotografia mostra um homem animalizado, que se comporta como um animal. Logo, deveria ser tratado como algo próximo ao animal.

**Figura 11**



John Witting, *National Geographic Magazine*, janeiro de 1937, p. 64.

Portanto, os árabes são vistos como mais próximos à natureza, integrados à *wilderness*, enquanto sionistas e britânicos são o lado humano do conflito. Construiu-se a oposição árabes-natureza *versus* sionistas/britânicos-humanidade. Diante disso, como um dos elementos valorativos centrais da modernidade é a capacidade humana de controlar a natureza, da mesma forma que a natureza deveria ser “domada” pela ação racional humana, os árabes deveriam ser contidos pela força militar dos britânicos.

<sup>160</sup> Palestine: races renew old struggle. *The Christian Science Monitor*, 4 de setembro de 1936.

Em muitas análises, a ação política árabe era vista como fogo<sup>161</sup>, incontrolável, difícil de lidar, mas que precisava ser contido. A revolta era vista como manifestação de fenômenos naturais, como a “ebulição de uma cratera de um ardente vulcão do nacionalismo árabe”<sup>162</sup>. Diante dessa percepção, o repórter do *New York Times* Joseph Levy, em maio de 1936, afirma o que ele julga necessário fazer:

Os atuais distúrbios na Palestina indicam, primeiro, que nada além de métodos de força e de mão de ferro [*iron-handed*] pode colocar os cabeças-quentes orientais [*Eastern hotheads*] em seu lugar, e, segundo, que o fanatismo religioso muçulmano é um fogo que uma vez atizado é difícil de extinguir.

O mote muçulmano é “a religião maometana pela espada”. Esse lema originou-se quando rifles não existiam, mas hoje tanto rifles quanto espadas, com a inovação de queimar as colheitas e arrancar as árvores, são usados para defender a religião de Maomé.

Qualquer um familiarizado com a mentalidade árabe muçulmana está ciente de que não é uma tarefa fácil instigar o árabe à rebelião. Mas uma vez que o fanatismo árabe é instigado, ele se torna selvagem [*wild*] e quase incontrolável, exceto quando confrontado com uma força poderosa desde o início<sup>163</sup>.

Portanto, a ação mais correta por parte da Grã-Bretanha era o uso de sua técnica racional contra um levante similar às forças da natureza. Era um controle sobre os elementos naturais da Palestina. E tal ação exigia que o governo britânico fizesse uso de seu poder militar contra os revoltosos.

Além disso, os árabes são representados como um elemento desestabilizador em uma ordem social. O árabe que agia com violência era visto como um fora-da-lei. A lei era o Mandato da Palestina, um documento que continha um conjunto de prescrições jurídicas e que era o marco legal da administração britânica. O Mandato não era discutido. Não era visto como um documento fruto de articulações políticas, mas como um instrumento jurídico quase sacralizado, uma espécie de Constituição que deveria ser aceita pelos árabes, embora eles não tivessem tomado parte nas discussões sobre sua elaboração.

Assim, os árabes eram vistos como aqueles que descumpriam a lei. E isso mobiliza outro valor moderno: *a ordem institucional racional com vistas a impedir a violência descontrolada*. A lei era entendida como algo elaborado racionalmente e benéfico para todos – um sinal de civilização. Seguir a lei e adotar uma postura pacífica eram comportamentos entendidos como dignos de povos civilizados, que resolvem seus conflitos dentro de instituições construídas racionalmente. Com isso, os árabes são vistos como não-civilizados,

<sup>161</sup> Palestine: races renew old struggle. *The Christian Science Monitor*, 4 de setembro de 1936.

<sup>162</sup> The Problem of Palestine. *The New York Times*, 24 de agosto de 1938, Editorial.

<sup>163</sup> LEVY, Joseph. Riots in Palestine inspired by youth. *The New York Times*, 31 de maio de 1936.

que recorrem à força para efetivar suas demandas políticas, contrariando o marco jurídico da administração britânica na Palestina.

O uso da violência pelos árabes era constantemente classificado como “terrorismo”<sup>164</sup>. Na verdade, eram vários os adjetivos atribuídos aos árabes: além de “terroristas” [*terrorists*], lemos termos como “salteadores” [*brigands*], “gangues de árabes” [*gang of Arabs*], “bandidos” [*bandits*], “saqueadores” [*marauders*], “assassinos” [*murderers*], “agitadores” [*agitators*].

Diante disso, após o diagnóstico vinha a prescrição de como agir para conter os líderes árabes, usando a violência se fosse necessário. A violência era justificada como ação para levar a “ordem” à Palestina e por ser baseada em uma premissa de se opor a outro agente violento. É interessante notar que essa prescrição de uso da força somente foi possível por meio de uma articulação entre técnicas de controle militar e as representações dos árabes como selvagens e, mais central, como menos humanos do que os sionistas e os britânicos.

As ações contra os revoltosos árabes (muitas coletivas, demolição de casas, prisões, deportações) ocorridas após a aprovação da lei marcial pelos britânicos em setembro de 1937, eram vistas como positivas, ainda que vitimassem também pessoas não diretamente envolvidas com os atos de violência, contrariando princípios jurídicos valorizados pelos próprios norte-americanos.

O uso da violência britânica contra os “terroristas”, ou os “causadores de problemas”, era visto como sinal da autoridade da Grã-Bretanha, que deveria abandonar uma postura “conciliatória”, “leniente”, “permissiva” e “apaziguadora” para restaurar a ordem na Palestina.

Os árabes eram apresentados como “guerreiros”, “amantes da guerra” e “violentos”. O correspondente do *New York Times* Joseph Levy, em outubro de 1937, dizia que a única saída

---

<sup>164</sup> O tema do uso da violência com objetivos políticos está imerso em um polêmico e acalorado debate. Este não é o espaço para buscar uma definição precisa para o termo “terrorismo”. Nem, tampouco, apresentar a discussão sobre a adequação de seu uso ou se deveríamos nos referir a estes atos como “resistência”. Porém, algo importante deve ser ressaltado: os usos do termo “terrorismo” para se referir à violência na Palestina é algo que merece ser destacado nessa pesquisa. Não é o objetivo do presente estudo negar que houve atos violentos de árabes contra judeus ou contra britânicos. A documentação do período deixa claro que tais atos existiram. O objetivo deste estudo, ao apresentar as menções à palavra “terrorismo”, é demonstrar que houve uma tentativa de enquadrar tais atos em um sistema explicativo. Os grupos norte-americanos que analisavam a revolta condenavam a violência e buscavam inseri-las em um quadro de referência conhecido – grupos pacíficos e racionais *versus* grupos violentos e irracionais. Como será melhor apresentado no capítulo 4, quando grupos sionistas revisionistas passaram a usar a violência na década de 1940, também foram chamados de “terroristas”, que usavam táticas contrárias ao comportamento civilizado. Ou seja, a crítica era direcionada a grupos que usavam a violência para alcançar objetivos políticos, ao contrário do que os norte-americanos viam como a ação mais positiva: a cooperação pacífica entre as comunidades com vistas ao bem-estar material e a segurança comuns. Tratava-se de uma avaliação fundada em valores de ação política, e não um apoio acrítico e irrestrito aos imigrantes judeus que se assentavam na Palestina.

para a revolta era a repressão, e não um sentimento de compaixão cristã, pois “os árabes aqui respeitam o governo forte; e as massas, quando deixadas em paz e não incitadas, são pacíficas, inofensivas, um povo trabalhador tentando prolongar sua sobrevivência”. E, assim, a Grã-Bretanha estava certa em usar a “mão de ferro” (*iron-hand*) contra os “agitadores árabes”<sup>165</sup>.

Outras reportagens avaliavam que o governo britânico agia certo ao adotar “medidas fortes” [*strong actions*] contra os “causadores de problemas” [*troubemakers*] para “acalmar” a Palestina<sup>166</sup>. Da mesma forma, as matérias enfatizavam a personalidade forte do novo chefe de polícia da Palestina, Charles Tegart, que havia controlado distúrbios em Bengala e que, portanto, estaria apto a levar a ordem à Palestina, por ser experiente em controlar revoltas<sup>167</sup>.

Diante disso, a única ação possível para os britânicos era usar sua superioridade militar para conter os “terroristas”. Porém, em muitas ocasiões, o governo da Grã-Bretanha buscava outras estratégias para debelar a revolta. Essas ações eram duramente criticadas. Frequentemente, os britânicos eram acusados de adotarem uma política de “apaziguamento”<sup>168</sup> similar ao apaziguamento de Hitler em Munique.

Ao contrário, quando assumiam uma postura firme, recebiam elogios. Em setembro de 1936, após a Grã-Bretanha adotar medidas mais repressivas contra os árabes, o colunista do *New York Times* Ferdinand Kuhn Jr. elogiou a “mão firme” da Grã-Bretanha e afirma: “enfim, com as mãos livres”. Eis como começa a reportagem: “Após quase cinco meses de hesitação, o Governo britânico finalmente decidiu lançar-se e decidiu usar a força contra os turbulentos árabes na Palestina”<sup>169</sup>.

Em 12 de outubro de 1936, uma reportagem na revista *Time* fala sobre a atuação britânica contra os revoltosos árabes. Algumas semanas antes, o governo da Grã-Bretanha havia enviado o General John Greer Dill para conter a rebelião. Na edição anterior, a *Time* dizia que o Rei Edward havia dado uma espécie de “carta branca” ao “fala-áspera” [*grimm-jawed*] Dill para agir contra a revolta árabe, ao lhe dar a prerrogativa de agir mesmo contra a lei para salvar a “segurança pública” (aspas no original)<sup>170</sup>. A matéria parece sugerir certa

<sup>165</sup> LEVY, Joseph. Palestine is calm under firm hand. *The New York Times*, 10 de outubro de 1937, p. 7.

<sup>166</sup> Palestine quieted by strong action taken by British. *The Christian Science Monitor*, 19 de outubro de 1937, p. 7.

<sup>167</sup> Peace in Palestine, a difficult task: British tighten Palestine rule. *The Christian Science Monitor*, 23 de outubro de 1937, p. 1; Britain gets tough with Arab terrorists in Palestine. *Life Magazine*, 8 de novembro de 1937, p. 104.

<sup>168</sup> British troops break revolt; Arab chiefs flee to Syria. *The Christian Science Monitor*, 14 de janeiro de 1939, p. 2.

<sup>169</sup> KUHN JR., Ferdinand. British to apply force in Palestine. *The New York Times*, 13 de setembro de 1936.

<sup>170</sup> Great Britain: the Crown. *Time Magazine*. 12 de outubro de 1936.

crítica aos métodos britânicos confiados ao General Dill. Contudo, no dia 26 de outubro, eis como a revista se manifesta sobre isso:

Enquanto os veículos de notícias britânicos, de tendência esquerdista e liberal, estavam reclamando contra os “ultrajantes poderes sobre a vida e a morte” confiados pelo Governo de Sua Majestade ao autoritário General John Greer Dill, Comandante em Chefe das forças britânicas na Palestina, o próprio General estava demonstrando quão efetivos esses poderes podem ser.

E em 16 de novembro, a ação do General Dill é defendida:

Se o Rei Edward e seus assessores não tivessem decidido enviar uma potente força expedicionária para a Palestina e concedido os mais fortes poderes ditatoriais de vida e morte ao General John Greer Dill, quando eles ordenaram a ele que pusesse fim à greve geral árabe, é muito possível que neste momento os árabes já teriam cortado a garganta da maioria dos judeus nesse país<sup>171</sup>.

Ou seja, os árabes só poderiam ser contidos por meio da força. Não eram merecedores de um trato político e diplomático. Aliás, os árabes eram tidos por irracionais que só conheciam a violência. Havia interpretações que diziam que essa era a fonte do “fascínio” dos árabes pelos nazistas e fascistas. O *New York Times* dizia que “os árabes admiram a força” e que “se impressionam com o sucesso militar”<sup>172</sup>. A *National Geographic* afirma que os árabes “são inclinados à guerra [*warlike*]” e que “muitas e muitas vezes, no passado, eles fizeram Marte sacudir o berço da civilização”<sup>173</sup>. Da mesma forma, o colunista do *New York Times* C. L. Sulzberger (sobrinho do editor Arthur Hays Sulzberger) dizia que a propaganda nazista fazia sucesso entre os árabes porque os árabes “respeitam a força”<sup>174</sup>. E defendeu ações enérgicas da Grã-Bretanha, ao afirmar que os árabes tinham respeito pelo poder militar dos britânicos e não pela sua gentileza<sup>175</sup>.

Todas essas percepções sobre a violência árabe traziam em si uma noção de que os árabes centravam todas as suas energias na violência, enquanto os sionistas usavam todos seus recursos visando o trabalho. Enquanto a “economia” sionista era construtiva, a política árabe era “destrutiva”. Ou seja, os árabes eram uma força destrutiva, enquanto os sionistas eram uma força construtiva.

Porém, a “política árabe” não era um obstáculo apenas ao aspecto econômico do sionismo. A “política” também prejudicava um trabalho missionário que se fazia na Palestina

<sup>171</sup> Palestine: indignation. *Time Magazine*. 19 de novembro de 1936.

<sup>172</sup> On the rim of Asia. *The New York Times*, 18 de julho de 1941, Editorial.

<sup>173</sup> SIMPICH, Frederick; MOORE, W. Robert. Bombs over Bible lands. *National Geographic Magazine*, agosto de 1941, p. 141.

<sup>174</sup> SULZBERGER, C. L. Reich and Soviet seek Arab's help. *The New York Times*, 17 de março de 1940, p. 26.

<sup>175</sup> \_\_\_\_\_. Britain faces crisis in the Middle East front. *The New York Times*, 1º de junho de 1941, revisão da semana, p. E7.

e que despertou profunda simpatia na sociedade norte-americana: a atuação do Grupo Sionista Feminino da América, a Hadassah.

A Hadassah (nome em hebraico de Ester) foi criada em 1912 por Henrieta Szold, com o intuito de realizar trabalhos médicos na Palestina. O grupo era responsável por prestar atendimento médico e educação para a saúde. A Hadassah ecoou profundamente na tradição missionária americana, curando doenças, levando saúde a grupos humanos não-ocidentais, assim como missionários norte-americanos haviam feito no final do século XIX, em diversas partes do Oriente Médio<sup>176</sup>.

O trabalho missionário norte-americano no Oriente Médio remonta ao século XIX. Em termos políticos e de poder, as associações culturais e religiosas norte-americanas na região eram avessas ao sionismo. Além de competidores, os sionistas prejudicavam a boa-vontade das populações locais em relação aos norte-americanos. Contudo, foi exatamente essa tradição missionária que foi mobilizada na compreensão do que significava o trabalho da Hadassah. Em diversas reportagens, a organização aparece como aquela que salva pessoas da doença, que melhora a vida dos habitantes “necessitados” e que desempenha um papel pedagógico na cura e na prevenção de doenças<sup>177</sup>. Exatamente o que as demais instituições missionárias norte-americanas realizavam. Assim, independentemente do grupo social ou da crença religiosa que tenha sido originado, o movimento missionário era extremamente valorizado.

O *New York Times* descreveu o relatório anual da Hadassah, em dezembro de 1936, como “uma análise dos ganhos de longo alcance para toda a população da Palestina – judeus, muçulmanos ou cristãos – que foram resultado do estabelecimento de uma rede de instituições médicas modernas, que abrange todo o país, e um amplo sistema de atividades médicas preventivas”<sup>178</sup>.

É de se destacar, também, que a tradição missionária norte-americana não se restringia aos grupos protestantes. Era algo cultural disseminado entre vários grupos norte-americanos. Judeus e católicos também desempenharam e ainda hoje desempenham trabalhos missionários na Ásia, na África e em áreas indígenas da América do Sul (OREN, 2007, p. 285-9). A Hadassah era entendida como um modelo de abnegação da vida individual completamente integrada a uma tradição missionária norte-americana.

<sup>176</sup> É importante notar que o trabalho missionário foi algo muito mais abrangente do que a pregação religiosa. Em muitos locais da Ásia e da África, os missionários estavam envolvidos em trabalhos educacionais e de prevenção de doenças. No Oriente Médio, ajudavam na alfabetização, ajudavam a perfuração de poços em áreas desérticas, construíam hospitais e clínicas (MAKDISSI, 2008, p. 172).

<sup>177</sup> Hadassah at work in Palestine. *The Christian Science Monitor*, 21 de abril de 1939, p. 14.

<sup>178</sup> Submits Palestine data: Hadassah sends health report on Palestine to British group. *The New York Times*, 20 de dezembro de 1936.

Além disso, a Hadassah mostrava sinais de bondade mesmo em relação à população árabe, com quem os judeus estavam em conflito. A Sra. Felix Warburg enfatizava, na comemoração do 25º aniversário da organização, que a Hadassah levava “ideias e práticas avançadas de ciências médicas e de educação para a saúde popular para a Palestina, para benefício tanto dos judeus, quanto dos árabes”<sup>179</sup>.

Essa apresentação da Hadassah era também uma expressão de que os líderes árabes eram pessoas maldosas, que maltratavam mesmo aqueles que ajudavam a população árabe necessitada. No dia seguinte à reportagem sobre os 25 anos da Hadassah, uma notícia do *New York Times* informa que um médico judeu alemão fora assassinado por um árabe<sup>180</sup>. A notícia enfatiza que o médico atendia os árabes, nunca cobrando dos mais pobres. O autor culpa um líder árabe local, referindo-se a ele como um “notório agitador”. Mais uma vez aparece a interpretação de que os “líderes árabes” ou os “agitadores” prejudicam os “necessitados” árabes.

Essa percepção também é encontrada nas reportagens sobre a construção do hospital da Hadassah. O *New York Times* deu destaque à construção do hospital, louvado como “o primeiro centro médico da Palestina”<sup>181</sup>, e disse que a inauguração havia sido atrasada por causa “das condições turbulentas da Palestina”<sup>182</sup>.

Da mesma forma, o *New York Times* cita a fala de um “cientista médico americano mundialmente conhecido” sobre o centro médico construído pela Hadassah:

Deixe-nos ter esperança de que a boa vontade despojada de intrigas políticas prevaleça na Palestina para que a Hadassah possa continuar a realizar seu trabalho pioneiro e demonstrar para a humanidade que é muito melhor se unir e lutar em conjunto contra o inimigo comum – as doenças – do que lutar uns contra os outros [grifo meu]<sup>183</sup>.

O médico continua, dizendo que o centro médico seria responsável por um trabalho “filantrópico e científico” que seria benéfico “não apenas para os povos da Palestina, como para todos das terras circundantes”.

Nota-se claramente a oposição entre a “política” e o trabalho missionário. De acordo com essa visão, os “políticos árabes”, em sua busca pelo poder, impediam que as “massas árabes” desfrutassem do tratamento médico e do saneamento da Palestina proporcionado pelos sionistas.

---

<sup>179</sup> *Ibidem*.

<sup>180</sup> Arabs kill physician. *The New York Times*, 27 de fevereiro de 1937, p. 8.

<sup>181</sup> 500 Hadassah groups mark Palestine event. *The New York Times*, 7 de maio de 1939.

<sup>182</sup> Zionists dedicate a medical center. *The New York Times*, 10 de maio de 1939.

<sup>183</sup> A Near East medical center. *The New York Times*, 11 de maio de 1939.

Em todas essas avaliações sobressai uma percepção de que o Oriente árabe era carente de modernidade e progresso e que somente agentes do Ocidente poderiam suprir essa necessidade. Portanto, a colonização sionista na Palestina era benéfica para todos, judeus e árabes.

Enfim, o progresso foi um dos valores mais importantes na análise da Questão da Palestina nos discursos da imprensa analisados nesta pesquisa, imerso, por sua vez, em uma valorização altamente laudatória da modernidade. Porém, algo poderia soar estranho: como, em uma época de depressão econômica, seria possível nutrir uma crença tão sólida na noção de progresso? Uma das respostas possíveis a essa indagação pode ser encontrada nas discussões de autores que defendem que a noção de progresso está enraizada na cultura de uma parte significativa da sociedade norte-americana.

### **2.3 A noção de Progresso e a relação sionismo-*New Deal***

Ao analisar as respostas sociais à crise dos anos 1930, Alan Brinkley (1999, p. 6) nos diz que não houve uma forma única de lidar com a Grande Depressão. Segundo ele, os norte-americanos deram respostas diferentes à crise que se abateu na sociedade após o *crash* de 1929. Porém, apesar de poderem ser vistas maneiras distintas de lidar com a Grande Depressão, a forma mais comum foi o que ele chamou de “persistência”, isto é, a manutenção dos valores e das ideias tidas como o centro da identidade americana. Valores como progresso, riqueza, mobilidade social e prosperidade continuaram a ser as bases do comportamento de muitos grupos sociais. Entre a maioria da população, não houve reavaliação ou contestação aos valores e pressuposições comuns antes da Depressão. E uma dessas crenças era a crença no progresso.

Como Clarke Chambers delineava já na década de 1950, embora houvesse críticas, a grande maioria da sociedade norte-americana nutria uma inabalável fé na noção de progresso (CHAMBERS, 1958, p. 214). Como também Brinkley chama a atenção, “a necessidade do progresso, a inevitabilidade do progresso, a importância de perseguir o progresso” raramente eram questionados (BRINKLEY, 1999, p. 13).

Essa noção, segundo Michael Foley, estava enraizada no “credo americano”:

A sociedade norte-americana atribui grande valor à ideia e à materialidade do progresso. O conceito de progresso é altamente estimado como um fato descritivo da sociedade americana e também como prescrição normativa ligada à modernidade ocidental. Nos Estados Unidos, a mudança é amplamente concebida como sendo

sinônimo de vitalidade, propósito e direção. Ela é considerada uma característica integral e imperativa de uma sociedade aberta. Consequentemente, o discurso americano é repleto de referências à benevolência da mudança, da primazia do futuro sobre o passado e sobre o presente e à importância de “seguir em frente”. O instintivo preconceito contra termos tais como “antiquado” [*old-fashioned*], “retrógrado”, “imóvel” e “fora de moda” [*outmoded*] é um reflexo de forte ligação cultural ao progresso (FOLEY, 2007, p. 175).

Pode-se argumentar que tal visão era mantida, principalmente, por setores específicos da sociedade, defensores da sociedade industrial, moderna, científica e racional. Porém, estes grupos não estavam isolados. Uma expressiva parcela da sociedade norte-americana nesse período mantinha-se aferrada à ideia de que o progresso, direcionado para o bem-estar material da sociedade, era um valor central americano. Assim, tal valorização fazia parte de um discurso, compartilhado por diversos grupos, sobre uma identidade americana idealizada. Portanto, se essa visão não era a única, tornou-se hegemônica, vencendo as visões de simplicidade agrária presentes no Sul, as interpretações de desencantamento de intelectuais e as visões alternativas indígenas, negras e de imigrantes (BRINKLEY, 1999, p. 14).

Por outro lado, se o progresso era altamente estimado, não significava a mesma coisa para diferentes grupos. Como diz Alan Brinkley o progresso *per se* não era questionado, mas não podemos ver a noção de progresso na sociedade norte-americana como algo homogêneo. Nas primeiras décadas do século XX, havia, pelo menos, duas formas de ver o progresso, que, na década de 1930, se relacionaram a diferentes respostas dadas à Grande Depressão.

Brinkley apresenta duas visões distintas: a primeira foi a busca por manter-se aferrado às noções advindas da Revolução Americana, da constituição do país, e da ideia individualista. Porém, ao longo de diversas lutas características da Era Progressista uma nova forma de encarar o progresso emergiu na sociedade: aquela que dizia que o progresso deveria ser direcionado para o bem da sociedade, que os frutos da prosperidade deveriam ser melhor distribuídos e que os males sociais deveriam ser resolvidos pela sociedade como um todo. Dessa forma, como vimos, surgiram em meio aos embates políticos da Era Progressista, intelectuais e políticos que defendiam uma ação mais vigorosa do Estado na resolução dos problemas sociais.

Foi dentre esses grupos que saíram os maiores defensores do *New Deal*. Na verdade, a partir das ações do Presidente Franklin Roosevelt para debelar a Grande Depressão, essa visão incorporou-se, em grande parte, ao próprio Estado norte-americano. Com efeito, o *New Deal* era um programa moderno. Era um empreendimento baseado em uma modernidade alternativa, mas que de forma alguma constituiu-se como negação do valor da modernidade e de contestação da ideia de progresso.

O *New Deal* foi visto como a confirmação das capacidades humanas em lidar com as dificuldades que se apresentam. Desse modo, nem mesmo o *crash* de 1929 e a Grande Depressão dos anos 1930 fizeram erodir a crença compartilhada pela maioria de que o homem é um ser dotado da capacidade de resolver seus problemas por meio de sua atividade racional. Afinal, o *New Deal*, apesar de críticas recentes sobre sua efetividade, trouxe de volta a confiança no progresso e, sobretudo, nas instituições e na capacidade norte-americana de solucionar graves crises.

O *New Deal* deu novo alento à ideia de progresso e Franklin Roosevelt se consolidou como o líder da nação nesse empreendimento. Com efeito, já nos primeiros dias de seu governo, Roosevelt conseguiu aprovar leis importantes em seus esforços de pôr fim à crise. Apesar da oposição anti-*New Deal* que já se articulou nesse momento, Roosevelt conseguiu parecer a uma grande parte da sociedade como o homem certo para vencer a crise. Segundo David Kennedy, a resposta da população às primeiras medidas de Roosevelt foi impressionante e cerca de 450 mil cartas chegaram à Casa Branca, de pessoas comuns que enviavam congratulações ao presidente, em suas primeiras semanas no cargo (KENNEDY, 1999, p. 137). Várias medidas se sucederam, levando à crença de que o governo agia. Era algo que Arthur Schlesinger Jr. (2003, p. 13) chamou de uma “sensação de movimento”, uma sensação de que algo estava sendo feito, o que fez surgir a ideia de que o governo ativo de Roosevelt contrastava com o imobilismo de Hoover.

Na verdade, o *New Deal* foi um conjunto de medidas reativas, visando salvar o capitalismo e o modo de vida americano do abismo – “proteger a liberdade de oportunidade dos americanos dos males do desemprego e do desespero”. Contudo, a base para a ação do Estado já estava presente anteriormente. E o programa se nutriu principalmente do desejo de construir uma “América melhor”, um desejo que já havia tomado corpo muito antes da depressão. O que a depressão fez foi dar a esse desejo um novo vigor e a possibilidade de execução política (SCHLESINGER, Jr., 2003, p. 319).

Com efeito, muitos dos *newdealers* chegaram ao cargo governamental com uma experiência de atividade política durante a Era Progressista, em que o debate sobre a maior atuação do Estado na sociedade ganhou proeminência.

Além disso, o *New Deal* trazia embutido uma ideia, poderosa entre diversos grupos apoiadores do progressivismo, segundo a qual a desigualdade de oportunidades deveria ser compensada pelo Estado, confrontando a noção puritana de que o sucesso seria sinal da graça/eleição, enquanto o fracasso seria indicativo de sua ausência.

Os *newdealers* precisaram, portanto, enfrentar aqueles que defendiam o princípio da desigualdade natural entre os homens e que afirmavam a inutilidade de iniciativas destinadas a corrigi-las. Desse modo, os *newdealers* baseavam suas ações seguindo princípios liberais, imbuídos da crença no percurso positivo da história e acreditando ser possível, por meio da ação racional, o aprimoramento do homem e do mundo.

Dessa forma, o *New Deal* está imerso no processo de construção de uma nova cultura política norte-americana. Era uma expressão política governamental que se seguiu à emergência da percepção progressista de que os problemas sociais não eram advindos de limitações individuais, mas que eram problemas sociais e que o Estado deveria agir para prover algumas das necessidades básicas da população. Os críticos do *New Deal* se pautavam nesse aspecto para falar de “manipulação” da vida social e econômica dos Estados Unidos e de “engenharia social”. Para eles, o *New Deal* era um empreendimento “comunista”, alguns afirmando que “New Deal” era o nome americano do comunismo (LIMONCIC, 2003, p. 141). Contudo, o progressismo, que serviu de base para o *New Deal* era reformista, não revolucionário.

O objetivo dos apoiadores do progressivismo era a cooperação entre os diferentes setores da sociedade. Defendiam que as classes deveriam ser estimuladas a se unirem em prol do bem comum e da produtividade econômica (PERRY, 1999, p. 4; FRASER, 1989, p. 58). Da mesma forma, o *New Deal* era uma grande coalizão, formada por grandes empresas, sindicatos, profissionais liberais e intelectuais que pensavam em aplicar sua formação acadêmica aos problemas reais da sociedade, uma coalizão que permitiu “acomodar milhões de trabalhadores mobilizados durante uma depressão mundial” (FERGUSON, 1989, p. 6-7). Enfim, o progressivismo e o *New Deal* foram realidades reformistas, não revolucionárias, mas ambos foram vistos como autênticos vetores de modernidade e de progresso social.

Portanto, o progresso era algo bastante presente nas primeiras décadas do século XX, visto como um progresso das instituições democráticas e, logo, de progresso da sociedade. A noção de progresso trazia em seu bojo a ideia de que era necessária uma ação racional para debelar os problemas sociais (mais antigos que a depressão econômica) e, sobretudo, na década de 1930, para solucionar os graves problemas econômicos que se apresentaram à sociedade norte-americana.

Por todos esses motivos, nem mesmo a Crise de 1929 e a Grande Depressão puderam questionar a ideia de progresso em si. Apesar da crise e da descrença de alguns setores no modelo de progresso, esse princípio prevaleceu como central no imaginário político coletivo e

na cultura política liberal heterodoxa que emergiu com o *New Deal*. E quando a Grande Depressão foi finalmente vencida, com o crescimento econômico sem igual iniciado durante a Segunda Grande Guerra, de alta produção e pleno emprego, essa ideia manteve-se mais firme do que nunca.

Não é surpreendente, portanto, que vejamos inúmeras avaliações que apresentam o sionismo segundo uma visão idealizada de modernidade e progresso, percepção que era ligada, por sua vez, aos modos de determinados grupos norte-americanos perceberem sua própria americanidade – grupos que entendiam a “experiência americana” como a vitória sobre a natureza, a capacidade do ser humano em utilizar sua racionalidade em prol do bem comum e, principalmente, entendendo o progresso e a modernidade como valores intrínsecos à identidade americana que esses grupos queriam afirmar.

Na verdade, percebe-se, em muitos casos, que a valorização do sionismo era relacionada aos próprios debates internos quanto ao papel do Estado e da sociedade em solucionar os males sociais. Muitos aspectos do sionismo foram ressaltados em público pelos *newdealers* como argumento contra os opositores do *New Deal*. Embora a organização das colônias sionistas não fosse regulada por um Estado, o trabalho sionista era apresentado como exemplo de ação coletiva em prol do bem comum. Era apresentado como um movimento que vencia o individualismo extremo na construção de uma sociedade renovada.

Foi dessa forma que a Hadassah foi apropriada pelos discursos do governo Roosevelt. Com um discurso coerente com o pensamento do *New Deal*, o presidente enviou uma carta à Hadassah em outubro de 1936, na qual diz:

Considero que a Hadassah tem feito uma abordagem saudável e sensível de seus problemas ao enfatizar a defesa da saúde. Eu me refiro particularmente à prudente ênfase dada ao trabalho médico preventivo, de hospitalização e ambulatorial, cujas atividades são dedicadas a promover boas condições físicas e mentais. Qualquer grupo que desfrute de segurança social possibilitada pela boa saúde e do conhecimento de que a doença, quando ocorrer, será combatida vigorosamente, está estrategicamente capaz para lidar inteligentemente com os problemas que surgirem. Durante sua convenção, muitas novas e antigas sugestões serão apresentadas. Eu confio que essas novas ideias se provarão úteis em promover o excelente trabalho humanitário para o alívio do sofrimento humano no qual vocês estão engajados. É um privilégio e um prazer anunciar minha saudação pessoal para a organização sionista feminina da América na ocasião de sua vigésima segunda convenção.<sup>184</sup>

É interessante notar que Roosevelt utiliza elementos poderosos pensados dentro do contexto cultural, social e político da década de 1930. A ênfase em “aliviar o sofrimento humano” estava bastante presente na percepção de um amplo segmento da sociedade norte-

<sup>184</sup> Carta de Franklin Roosevelt à Hadassah. *Apud* Roosevelt praises Hadassah activity. *The New York Times*, 20 de outubro de 1936.

americana, que ainda estava lutando para vencer a depressão. Além disso, a ênfase na ação para salvaguardar a boa saúde dos cidadãos encaixava-se perfeitamente em um momento em que se discutia a criação de um sistema de saúde<sup>185</sup> e de seguridade social para os norte-americanos. Por isso, o discurso tinha também um direcionamento interno, contra os opositores do *New Deal*.

Vemos o mesmo discurso em uma carta de Roosevelt à Organização Sionista da América, por ocasião da comemoração de sua quadragésima convenção. Em mensagem a Stephen Wise, presidente da organização, Roosevelt disse:

Peço-lhe o favor de enviar minhas felicitações aos delegados reunidos na quadragésima convenção anual da Organização Sionista da América, marcando a quarta década de atividade em reconstruir a pátria judaica [*Jewish homeland*] na Palestina. [...]. Os passados quarenta anos na Palestina demonstraram ao povo judeu que *ideais apoiados em atividade prática são capazes de realização*. Realizações notáveis têm sido registradas na antiga pátria, onde uma vez mais os judeus estão tentando restabelecer uma cultura que tem sustentado e alimentado a humanidade através dos séculos [grifos meus]<sup>186</sup>.

“Trabalho prático” e “realizações humanas”: justamente os alicerces do *New Deal*. A ênfase na prática estava ligada à percepção de que o governo agia efetivamente para vencer a crise. Não eram propostas filosóficas abstratas que moviam o *New Deal*. A visão da gravidade da depressão e a percepção da necessidade de ação imediata para vencê-la é que foram os motores para a grande reordenação do Estado promovida por Roosevelt durante a década de 1930. O sionismo era um movimento, nesse sentido, similar ao trabalho norte-americano para vencer a Grande Depressão.

Dessa forma, o sionismo foi visto por variados grupos sociais norte-americanos como um trabalho prático, voltado para solucionar problemas urgentes e levado a cabo por pessoas valentes, destemidas, vigorosas e dispostas a criar um lar baseado no progresso, na racionalidade e no bem-estar social, e não um conjunto de ideias abstratas e sem contato com a realidade. Era dedicado à “reconstrução” da Palestina, mas também à reconstrução da vida de milhares de pessoas, que fugiam de países opressores na Europa para viver livres de perseguições na “Terra Santa”.

Não é ocasional, portanto, vermos as diversas associações entre ações sionistas na Palestina e as medidas que Roosevelt e os *newdealers* buscavam executar nos Estados Unidos

<sup>185</sup> Vide o discurso do bioestatístico Edgar Syderstricker, proferido em Green Bay, Wisconsin, em 1934, sobre a necessidade de um sistema nacional de saúde ser inserido nos programas do *New Deal*. Transcrito em: SYDERSTRICKER, Edgar. Health in the New Deal. *Annals of the American Academy of political and social science*, vol. 176, Social Welfare in the National Recovery Program (Nov. 1934), p. 131-7.

<sup>186</sup> Roosevelt letter felicitates Zionists: congratulates DR. S. S. Wise on re-election and praises work in Palestine. *The New York Times*, 1º de julho de 1937.

na década de 1930. Segundo Aaron Berman (1990, p. 32), foram várias as ocasiões em que o trabalho dos sionistas na Palestina foi comparado ao *New Deal*. Com efeito, é interessante notar que pelo menos um projeto do *New Deal* foi tomado como inspiração e modelo pelo movimento sionista: a Tennessee Valley Authority (TVA).

A TVA foi criada com o objetivo solucionar o problema dos agricultores do vale do rio Tennessee, ao aumentar a quantidade de áreas agricultáveis e resolver o antigo problema da pobreza dessa região. Da mesma forma, na década de 1940, emergiu entre os sionistas nos Estados Unidos uma proposta de criação da Jordan Valley Authority, modelado na TVA, para estimular a racionalização da agricultura do vale do rio Jordão e possibilitar que a Palestina pudesse receber mais imigrantes do que até então era previsto.

A proposta foi delineada pelo conservacionista norte-americano Walter Clay Lowdermilk. Lowdermilk visitara a Palestina entre 1938 e 1939 como Assistente-Chefe do Departamento de Conservação de Solos dos Estados Unidos, para um estudo sobre a utilização do solo no Oriente Médio. Ao retornar, manifestou-se maravilhado pelo trabalho dos sionistas e suas declarações foram amplamente divulgadas na imprensa.

Em janeiro de 1940, Lowdermilk disse durante um encontro do *United Palestine Appeal*: “[o trabalho sionista na Palestina é] um dos mais impressionantes trabalhos de restauração e recuperação de terras vazias que eu já vi nos três continentes”<sup>187</sup>.

Dois meses depois, Lowdermilk divulgava suas impressões ao voltar de uma nova viagem às “terras bíblicas” do Oriente Médio<sup>188</sup>. Disse que a “Terra Prometida”, que “havia sido a terra do leite e mel”, estava em uma situação precária; era “um triste comentário sobre a administração da Terra pelo homem”. Disse ainda que a terra produzia apenas um décimo do que produzira dois mil anos antes: “detritos de erosão varreram os montes, junto com as dunas de areia, sufocaram o fluxo dos canais nas planícies costeiras e fizeram com que pântanos se disseminassem sobre planícies anteriormente densamente povoadas”. Além disso, Lowdermilk disse que a terra que havia sido o “Jardim do Éden” se tornara “uma desolação salgada”.

Porém, havia uma exceção a essa desolação: a Palestina sionista. Segundo o *Christian Science Monitor*<sup>189</sup>, Lowdermilk “se agradou pela conservação dos solos que viu sendo realizada pelas colônias judaicas na Palestina”. Lowdermilk disse: “O esplêndido trabalho de

<sup>187</sup> Bigotry imperils all, Murphy says: expert lauds Palestine farming. *The New York Times*, 8 de janeiro de 1940, p. 4.

<sup>188</sup> Soil conservation held vital to future of the United States. *The Christian Science Monitor*, 9 de março de 1940, p. 2.

<sup>189</sup> *Ibidem*.

recuperação das colônias judaicas em cerca de 5% da área, demonstrou as possibilidades para a Palestina como um todo”. E, para finalizar, expressando a comparação com sua terra natal, diz que os Estados Unidos estavam realizando um trabalho desse tipo, “onde os conservacionistas começaram a corrigir os abusos de 300 anos de exploração”. Ou seja, ambas as sociedades tinham problemas similares e o mesmo ímpeto racional e científico para resolvê-los.

Vê-se que o sionista é um personagem similar ao norte-americano. Da mesma forma que os sionistas recuperavam o solo árido da Palestina, contra o mau uso feito pelos árabes e pelos turcos, os americanos estavam recuperando o solo depois de séculos de abuso por uma utilização equivocada.

É interessante notar, ademais, o caráter científico das análises do conservacionista. O Dr. Walter C. Lowdermilk era um cientista e em 1940 ocupava o cargo de chefe de pesquisa do Serviço de Conservação do Solo dos Estados Unidos. Desse modo, seu diagnóstico adquiria caráter de verdade científica, de validação acadêmica proveniente de uma “autoridade”.

Diante do potencial das análises de Lowdermilk para o projeto de Estado judeu, os sionistas lhe pediram para escrever uma obra sobre a agricultura na Palestina. Em 1944, após articulações com os sionistas norte-americanos, Lowdermilk publicou a obra *Palestine, land of Promise*. Os sionistas foram os grandes financiadores do livro. Empreenderam o levantamento de fundos e publicaram a obra, que obteve grande sucesso, sendo traduzido para o hebraico, iídiche e espanhol (BERMAN, 1990, p. 138).

Quando foi lançado, em 1944, o livro foi alvo de grande atenção. O *New York Times* dedicou uma extensa e positiva resenha sobre a visão do conservacionista, em que sobressai o elogio ao “trabalho prático”. Assinado por R. L. Duffus, o texto tinha o título “uma visão prática da Palestina”<sup>190</sup>. Nele, Duffus diz que o problema da Palestina deveria ser resolvido por homens como Lowdermilk e que a solução deveria ser encontrada na economia, na melhora de vida para os habitantes da Palestina, árabes e judeus.

Duffus concorda com Lowdermilk quando este diz que o progresso criado pelos judeus era benéfico para os árabes. Duffus se questiona:

Como poderia haver conflito [entre árabes e judeus] quando a prosperidade e a população árabes cresceram nas vizinhanças de todos os assentamentos judaicos e levando-se em conta que no lapso de catorze anos (1927-40) a taxa de mortalidade

---

<sup>190</sup> DUFFUS, R. L. Practical view of Palestine. Resenha do livro “Palestine: Land of Promise”, de Walter Clay Lowdermilk. *The New York Times*, 21 de maio de 1944, review of books, p. BR20.

árabe declinou para um terço? O que quer que tenha feito politicamente, o movimento judaico revitalizou a Palestina de outras formas.

O autor da resenha também concorda com Lowdermilk quando este diz que os judeus criavam oportunidades para os árabes melhorarem de vida. E conclui: “Se os árabes aproveitarem as vantagens de suas novas oportunidades, eles não precisarão se preocupar em continuar sendo a maioria na área onde agora existe fricção.” Ou seja, para Duffus, a melhora das condições econômicas seria suficiente para os árabes abrirem mão do controle político da Palestina. Segundo essa interpretação, somente por causa de sua visão estreita, os líderes árabes insistiam em manter-se no poder.

Duffus elogia ainda o projeto da Jordan Valley Authority, inspirado na TVA, como sendo um “projeto possível”. Porém, é quanto às condições da Palestina que a percepção do trabalho prático aparece de forma mais contundente:

A Palestina teve seus mil anos de prosperidade, que terminou por volta do século sétimo D.C. [*note-se que este é o período em que os muçulmanos conquistaram a região do Império Bizantino*]. Ruínas das cidades e de sistemas de irrigação na Palestina e na Transjordânia dizem o que aconteceu. É tão óbvio quanto o que aconteceu em muitas partes do Sudeste americano. Florestas foram derrubadas, encostas foram deixadas à erosão, canais e reservatórios assoreados. O Dr. Lowdermilk acredita que essa tragédia “deveu-se não a mudanças adversas do clima, mas à negligência e à devastação produzida pelo homem”. Nos tempos modernos, os turcos e os árabes devem ser responsabilizados por isso, não individualmente, mas por causa da corrupção do governo turco, da falta de capital, da tradição nômade e de muitas outras razões sociais. O árabe demonstra sua habilidade para melhorar a si mesmo quando um bom exemplo é colocado diante dele. O bom exemplo na Palestina vem dos judeus. Nenhuma questão de superioridade racial ou inferioridade está envolvida. Os judeus têm o capital – um pequeno capital em dinheiro, um grande e nobre capital em determinação para escapar das condições na Europa Central que inevitavelmente os mantinha em um nível inferior.

Não se pode escapar da conclusão que a questão da Palestina poderia ser rapidamente resolvida por homens como o Dr. Lowdermilk, enquanto políticos e diplomatas nunca terão uma boa mão para isso. A luta não precisa ser entre raças e religiões, e do tipo que arruína e incita o ódio entre todos os envolvidos. Pode se tornar uma cooperação mutuamente benéfica de árabes e judeus direcionada ao uso das forças da natureza. O que tem sido feito no sul da Califórnia, que em muitos aspectos, tem o solo parecido com o da Palestina, poderia ser feito ao longo dos litorais no leste do Mediterrâneo.

Assim, o projeto de recuperação da terra era algo digno de ser feito por homens munidos da racionalidade e dos meios científicos para vencerem a natureza. O livro de Lowdermilk, portanto, era um trabalho científico de extrema qualidade e que poderia ser a base da resolução da Questão da Palestina.

O livro recebeu diversas outras avaliações positivas. E como marco da pertinência e do valor da ideia da Jordan Valley Authority, o projeto recebeu a aprovação de George Norris, idealizador do modelo original do Tennessee (BERMAN, 1990, p. 139).

Portanto, não foram os sionistas que formularam uma propaganda de sucesso. As questões sobre progresso, crise, sofrimento humano e capacidade racional estavam bastante presentes na década de 1930. O que ocorreu é que os sionistas souberam dialogar de forma eficaz com a experiência norte-americana de ação contra a Grande Depressão.

Além disso, algo muito interessante a ser analisado é que o sionismo não foi um movimento elogiado por um único polo do espectro político. Da mesma forma que o *New Deal* se caracterizou por uma coalizão heterogênea para vencer a crise, a percepção do progresso sionista era algo difundido em várias tendências políticas.

Atualmente, em geral, críticos de esquerda acusam o sionismo de estar mancomunado com o imperialismo, que seria um movimento de direita, burguês e elitista. Contudo, nos Estados Unidos nas décadas de 1930 e 1940, o sionismo era visto positivamente por parte da esquerda norte-americana<sup>191</sup>, em especial por aqueles que se guiavam por crenças progressistas. Para muitos, o sionismo era um movimento similar às lutas que ocorriam nos Estados Unidos. O trabalho sionista foi visto como uma experiência progressista [*progressive*]. E isso os diferenciava dos árabes, vistos como reacionários, autoritários e não-progressistas [*unprogressive*].

O *Christian Science Monitor* diz sobre os sionistas: “os camponeses [sionistas] da Palestina são em sua maioria pessoas bem instruídas vindas das escolas e universidades europeias, e são um grupo progressista [*progressive group*]”<sup>192</sup>. O jornalista Joseph Harrison diz no mesmo *Christian Science Monitor* que “em cada ponto os judeus assumem uma postura progressista positiva [*a progressive affirmative stand*], enquanto os árabes assumem uma atitude não-progressista e negativa [*unprogressive negative attitude*]”<sup>193</sup>.

Evidentemente, o sionismo tinha suas próprias matrizes de direita e de esquerda. Mas no pós-Primeira Guerra, o sionismo trabalhista havia se tornado hegemônico no interior do movimento. E com isso, para os grupos trabalhistas e progressistas norte-americanos, também imbuídos de uma noção de progresso e valorizando a noção de trabalho, o sionismo apresentou-se como um movimento similar ao americanismo trabalhista.

<sup>191</sup> O historiador John Ehrman afirma que havia três tendências de esquerda ou centro-esquerda nos Estados Unidos na década de 1930: comunistas, liberais e progressistas (EHRMAN, 1996, p. 3). O sionismo era elogiado por progressistas e liberais. Os comunistas sempre se mostraram contrários ao sionismo, pois o consideravam um movimento nacionalista burguês, que impedia que as massas judaicas trabalhadoras se vissem como parte de um movimento classista internacional.

<sup>192</sup> Young Jews learn farm work to fit for going to Palestine. *The Christian Science Monitor*, 16 de setembro de 1940, p. 4.

<sup>193</sup> HARRISON, Joseph G. Arabs' dislike of change slows Palestine accord. *The Christian Science Monitor*, 17 de junho de 1943, p. 7.

Gary Gerstle, ao analisar o “Americanismo da classe trabalhadora” (2002), contesta a noção de que o americanismo dos trabalhadores era superficial ou simplesmente um apêndice de seus empregadores e de pensadores de classe média. Ele assevera que o Americanismo é um termo imerso em profundas disputas entre diversos segmentos da sociedade, que buscam aplicar à noção de “ser americano” suas próprias formas de enxergar o mundo, seus interesses e seus projetos para o país. Gerstle enfatiza, ainda, que no próprio âmbito do movimento dos trabalhadores fabris havia diferenças de percepção sobre os valores mais importantes da América. Para uns, o Americanismo seria “um veículo para expressar valores tradicionais: fé, família, casa e o conservadorismo moral”. No entanto, para outros, seria “a expressão de sua visão radical e modernizadora de uma sociedade industrial que iria banir a exploração e instituir um sistema social democrático de publicamente gerenciar o capitalismo e compartilhar a riqueza” (GERSTLE, 2002, p. xiv).

Foi a partir da noção de bem-estar coletivo que a colonização sionista foi valorizada por trabalhistas e por líderes associativos e sindicais. Em novembro de 1937, o *New York Times* disse que o *National Labour Committee for Palestine* em sua 13ª convenção anual aprovou uma declaração protestando contra a política da Grã-Bretanha de limitar a imigração judaica e declarando solidariedade aos trabalhadores da Palestina<sup>194</sup>. Vemos que havia uma apropriação do sionismo entre vários grupos da sociedade, desde a elite instruída até os grupos trabalhadores, imbuídos do ideal progressista e em meio às investidas econômicas e sociais do *New Deal*. Embora houvesse muitos judeus entre os operários sindicalizados, esses judeus estavam plenamente integrados ao movimento trabalhador nova-iorquino e norte-americano, no geral, e os elogios ao trabalho sionista mobilizavam elementos identitários da classe trabalhadora e não traços comportamentais judaicos.

Isidore Nagler, vice-presidente da União Internacional das Trabalhadoras Têxteis, dizia que “os trabalhadores judeus estavam aptos a resistir a todos os ataques e atos terroristas dos árabes por causa de seu alto idealismo”. Além disso, Joseph Bresslaw, discursando diante da delegação do setor 35 da *Trade Union Division*, elogiava “o trabalho da Federação Geral dos Trabalhadores Judeus da Palestina, seu sistema de seguridade social e desenvolvimento da terra”<sup>195</sup>.

A discussão entre os trabalhadores põe ênfase no que os trabalhadores sionistas realizavam na Palestina. Era uma discussão também com implicações internas. Expressava uma valorização do trabalho, ou melhor, do trabalhador, do que ele seria capaz de fazer se

---

<sup>194</sup> Palestine policy of Britain scored. *The New York Times*, 29 de novembro de 1937.

<sup>195</sup> *Ibidem*.

deixado livre pelo governo e quando não fosse explorado e oprimido. Era também a reafirmação do que era positivo e deveria ser destacado no *New Deal* e no movimento trabalhador. Mas havia uma diferença. O sionismo era ainda mais espetacular porque não contava com ajuda governamental. Ao contrário, era até prejudicado por quem deveria ajudá-lo: o Mandato Britânico. Segundo Irma Lindheim, ex-presidente da Hadassah:

Nós não temos NRA [*National Recovery Administration* – órgão responsável pela recuperação econômica do *New Deal*], mas os trabalhadores crescem como um corpo e criaram um fundo de emergência para enfrentar a depressão que está surgindo em decorrência da situação na Etiópia<sup>196</sup>.

E continua, pondo ênfase no caráter solidário e progressista do sionismo:

A Palestina oferece hoje a única segurança neste mundo conturbado. Não se trata de uma segurança física, mas nós sabemos o que significa estar seguro quando camarada ajuda camarada. Este ano foi o mais crítico quando eles tentaram tirar o país de nós. Mas a despeito de todos os obstáculos nós estamos vencendo as dificuldades, e eu estou feliz em dizer que meus quatro filhos escolheram a Palestina<sup>197</sup>.

Em abril de 1940, o *New York Times* noticiou a presença de figuras importantes trabalhistas em um almoço em homenagem a William Green, presidente da *American Federation of Labor* (AFL), onde participaram, ao todo, 150 líderes trabalhistas e de outras organizações. A reunião não foi convocada para discutir estratégias do movimento trabalhista norte-americano, mas foi organizada para levantar fundos (US\$ 100 mil) para o estabelecimento de uma colônia agrícola para trabalhadores na Palestina, que abrigaria refugiados judeus da Alemanha<sup>198</sup>. Houve, na verdade, um *front* trabalhista unificado em apoio ao projeto de construir uma “pátria judaica” na Palestina. O *Congress of Industrial Organizations* (CIO), mais progressista nas questões internas que a AFL, também manifestava um contundente apoio ao sionismo (RAIDER, 1998, p. 203).

Mas tais avaliações podem sugerir um problema analítico. Como a vertente de esquerda do sionismo poderia ser valorizada em uma época marcada pelo “*Red Scare*” – o pavor vermelho, uma espécie de temor coletivo de que “comunistas” tramavam a tomada do poder nos Estados Unidos? No entanto, a valorização do sionismo era baseada em critérios de progresso social e visto como projeto coletivo por meio do trabalho. Entre muitos grupos norte-americanos, o sionismo trabalhista não foi visto como um movimento de esquerda similar aos bolcheviques na Rússia. Em nenhum dos veículos de comunicação analisados

---

<sup>196</sup> *Ibidem*.

<sup>197</sup> *Ibidem*.

<sup>198</sup> Tribute to Green will aid Palestine. *The New York Times*, 16 de abril de 1940.

nesta pesquisa o sionismo e comunismo foram vistos como equivalentes, nem mesmo as fazendas comunais (*kibutzim*).

Na edição de 11 de outubro de 1943, a revista *Life*, de propriedade do conservador Henry Luce, elogia o “sionismo de esquerda” e menciona os *kibutzim* como “assentamentos comunais”. A matéria enfatiza a prática de coletivização: “a comunidade tem tudo, o indivíduo nada”. Porém, a revista diz que as pessoas se juntaram a esse projeto por vontade própria. Segundo o autor, “o sistema pode ser descrito como comunista, com a importante qualificação de que ele é inteiramente voluntário”<sup>199</sup>. Dessa forma, uma importante diferença está sendo apontada em relação ao comunismo soviético. O sionismo era visto como um movimento pautado pelo ideal de igualdade e comunidade e pela liberdade de escolher fazer parte de uma fazenda comunal, diferentemente das políticas bolcheviques, vistas como restrições às liberdades individuais e de “coletivização forçada”.

Além disso, a percepção de um empreendimento coletivo, que se dava, fundamentalmente, em nome da coletividade em detrimento da individualidade, poderia colidir com o individualismo valorizado por amplos grupos nos Estados Unidos<sup>200</sup>. Porém, em uma época em que a Depressão expunha o sofrimento humano em proporções que eram inimagináveis até poucos anos antes, emergiu, entre muitos grupos, a percepção de que deveria haver um esforço coletivo para debelar a crise que se abatera sobre o país. Nesse sentido, a colonização sionista era vista por muitos como um empreendimento similar à luta dos norte-americanos contra a Grande Depressão.

Portanto, podemos perceber que havia representações laudatórias ao sionismo vindas de diferentes grupos sociais. Assim, apesar das diferenças políticas entre os defensores do sionismo, importantes valores compartilhados foram mobilizados para entender o porquê do conflito na Palestina.

\* \* \*

O sionismo representou ideias distintas para muitos norte-americanos. Mas os sionistas possuíam interseção com variadas identidades idealizadas norte-americanas e com distintas noções de americanismo. Os árabes da Palestina não foram capazes de fazer emergir

---

<sup>199</sup> Palestine tries all experiments. *Life Magazine*, 11 de outubro de 1943, p. 98.

<sup>200</sup> Veja-se a discussão presente na própria literatura israelense já na década de 1930, em que o livro de S. Izhar, intitulado *Efraim volta para a alfafa*, publicado em 1938, merece destaque. Diante da vontade de Efraim de mudar de atividade – deixar de plantar alfafa e fazer alguma outra coisa – fica clara a oposição entre os anseios do indivíduo e as exigências da comunidade do *Kibutz* (OLIVEIRA, 2004, p. 55).

um sentimento de simpatia mais sólido por seu movimento nacionalista. Quando houve simpatia pela cultura e pela população, emergiu uma noção de condescendência, e o sionismo visto como algo positivo que seria benéfico aos árabes.

Assim, embora o americanismo fosse alvo de disputas, imerso em um debate sobre identidade, poder e projeto de nação, o sionismo, em suas diferentes vertentes, conseguiu dialogar com essas formas de identificação social. Cada grupo social norte-americano destacou um elemento sionista para dar ênfase, relacionando-o às suas próprias formas de se integrar à sociedade e aos seus distintos projetos para o país.

Porém, de forma mais disseminada, a associação sionismo-americanismo foi mobilizada articulando-se a noções de modernidade e progresso. Quanto aos árabes, não conseguiram uma interseção mais consistente com as diversas identidades americanas. Foram tornados “outros”, distantes, atrasados, não-civilizados – pessoas que não gozavam dos benefícios do progresso e da modernidade e, em certos momentos, eram entraves à concretização da modernização da Palestina.

Percebe-se, portanto, que o progresso sionista que recebia indicações laudatórias não era apenas progresso material, mas também progresso social, integrado a uma noção mais ampla do papel o homem no mundo. O sionismo foi visto por meio de diversas percepções sobre novos horizontes se abrindo perante a humanidade e de experimentação social, isto é, de que por meio da ação racional o homem poderia criar uma sociedade nova.

Da mesma forma, os sionistas foram vistos como agentes similares aos norte-americanos em sua luta contra a Grande Depressão. Não se deixavam abater pelas dificuldades, por mais graves que fossem. Por meio da ação racional, tinham plena capacidade de dominar a natureza e retirar dela o que precisavam para levar bem-estar às pessoas, protegendo-as da fome, da miséria e da perseguição.

Porém, todos esses louvores ao sionismo eram baseados na ideia sionista. Durante toda a década de 1930, o projeto de Estado judeu raramente entrava em pauta nos textos e imagens elogiosos ao sionismo (e era até mesmo combatido por quem louvava a colonização sionista). Com exceção das discussões sobre a proposta de partilha de 1937<sup>201</sup>, de maneira geral, o projeto de Estado era inserido em uma narração seca e insípida, conduzida para afirmar que era algo distante. Era a expressão de uma vontade. A colonização era realidade. Ademais, o projeto estatal parecia longínquo diante de um Império Britânico que aparentava solidez e

---

<sup>201</sup> Proposta de partilha apresentada pela comissão liderada por Earl Peel, conhecida como “Comissão Peel”, enviada à Palestina para investigar as causas da Grande Revolta Árabe e apresentar propostas de soluções. A proposta foi apoiada pelo *Christian Science Monitor*, mas criticada pelo *New York Times*.

poder e que parecia adotar uma administração ocidental racional na Palestina. A “reconstrução” ocorria diante dos olhos daqueles que queriam ver, mas o Estado parecia algo quase utópico.

No entanto, após a Segunda Grande Guerra, tal entendimento se alterou, produto de novas realidades que emergiram durante a década de 1930 e durante a guerra. A percepção da “reconstrução” da Palestina pelo “novo judeu” se articulou a outro fenômeno que mexeu com o imaginário norte-americano: a terrível perseguição aos judeus europeus, que culminou com o Holocausto durante a Segunda Grande Guerra.

## CAPÍTULO 3

### A QUESTÃO DOS REFUGIADOS E O HOLOCAUSTO

#### 3.1 Respostas ao problema dos refugiados judeus: a defesa dos oprimidos

Se a empatia com os sionistas e o distanciamento em relação aos árabes foram fundamentais, algo que também contribuiu sobremaneira para o apoio ao sionismo foi a percepção da Palestina como um refúgio apropriado para os judeus perseguidos na Europa. Tal percepção estava relacionada à valorização das boas obras e à visão de que era uma obrigação moral sair em ajuda aos “oprimidos” e aos “perseguidos” do mundo.

Este discurso trazia ainda uma analogia entre os judeus que eram perseguidos na Europa e os primeiros colonos a chegarem à América, que eram perseguidos por razões religiosas. Assim, os imigrantes judeus que chegavam à Palestina repetiam a própria conformação dos Estados Unidos como país, fundado por pessoas que saíram da Europa para desfrutar da liberdade na América.

Além disso, aqueles que elogiavam o trabalho de reconstrução do sionismo também nutriam um ideal pautado em critérios morais para a atuação dos Estados Unidos na política internacional, rejeitando a “política de poder” europeia. Assim, defendiam a ação do governo do país em um esforço global para solucionar a situação dos judeus perseguidos pelo nazismo.

Desde que Adolf Hitler assumiu o poder na Alemanha, a situação dos judeus nesse país piorou consideravelmente. Por meio de uma campanha de ataque aos direitos civis da população judaica da Alemanha, o governo nazista aos poucos inviabilizou a vida dos judeus em solo alemão e, após 1938, também nas áreas ocupadas por seus exércitos no Leste Europeu.

O primeiro passo da política de Hitler foi retirar os direitos civis dos judeus da Alemanha e deixá-los expostos a ataques físicos para que se sentissem forçados a emigrar. Com as Leis de Nuremberg de 1935, ficaram proibidos casamentos entre judeus e “arianos” e foram criadas duras restrições profissionais, privando muitos de ganharem sua vida. O ataque aos direitos, contudo, era somente o primeiro passo de um terrível projeto de eliminar a população judaica da Alemanha e, depois, de toda a Europa.

Com a invasão da Polônia, os judeus foram colocados em guetos, sem as mínimas condições de vida. A alimentação escassa matava muitos de inanição. Na Alemanha, pretendia-se expulsar todos os judeus do país e amontoá-los em um território a ser ocupado

preferencialmente em alguma área na União Soviética, no que ficou conhecido como o projeto de “reassentamento no Leste”. Contudo, quando ficou claro para os oficiais nazistas que a vitória sobre os soviéticos não seria rápida e era até mesmo incerta, os judeus começaram a ser dizimados. Em um primeiro momento tais assassinatos em massa ocorriam por meio de fuzilamentos. Mas com a necessidade de economizar munição e tornar o processo mais “racional”, os judeus passaram a ser mandados em massa para as câmaras de gás (MAGNOLI e BARBOSA, 2011, p. 272-3).

De 1933 em diante, à medida que as políticas nazistas iam se tornando mais severas, um imenso fluxo de refugiados se formou. Os refugiados buscavam asilo em outros países da Europa, nos Estados Unidos ou na Palestina. Nos seis primeiros anos de governo nazista, cerca de 226.000 judeus, um terço dos judeus alemães, deixaram o território da Alemanha (BERMAN, 1990, p. 20).

Porém, não só na Alemanha os judeus estavam expostos a perseguições. Mesmo antes da ocupação nazista, em alguns países da Europa Oriental, em especial na Polônia e na Romênia, a situação dos judeus era igualmente precária, tendo seus direitos revogados e sofrendo ataques da população civil. Muitos judeus viram que a única solução para suas mazelas era a emigração. Na verdade, os governos e partes da população queriam que os judeus emigrassem. Na Polônia, a emigração de judeus tornou-se uma medida governamental.

Com isso, às vésperas da Segunda Guerra, a emigração dos judeus da Europa Central e Oriental havia se tornado uma crise de proporções internacionais. Desesperados para escapar das perseguições, os judeus solicitavam com urgência a permissão de entrada em diversos países. Contudo, a pergunta que sempre surgia era: para onde ir? Os países com a maior capacidade de receber refugiados hesitavam ou manifestavam abertamente a indisposição em recebê-los. A França permitia a entrada de refugiados, porém, com a estrita determinação de que ficassem temporariamente. A Grã-Bretanha agia da mesma forma. Já os Estados Unidos, que havia sido local de assentamento de milhões de judeus da Europa Oriental no final do século XIX, nesse momento estavam atrelados às suas leis de imigração da década de 1920 e, com isso, não contribuía para diminuir a crise (BERMAN, 1990, p. 20-1).

E foi sob este aspecto que a Palestina se relacionou à situação dos judeus na Europa na década de 1930. A Palestina começava a ser vista entre variados segmentos sociais norteamericanos não apenas como um lugar de “renascimento” do povo judeu, um empreendimento similar à construção da “América”, ou meramente um projeto político, mas

como o único refúgio disponível para pessoas que estavam sendo perseguidas e assassinadas. A Palestina, assim, foi alçada à condição de *refúgio*.

Evidentemente, para o sionismo, a Palestina sempre esteve relacionada a um refúgio para os judeus e à esperança de uma vida sem perseguições. Muitos membros do movimento sionista saíram da Rússia, onde nas últimas décadas do século XIX houve uma série de *pogroms*<sup>202</sup> em diversas partes do Império Czarista. No entanto, o nazismo levava a perseguição aos judeus a um nível muito mais elevado, chegando ao ápice durante o Holocausto, em um esforço administrativo e logístico visando matar a maior quantidade de pessoas. E, com isso, mesmo pessoas que não tinham, até então, cogitado a ideia de tornarem-se sionistas, começaram a fluir para a Palestina.

Diante da crise humanitária que se desenrolava, vários atores sociais norte-americanos se manifestavam com veemência contra as medidas oficiais que o governo alemão adotava contra os judeus.

A grande imprensa dedicava espaços para a apresentação do que ocorria e dava voz a várias manifestações de repúdio. Em 5 de março de 1937, o *New York Times* diz que a Alemanha possuía noventa mil judeus a menos desde que Hitler assumira o poder, e que, somente em 1936, vinte e quatro mil haviam deixado o país. A reportagem termina falando sobre o “quadro trágico do quase completo colapso da vida judaica em muitos pequenos centros por toda a Alemanha”<sup>203</sup>.

Da mesma forma, uma reportagem de 8 páginas sobre os judeus foi publicada na edição da revista *Life* em 18 de abril de 1938. A reportagem é intitulada “Os judeus – novamente os errantes filhos de Israel estão se movendo em uma hostil Europa”<sup>204</sup> e analisa a situação dos judeus sob o nazismo:

Quando os nazistas subiram ao poder em 1933, o terror se abateu sobre o judeu alemão. Seus direitos, suas propriedades e sua liberdade lhes foram arrancados. Ele foi espancado e humilhado. Suas lojas sofreram boicote. Suásticas foram marcadas a fogo em seu couro cabeludo. As barbas de seus reverendos foram arrancadas. Ele foi assassinado. Os judeus que puderam deixaram a Alemanha. Desde 1933, 135.000 já emigraram – quase um terço deles foi para a Palestina e cerca de 15.000 foram para os Estados Unidos. Mas ainda há 365.000 deixados na Alemanha, sofrendo as mais violentas formas de antissemitismo<sup>205</sup>.

<sup>202</sup> O termo é uma palavra russa que significa “destruir completamente”; os *pogroms* eram ataques cometidos contra judeus por uma multidão, mas facilitada ou tolerada pelo governo.

<sup>203</sup> 90.000 fewer Jews under Hitler rule. *The New York Times*, 5 de março de 1937, p. 8.

<sup>204</sup> The Jews: again the wandering children of Israel are on the move in hostile Europe. *Life Magazine*, 18 de abril de 1938, p. 47-55.

<sup>205</sup> *Ibidem*, p. 55.

Com efeito, a situação dos judeus piorava cada vez mais, à medida que Hitler se fortalecia interna e externamente. Às vésperas da Segunda Guerra, os judeus passaram a sofrer ataques mais agressivos. Em novembro de 1938, ocorreu o episódio conhecido como *Kristallnacht* (“noite dos cristais” ou “noite dos vidros quebrados”), quando houve uma série de ataques a lojas e indivíduos judeus e incêndios de sinagogas na Alemanha e na Áustria. O partido nazista alegava que os atos de violência eram produto de um espontâneo acesso de fúria da população alemã, que reagia ao assassinato de um diplomata alemão cometido por um jovem judeu refugiado na França.

O *Christian Science Monitor* noticiou os ataques em 10 de novembro de 1938. Desconfiando da versão oficial, a notícia enfatizava que os detalhes do ocorrido sugeriam que havia uma lista de alvos anterior. O autor sugeria, também, que aqueles não eram ataques espontâneos, como o governo alemão alegava, mas uma medida oficial<sup>206</sup>.

O *New York Times*, de propriedade de uma família judia, foi o veículo que demonstrou mais indignação e o que destinou maior cobertura ao fato. Em uma reportagem de capa, classificou os atos de “demonstrações de violência sem precedentes”. A reportagem enfatiza que “guardas nazistas observavam o vandalismo” e ironiza a versão oficial, dizendo que os homens que cometiam os ataques tinham grande precisão, tributária das “espontâneas manifestações”<sup>207</sup> (aspas no original).

No dia seguinte, em editorial intitulado “Grande Alemanha”<sup>208</sup> (aspas no original), o *New York Times* analisa os acontecimentos ocorridos após a morte do oficial alemão. O jornal foi severo ao analisar o episódio, afirmando que foi “um dia de terror que ultrapassou qualquer coisa que mesmo o Terceiro Reich já tenha presenciado”. O texto continua, dizendo que “em Viena, uma nova onda de suicídios se abateu sobre um povo já subjugado e aterrorizado além do tolerável”.

E termina, criticando as potências ocidentais:

Recentemente, o Governo [alemão] tem estendido seu domínio com o consentimento das Potências Ocidentais, que aquiesceram por meio de suas vitórias sem sangue [*bloodless victories*] como prelúdio para o apaziguamento europeu. Na verdade, foram o prelúdio para as cenas vistas ontem, cenas que nenhum homem pode olhar sem a vergonha pela degradação de sua espécie.

Dessa forma, o editorial do *New York Times* apresenta as “vitórias sem sangue” obtidas em Munique como o que proporcionou a onda de ataques a judeus. A crítica à política

<sup>206</sup> Jewish Synagogues ablaze in Germany. *The Christian Science Monitor*, 10 de novembro de 1938, p. 6.

<sup>207</sup> Berlin raids reply to death of envoy. *The New York Times*, 10 de novembro de 1938, capa e página 10.

<sup>208</sup> “Great Germany”. *The New York Times*, 11 de novembro de 1938, Editorial.

de poder é evidente. Ao pensar apenas em evitar a guerra contra Hitler, as potências ocidentais abriram caminho para o ataque à população judaica.

Já a revista *Time* deu voz a várias figuras políticas americanas em sua indignação. Herbert Hoover classificou os massacres nazistas aos judeus como um “retrocesso de 450 anos na civilização”. Já o Presidente Roosevelt disse ser difícil de acreditar que tais eventos “tivessem ocorrido em uma civilização do século XX”<sup>209</sup>.

É curioso notar como a violência na Alemanha era apresentada se a comparamos à apresentação da violência cometida por árabes na Palestina contra judeus. A violência era associada à barbárie. O Ocidente, segundo essa visão, é pacífico, porque resolve seus conflitos institucionalmente, por meio de redes de instituições judiciárias, com o direito ao contraditório. É visto como um lugar civilizado, que resolve suas controvérsias de forma legal, dentro da legislação de um Estado moderno.

Por isso, a violência na Alemanha, vista como um país ocidental e moderno, era mais surpreendente. Os árabes eram violentos, tomados como bárbaros que não conhecem as instituições, só conhecem a força e são “fanáticos muçulmanos”. Civilização significa, segundo essa interpretação, ação pacífica e racional. O uso da violência somente é justificado como contraposição a outro agente violento. O que vemos nessas manifestações é o despreparo para compreender por que a Alemanha agia daquela forma. A resposta era dizer que a Alemanha retrocedeu no tempo. Como vimos no capítulo 2, os árabes eram vistos de outra forma. Os árabes eram representados como um grupo humano vivendo no passado e, por isso, eram vistos como “naturalmente violentos”. Isto é, a violência deles contra os judeus era vista como algo mais compreensível e como elemento que fazia entender o conflito na Palestina.

Alguns críticos afirmam que as expressões de solidariedade aos judeus perseguidos eram advindas de uma pressão judaica na sociedade norte-americana. De acordo com essas críticas, os sionistas, objetivando o projeto estatal, faziam uma efetiva propaganda sobre os crimes nazistas para arregimentar simpatia nos Estados Unidos.

Porém, as manifestações de repúdio às ações dos nazistas não foram esporádicas e tinham antecedentes. Eram expressões da cultura política democrática de certos grupos norte-americanos, uma cultura política que valorizava a ajuda aos oprimidos e execrava atos considerados desumanos praticados por governantes ou militares contra populações civis.

---

<sup>209</sup> The refugees. *The New York Times*, 16 de novembro de 1938, Editorial.

Durante a guerra entre espanhóis e cubanos, no final do século XIX, houve diversas manifestações de repúdio quanto às ações do militar espanhol Waleriano Weyler, que colocava em prática a medida chamada de *reconcentración*, isto é, a colocação de milhares de camponeses cubanos em campos de concentração para que não colaborassem com a guerrilha que lutava pela independência de Cuba<sup>210</sup>. A imprensa atacava Weyler como “déspota” e “bárbaro”, alguém “impiedoso e frio” que colocava em prática uma “política de extermínio” (GOTT, 2006, p. 114-5).

Da mesma forma, houve uma torrente de indignação entre a população ao tomar conhecimento do massacre de 200 mil armênios pelo governo otomano em 1895. Falava-se em “holocausto armênio” e do “demoníaco” e “fanático” ato dos turcos. Foram criadas várias organizações de levantamento de fundos, como a *United Friends of Armenia*, e o *National Armenian Relief Committee* (OREN, 2007, p. 292-5), da mesma forma que foram criadas agências por judeus e não-judeus para enviar dinheiro, alimento, roupas e medicamentos para os refugiados judeus na década de 1930.

Além disso, nesse mesmo episódio, muitos líderes religiosos e civis, além de congressistas, demandavam uma ação forte do governo norte-americano para pôr fim aos ataques aos armênios. O futuro Presidente William McKinley (1897-1901), em sua plataforma de campanha, afirmara que “salvar os armênios” seria um dos compromissos de seu governo. Quando eleito, McKinley efetivou o que prometera. Em dezembro de 1900, ele despachou o navio de guerra *USS Kentucky*, que ameaçou bombardear cidades costeiras otomanas caso o governo de Istambul não ordenasse o fim dos ataques aos armênios (OREN, 2007, p. 292-3).

Portanto, não foi apenas uma eclosão sem precedentes de solidariedade que fez emergir manifestações visando resgatar os judeus das mãos de Hitler, mas algo tradicional para um segmento da população norte-americana que se importava com o mundo fora de suas fronteiras, de um ponto de vista moral, bem como pensava o papel dos Estados Unidos na política internacional.

Os próprios judeus receberam a solidariedade norte-americana no final do século XIX, quando chegaram informações aos Estados Unidos sobre os *pogroms* russos (UROFSKY, 1995, p. 70). E as respostas eram semelhantes. Da mesma forma que houve diversas manifestações para que a Grã-Bretanha “abrisse as portas” da Palestina aos judeus que fugiam

---

<sup>210</sup> Porém, trata-se de uma visão idealizada de postura política, já que, durante a Segunda Guerra, cidadãos americanos descendentes de japoneses foram colocados em campos de concentração. Alegando necessidades militares, Franklin Roosevelt emitiu a ordem executiva nº 9066, que foi aprovada pelo Congresso e julgada constitucional pela Suprema Corte (DANIELS, 2002, p. 19).

de Hitler na década de 1930, houve demandas para que o governo otomano permitisse a entrada na Palestina dos judeus que estavam sendo massacrados pelo governo czarista da Rússia na década de 1880 (OREN, 2007, p. 279).

Assim, tais manifestações eram uma forma de olhar o mundo e de analisar qual seria o papel dos Estados Unidos na política internacional.

Com efeito, a precária situação dos refugiados judeus na década de 1930 era debatida publicamente em encontros e por meio da mídia. Na imprensa, houve uma grande cobertura, e as reportagens em geral expressavam repúdio, indignação e profundos sentimentos quanto ao sofrimento humano dos judeus. As matérias jornalísticas eram repletas de detalhes terríveis, que, ao mesmo tempo em que manifestavam uma percepção humanitária, contribuíam para o aumento do sentimento de solidariedade e penalização.

Em julho de 1939, o correspondente do *New York Times* em Londres, Harold Callender, apresentava o quadro sombrio dos judeus de Viena:

Qualquer pessoa que visitar hoje o que é denominado o segundo distrito de Viena verá um quadro vívido do problema dos refugiados em sua fonte. Lá, milhares de homens, mulheres e crianças desesperados vivem amontoados em quarteirões superlotados – já que os judeus não têm direitos a residências que foram requeridas por Arianos. Eles fazem uma refeição por dia em refeitórios operados por uma organização judaica e a maioria deles não tem outros meios. Eles não podem trabalhar, não podem viajar, não podem nem mesmo se sentar nos parques. Eles são párias sociais [*social outcasts*], a quem o Reich Nazista varreu, colocando-os na entrada da casa de seus vizinhos<sup>211</sup>.

A imprensa noticiava também o que ocorria na Polônia após a invasão de 1939. Em 5 de janeiro de 1940, o *New York Times* noticiou as graves condições nas quais se encontravam os judeus poloneses após a invasão da Alemanha<sup>212</sup>. No dia 8, houve uma matéria sobre as péssimas condições em que se achavam os judeus que fugiam da Polônia a bordo de uma embarcação encalhada na foz do Rio Danúbio. A matéria apresentava o quadro desolador: muitos doentes, escassa comida, o inverno rigoroso e mulheres dando à luz sem as mínimas condições necessárias<sup>213</sup>.

As avaliações sobre o problema dos judeus refugiados eram articuladas a noções bíblicas. Como vimos, a Palestina era lugar com elevado valor simbólico no imaginário norte-americano. A Palestina era a “Terra Prometida” e, como tal, seria o lugar para receber os

<sup>211</sup> CALLENDER, Harold. Refugee problem seen as part of Nazi policy. *The New York Times*, 23 de julho de 1939, p. E5.

<sup>212</sup> Jews lay torture to Nazis in Poland. *The New York Times*, 5 de janeiro de 1940, p. 8.

<sup>213</sup> Ice holds refugee ships: Jews in Black Sea suffering from cold and lack of foods. *The New York Times*, 8 de janeiro de 1940.

judeus massacrados. Assim como os hebreus fugiram da opressão dos faraós egípcios, os judeus do século XX estavam fugindo da opressão do *Führer*.

Eram frequentes as alusões ao êxodo bíblico<sup>214</sup>. Em 1941, o *New York Times* falava sobre o “êxodo dos judeus”, que continuava a despeito das limitações impostas pela guerra<sup>215</sup>. A revista *Life*, referindo-se à fuga desesperada dos judeus da Europa Oriental, dizia que estava havendo um “êxodo no Báltico”<sup>216</sup>. Enquanto a *Time* falou, em maio de 1946, sobre o “Êxodo judeu”, composto por judeus “fugindo de sua moderna escravidão para sua antiga Terra Prometida”<sup>217</sup>. E o então Senador Alben William Barkley (Democrata, Kentucky) chamou Hitler de “O moderno Faraó”<sup>218</sup>.

Porém, a interpretação teve de mudar sutilmente. Enquanto os antigos hebreus fugiram do Egito, segundo a tradição do Antigo Testamento, a pé, mesmo quando cruzaram o Mar Vermelho, no século XX, a fuga se dava pelo mar. À medida que o exército nazista avançava sobre países do Leste Europeu, os judeus fugiam das áreas ocupadas pelos nazistas na Europa em embarcações completamente precárias, em péssimas condições sanitárias, sem alimentação adequada, com roupas que não protegiam contra o frio<sup>219</sup>.

Os refugiados judeus tentavam chegar à Palestina a bordo de embarcações que possuíam pífias condições de navegabilidade, sendo comuns naufrágios em que morriam centenas de refugiados. E para agravar suas dificuldades, muitos chegavam próximo ao litoral da Palestina, mas eram impedidos de desembarcarem pelas autoridades britânicas, que limitavam a imigração de judeus com base em uma determinação de 1939<sup>220</sup>. Tal situação durou mesmo depois do fim da guerra e o episódio mais dramático foi o da embarcação

<sup>214</sup> TOLISCHUS, Otto D. Jews faces crisis in Eastern Europe, *The New York Times*, 7 de fevereiro de 1937, p. 34; 100,000 Jews quit Austria: official figures reveal Exodus since annexation. *The New York Times*, 21 de julho de 1939, p. 16.

<sup>215</sup> Reich lists migration of 4,755 despite war restrictions. *The New York Times*, 13 de janeiro de 1941.

<sup>216</sup> Exodus from the Baltic. *Life Magazine*, 6 de novembro de 1939, p. 24.

<sup>217</sup> Refugees: Exodus. *Time Magazine*, 6 de maio de 1946.

<sup>218</sup> Palestine termed aid to democracy. *The New York Times*, 14 de abril de 1941.

<sup>219</sup> Porém, tais embarcações não se dirigiam apenas para a Palestina. Em 1939, o navio *S.S. St. Louis* partiu da Alemanha com refugiados judeus que pretendiam se refugiar em Cuba. O governo cubano exigia uma quantia de 500 libras e documentos regularizados para a admissão dos refugiados. Porém, 907 refugiados não cumpriam as exigências e o governo cubano não permitiu que desembarcassem. O navio retornou para a Europa, mas antes o capitão navegou na costa da Flórida na esperança de obter permissão dos Estados Unidos para atracar. Os 907 refugiados foram assentados na Bélgica, Inglaterra, França e Holanda. Porém, após a eclosão da guerra, muitos foram mandados para os campos de concentração e pereceram. Ver “The Voyage of the ‘St. Louis’”, Relatório preparado pelo *Joint Distribution Committee* em 15 de junho de 1939. Disponível em: <<http://archives.jdc.org/assets/documents/thevoyageofthest-louis.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2013. Ver também THOMAS e MORGAN-WITTS (2009).

<sup>220</sup> Tal medida será analisada no tópico 3.3.

denominada *Exodus 1947*, que buscou entrada na Palestina, o que foi negado pela Grã-Bretanha<sup>221</sup>.

Em setembro de 1940, o *New York Times* noticiou durante dias a tentativa de 500 refugiados búlgaros de fugirem da Europa e entrarem na Palestina<sup>222</sup>. O jornal avaliava a gravidade da situação e manifestava repúdio pelos atos nazistas. Em editorial, o jornal referiu-se aos refugiados como “destroços humanos” [*human flotsam*]:

O incidente permanece dramático. Podem-se ver seres humanos desamparados e aterrorizados – 500 deles. Este número pode não ser importante no vasto sofrimento em que a Europa está agora. Mas é horrivelmente significativa. Nós vemos, por um momento, de forma aguda, as sombras que estão sobre milhares, ou até milhões, de refugiados sem direitos – destroços humanos flutuando no autoritário mar da morte<sup>223</sup>.

A preocupação do jornal *Christian Science Monitor* com os refugiados judeus é demonstrada em várias reportagens<sup>224</sup>. Em novembro de 1940, o jornal apresentou uma grande reportagem<sup>225</sup> apresentando a precária situação dos judeus na Europa, enfatizando que “embora o desespero não possa ser facilmente medido, parece que o povo mais atingido pela presente guerra é o [povo] judeu”. A reportagem segue, detalhando as perseguições em cada país: Alemanha, Áustria, Tchecoslováquia, Romênia, Hungria, França e Polônia. Em todos estes países, diz a reportagem, os judeus estavam expostos a graves humilhações, eram atacados, tinham suas propriedades confiscadas, eram deixados em extrema pobreza, famintos e, em alguns lugares, eram colocados “miseravelmente” em “esquálidos guetos superlotados”. Na Polônia, o gueto de Varsóvia, diz o jornal, “deixa até mesmo o mais indiferente visitante chocado”.

Diante desse quadro – a situação dos judeus na Europa, bem como as tentativas desesperadas de fugir dos nazistas –, houve diversas reações emocionais nos Estados Unidos. Como solução emergencial, vários intelectuais, políticos e representantes de organizações da sociedade civil clamavam para que a Grã-Bretanha permitisse que esses refugiados entrassem na Palestina<sup>226</sup>. Defendiam isso segundo critérios morais e humanitários<sup>227</sup>. Concluíam que era uma necessidade humana permitir que os judeus entrassem na Palestina.

<sup>221</sup> Este episódio será discutido com mais profundidade no capítulo 5.

<sup>222</sup> 500 Jews on ship 4 months. *Associated Press. The New York Times*, 5 de setembro de 1940, p. 17; Fund for refugees asked, *The New York Times*, 7 de setembro de 1940, p. 18.

<sup>223</sup> Human flotsam. *The New York Times*, 7 de setembro de 1940, Editorial.

<sup>224</sup> 500,000 Jews of Warsaw put behind ghetto walls. *The Christian Science Monitor*, 26 de novembro de 1940, p. 4.

<sup>225</sup> War bears heavily on the Jews. *The Christian Science Monitor*, 23 de novembro de 1940, p. 7.

<sup>226</sup> Palestine barrier arouses protests. *The New York Times*, 23 de novembro de 1940, p. 10.

<sup>227</sup> Human flotsam. *The New York Times*, 7 de setembro de 1940, Editorial.

Com efeito, diante da grave situação dos judeus na Europa nas décadas de 1930 e 1940, a Palestina era vista como um dos poucos lugares de refúgio para os judeus. A comunidade judaica da Palestina quando a guerra começou já contava com cerca de 400 mil pessoas<sup>228</sup>, em diversos assentamentos agrícolas e em cidades como Haifa e Tel Aviv. Assim, era um lugar visto como preparado para receber grande quantidade de imigrantes.

O jornalista Ferdinand Kuhn, na edição do *New York Times* de 20 de novembro de 1938, perguntava: “para onde eles vão?”<sup>229</sup> Enfatizando que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha tinham cotas restritivas, diz sobre os judeus perseguidos na Alemanha:

A Palestina é outro lugar onde milhares de alemães já encontraram refúgio e onde talvez mais cem mil podem ser admitidos nos próximos cinco anos. [...] Nem todos esses refugiados, evidentemente, serão judeus da Alemanha, mas a estreita Palestina continuará a ser um refúgio para uma grande quantidade daqueles para quem a vida em solo alemão se tornou insuportável.

E esse refúgio era mais adequado por conta do atendimento prestado por organizações de assistência médica, alimentar e social. Fundos para assentar refugiados, prestar cuidados médicos e para a reabilitação profissional daqueles destituídos de seus meios de vida na Europa eram fornecidos por doadores na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos, onde não só judeus doavam dinheiro, mas também grupos cristãos e outros grupos associativos não-governamentais<sup>230</sup>.

Em agosto de 1938, uma reportagem do *New York Times* anunciava a fundação de 2 novas colônias para receberem os refugiados da Alemanha e da Áustria com fundos levantados nos Estados Unidos<sup>231</sup>. Outra matéria destacava o sucesso em assentar milhares de

---

<sup>228</sup> Segundo estimativas britânicas, o número de judeus na Palestina no início do ano de 1938 era de 399.808 e em 31 de dezembro de 1938 era de 411.263. Fonte: The Mandate System: Series of League of Nations Publications, 30 de abril de 1945. Disponível em: <<http://unispal.un.org>> Acesso em 7 fev. 2012.

<sup>229</sup> KUHN, Ferdinand. World searched for havens. *The New York Times*, 20 de novembro de 1938, revisão da semana, p. 68.

<sup>230</sup> Women here open Palestine campaign: 350 leaders pledge support to drive for \$175,000. *The New York Times*, 30 de março de 1938; 2,000 refugees saved; Rumania delays deportation as money is raised here. *The New York Times*, 23 de janeiro de 1940; U.S. gifts \$3,388,962: American joint distribution committee raised biggest fund. *The New York Times*, 29 de fevereiro de 1940; Plans a refugee colony: Mizrahi organization votes \$100,000 project for Palestine. *The New York Times*, 21 de maio de 1940; \$100,000 to Jerusalem: sent by Jewish national fund to aid agriculture, defense. *The New York Times*, 17 de julho de 1940; Adds Palestine homes; Jewish national fund will care for 3,000 more families. *The New York Times*, 9 de fevereiro de 1941.

<sup>231</sup> 2 new colonies founded: refugees from Germany aided in Palestine by U.S. fund. *The New York Times*, 28 de agosto de 1938.

“judeus oprimidos” na Palestina<sup>232</sup>. Uma das organizações que se destacavam no trabalho de ajuda aos refugiados e era muito elogiada era a Hadassah<sup>233</sup>.

A atuação da Hadassah na Palestina é sintetizada no *New York Times* em 21 de dezembro de 1940, quando o jornal noticiou<sup>234</sup> o aniversário de 80 anos da fundadora da organização, Henrieta Szold, definindo-a nos termos do modelo dos missionários americanos. A Sra. Szold era apresentada como a “incansável e maternal benfeitora da torrente de jovens que fluíram para a Terra Santa depois que a perseguição de Hitler começou” e que fazia seu trabalho “por humanidade”, pois “seu belo espírito não conheceu fronteiras religiosas, raciais ou políticas”.

A atuação da Hadassah era louvada ainda mais por receber os refugiados e prestar assistência médica para aqueles que chegavam em precárias condições de saúde<sup>235</sup>. Destacase, também, a Jovem Aliá, projeto da Hadassah que tinha como objetivo retirar crianças judias da Alemanha ou das áreas ocupadas pelos nazistas na Europa e levá-las para a Palestina. Tal ação recebeu notas extremamente elogiosas nos Estados Unidos<sup>236</sup>. Esse trabalho, iniciado em 1933, perdurou durante toda a Segunda Guerra e ajudou a salvar milhares de crianças e adolescentes das mãos dos nazistas. Em janeiro de 1944, o *Christian Science Monitor* elogia a Hadassah por ter salvo dez mil crianças desde 1933<sup>237</sup>.

Pode-se argumentar que era compreensível que os sionistas, comprometidos com o projeto de Estado, derramassem generosamente dinheiro para montar a estrutura da futura comunidade política. Contudo, algo importante a assinalar, grupos judeus norte-americanos contrários à criação de um Estado judaico também levantavam fundos para assentar judeus refugiados na Palestina. O B'nai Bith, grupo criado no século XIX, manifestava-se oposto ao sionismo político na década de 1930, mas a noção da Palestina como refúgio era defendida calorosamente pelos seus membros. E não só em palavras. O grupo fez diversas doações em

<sup>232</sup> Palestine settlers cost \$3,717,000 here: five years of colonizing German Jews summarized in fund plea. *The New York Times*, 19 de junho de 1938.

<sup>233</sup> Hadassah raises \$610,000: women's fund for Palestine sets 25-year record. *The New York Times*, 5 de junho de 1938; Hadassah gets \$101,300: report on fund drive made at New York chapter meeting. *The New York Times*, 16 de abril de 1940.

<sup>234</sup> A pioneer at 80. *The New York Times*, 21 de dezembro de 1940, Editorial.

<sup>235</sup> Hadassah asks U.S. to aid Palestine: women Zionists act on appeal for help in meeting refugee health problems. *The New York Times*, 27 de outubro de 1939; Aids Palestine Hospital. *The New York Times*, 23 de maio de 1940; 12,000 in Palestine need medical aid. *The New York Times*, 29 de novembro de 1944, p. 18.

<sup>236</sup> \$25,175 to aid refugees: gifts will provide for transfer of 70 children to Palestine. *The New York Times*, 14 de maio de 1938; Palestine aid set for Reich children: Jewish council announces a system of adoption to let in 5,000 young refugees. *The New York Times*, 21 de novembro de 1938, p. 5; To aid child refugees: Hadassah to open campaign for rehabilitation of 6,000. *The New York Times*, 23 de janeiro de 1943; Refugee children found to need aid. *The New York Times*, 9 de fevereiro de 1943.

<sup>237</sup> MYERS, Alice. Youth Aliyah reports saving 10,000 children women's activities. *The Christian Science Monitor*, 5 de janeiro de 1944, p. 5.

dinheiro, como em outubro de 1936, quando doou cem mil dólares para a criação de uma nova colônia para assentar refugiados da Alemanha. Nessa ocasião, o presidente de organização, Alfred Cohen Nachlah, anunciou que esse montante ajudaria na “construção judaica na Palestina”, que iria permitir a elevação da “capacidade de absorção do país como um santuário para os judeus refugiados”<sup>238</sup>. O grupo também fez uma doação em 1940 para salvar crianças judias fugindo do Reich<sup>239</sup>.

E, de fato, a Palestina assistiu a um aumento exponencial de judeus durante a década de 1930. Estima-se que cerca de 217 mil judeus entraram na Palestina entre 1932 e 1938 (MASSOULIÉ, 1996, p. 64). Foragidos principalmente da Alemanha e da Polônia, a grande maioria não era seguidora fiel do ideal sionista. Muitos eram profissionais liberais de classe média que estavam perdendo todos os direitos e perceberam que medidas governamentais cada vez piores estavam por vir. Muitos somente emigraram ao perceber que Hitler não era um fenômeno passageiro e que a Alemanha nazista possuía um propósito muito mais abrangente do que separar judeus e não-judeus. Os judeus alemães viram como única saída a emigração. E diante das restrições à imigração em vários países do mundo, a Palestina, para muitos, não era o “lar nacional judaico”, mas a última chance de sobrevivência.

Isso causava preocupação entre os sionistas políticos. O jornal judeu palestino *Jewish Frontier* denunciava na década de 1930 que muitos dos judeus que chegavam à Palestina fugindo do nazismo não estavam verdadeiramente comprometidos com o sionismo. O periódico denunciava que muitos profissionais liberais e homens de negócios só queriam reproduzir os modos de vida que mantinham na Europa e não queriam trabalhar a terra e, assim, contribuir para a “reconstrução da Palestina” (BERMAN, 1990, p. 24).

A Palestina, assim, para aqueles que fugiam desesperadamente de Hitler, não era o lugar de renascimento do povo judeu, não era a “pátria histórica” propagada por Herzl. Era um dos últimos portos abertos à sua entrada e, portanto, para sua salvação. Era, enfim, seu *refúgio*<sup>240</sup>.

<sup>238</sup> B'nai B'rith gives \$100,00 to Palestine. *The New York Times*, 22 de outubro de 1936.

<sup>239</sup> Refugee children aided by B'nai B'rith: order votes \$2,500 more for transfer to Palestine. *The New York Times*, 6 de fevereiro de 1940.

<sup>240</sup> Jew's position in Germany: refugees foil Palestine ban. *The Christian Science Monitor*, 19 de julho de 1939, p. 7.

### 3.2 Ações para salvar os judeus

Segmentos importantes da sociedade norte-americana se engajaram na busca de uma solução para o problema judeu. Diversas manifestações e organização de comitês, grupos de trabalho e de levantamento de fundos foram criados. Os sionistas fundavam diversas organizações ou revigoravam as existentes. Judeus não-sionistas também levantavam dinheiro para assentamento judeu na Palestina, porém não com o objetivo de construir um Estado.

No entanto, não só judeus estavam engajados nesses empreendimentos. Muito importante para auxílio aos judeus perseguidos foi a atuação dos cristãos norte-americanos, de todas as denominações. Os grupos e organizações afirmavam que os cristãos tinham o dever de ajudar aqueles que necessitavam de ajuda. Era um gesto caridoso estender a mão para quem sofria.

Em 1939, o grupo intitulado *American Friends Service Committee*, formado por Quakers, defendeu uma ação internacional para resgatar os judeus da Alemanha e levá-los a campos de refugiados onde pudessem ser alimentados e receber cuidados<sup>241</sup>. Além disso, em 1939, 4 igrejas do Sul do país doaram contribuições para a Hadassah. O secretário da Associação Ministerial das Igrejas do Kentucky dizia que os cristãos de sua comunidade “sentiam profundamente a lamentável situação dos judeus da Europa e que queriam ajudar”<sup>242</sup>. Além disso, cristãos – católicos e protestantes – se juntaram aos judeus em março de 1940 em uma campanha para levantar fundos entre seus membros para o resgate dos judeus europeus<sup>243</sup>.

É importante ressaltar que muitos cristãos possuíam uma fé messiânica que os fazia ver uma aura divina no projeto estatal sionista. Tratava-se de uma crença que previa que Jesus Cristo voltaria após a reunião dos judeus na “Terra Santa”. No século XIX, houve efetivamente casos de manifestações públicas e ativas de líderes protestantes que advogavam o “retorno” dos judeus a “Sião”. Em 1891, o Pastor Presbiteriano William Blackstone encaminhou um documento ao Presidente Benjamim Harrison (1889-1893), contando com a assinatura de 413 cristãos “respeitáveis”, solicitando que o governo norte-americano trabalhasse com o objetivo de obter a Palestina para os judeus (CHRISTISON, 1999, p. 23-4).

Porém, nas décadas de 1930 e 1940, diante da perseguição implacável de Hitler, percebe-se que a mobilização cristã se fazia sobre fundamentos práticos baseados nas boas

<sup>241</sup> International: rescue. *Time Magazine*, 16 de janeiro de 1939.

<sup>242</sup> Southern Churches aid Jews. *The New York Times*, 12 de fevereiro de 1939.

<sup>243</sup> Interfaith plea asks united refugee aid. *The New York Times*, 10 de março de 1940.

obras e não em premissas teológicas. E, assim, o argumento dos líderes cristãos para mobilizar os adeptos não era a volta do Messias, mas a atitude de compaixão cristã.

Em maio de 1937, houve uma grande mobilização de cristãos para ajudar os judeus perseguidos na Europa. Cento e trinta igrejas solicitaram auxílio aos seus adeptos para enviar recursos financeiros ao *United Palestine Appeal* com o objetivo de assentar na Palestina a maior quantidade possível de judeus alemães, poloneses e de outras nacionalidades. A declaração de convocação diz: “uma responsabilidade paira sobre o Cristianismo, dar assistência às vítimas de intolerância”. A declaração insta os cristãos a mobilizarem recursos para ajudar aqueles “que sofrem por perseguições”. E conclama a todos os norte-americanos a ajudarem, “independentemente de raça ou crença”<sup>244</sup>.

A *Pro-Palestine Federation*, uma organização cristã pró-sionista, reuniu-se em convenção em dezembro de 1936, na qual compareceram mais de 200 pessoas de várias denominações, para discutir o “problema judeu”. A resolução adotada dizia:

Nós acreditamos que o problema dos judeus deve ser um problema do mundo civilizado e nós conclamamos nossos irmãos cristãos em todos os lugares para nos ajudar na tarefa de pôr fim à perseguição e à terrível injustiça contra os judeus, [perseguição] que contraria o que há de mais central nos ensinamentos do fundador da nossa fé<sup>245</sup>.

Assim, os cristãos deveriam ajudar os judeus não para acelerar a segunda vinda de Cristo, mas para serem imitadores de Cristo.

Não só líderes religiosos adotavam essa postura. A ênfase nas boas obras e na obrigação de ajudar os oprimidos também encontrava respaldo nos políticos (de ambos os partidos) e outras figuras públicas. Inúmeros congressistas, governadores, prefeitos, líderes sindicais e de associações diversas manifestavam-se publicamente, enfatizando a necessidade de fazer algo pelos refugiados. Em outubro de 1938, 245 Congressistas e 30 governadores enviaram uma petição ao presidente para que usasse seus bons ofícios para pressionar a Grã-Bretanha para que as “portas da Palestina” fossem “mantidas abertas para os refugiados judeus”, que estavam expostos a uma “cruel opressão” na Europa<sup>246</sup>.

Na verdade, começou a surgir a percepção entre diversos grupos sociais de que o problema dos judeus não era apenas um problema judaico, mas dizia respeito à humanidade, independente de crença<sup>247</sup>.

<sup>244</sup> Christians sign plea for Jewish refugees. *The New York Times*, 7 de maio de 1937, p. 6.

<sup>245</sup> Britain criticized on Palestine issue. *The New York Times*, 16 de dezembro de 1936.

<sup>246</sup> President is urged to support Palestine. *The Christian Science Monitor*, 1º de novembro de 1938, p. 4.

<sup>247</sup> Fate of Jews declared of concern to all peoples. *The Christian Science Monitor*, 27 de outubro de 1943, p. 3.

Assim, como problema global, emergiu a percepção de que se tratava de algo que estava sob responsabilidade de todos os líderes mundiais. Deveria haver, portanto, um esforço internacional para encontrar meios de encontrar refúgios para os judeus.

E tais tentativas foram feitas em algumas ocasiões. A primeira delas foi a Conferência de Evian, na França. Esta Conferência foi convocada por Franklin Roosevelt com vistas a solucionar a crise dos refugiados que se agravava após a anexação da Áustria por Hitler. Foram convidados diversos países, principalmente a Grã-Bretanha e a França, mas também países de outras partes do mundo, como América Latina. Delegados de 32 países se reuniram entre 6 e 15 de julho de 1938, com o objetivo específico de encontrar locais disponíveis para os refugiados alemães e austríacos. Foi criado no âmbito da Conferência o “Comitê Intergovernamental sobre Refugiados”.

Contudo, os resultados da Conferência foram pífios. Aos olhos dos grupos norte-americanos que discutiam o problema dos refugiados nada se resolveu, pois nenhuma ação concreta foi prevista e efetivada.

Na edição de 8 de agosto de 1938, a revista *Life*<sup>248</sup> apresentou uma reportagem sobre a Conferência de Evian. A revista dizia: “reuniões diplomáticas são notáveis por sua desumana superioridade à realidade e a Conferência de Evian não foi exceção”. A matéria criticava o representante britânico na Conferência, Earl of Winterton, por sua “hipócrita divagação” sobre o problema dos refugiados. Na legenda da foto, a revista o classifica de “amigo dos árabes”. Na página seguinte, 5 fotografias mostram a situação dos “desesperados refugiados austríacos”, judeus que entraram ilegalmente na Tchecoslováquia, com destaque para a foto em que cerca de 50 crianças estão brincando. A legenda diz com ironia que foi dito a elas para serem “temporariamente felizes”, uma crítica à sua estada no país, que devia ser somente temporária.

A revista *Time* também criticou a conferência, afirmando que depois de muito idealismo, não houve nenhuma sugestão prática. A matéria diz que “todas as nações presentes expressaram simpatia pelos refugiados, mas poucos se ofereceram para permiti-los no interior de suas fronteiras”<sup>249</sup>. Voltou a criticar em 8 de agosto, dizendo que apesar do idealismo, “nenhuma nação está disposta a receber os empobrecidos judeus”<sup>250</sup>. Já o jornalista T. J.

---

<sup>248</sup> Cool diplomats in Alpine hotel ponder world refugee problem. *Life Magazine*, 8 de agosto de 1938, p. 22-23.

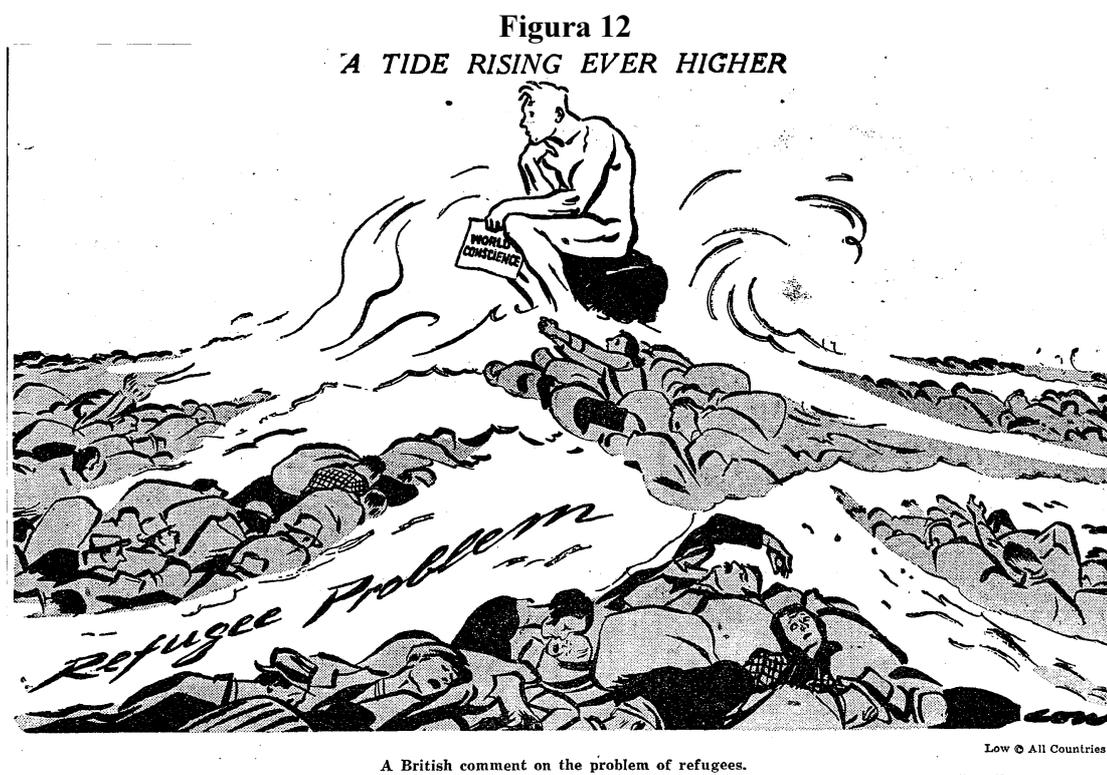
<sup>249</sup> Refugees. *Time Magazine*, 18 de julho de 1938.

<sup>250</sup> Refugees, Inc. *Time Magazine*, 8 de agosto de 1938.

Hamilton, escrevendo no *New York Times*, expressava pessimismo, afirmando que as medidas previstas pela Conferência “não conseguiriam nada no curto prazo”<sup>251</sup>.

Em todas essas manifestações públicas, sobressaía a crítica aos governos ocidentais, as “democracias”, que não agiam para impedir que os atos de violência contra judeus continuassem acontecendo e que eram incapazes de encontrar qualquer solução exequível.

O principal alvo das críticas era a Grã-Bretanha. Vemos essa crítica assumir uma representação gráfica na charge abaixo do *New York Times* (figura 12), em que vemos a “consciência mundial”, parada, sentada, pensando (como a escultura *O Pensador*, de Auguste Rodin), enquanto a “maré” do “problema dos refugiados” se eleva. Ou seja, enquanto o mundo divaga, os judeus estão sofrendo.



*The New York Times*, 20 de novembro de 1938.

Diante da percepção da situação precária dos judeus e da inércia das democracias, emergiram defensores da ideia de que os Estados Unidos deveriam agir a respeito. Diversos segmentos sociais, fundamentados na noção de que a América era o lugar da liberdade e que tinha uma tradição de ajuda a quem estava sendo perseguido, pressionavam o governo a agir. O General Hugh Johnson, ex-chefe da NRA – *National Recovery Act* – afirmou que era uma

<sup>251</sup> President to meet Evian executives to help refugees. *The New York Times*, 20 de julho de 1939, p. 1.

“tradição americana” ajudar os “oprimidos e desabrigados”, onde quer que eles estivessem, “independente de raça ou credo”<sup>252</sup>. E em setembro de 1940, o grupo *American Friends of Jewish Palestine* enviou uma carta ao Congresso para que pedisse ao Departamento de Estado que interviesse na situação dos 500 judeus paralisados na Romênia. A carta apelava para que os diplomatas agissem com urgência, pois era “tradicional para os Estados Unidos correrem em ajuda dos sofrendores desafortunados ao redor do mundo”<sup>253</sup>.

A questão dos refugiados judeus, portanto, era percebida por alguns setores como um problema americano, por conta de suas implicações humanitárias e pela valorização de um ideal moral de atuação internacional.

Contudo, não havia consenso sobre a atuação efetiva dos Estados Unidos. Quando, na década de 1930, discutiu-se a forma mais correta de lidar com o problema dos judeus que fugiam da Alemanha e das áreas ocupadas pelos nazistas, houve um acalorado debate. Para uns, o governo norte-americano deveria abrir as suas fronteiras e receber os refugiados judeus, alterando as leis de imigração aprovadas na década de 1920; para outros, deveria liderar um esforço internacional para encontrar “refúgios” onde quer que fossem encontrados; outros defendiam que a Palestina fosse aberta aos refugiados; e, finalmente, os mais ardorosos defensores do sionismo político, defendiam a criação de um Estado judeu com liberdade de formular suas próprias leis de imigração.

Assim, a questão dos refugiados gerou respostas diferenciadas na sociedade norte-americana. A preocupação com as condições dos judeus na Europa era compartilhada por vários segmentos sociais, pois a tradição liberal e a tradição filantrópica estimularam reações fortes contra o nazismo. No entanto, o que deveria ser feito efetivamente gerava controvérsias.

Até o fim da Segunda Grande Guerra, a resposta mais disseminada referia-se à questão como um problema humanitário. Tal percepção era contrária aos desígnios do sionismo político. Para os representantes dessa tendência, a questão não era humanitária, mas política e jurídica. Para os sionistas políticos, os judeus tinham o *direito* de entrar na Palestina, nos termos da Declaração Balfour e do Mandato da Palestina, conferido pela Liga das Nações. A Palestina, para eles, não era um refúgio, mas a “*pátria judaica*”.

Nahum Goldmann, falando na convenção da Hadassah, em Cincinnati, em 1940, lamentou dizendo: “a pior coisa que Hitler fez aos judeus, do ponto de vista da dignidade

---

<sup>252</sup> Lehman appeals for help to Jews. *The New York Times*, 6 de maio de 1940, p. 9.

<sup>253</sup> Asks aid for refugees: New York group acts for 500 Jews detained on Danube. *The New York Times*, 29 de setembro de 1940.

judaica e da posição dos judeus enquanto um povo dentre povos, é que ele rebaixou o problema judaico, aos olhos de milhões de gentios e de milhões de judeus, ao nível de um problema filantrópico.” E continuou lamentando, dizendo que os judeus estavam sendo vistos pelo mundo como “mendigos e refugiados”<sup>254</sup>. Em novembro de 1940, a presidente da Hadassah, Mrs. De Sola Pool, disse que o trabalho sionista “criou mais do que apenas um local de refúgio para centenas de milhares de refugiados”; o trabalho da Hadassah era “um parte indispensável de um esforço em escala mundial para criar uma pátria judaica baseada na justiça e desenvolvida com boa-vontade”<sup>255</sup>.

Contrariamente a essa posição, muitos enxergavam que, sob o ponto de vista humanitário, a entrada de judeus na Palestina seria apenas parte da resolução do problema, não sendo visto como solução definitiva para a precária situação dos judeus na Europa.

Percebe-se nitidamente que há um descompasso entre as ênfases dos líderes sionistas políticos e dos defensores de uma ação humanitária quanto aos judeus perseguidos. Muitos autores afirmam que a propaganda sionista foi que fez emergir a solidariedade aos judeus que eram perseguidos na Europa. Contudo, essas discussões desmentem essa tese.

O *Christian Science Monitor* demonstra essa divergência de avaliações:

De um ponto de vista objetivo e não-sentimental, as dificuldades dos judeus na Europa parecem uma questão de maior importância do que seu status na Terra Santa. Milhões de judeus (há apenas 400.000 na Palestina) agora precisam desesperadamente de um refúgio contra a perseguição política e a discriminação. [...] Este pequeno país [Palestina] não pode sustentar mais do que uma pequena fração dos judeus perseguidos atualmente<sup>256</sup>.

Da mesma forma, R. H. Markham diz que a Palestina não poderia receber todos os judeus refugiados. Apesar das condições “deploráveis” nas quais se encontravam os refugiados, o autor diz: a “Palestina não pode salvá-los”, “não pode ser o lar para todos os judeus”<sup>257</sup>. Assim, a resolução do problema dos refugiados passava pela Palestina, mas a Palestina por si só não seria a solução para o problema dos judeus europeus.

Tal entendimento era combatido não só por líderes do sionismo político, mas por congressistas e associações cristãs pró-sionistas. O Senador William H. King (Democrata, Utah) afirmou em 28 de outubro de 1939 que a Palestina era “o local lógico de assentamento”

<sup>254</sup> Hadassah fights for Britain: Dr. Goldman says they now are viewed as problem of philanthropy. *The New York Times*, 31 de outubro de 1940, p. 10.

<sup>255</sup> Hadassah fights for Britain: adopts a resolution stating Palestine’s ‘natural right’ to oppose ‘common enemy’. *The New York Times*, 4 de novembro de 1940, p. 6.

<sup>256</sup> Palestine, and beyond. *The Christian Science Monitor*, 21 de outubro de 1938, p. 20.

<sup>257</sup> MARKHAM, R. H. Zion shall be lifted. *The Christian Science Monitor*, 12 de dezembro de 1939, p. 4.

para os judeus refugiados<sup>258</sup>. Já a *Pro-Palestine Federation* afirmava sobre os refugiados judeus: “seu lugar natural de refúgio é a Palestina”<sup>259</sup>.

A preocupação dos sionistas políticos tinha razão de ser. Lançar o foco na questão como problema humanitário abria a possibilidade do surgimento de projetos para enviar os refugiados para outros lugares que não a Palestina.

E de fato tais projetos existiam. Em 1937, o governo francês aventou a possibilidade de criar assentamentos judaicos em Madagascar, na Nova Caledônia ou na Guiana Francesa<sup>260</sup>. E em 1938, a Grã-Bretanha sugeriu a criação de refúgios para judeus na Guiana Inglesa ou em Tanganyka, região no Leste da África.

Porém, tais projetos eram vistos com desconfiança. O *Christian Science Monitor* analisou a proposta britânica de enviar os judeus para a Guiana de forma pessimista, já que se tratava de uma terra esparsamente povoada e cultivada<sup>261</sup>. Já o *New York Times* foi mais sombrio:

Os refugiados judeus alemães, se eles quiserem se assentar na Guiana Britânica e no Território de Tanganyka, irão enfrentar o problema da existência em locais de selva – ricas em recursos, mas esparsamente habitadas por brancos, clima equatorial, com escassas comunicações e quase nenhum assentamento urbano. Ambos os países, de acordo com análises mais ou menos acuradas, têm muita riqueza natural [e são] desenvolvidos apenas em parte. Ambos clamam por pioneirismo, que, até agora, fracassou em atrair europeus. Tanto Tanganyka quanto a Guiana Britânica são terras de animas selvagens, cobras venenosas e insetos letais. A Guiana Britânica tem em sua fauna a asfixiante cobra anaconda, a surucucu e o caimão. A fauna de Tanganyka é um dos grandes centros de caça de animais de grande porte, que inclui o leão, o leopardo, o hipopótamo e o rinoceronte. A mortal mosca tsetse também é encontrada lá<sup>262</sup>.

Assim, tais lugares eram vistos como inóspitos, não-desenvolvidos, perigosos e, portanto, inadequados para receberem os refugiados judeus. Embora fossem aventados outros refúgios além da Palestina, como os Estados Unidos e países da Europa Ocidental, nem todos os lugares do mundo estavam aptos a receber grandes levas de imigrantes europeus, como podemos perceber na figura 13.

<sup>258</sup> Senator King praises work in Palestine. *The New York Times*, 28 de outubro de 1939.

<sup>259</sup> Britain criticized on Palestine issue. *The New York Times*, 16 de dezembro de 1936.

<sup>260</sup> French study haven for Jewish refugees. *The New York Times*, 20 de janeiro de 1937, p. 11.

<sup>261</sup> ‘Jewish State’ proposed for Guiana Area. *The Christian Science Monitor*, 21 de novembro de 1938, capa e página 4.

<sup>262</sup> Proposed havens rich in resources. *The New York Times*, 22 de novembro de 1938, p. 8.

Figura 13



*The New York Times*, 23 de julho de 1939.

Percebe-se que a imagem quer apresentar aos leitores que a Grã-Bretanha estava oferecendo aos refugiados judeus um lugar inóspito. Irônica, a mensagem visual apresenta uma espécie de propaganda enganosa: no fim do arco-íris não há ouro, mas um território não-desenvolvido, inadequado para receber esta família de refugiados.

Nesse sentido, a Palestina voltou a figurar no centro das análises. Ao contrário das colônias britânicas na África e na América do Sul, a Palestina já continha assentamentos agrícolas judeus, que poderiam alimentar essas pessoas, e grandes cidades, como Tel Aviv e Haifa, capazes de absorver maiores quantidades de recém-chegados.

Mas a Palestina não poderia suportar toda a carga por receber os refugiados judeus. Em editorial<sup>263</sup> de 16 de novembro de 1938, o *New York Times* diz que a Palestina não poderia receber um grande número de refugiados judeus. Os editores do *New York Times* concluíam que “a Palestina não é a resposta”, pois poderia abrigar somente um pequeno número de judeus. Segundo o editorial, a solução seria obtida “com a criação, em algum lugar do mundo, e sob as mais favoráveis condições que possam ser disponibilizadas, de um estado com as portas amplamente abertas para os refugiados de todas as nações”.

<sup>263</sup> Refugees. *The New York Times*, 16 de novembro de 1938, Editorial.

No entanto, diante das circunstâncias, enquanto tais colônias não fossem estabelecidas, a Palestina se apresentava, para a maioria, como um local plenamente adequado para receber os refugiados judeus.

Porém, ao aproximar-se o final de 1938, um horizonte sombrio se apresentou aos judeus que tentavam fugir da Europa e chegar à Palestina. Em outubro, vieram a público as primeiras informações de uma nova política da Grã-Bretanha para a Palestina.

Em face da Grande Revolta Árabe e diante da proximidade da Segunda Guerra, a Grã-Bretanha teve de reavaliar sua relação com o sionismo e com os árabes. Cientes de que uma parte importante da causa da revolta árabe era o aumento da imigração judaica, os britânicos elaboraram uma nova diretriz para a entrada de judeus na Palestina.

### 3.3 O White Paper

Em 1939, o governo britânico emitiu o documento que ficou conhecido como White Paper. Traduzido para o português convencionalmente como “Livro Branco”, o White Paper limitava a imigração de judeus para a Palestina ao número de 75 mil ao ano, até 1944, quando então a proporção de judeus deveria ser de  $\frac{1}{3}$  dos árabes. A partir dessa proporção, a imigração judaica seria condicionada à aprovação dos árabes. Além disso, o documento proibia a compra de terras por judeus, o que atendia a uma das mais veementes demandas dos líderes políticos árabes.

Quando algumas propostas britânicas que resultariam no White Paper começaram a ser conhecidas em outubro de 1938, as críticas a esse plano não tardaram<sup>264</sup>. A União dos Homens Católicos pedia a Roosevelt que usasse sua influência para ajudar os judeus que eram perseguidos na Europa. A organização manifestava “preocupação [com] as condições que ameaçam a maior parte do povo judeu, se até mesmo o único refúgio garantido a eles não puder mais abrigá-los”<sup>265</sup>.

Em editorial, o *New York Times* criticou a Grã-Bretanha por desejar reduzir a cota de imigração judaica para a Palestina, a “única e estreita porta deixada aberta para o colono judeu”. O editorial diz que “seria calamitoso se os rumores forem verdade, que com o objetivo de satisfazer os nacionalistas árabes o Governo Britânico contemplates a proposta de paralisar

---

<sup>264</sup> Protest Palestine ban: 3,000 at meeting oppose barring of Jewish immigrants. *The New York Times*, 24 de outubro de 1938; Plans to aid war victims: group here seeks means to send refugees to Palestine. *The New York Times*, 12 de junho de 1940.

<sup>265</sup> Catholics appeal for Palestine aid. *The New York Times*, 20 de outubro de 1938, p. 8.

ou mesmo restringir drasticamente a imigração judaica”. O editorial diz que “Sião” havia deixado de ser simplesmente a pátria judaica [*Jewish Homeland*] e se tornado o refúgio [*haven*] para judeus da Alemanha, uma lógica invertida à dos sionistas políticos. O texto diz ainda que se a Grã-Bretanha adotasse essa postura, essa medida iria contra “não só à humanidade, mas à justiça, à razão e ao senso comum”<sup>266</sup>.

Nesse sentido, diante da grave situação dos judeus, que precisavam de um lugar de refúgio, a rejeição dos árabes à elevação da imigração judaica parecia egoísmo e desumanidade. Eles negavam abrigo a pessoas que eram ameaçadas de morte. Por outro lado, o White Paper passava a ser visto como “apaziguamento” dos nacionalistas árabes, similar ao apaziguamento de Hitler em Munique.

Em maio de 1939, quando o White Paper foi posto em vigor, houve diversas e veementes manifestações contrárias à nova política britânica. A *Pro-Palestine Federation* enviou um telegrama para Roosevelt pedindo para que os Estados Unidos intervissem na questão<sup>267</sup>. A correspondência foi assinada por Charles Edward Russell, que dizia que “esse calamitoso ato do Governo Britânico vem quando a simples sobrevivência e existência de milhões de judeus na Europa estão em risco”. Contestando os argumentos dos árabes, Russel diz que “a Palestina não é uma questão de vida ou morte para os árabes como é para os judeus”.

Além disso, 51 clérigos cristãos, protestantes e católicos, manifestaram-se contra o White Paper, afirmando que “estancar a imigração judaica, quando incontáveis milhões de exilados, judeus sem lar [*homeless Jews*] buscam refúgio é um ato de crueldade sem paralelo”<sup>268</sup>. Já os líderes trabalhistas William Green, presidente da *American Federation of Labor*, e John Lewis, presidente do *Congress of Industrial Organizations*, emitiram uma declaração pedindo à Grã-Bretanha que mantivesse as promessas da Declaração Balfour, “no momento mais trágico na história do povo judeu”<sup>269</sup>.

John Gunther, na revista *Life*, dizia que a aplicação do White Paper naquele momento era “peculiarmente desafortunado, porque hoje o problema judeu tem ultrapassado tudo que

<sup>266</sup> The Palestine Mandate. *The New York Times*, 13 de outubro de 1938, Editorial.

<sup>267</sup> *Apud* Pro-Palestine group in plea to Roosevelt: President asked to intervene against White Paper policy. *The New York Times*, 18 de maio de 1939.

<sup>268</sup> Palestine protest sent by U.S. clergy. *The New York Times*, 21 de maio de 1938, p. 2.

<sup>269</sup> Labor chiefs unite in Palestine plea. *The New York Times*, 20 de maio de 1939, p. 2.

foi visto até agora”<sup>270</sup>. Já o *Christian Science Monitor* afirmava que “nunca antes a raça judaica precisou tão desesperadamente de um país”<sup>271</sup>.

O White Paper era classificado como algo desumano e imoral. E pareceu mais ultrajante diante da Segunda Grande Guerra. A partir do início dos confrontos armados na Europa, os ataques a judeus se tornaram mais contundentes e mais letais. Depois de atacar os judeus na Alemanha, Hitler direcionou os massacres contra os judeus das áreas ocupadas pelos exércitos nazistas, na Áustria, na Tchecoslováquia e, principalmente, na Polônia, país com o maior número de judeus na Europa. E à medida que a guerra ia se espalhando para o Leste Europeu, o fluxo de judeus que buscavam abrigo em outros países aumentou consideravelmente. Com isso, a defesa de uma ação norte-americana tornou-se mais forte.

Em março de 1940, a *Pro-Palestine Federation*, um grupo favorável ao sionismo político, enviou uma petição ao Presidente Roosevelt falando sobre o White Paper: “este calamitoso decreto chega em um período em que judeus na Europa Central e Oriental devem emigrar ou perecer”. O pedido foi feito para o presidente interceder junto à Grã-Bretanha “em nome da justiça e da humanidade”<sup>272</sup>.

Porém, não eram somente organizações favoráveis à criação de um Estado judeu na Palestina que advogavam ações para aliviar o sofrimento dos judeus europeus. Muitos grupos contrários à criação de um Estado judeu pediam pelos refugiados argumentando razões humanitárias. O Conselho Federal das Igrejas de Cristo na América, uma organização contrária ao sionismo político, instou Roosevelt a solicitar que o governo da Grã-Bretanha permitisse a entrada de judeus refugiados na Palestina. A declaração de Samuel McCrea, secretário-geral da organização, diz que o fundamento de seu pedido era a “preocupação cristã por um povo que está lutando contra a adversidade e a perseguição e merece nossa compaixão e ajuda”. E pedia ao presidente para “encorajar” o Governo britânico “a agir com justiça e prudência na presente situação”, para que “a imigração na Palestina possa ser baseada na capacidade do país para absorção econômica e que a porta da esperança possa não ser fechada aos refugiados judeus”<sup>273</sup>.

A Palestina, assim, era parte indissociável da discussão sobre as ações necessárias para a salvação dos judeus perseguidos. No entanto, a carta de Samuel McCrea chama a atenção

---

<sup>270</sup> GUNTHER, John. Chaim Weizmann: Zionist leader. *Life Magazine*, 12 de junho de 1939, p. 59.

<sup>271</sup> Deadlock on Palestine. *The Christian Science Monitor*, 2 de março de 1939, p. 20.

<sup>272</sup> Plea to President. *The Christian Science Monitor*, 5 de março de 1940, p. 5.

<sup>273</sup> McCREA, Samuel. Carta ao jornal *The New York Times*, publicada em 23 de outubro de 1938.

por um aspecto. Ele menciona a capacidade de absorção da Palestina para receber um grande contingente de refugiados.

A Palestina, considerada pequena e subdesenvolvida, era vista por muitos como incapaz de receber grande quantidade de recém-chegados. Porém, os defensores da ida dos judeus para a Palestina articulavam o problema dos refugiados ao trabalho sionista de “reconstrução” e fundamentando suas demandas em declarações de autoridades britânicas anteriores. Em 1922, o então Secretário Britânico para as Colônias, Wiston Churchill, afirmara que a imigração judaica na Palestina deveria ser condicionada à capacidade de absorção do território. O número de judeus que poderiam entrar na Palestina seria calculado segundo a disponibilidade de recursos para sustentar tal aumento populacional.

Havia muitos intelectuais pessimistas quanto às condições da Palestina em receber um grande número de imigrantes. Contudo, os defensores da ida dos refugiados para a Palestina afirmavam que com o trabalho sionista isto seria possível. Assim, a “reconstrução” e o desenvolvimento econômico que os sionistas levavam para a Palestina garantiam que um maior número de refugiados pudesse se estabelecer no país. Todas as avaliações sobre o “progresso sionista” tornavam possível defender a imigração em larga escala de judeus refugiados, sem que a terra fosse esgotada em seus recursos. Portanto, somente com a percepção de que os sionistas recuperavam uma terra que estava abandonada, foi possível advogar a entrada de centenas de milhares de refugiados judeus saídos da Europa.

O então Governador de Nova York Herbert Lehman disse em janeiro de 1940 que o “desenvolvimento social e econômico” que os judeus produziam na Palestina possibilitava o assentamento maciço de refugiados na Palestina<sup>274</sup>. E Solomon Goldman, co-diretor do *United Palestine Appeal*, desejando afastar qualquer projeto de envio de refugiados para a África ou América do Sul, dizia em abril de 1938: “a Palestina é o único país que pode receber a imigração em massa de judeus”<sup>275</sup>. Da mesma forma, poucos anos depois, 46 educadores norte-americanos, ao solicitarem o relaxamento do White Paper, e enfatizando a importância da Palestina como refúgio, diziam em sua declaração: “os judeus têm demonstrado sua habilidade para restaurar a produtividade da Terra Santa e têm feito [da Palestina] um lar adequado para todos aqueles que desejem habitá-la”<sup>276</sup>.

---

<sup>274</sup> Palestine called Polish Jew's hope. *The New York Times*, 7 de janeiro de 1940, p. 47.

<sup>275</sup> Urge 5-year plan to aid refugees. *The New York Times*, 25 de abril de 1938, p. 3.

<sup>276</sup> Assinaram a declaração importantes educadores, dentre eles Howard L. Bevis, Presidente da Ohio State University, Julian A. Burruss, presidente do Virginia Polytechnic Institute, Dr. Harry Woodburn Chase, chanceler da Universidade de Nova York, Dr. Ray Lyman Wilbur, presidente da Universidade de Stanford,

E tal avaliação era embasada em estudos. Em de janeiro de 1937, o *United Palestine Appeal* tornou público um “estudo econômico”, elaborado pelo comitê de segurança social da Organização Internacional do Trabalho, que dizia que com avanços econômicos, mais judeus poderiam entrar na Palestina. A conclusão do relatório diz que diante dos progressos feitos com a colonização judaica, as perspectivas eram promissoras<sup>277</sup>.

Porém, o governo da Grã-Bretanha recusava-se a permitir a elevação da entrada de refugiados judeus e não se pautava pelo critério de capacidade de absorção, mas por critérios políticos, o que por sua vez, era contundentemente criticado como “política imperialista” e “apaziguamento”. Vemos novamente uma dicotomia entre economia e política. Os sionistas desenvolviam a Palestina e os refugiados judeus precisavam de um refúgio, mas a política do poder praticada pelos britânicos impedia a imigração.

Tal postura era vista como mais infame por conta da precária situação dos judeus. Com frequência, à medida que a situação dos judeus europeus piorava drasticamente diante ao avanço nazista, vinham a público episódios dramáticos em que refugiados judeus tentavam desesperadamente chegar à Palestina. Embarcações inadequadas para navegar, lotadas de refugiados, sem condições sanitárias e alimentares eram apresentadas quase diariamente na imprensa norte-americana. E tais relatos vinham acompanhados de expressões de que algo deveria ser feito para atenuar esse sofrimento<sup>278</sup>.

Em todas essas manifestações, os autores defendem a entrada de refugiados na Palestina, como obrigação da Grã-Bretanha em fazer algo digno de uma ação “humana”, “civilizada”, “moral”. A contrariedade baseava-se na argumentação de que o governo britânico estava impedindo que os judeus, mesmo sofrendo graves perseguições, conseguissem encontrar refúgio na Palestina. E, portanto, era em parte responsável pelas mortes.

As críticas à Grã-Bretanha eram pautadas na “desumanidade” do governo, que, segundo os críticos, só se preocupava com questões imperialistas. Robert Post<sup>279</sup>, em matéria para o *New York Times*, analisa a postura britânica dizendo que “a amizade com os árabes da Palestina é mais importante para os interesses britânicos”, pela proximidade com o Canal de

dentre outros. Cf. Educators endorse Palestine as haven. *The New York Times*, 9 de novembro de 1941; Educators stress role of Palestine. *The Christian Science Monitor*, 7 de novembro de 1941, p. 9.

<sup>277</sup> Room for more Jews is seen in Palestine. *The New York Times*, 24 de janeiro de 1937.

<sup>278</sup> Refugees will go to British colony. *The New York Times*, 22 de novembro de 1940; Palestine barrier arouses protests. *The New York Times*, 23 de novembro de 1940; Refugee ship off Palestine is sunk by blast: casualties feared among 1,771 homeless. *The New York Times*, 26 de novembro de 1940, capa; GEYDE, G. E. R. 200 refugees die in wreck in gale. *The New York Times*, 14 de dezembro de 1940, p. 4.

<sup>279</sup> POST, Robert. War fear dominates Palestine discussion. *The New York Times*, 5 de março de 1939, revisão da semana, p. E5.

Suez e pela posição estratégica que garante aos seus aviões aeroportos seguros no caminho de ida e volta da Índia. Ao enfatizar isso, o autor está demonstrando explicitamente que o objetivo principal da Grã-Bretanha na Palestina era salvaguardar seus interesses, de acordo com a *realpolitik*, contra as demandas morais e humanitárias de salvamento dos judeus.

### 3.4 O choque do Holocausto

Toda a discussão em torno dos refugiados judeus tornou-se ainda mais problemática quando o Holocausto tornou-se público. O extermínio dos judeus pelos nazistas já era de conhecimento dos sionistas desde meados de 1942. O líder sionista Stephen Wise havia recebido relatórios de seus contatos na Europa sobre o processo de assassinato em massa em campos de extermínio. Wise contactou o Departamento de Estado, mas o Secretário de Estado Sumner Wells pediu-lhe para não se pronunciar sobre tais relatos até que fosse obtida confirmação do ocorrido. Assim, somente em novembro as informações foram divulgadas (BERMAN, 1990, p. 97).

No final de novembro, após a liberação da notícia, a imprensa dedicou-lhe uma grande cobertura. Com efeito, quando a campanha de extermínio nazista tornou-se de conhecimento do público norte-americano, emergiram muitas manifestações de choque e indignação.

Há autores que afirmam que a sociedade e a imprensa norte-americanas foram negligentes em relação ao Holocausto. A historiadora Laurel Leff defende a tese de que os norte-americanos foram deixados sem informações sobre o que ocorria com os judeus na Europa e que Roosevelt deliberadamente se esquivou de falar sobre o assunto, enquanto a imprensa, por sua vez, não perguntava ao presidente o que fazer a respeito.

No livro *Buried for the Times* (2005), a autora desenvolve o argumento de que o *New York Times*, o jornal mais importante do país e de propriedade de judeus, deliberadamente deixou de publicar a perseguição aos judeus na Europa na década de 1930 e quando divulgou notícias sobre o Holocausto, o fez diminuindo a extensão do extermínio praticado pelos nazistas, ao mencionar os judeus junto a outros grupos perseguidos.

Com efeito, os editores do *New York Times* seguiram as orientações do grande nome do jornal, Adolph Ochs. Ochs, um judeu descendente de imigrantes alemães, comprou o decadente jornal em 1896 e o transformou no principal jornal dos Estados Unidos. Após sua morte, em 1935, assumiu o cargo de editor seu genro Arthur Hayes Sulzberger. Desde que o jornal foi comprado por Ochs, os editores tomavam extremo cuidado para que o jornal não

fosse visto como um “jornal judeu”. O entendimento dos proprietários era que o periódico deveria ser “americano”, que apresentasse notícias de interesse geral e não fosse equiparado à imprensa judaica norte-americana. E, com efeito, conforme Leff aponta, a perseguição aos judeus era colocada em simetria com a perseguição a outros grupos.

Porém, tal atitude era devida às percepções próprias dos editores do periódico, mas do que propriamente um ato de negligência. Além de temer uma onda de antissemitismo nos Estados Unidos, os editores acreditavam em uma sociedade sem distinções entre judeus e não-judeus. Para eles, em primeiro lugar, eram americanos e, em sua vida privada, eram judeus. Ambas as percepções faziam o *New York Times* não defender tratamento diferenciado para os judeus nem nos Estados Unidos, nem na Europa. Mas não foram negligentes. Acusavam os atos antijudaicos fundamentados em uma perspectiva moral de ação política. Teriam acusado tais atos contra qualquer outro grupo humano.

Assim, não foi um ato de negligência, mas uma postura de que Hitler era inimigo da “civilização” e não somente de judeus. Essa forma de enxergar o nazismo e de entender o lugar dos judeus na sociedade norte-americana não era incomum entre os grupos judaicos de origem germânica, que negavam que os judeus constituíssem uma nação<sup>280</sup>. Diante disso, pensando o judaísmo como religião e não como nacionalidade, essa postura dos editores do *New York Times* se torna compreensível. Porém, a cobertura do jornal sobre a situação dos judeus não era pequena quanto Leff afirma.

Além disso, a autora, em seu artigo *News of the Holocaust: why FDR didn't tell and the press didn't ask* (2006), afirma que o público norte-americano ficou sem informações sobre o que ocorria aos judeus nos campos de extermínio no Leste Europeu. Nem o presidente, nem a grande imprensa informaram a população. Com efeito, Roosevelt tinha outras prioridades. Para ele, tarefa principal era derrotar o Eixo. Durante a guerra, os discursos de Roosevelt enfatizavam que era preciso vencer o Eixo primeiro, para então adotar medidas para aliviar o sofrimento humano causado pela guerra, inclusive – mas não exclusivamente – o sofrimento dos judeus.

Em diversas ocasiões, havia pedidos insistentes para que o presidente assumisse a dianteira em um esforço mundial em nome dos refugiados judeus. Mas, embora manifestasse pesar e indignação, suas ações resumiam-se às convocações de reuniões intergovernamentais (BERMAN, 1990, p. 100). Além disso, Roosevelt nunca cogitou desviar-se de seus objetivos militares na guerra por conta do extermínio dos judeus.

---

<sup>280</sup> Tal dinâmica será discutida mais profundamente no capítulo 4.

Contudo, há uma diferença nítida entre ressaltar uma política oficial em meio a uma grande guerra e as respostas da opinião pública. Ao analisarmos os jornais do período, podemos verificar que houve informação na grande imprensa e o *New York Times* assumiu uma postura de indignação em diversos episódios. Porém, foram manifestações pautadas em critérios humanos e morais de ação política. A resposta do *New York Times* não tomou a forma de uma defesa de um grupo específico, simplesmente por ser parte dele, mas foi baseada na preocupação com *seres humanos*.

As primeiras notícias no *New York Times* sobre o Holocausto foram publicadas em 25 de novembro de 1942. Em uma delas, de autoria do correspondente em Londres James MacDonald, trazia o título: “Programa de Himmler mata judeus poloneses”<sup>281</sup>. A reportagem diz que “à guisa de reassentamento no Leste, o assassinato em massa da população judaica está ocorrendo”.

No mesmo dia, o jornal apresenta outra reportagem, intitulada “detalhes chegam à Palestina”<sup>282</sup>. A reportagem diz que foram recebidas informações na Palestina sobre a “carnificina” [*slaughter*] de judeus, que eram mandados para “prédios de concreto na antiga fronteira russa”, que “estão sendo usados pelos alemães como câmaras de gás nas quais milhares de judeus foram mortos”.

Além disso, o jornal publicou uma matéria da *Associated Press* que dizia que Stephen Wise havia recebido confirmações de várias fontes sobre a “campanha de extermínio” dos judeus<sup>283</sup>.

Nos dias que se seguiram, o *New York Times* continuou a dar relevo ao massacre dos judeus. No dia 26, a reportagem cita Ignacy Szwarcbart, membro judeu do governo polonês no exílio em Londres, que mencionou os “assassinatos em massa nas câmaras de gás”, e que afirmou que “quase um terço da população judaica da Polônia – 1.000.000 de pessoas – pereceu em três anos de ocupação alemã”<sup>284</sup>. Szwarcbart conclui de forma sombria: “a Polônia é um túmulo em massa”.

O *Christian Science Monitor* falou sobre o Holocausto em editorial, cujo título era “Crimes contra a civilização”. No texto, os editores dizem que as “Nações Unidas” deveriam se mobilizar para lutar não apenas por um “povo perseguido”, mas para defender a “própria

<sup>281</sup> MacDONALD, James. Himmler program kills Polish Jews. *The New York Times*, 25 de novembro de 1942, p. 10.

<sup>282</sup> Details reaching Palestine. Wise gets confirmation. *The New York Times*, 25 de novembro de 1942, p. 10.

<sup>283</sup> Wise gets confirmation. *The New York Times*, 25 de novembro de 1942, p. 10.

<sup>284</sup> Slain Polish Jews put at a million *The New York Times*, 26 de novembro de 1942, p. 16.

civilização cristã”, pois o “antisemitismo é um ataque não apenas contra um povo, mas contra os ideais que são indispensáveis a todo o mundo ocidental”<sup>285</sup>.

Assim, a imprensa, e o *New York Times* em particular, deram relevo à cobertura do Holocausto quando se tornou público.

Além disso, porta-vozes de outros grupos sociais, além da imprensa, se manifestaram. O presidente da *American Federation of Labor*, Matthew Woll, se manifestou, “como um cristão e como um sindicalista”, dizendo que “não há palavras no léxico da raça humana para expressar o horror que esses atos provocaram”<sup>286</sup>.

No início de dezembro de 1942, o *New York Times* publicou um editorial intitulado “Os primeiros a sofrer”<sup>287</sup>, no qual dizia que “em todos os países onde os editos de Hitler estão em vigor, todo dia é dia de luto para os judeus.” O jornal se refere aos judeus como “as vítimas indefesas na sombra da morte”. O editorial manifesta profunda indignação, ao afirmar que “a mania homicida dos nazistas chegou ao ápice [...], em uma ordem de Adolf Hitler demandando o extermínio de todos os judeus nos territórios controlados pela Alemanha.” Enfatizando a extensão do extermínio, o editorial diz: “[...] acredita-se que 2 milhões de judeus europeus pereceram e que 5 milhões estão em risco de extermínio. Este é o trabalho de Adolf Hitler e sua Nova Ordem”.

A revista *Time*, em março de 1943, em uma matéria intitulada “o que pode ser feito?”, demandava que alguma ação fosse adotada pelas “democracias”. Criticando a Grã-Bretanha, afirmava: “os gritos vindos dos guetos da Europa germânica martelaram a consciência nacional britânica. Nenhum britânico, a salvo em sua ilha de segurança, pode esquecer por muito tempo que os nazistas ainda estão matando e aleijando os judeus aos milhares”<sup>288</sup>.

Na verdade, houve uma grande comoção na sociedade norte-americana. Houve grandes manifestações de rua e declarações de líderes judeus e cristãos que enfatizavam a necessidade de ajuda aos judeus que estavam sendo massacrados na Europa<sup>289</sup>.

Essa abordagem do problema desagradava os líderes sionistas, pois tirava o foco da Palestina como “lar nacional judaico”. Mesmo após o Holocausto ter se tornado público, continuava o embate entre duas visões sobre como resolver o problema dos judeus perseguidos e assassinados a mando de Adolf Hitler. A preocupação sionista era ainda mais intensa nesse período, principalmente em se tratando de declarações oficiais.

<sup>285</sup> For crimes against Civilization. *The Christian Science Monitor*, 18 de dezembro de 1942, p. 22.

<sup>286</sup> Slaughter in Poland condemned by Woll. *The New York Times*, 29 de novembro de 1942.

<sup>287</sup> The first to suffer. *The New York Times*, 2 de dezembro de 1942, Editorial.

<sup>288</sup> What can be done? *Time Magazine*, 1º de março de 1943.

<sup>289</sup> Rally at Capital asks aid for Jews. *The New York Times*, 31 de março de 1943, p. 12.

Ao tomar conhecimento do extermínio dos judeus realizado pelos nazistas, o Secretário de Estado Cordell Hull manifestou-se publicamente indignado com os “desumanos e tirânicos atos de Hitler” contra os judeus. Porém, sua avaliação da situação era contrária aos desígnios sionistas. Hull disse que “os judeus têm por muito tempo procurado um refúgio. Eu acredito que devemos ter um objetivo mais abrangente; devemos ter um mundo em que os judeus, assim como as outras raças, sejam livres para viverem em paz e com honra”. E, além disso, a meta dos Aliados deveria ser criar “não apenas um mundo futuro baseado na liberdade, na igualdade e na justiça, mas também um mundo no qual tal tragédia não ocorra novamente.”<sup>290</sup>

Essa percepção governamental da questão causou contrariedade entre os líderes sionistas. Como mencionado, para eles, um Estado na Palestina era a condição para livrar os judeus de perseguições. Aliás, em agosto de 1942, no Hotel Biltmore em Nova York, os sionistas emitiram uma declaração que advogava uma *Commonwealth*<sup>291</sup> judaica em toda a Palestina, marcando definitivamente seu projeto de Estado como a meta oficial da Organização Sionista Mundial. Coerente com essa diretriz, os sionistas apresentaram, em dezembro de 1943, uma resolução pedindo a revogação do White Paper como “passo para a criação da Commonwealth judaica na Palestina”.<sup>292</sup> Assim, afirmavam que apenas dotados da condição de Estado, os judeus estariam a salvo de um novo Holocausto.

Porém, o apelo ao aspecto humanitário era extremamente poderoso e recebia as maiores atenções. Percebendo que essa abordagem assumia proporções gigantescas diante dos novos fatos, Nahum Goldmann enunciou: “A única solução, sob o ponto de vista humanitário, é criar um futuro seguro judeu na Palestina e abrir o país à imigração judaica em larga escala”. E completava, ficando posição no sionismo político, afirmando que a única forma de resolver a situação dos judeus era criar “uma sólida fundação para o futuro judeu na Palestina”<sup>293</sup>. Ou seja, Goldmann cedeu ao problema humanitário, mas afirmou de forma contundente que ele só seria resolvido após a criação de um Estado judeu.

<sup>290</sup> Hull pledges end to attack on Jews. *The New York Times*, 31 de outubro de 1942, p. 5.

<sup>291</sup> De acordo com o Oxford Dictionary online, *Commonwealth* possui diversos significados: no sentido britânico, é uma “associação internacional que consiste do Reino Unido somado aos estados que anteriormente eram parte do Império Britânico e dependências”, sendo que “a monarquia britânica é a líder simbólica da *Commonwealth*.” Já no sentido norte-americano, *Commonwealth* é “uma unidade autônoma voluntariamente anexada aos Estados Unidos, como Porto Rico”. Parece que os sionistas orientavam-se por esses dois significados, o que tornava ambígua a palavra, podendo referir-se tanto a um Estado quanto a uma região autônoma, ligada ao Império Britânico. Tudo indica que os sionistas utilizavam a ambiguidade da palavra propositalmente, por um lado buscando não criar antagonismo entre os antissionistas e, por outro, para não descartar a possibilidade de criar um Estado.

<sup>292</sup> Opening gates of Palestine to Jews urged. *The Christian Science Monitor*, 14 de dezembro de 1943, p. 3.

<sup>293</sup> Palestine called a post-war haven. *The New York Times*, 28 de novembro de 1942.

Chaim Weizmann também enfatizou a necessidade da Palestina como Estado judaico. Criticando líderes Aliados, inclusive Roosevelt, disse em convenção da Hadassah:

Dentre todas as vozes que vocês ouvem, nenhuma é mais perigosa, nenhuma é mais direcionada para enganá-los, levando-os à complacência, do que a voz que diz que uma vitória das Nações Unidas irá automaticamente resolver o problema judeu. [...] Para ser completa, a solução deve incluir o reconhecimento do direito legal do povo judeu a reconstruir a Palestina como uma commonwealth judaica, livre para a imigração de judeus, aquisição de terras e desenvolvimento econômico, medidos apenas pela capacidade do país e pela habilidade criativa de seus construtores<sup>294</sup>.

Mesmo com o Holocausto tornado público e a situação dos judeus na Europa ficando cada vez mais grave, ainda havia um descompasso entre as duas interpretações: entre tradição humanitária norte-americana e o sionismo político.

Mesmo entre os próprios judeus norte-americanos havia este debate. Aaron Berman (1990, p. 12-3) diz que os judeus passaram a se tornar favoráveis ao sionismo após Hitler ascender ao poder. Segundo ele, o sionismo passou de um movimento extremamente fraco em 1933 para se tornar uma força política considerável em 1948. Com efeito, o número de judeus norte-americanos que faziam doações aos diversos grupos sionistas aumentou vertiginosamente após a ascensão nazista na Alemanha (UROFSKY, 1995, p. 420). Porém, as doações não foram feitas apenas aos grupos sionistas comprometidos com a fundação de um Estado judeu. Houve uma mobilização crescente devida à percepção de que os judeus europeus estavam sendo perseguidos e necessitavam de refúgio e de ajuda imediata. E assim, mesmo com várias notícias e reportagens sobre o Holocausto, ainda havia muita discussão entre os judeus norte-americanos sobre a legitimidade do sionismo político e sobre a Palestina como refúgio para os judeus.

Os sionistas enfatizavam a necessidade de assentar os refugiados judeus na Palestina e construir o “lar nacional judaico”. Criticavam todas as propostas internacionais que visavam assentar judeus em outras partes do mundo, enquadrando-os na categoria de “refugiados” e buscavam enfraquecer a abordagem humanitária.

Porém, era essa abordagem que prevalecia. Em 1943, houve um novo esforço internacional com o objetivo de resolver o problema dos refugiados, quando ocorreu a Conferência de Bermuda, convocada pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha diante da pressão de diversos grupos em ambos os países para uma ação efetiva. A Conferência teve início em 19 de abril e como era esperado, nada de concreto foi obtido, pois os Estados Unidos não tinham intenção de abrir uma discussão sobre suas leis de imigração da década de

---

<sup>294</sup> Weizmann warns on complacency. *The New York Times*, 29 de novembro de 1942.

1920 e a Grã-Bretanha não aventava a possibilidade de revogar o White Paper (BERMAN, 1990, p. 104-5).

Os sionistas foram contrários à própria convocação da conferência. Criticaram duramente a criação de uma nova mesa redonda para diplomatas. A Nova Organização Sionista dizia que a Conferência seria um “fracasso”, já que não dispunha de qualquer “plano concreto” quando foi convocada<sup>295</sup>. O líder sionista Abba Hillel Silver disse que a situação dos judeus necessitava de “atos, não de simpatia”. Acusava os Estados Unidos e a Grã-Bretanha de não fazerem nada e que esta questão estava sendo desviada para uma “questão de refugiados” a ser resolvida por “alguma conferência intergovernamental”<sup>296</sup>. Além disso, Silver afirmou ser “um trágico paradoxo convocar uma conferência de refugiados e ignorar a Palestina, um país – o único país – pronto e disposto a receber as grandes levas de refugiados”<sup>297</sup>.

A Conferência foi duramente criticada quando apresentou suas resoluções. No entanto, houve judeus que aprovaram o encontro intergovernamental. O Deputado da Casa dos Representantes Sol Bloom (Democrata, Nova York), delegado americano na Conferência Bermuda, disse que, “como judeu”, estava “satisfeito” com os resultados da Conferência, afirmando que os judeus norte-americanos deveriam estar comprometidos em “construir os alicerces do Judaísmo neste país [Estados Unidos]” e “torná-los assegurados”. O Deputado disse ainda que pensava que os judeus tinham o direito de viver em qualquer país. Bloom leu ainda uma carta de Roosevelt. Nesta carta, o Presidente ordenava-o a pôr as determinações da conferência em ação e dizia que “vencer a guerra era o primeiro passo”<sup>298</sup>.

Assim, muitos grupos norte-americanos viam o problema dos refugiados como algo que demandava ação imediata, e qualquer lugar poderia servir de refúgio para os judeus perseguidos, inclusive os Estados Unidos. Muitos políticos pediam a revogação das leis de migração da década de 1920<sup>299</sup>.

O *New York Times* permanecia em sua diretriz de enfatizar a Palestina como refúgio e não como Estado. Em diversas ocasiões, o jornal noticiava a ida de refugiados para a Palestina e os resultados positivos lá alcançados<sup>300</sup>. Além disso, como vimos, o jornal elogiava o

<sup>295</sup> Rescue of Jews urged. *The New York Times*, 20 de abril de 1943.

<sup>296</sup> Britain scored on Jews: Palestine policy assailed on Day of Compassion here. *The New York Times*, 2 de maio de 1943, p. 8.

<sup>297</sup> Palestine parley bids U.S. intercede. *The New York Times*, 3 de maio de 1943, p. 5.

<sup>298</sup> Bloom ‘satisfied’ on refugees talks. *The New York Times*, 24 de maio de 1943, p. 8.

<sup>299</sup> Morris urges U.S. aid for Europe’s Jews. *The New York Times*, 20 de dezembro de 1943, p. 9.

<sup>300</sup> Palestine still a haven: 1,000 French orphans awaited if journey is possible. *The New York Times*, 15 de novembro de 1942, p. 44; 1,228 refugees win Palestine haven. *The New York Times*, 20 de fevereiro de 1943, p.

trabalho sionista como vetor de progresso e modernização da Palestina, o que, por sua vez, permitiria que um grande número de refugiados pudesse ser assentado no território do Mandato Britânico.

No entanto, quanto a transformar a Palestina em um Estado judeu, o *New York Times* criticava abertamente os sionistas. Em pronunciamento diante da Fraternidade do Templo da Avenida Madison, em 5 de novembro de 1942, o editor do jornal Arthur Hays Sulzberger criticou as ações dos líderes sionistas, afirmando ser “imprudente” pressionar a Grã-Bretanha sobre a Palestina, especialmente naquele momento de gravidade na situação internacional por conta da guerra. Manifestou oposição à proposta de criação de um Estado judeu, afirmando que judeus e árabes deveriam conviver “lado a lado em paz e criar um destino comum no interior de uma commonwealth” e que os judeus deveriam ter o direito de chamar de lar qualquer lugar que desejassem.<sup>301</sup>

Poucos dias depois, o leitor Philip Berstein enviou uma carta ao jornal criticando Arthur Sulzberger, afirmando que seu pronunciamento era um “desejo piedoso”. Para Berstein, todos os países estavam fechando as portas para a imigração judaica e, assim, a Palestina oferecia a “única esperança construtiva”. Relacionando o trabalho sionista ao problema dos refugiados, o autor da carta dizia que “de dois a quatro milhões de judeus” poderiam ser assentados na Palestina porque houve a “redenção de grandes áreas de terras incultas, por meio da intensificação da agricultura e da modernização da indústria”<sup>302</sup>.

Já o Judaísmo Liberal pretendia chegar a um meio termo entre essas duas propostas. O grupo afirmava que os refugiados deveriam ser assentados na Europa e obter plenos direitos civis. No entanto, como a massa de refugiados era enorme, o papel da Palestina em acolher os refugiados era importante. Defendia um “lar nacional na Palestina”, porém, com separação entre religião e Estado; pedia um Estado “democrático e não-sectário” e um auto-governo que não “prejudicasse os direitos de qualquer grupo na Palestina”<sup>303</sup>.

Essa discussão pública pela imprensa e por meio de encontros ao redor do país tinha seus impactos políticos no Congresso. As duas casas do Poder Legislativo norte-americano continham muitos defensores do sionismo. Houve diversas manifestações de políticos demandando ação norte-americana para salvar os judeus.

6; 754 Jews in exile land in Palestine: end ten years of roaming over countries of Europe. *The New York Times*, 2 de fevereiro de 1944, p. 4.

<sup>301</sup> Asks evaluation of British effort: says pressure on Palestine issues at this time may prove to be unwise. *The New York Times*, 6 de novembro de 1942, p. 13.

<sup>302</sup> Palestine seen as only hope. Carta de Philip Berstein ao jornal *The New York Times*, publicada em 11 de novembro de 1942, p. 24.

<sup>303</sup> Post-war program drafted for Jews. *The New York Times*, 11 de junho de 1943.

Porém, os Congressistas não se limitaram a emitir declarações. Em agosto de 1944, emergiu outra fonte de debate quando foi apresentada, pelos Senadores Robert Wagner (Democrata, Nova York) e Robert Taft (Republicano, Ohio), uma proposta de resolução sobre o sionismo e sobre a Questão da Palestina. A resolução foi apresentada às duas casas do Congresso apelando para que o Presidente Roosevelt e o Secretário de Estado Cordell Hull usassem “sua influência” para persuadir a Grã-Bretanha a permitir que os judeus vindos da Romênia, da Hungria e dos Bálcãs entrassem na Palestina<sup>304</sup>. A proposta de resolução recebeu inúmeros apoios, dentre eles, da *American Federation of Labor*<sup>305</sup>.

A maioria dos congressistas, de ambos os partidos, era simpática ao sionismo e a aprovação da resolução em plenário parecia certa. Porém, advertências vindas da Casa Branca e do Departamento de Estado fizeram o quadro se alterar<sup>306</sup>. Oficiais da Presidência e diplomatas afirmavam que a passagem da resolução afetaria os acontecimentos na Palestina, com risco para os judeus. Além disso, em um estágio turbulento na guerra, todos os esforços deveriam ser direcionados para derrotar o Eixo e os Estados Unidos não poderiam se dar ao luxo de contrariar seus importantes aliados britânicos. O Congresso, persuadido pelas advertências, não aprovou a resolução<sup>307</sup>.

O ano de 1944 também foi de acaloradas discussões sobre o White Paper, já que em abril desse ano, iria terminar o período de entrada de judeus na Palestina sem que houvesse a necessidade de negociações com os árabes.

Mais uma vez, a política britânica incorporada no White Paper foi alvo de duras críticas. E diante da tragédia dos judeus, se tornava ainda mais repugnante para muitos nos Estados Unidos. Além de vários grupos sionistas e judeus, outros grupos também se manifestavam pela revogação do White Paper<sup>308</sup>.

Em carta<sup>309</sup> ao *New York Times*, publicada em 2 de abril de 1944, o professor de Harvard Carl J. Friedrich analisou a Questão da Palestina e a relação do conflito com a

<sup>304</sup> Palestine refuge put to Congress. *The New York Times*, 25 de agosto de 1944, p. 6.

<sup>305</sup> AFL for Palestine move: backs Wagner-Taft resolution on aid to Jewish entry. *The New York Times*, 5 de fevereiro de 1944, p. 28.

<sup>306</sup> As discussões entre o Congresso e o Departamento de Estado serão analisadas com mais profundidade no capítulo 4.

<sup>307</sup> Senators defer Palestine action. *The New York Times*, 12 de dezembro de 1944.

<sup>308</sup> New crisis predicted: Dr. Goldstein calls White Paper the ‘shameful paradox’. *The New York Times*, 31 de março de 1944; Palestine is tense as deadline passes. *The New York Times*, 1º de abril de 1944; British White Paper is decried by Rabbis. *The New York Times*, 2 de abril de 1944; Palestine decision held needed now. *The New York Times*, 20 de junho de 1944, p. 11;

<sup>309</sup> U.S. urged to back Jewish home in Palestine. Carta de Carl J. Friedrich ao jornal *The New York Times*, publicada em 2 de abril de 1944, p. E8.

situação dos refugiados que tentavam entrar na Palestina. Ele dizia que, “como cristão”, condenava o White Paper. Ele diz:

O mundo é desafiado hoje e continuará a ser desafiado por algum tempo pela necessidade urgente de centenas de milhares de judeus da Europa por um lugar de refúgio e um lugar onde eles poderão reconstruir suas vidas depois da guerra. Portanto, a questão da Palestina não é mais algo que possa ser discutido como um problema local nos termos de judeus na Palestina versus árabes na Palestina, ou como a causa judaica versus a Administração britânica. Este é um problema mundial e é de forte interesse deste país.

Assim, Friedrich afirma que o problema não era só entre árabes, judeus e britânicos, mas era um problema dos Estados Unidos. Enfatiza que “isso torna o problema da Palestina uma questão chave de política americana”.

Da mesma forma, o Senador pelo Partido Democrata Guy Gillette, de Iowa, criticou a manutenção do White Paper como “injustificável” e demandava que os Estados Unidos usassem suas prerrogativas “legais e morais” para exigir que a Grã-Bretanha alterasse sua política de restrição da imigração<sup>310</sup>.

Diversas manifestações se seguiram exigindo que a Grã-Bretanha revogasse o White Paper diante da situação trágica dos judeus europeus<sup>311</sup>. Porém, a Grã-Bretanha estava irredutível. O White Paper não foi aliviado e continuaram as tentativas de judeus vindos da Europa em entrar na Palestina “ilegalmente”, isto é, contra o que a lei britânica estipulava como permissível.

Igualmente, houve severas críticas sobre a tentativa de criar um órgão oficial norte-americano de ajuda aos refugiados. Em janeiro de 1944, Roosevelt criou o *War Refugees Board*, uma agência oficial que teria como responsabilidade levantar fundos e agir como órgão governamental para conseguir encontrar “refúgios” para os judeus.

Embora tenha havido algumas manifestações de louvor, a maioria das reações era de crítica. Os críticos chamavam o órgão de ineficaz<sup>312</sup>, porque não agia com a celeridade que a situação exigia, especialmente porque havia milhares de refugiados judeus esperando para deixar a Europa Oriental temendo represálias das tropas alemãs, que batiam em retirada diante do avanço soviético no Leste Europeu<sup>313</sup>.

<sup>310</sup> Britain criticized in Palestine policy. *The New York Times*, 3 de abril de 1944.

<sup>311</sup> New havens urged for stricken Jews. *The New York Times*, 8 de agosto de 1944, p. 11; Asks aid to Turkey in rescue of Jews. *The New York Times*, 9 de agosto de 1944, p. 8; Plans for Balkan Jews. *The New York Times*, 16 de agosto de 1944, p. 5;

<sup>312</sup> Refugee board held inadequate: speakers at rally here to save Jews in Europe say can't open Palestine. *The New York Times*, 30 de abril de 1944, p. 5; Immediate relief for Jews is urged. *The New York Times*, 15 de setembro de 1944; “Effective” agency to aid Jews urged. *The New York Times*, 27 de novembro de 1944, p. 14.

<sup>313</sup> MacLENNAN, Nancy. 40.000 refugees escape to Rumania. *The New York Times*, 1º de abril de 1944, p. 5.

Diante de inúmeras pressões, a Grã-Bretanha liberou a entrada de refugiados na Palestina. Em dezembro de 1944, cerca de três mil refugiados da Polônia, Romênia, Hungria, Grécia e Espanha receberam permissões de entrada<sup>314</sup>. Embora o governo britânico não concedesse de forma tão abrangente – em alguns casos recusou pedidos de entrada na Palestina mesmo dos refugiados do Leste da Europa<sup>315</sup> – um grande número conseguiu chegar à Palestina.

O contato com pessoas reais e não apenas com números tornou a questão dos refugiados ainda mais chocante. A respeitada jornalista do *New York Times* Anne O'Hare McCormick entrou em contato com esses refugiados. Sua reportagem apresenta um quadro terrível sobre os refugiados do Leste Europeu que chegavam à Palestina:

Deparar-se com um trem carregado de refugiados chegando à Palestina vindo dos campos de concentração da Europa Oriental é uma experiência que explica por que é difícil ser objetivo ou mesmo racional sobre a questão da imigração para este país disputado. A questão da imigração é maior que ela mesma, maior que o sionismo e que o pan-arabismo. [...]

Quando o trem com refugiados chegou de Bucareste, foi fácil entender esse foco em um problema imediato, e a exclusão de problemas de consequências de mais longo prazo. Olhando em seus olhos e ouvindo as histórias de homens e mulheres que acabaram de voltar do inferno, considerações envolvendo política e economia dão lugar a sentimentos humanos elementares. Apaixonados argumentos sobre como a pátria deve ser e o que ela é, o que essa cobiçada faixa de terra sagrada e estratégica pode ser ou não pode ser, se torna irrelevante na presença de sobreviventes de um pogrom de dimensões continentais e de inconcebível crueldade<sup>316</sup>.

Percebe-se que surge uma percepção de que o sionismo político é algo menos premente do que aliviar o tipo de sofrimento humano desencadeado pelos nazistas. Saber se a Palestina se tornaria um “lar nacional judaico” ou um Estado árabe, ou um Estado bi-nacional era algo menor diante da tragédia humana que havia se abatido sobre os judeus.

Tal percepção ficou mais aguçada ao aproximar-se o fim da guerra. À medida que os Aliados avançavam contra o Reich, soldados chegavam aos campos de concentração na Polônia e se deparavam com os sobreviventes dos massacres nazistas. A partir de então, não só informações em forma de texto chegavam aos Estados Unidos. Imagens chocantes inundavam a sociedade norte-americana. E somente assim, percebeu-se a extensão do que já era conhecido como Holocausto<sup>317</sup>.

<sup>314</sup> 3.000 refugees enter Palestine. *The New York Times*, 24 de dezembro de 1944, p. 9.

<sup>315</sup> Balkan Jews entry in Palestine curbed. *The New York Times*, 9 de janeiro de 1945, p. 7.

<sup>316</sup> McCORMICK, Anne O'Hare. Abroad: Palestine refugee upset appeal for reason. *The New York Times*, 15 de janeiro de 1945, p. 18.

<sup>317</sup> McCORMICK, Anne O'Hare. Abroad: Palestine refugee upset appeal for reason. *The New York Times*, 15 de janeiro de 1945, p. 18; MELTZER, Julian Louis. Worse plight seen for European Jews. *The New York Times*, 11 de fevereiro de 1945, p. 10.

### 3.5 A situação no pós-guerra

Com o fim da guerra e a divulgação dos números de pessoas mortas, percebeu-se a verdadeira extensão do massacre praticado pelos nazistas. Essa situação era amplamente destacada na imprensa. Em 1941, a revista *Time* já informava sobre a diminuição acentuada na população judaica europeia. A reportagem diz que o número de judeus da Alemanha havia sido reduzido de 760 mil para 250 mil desde que Hitler assumira o poder. E que no gueto de Varsóvia, a taxa de mortalidade era mais de dez vezes superior à taxa de natalidade (4.290 contra 396)<sup>318</sup>.

Mas somente ao fim da guerra, toda a extensão do massacre foi conhecida. Em maio de 1945, o *Christian Science Monitor* informa: “da população judaica mundial de 16 milhões, estima-se que aproximadamente 5 milhões pereceram durante os últimos doze anos. Dos sobreviventes, algo entre 2 e 3 milhões estão longe de estarem salvos”<sup>319</sup>. Na edição de 29 de outubro de 1945, a revista *Time* diz que “os alemães quase puseram fim ao problema judeu da Polônia matando quase todos os judeus. Dos 3.500.000 judeus poloneses de antes da guerra, cerca de 300.000 sobreviveram”<sup>320</sup>.

Em junho de 1945, o *New York Times* traz a reportagem da *United Press* com o título: “80% dos judeus do Reich assassinados pelos nazistas”<sup>321</sup>. Na matéria, o autor diz: “agora é possível contar a história completa do plano nazista de matar todos os 12 milhões de judeus da Europa”. A reportagem enfatiza que se a guerra durasse mais um ano, “os nazistas poderiam ter chegado muito perto de seu objetivo de assassinar todos os judeus da Europa”<sup>322</sup>.

Porém, nada mais contundente para mostrar o que Hitler fizera do que a experiência de ver os campos de concentração. Um dos vívidos relatos sobre a existência dos campos de extermínio foi a visita de jornalistas ao campo de Buchenwald, em 1945.

Buchenwald foi construído na década de 1930 e foi aberto oficialmente em 1937 para abrigar prisioneiros políticos, em especial comunistas e social-democratas. Porém, já a partir de 1938, começou a receber as levas de prisioneiros judeus. Inicialmente, não era destinado a ser um campo de extermínio, mas o crescimento do número dos prisioneiros e, a partir do início de 1945, com a aproximação dos Aliados, tornou-se um lugar de assassinato em massa (ABZUG, 1985, p. 45-7).

<sup>318</sup> Religion: wandering Jews. *Time Magazine*, 15 de dezembro de 1941.

<sup>319</sup> How shall the refugees Jews survive? *The Christian Science Monitor*, 24 de maio de 1945, p. 18.

<sup>320</sup> Poland, a better day? *Time Magazine*, 29 de outubro de 1945.

<sup>321</sup> 80% of Reich Jews murdered by Nazis: only 150.000 survived. *The New York Times*, 10 de junho de 1945, p.

6.

<sup>322</sup> *Ibidem*.

As tropas norte-americanas chegaram ao campo em 11 de abril de 1945. No dia 16, o correspondente do *New York Times* Gene Currivan esteve em Buchenwald e sua reportagem se configura como um dos primeiros relatos detalhados sobre o que era praticado nos campos nazistas.

Dois dias depois, sua reportagem foi publicada<sup>323</sup>. O jornalista descreveu detalhadamente o que viu no campo e apresentou à sociedade norte-americana toda a extensão dos massacres nazistas. Currivan narrou o que presenciou ao acompanhar uma visita de civis alemães ao campo, que foram levados pelos militares norte-americanos “para que vissem por si mesmos o horror, a brutalidade e a indecência humana perpetrada contra seus ‘vizinhos’ no infame campo de concentração de Buchenwald”. O repórter diz que a história “já havia sido contada em parte, mas a completa dimensão das atrocidades ainda não havia sido conhecida”.

Currivan narra que viu “esqueletos humanos que perderam qualquer aparência de algo humano” vagando pelos campos de concentração “sem saber onde estão e o que estava acontecendo”. Além disso, narrou que chegou a um galpão repleto de “esqueletos vivos”, que seriam conduzidos para o crematório pelos nazistas. Currivan disse que ir para o crematório “era o fim da estrada, mas para eles isso provavelmente era uma benção”.

No dia seguinte, o *New York Times* publicou editorial sobre a reportagem de Currivan<sup>324</sup>. O jornal qualificava o relato de Currivan como “chocante”, mas que “ajuda a conhecer nossos inimigos”. O editorial diz que se tratava de “uma história de degradação humana, não das pobres vítimas de Buchenwald, mas dos oficiais, que planejaram e deram suporte a esse campo, e do Governo, que concedeu autorização a eles.” E fala sobre os sobreviventes: “Por trás daqueles portões havia pouca diferença entre vivos e mortos”.

Por fim, o editorial diz que a reportagem de Currivan não era especulativa ou analítica. Era objetiva, direta e desmentia o “ceticismo” que havia sobre as “histórias de atrocidade alemã”. O editorial conclui, ressaltando a credibilidade de uma reportagem que desafiava a crença de que tal coisa pudesse acontecer em pleno século XX: “o Sr. Currivan falou sobre o que viu”.

Dois dias depois da reportagem de Currivan ser publicada no *New York Times*, outra reportagem foi apresentada ao público sobre o campo de concentração de Buchenwald<sup>325</sup>. O

---

<sup>323</sup> CURRIVAN, Gene. Nazi death factory shocks Germans on a forced tour. *The New York Times*, 18 de abril de 1945.

<sup>324</sup> Buchenwald. *The New York Times*, 19 de abril de 1945, Editorial.

<sup>325</sup> DENNY, Harold. Despair blankets Buchenwald camp. *The New York Times*, 20 de abril de 1945.

repórter Harold Denny fala sobre o “horror” que viu no campo e sobre os “miseráveis” sobreviventes do projeto de Hitler de construir sua “nova ordem”. Denny faz uma avaliação sobre o que presenciou em Buchenwald:

O que eu vi foi tão horrível que eu não teria acreditado se não tivesse visto por mim mesmo. [...] O mundo não pode se esquecer de tais coisas. Aqui eu vi com meus próprios olhos o suficiente para confirmar cada hedionda história sobre os campos de concentração alemães, das quais eu mesmo duvidei. [...] Quando eu entrei em um dos galpões hoje, eu entrei diretamente em um pesadelo.

Denny se refere aos sobreviventes como “ruínas humanas” [*human wrecks*]. E ao falar sobre as técnicas de enforcamento, Denny diz que era um “assassinato calculado e mecanizado”.

Houve muitas manifestações entre a população norte-americana sobre o que foi visto nos campos liberados pelos Aliados. Várias pessoas expressaram seu repúdio. Da mesma forma, Congressistas e editores de veículos de comunicação, que foram até o campo a convite do General Dwight Eisenhower, quando voltaram, relataram indignados o que viram.

O Deputado da Casa dos Representes John C. Kunkel (Republicano, Pensilvânia) disse que os horrores que ele viu eram ainda piores do que estava sendo apresentado. Ele explicita a falta de palavras para descrever o que viu, já que, segundo ele, qualquer coisa que fosse dita sobre o campo já seria algo “atenuado”. Ele disse: “Se você tentar falar sobre os fatos como realmente são, você entraria em uma história de tal obscenidade e imoralidade que seria impúblicável”<sup>326</sup>. Já Carter Menasco (Republicano, Alabama) disse que aquela era “a pior coisa que qualquer pessoa poderia imaginar”<sup>327</sup>.

Outros campos foram visitados, como Dachau, e muitas outras informações e imagens golpeavam a sociedade norte-americana com a brutalidade nazista. Em janeiro de 1945, foram exibidas imagens de vídeo mostrando os sobreviventes dos campos próximos a Ohrdruf e Holzen. O *New York Times* diz que as imagens mostravam o “tratamento desumano” dado aos prisioneiros: “350 judeus russos, poloneses e tchecos”. O autor diz que os sobreviventes eram “esqueletos ambulantes” [*walking skeletons*]<sup>328</sup>.

Com a derrota do Eixo e a liberação dos campos de concentração, houve uma mudança de percepção quanto à relação entre judeus e a Palestina. O “lar nacional judaico” começa a ser visto como *o lugar de reconstrução da vida dos sobreviventes do Holocausto*<sup>329</sup>.

<sup>326</sup> Atrocity report issued by Army. *The New York Times*, 29 de abril de 1945, p. 20.

<sup>327</sup> Buchenwald tour shocking to M. P's. *The New York Times*, 23 de abril de 1945, p. 5.

<sup>328</sup> Nazi prison cruelty film to be shown tomorrow. *The New York Times*, 25 de abril de 1945.

<sup>329</sup> Orphans in Exodus from Buchenwald. *The Christian Science Monitor*, 6 de junho de 1945, p. 7; Nazi victims cared for. *The New York Times*, 13 de outubro de 1945; Immigrants receive village in Palestine. *The New York*

Agora, a Palestina não era mais o refúgio, e nem era exatamente a “pátria judaica” defendida pelos sionistas. Era um lugar onde os judeus poderiam refazer sua vida, já que isso havia se tornado praticamente impossível na Europa, depois de tudo o que lhes ocorrera. Emergiu a percepção de que os judeus sobreviventes não poderiam ser vizinhos de pessoas que colaboraram, apoiaram ou fecharam os olhos para o Holocausto.

O *New York Times* parece ter ecoado tal mudança de percepção, quando se manifestou sobre o “assassinato em massa a sangue-frio e científico” realizado pelos nazistas. Em editorial de 18 de julho de 1945, o jornal adotou uma postura muito diferente de sua posição precedente. O *New York Times* sempre defendera a ideia de que, onde quer que vivessem, os judeus deveriam ter seus direitos civis assegurados e deveriam ser reconhecidos como cidadãos. No entanto, nesse editorial, o entendimento é bem diferente:

O sentimento deve ser disseminado entre eles [judeus] de que eles não podem viver em comunidades onde foram tão espantosamente injuriados. Os assassinos podem estar mortos, na prisão ou escondidos, mas as pessoas que simplesmente toleraram assassinatos ou fecharam seus olhos ainda são em grande número. Com que estranho e horrível embaraço devem eles agora encarar seus poucos vizinhos judeus sobreviventes!

O jornal está afirmando, pela primeira vez, que a vida dos judeus na Europa era inviável. Porém, antes disso, James McDonald, Presidente do *War Refugee Board*, já afirmara que a maioria dos judeus sobreviventes não poderia voltar aos seus países de origem, e que, portanto, a Palestina era a “única esperança” para os sobreviventes judeus<sup>330</sup>.

Assim, um novo capítulo se abre com o fim da Segunda Guerra e com a liberação dos judeus. Surge uma percepção de que ações políticas eram necessárias para aliviar o sofrimento dos judeus que já haviam passado por tantas agruras no continente europeu, continente que havia sido o local de morada para inúmeros grupos judaicos por diversas gerações.

A Europa passa a ser vista como lugar hostil, lugar onde os judeus foram perseguidos durante longos anos. Respostas deveriam ser dadas. Milhões de seres humanos aguardavam uma solução dos novos líderes mundiais. As Nações Unidas, juntas em um esforço internacional para resolver as contendas entre os Estados de forma pacífica e racional, tiveram como um de seus primeiros temas a resolver um problema humanitário de proporções gigantescas.

---

*Times*, 20 de outubro de 1945, p. 10; CURRIVAN, Gene. 148 Jews land at Haifa. *The New York Times*, 26 de outubro de 1945, p. 4.

<sup>330</sup> Refugee crisis forecast: few can return to own lands, McDonald tells B'nai Zion. *The New York Times*, 8 de janeiro de 1945, p. 6.

Sem dúvida, vários grupos sofreram as atrocidades nazistas, mas os judeus, alvo de preconceito, perseguições e ataques em vários lugares, foram o grupo mais diretamente atingido. Milhões permaneciam em um limbo nacional e institucional, aguardando seu destino nos mesmos campos de concentração construídos por seus algozes. Surgia o problema dos DPs<sup>331</sup> judeus.

\* \* \*

A sociedade norte-americana reagiu com veemência a essa nova situação dos judeus. E todas as manifestações de pesar, indignação e ultraje foram mobilizadas para exigir um determinado curso de ação por parte do governo dos Estados Unidos. Em meio a uma grande guerra, em que o discurso oficial dizia que a prioridade era derrotar o Eixo, a pressão para que o problema dos refugiados fosse solucionado e para que a Palestina fosse parte da solução não surtiu o efeito necessário. Porém, após a derrota do inimigo, uma solução abrangente deveria ser dada a um problema que afetava milhões de seres humanos.

Cada vez mais a situação dos refugiados judeus e dos sobreviventes do Holocausto era relacionada à resolução da Questão da Palestina. Iniciava-se um debate altamente controverso nos Estados Unidos sobre a posição oficial a ser seguida. Roosevelt adotava a postura “a derrota do Eixo primeiro” e dava sinais ambíguos quanto ao sionismo. Roosevelt era pró-sionista apenas em palavras. Nunca adotou uma medida concreta para pressionar a Grã-Bretanha a agir.

No entanto, em 12 de abril de 1945, Roosevelt morreu e Harry Truman assumiu a Presidência dos Estados Unidos. Se Roosevelt foi menos permeável aos objetivos sionistas, Truman, por perfil pessoal, por formação cultural e por convicções políticas diferentes, assumiu uma postura oposta. A sorte dos sionistas começou a mudar. Porém, não no ritmo e com a intensidade esperada pelos defensores da criação de um Estado judeu na Palestina.

Desde que assumiu como presidente até 15 de maio de 1948, Truman oscilou e hesitou em diversas ocasiões quando o assunto era a Palestina. Imerso em um período turbulento nas relações internacionais, Truman devia levar muitos elementos em consideração para tomar

---

<sup>331</sup> Do termo em inglês “*Displaced Persons*”. Literalmente, a expressão pode ser traduzida como “pessoas deslocadas”. Porém, o termo não significava apenas que estas pessoas foram deslocadas pela guerra e não possuíam moradia, mas trazia um significado mais profundo, pois se referia aos sobreviventes dos massacres nazistas (judeus, ciganos, comunistas etc.) que tinham escassas possibilidades de retornarem aos seus locais de origem e haviam perdido completamente suas raízes. Muitos deles estavam desprovidos de cidadania. Portanto, eram pessoas que haviam perdido seu lugar, viviam em um não-lugar. Os campos de sobreviventes eram, para esses sobreviventes, um limbo nacional.

uma decisão. Estava aberto um debate que causou uma séria fissura na sociedade norte-americana e no interior do próprio governo Truman.

## **SEGUNDA PARTE**

### **REPRESENTAÇÕES, VALORES E AÇÕES POLÍTICAS**

## CAPÍTULO 4

### O SIONISMO NOS ESTADOS UNIDOS: A DIFÍCIL DECISÃO SOBRE O ESTADO JUDEU NA PALESTINA

O debate sobre a postura política dos Estados Unidos quanto à Questão da Palestina assumiu grande proeminência entre abril de 1945 e maio de 1948. Porém, o que se discutia não era apenas uma decisão pontual de política externa. O debate adquiriu contornos mais amplos, englobando questões de fundo da sociedade norte-americana. A decisão de apoiar a criação de um Estado judeu na Palestina foi enquadrada em uma esfera mais abrangente de visão de mundo. Portanto, o debate sobre a Questão da Palestina não era apenas político *stricto sensu*, mas também um debate de valores.

Os defensores do sionismo, que travavam um embate para convencer Truman a apoiar a criação de um Estado judeu na Palestina, utilizavam discursos repletos de referências a valores tidos como verdadeiramente americanos. Desse modo, todo um conjunto de representações e oposições binárias forneceu o repertório mobilizado para defender uma ação política concreta.

O discurso pró-sionista utilizado no debate político se deu sobre um substrato de representações enraizadas culturalmente, de longa duração. No entanto, devemos considerar esse conjunto de representações como portador de um motor para a ação. Não se tratava apenas de ideários abstratos, sem conexão com a vivência concreta das pessoas. Tais representações foram peças de um repertório discursivo mobilizado efetivamente para fundamentar a defesa de uma ação política.

Assim, a analogia entre sionistas e norte-americanos e as representações negativas dos árabes, como vimos nos capítulos 1 e 2 não foram apenas “lentes” por meio das quais os atores em conflito na Palestina foram percebidos, mas formaram um *corpus* de representações que forneceram bases de argumentação para um curso de ação política. Do mesmo modo, toda a comoção gerada pelo conhecimento dos sofrimentos causados aos judeus pelos nazistas, como demonstrado no capítulo 3, gerou discursos justificadores de uma ação pró-sionista. E, por fim, recorrendo a representações de uma suposta missão norte-americana no mundo, os defensores do sionismo advogavam uma ação moral e humanitária na política internacional, em um momento em que o país assumia a posição de ator global.

Porém, antes de passarmos aos discursos mobilizados no debate político, devemos analisar como se deram as articulações políticas dos judeus sionistas nos Estados Unidos e como indivíduos e grupos não-judaicos se organizaram em apoio ao sionismo. Na verdade, um aspecto merece ser ressaltado. A defesa do sionismo e os apelos por uma ação moral na política internacional provinham de diversos setores sociais, que cobriam um espectro político e social mais amplo do que a comunidade judaica norte-americana. Nesse sentido, é importante avaliarmos detidamente esse apoio político ao sionismo entre judeus e não judeus.

#### 4.1 Os judeus norte-americanos e apoio ao sionismo nos Estados Unidos

Alguns historiadores afirmam que as ações de Truman, ao apoiar a partilha da Palestina e ao reconhecer o Estado de Israel, foram fruto de preocupações puramente políticas eleitorais, devido à pressão exercida pelo “voto judeu”. Segundo essa avaliação, o Presidente, concorrendo à eleição de 1948, queria atrair os votos dos judeus, especialmente em Nova York. O primeiro esforço historiográfico significativo a defender considerações exclusivamente eleitorais nas ações de Truman foi o trabalho de John Snetsinger em sua obra *Truman, the Jewish vote and the creation of Israel* (1974).

O autor, contestando as visões segundo as quais Truman teria agido por motivações humanitárias, afirma que o presidente adotou uma postura pró-sionista por conta de seus interesses eleitorais. Em 1948, diante da proximidade das eleições que ocorreriam em novembro, o Democrata Harry Truman buscou ser mais incisivo quanto a seu apoio ao movimento sionista por temor de que a importante comunidade judaica dos Estados Unidos se voltasse para o candidato Republicano. Tal interpretação ganhou preeminência como explicação primeira para a decisão de Truman e a expressão “*Jewish vote*” se tornou um lugar-comum em muitas interpretações historiográficas desde então<sup>332</sup>.

Contudo, embora não possamos descartar motivações político-eleitorais para as ações de Truman, outros elementos devem ser analisados se quisermos entender por que o

---

<sup>332</sup> Contribui para essa interpretação uma fala atribuída a Truman. Segundo William Eddy, Chefe do serviço diplomático norte-americano na Arábia Saudita, entre agosto de 1944 e maio de 1946, Truman teria dito, durante uma reunião com um grupo de diplomatas em atuação no Oriente Médio, em outubro de 1945: “Lamento, Senhores, mas eu tenho de responder a centenas de milhares [de pessoas] que estão ansiosas pelo sucesso do sionismo. Eu não tenho centenas de milhares de árabes entre meus eleitores” (EDDY, 1954, p. 35). Porém, o historiador Steven Spiegel (1985, p. 19) não está certo se tal frase fora dita. Com efeito, Eddy era um ardoroso antissionista e crítico da postura de Truman. Em nota, Spiegel (1985, p. 432) afirma que a fala é “suspeita”, já que Eddy diz que o encontro ocorrera “após as eleições” e Spiegel alerta para o fato de que não houve eleições em 1945. Outro estudioso diz que a frase provavelmente é “apócrifa” (LAWSON, 1995, p. 76).

Presidente agia, em determinadas questões pontuais, com extrema ambiguidade. Além disso, precisamos problematizar a expressão “voto judeu” ou “lobby judaico” e perceber dois aspectos: a) a heterogeneidade judaica nos Estados Unidos, o que não nos permite falar de apenas de um único “voto judeu”; e b) a amplitude da discussão sobre a Questão Palestina, já que o debate sobre o sionismo ultrapassava os grupos judaicos e chegava à sociedade mais geral, inclusive afetando as relações dentro do Partido Democrata. Somente após avaliar como tais relações se deram, poderemos falar de influências eleitorais na postura de Truman.

É preciso ressaltar, em primeiro lugar, que até a Segunda Grande Guerra, os segmentos judaicos mais estabelecidos na sociedade norte-americana rejeitavam o projeto de criar um Estado judeu na Palestina.

A noção de que era necessário construir um Estado para os judeus foi levada aos Estados Unidos em grande parte pelos imigrantes judeus do Leste Europeu que chegaram ao país nas últimas décadas do século XIX. Em um primeiro momento, tal ideia foi vista pela maior parte dos judeus norte-americanos como uma ideologia estrangeira e como uma ameaça ao *status* arduamente obtido pelos judeus nos Estados Unidos. Foram necessários trágicos acontecimentos durante a Segunda Guerra e profundas alterações na comunidade judaica europeia para que houvesse uma aceitação mais ampla do projeto de criar um Estado judeu na Palestina.

No final do século XIX, quando o movimento político sionista foi oficialmente criado no Primeiro Congresso Sionista, na cidade suíça da Basileia, em 1897, a comunidade judaica dos Estados Unidos era hegemônica por judeus asquenazitas de origem germânica, que haviam imigrado, em seu maior número, entre os anos 1820 e 1870. Apesar de um antissemitismo disseminado em várias esferas sociais, estavam relativamente bem integrados à sociedade norte-americana mais ampla, não sofrendo perseguições oficiais ou restrições legais quanto à sua vida religiosa ou inserção profissional. Na verdade, desde que os primeiros judeus chegaram às recém estabelecidas colônias europeias na América do Norte, a “América” significava liberdade contra as perseguições em curso na Europa e em outras partes do mundo de maioria cristã. Para os judeus de origem germânica, eles já haviam encontrado sua Sião, e não era a Palestina, era a América<sup>333</sup>.

---

<sup>333</sup> Stanley Nadel (2008, p. 27) diz que um centro econômico próspero para os imigrantes judeus germânicos no início do século XIX era Cincinnati, Ohio, cidade chamada por eles de a “Jerusalém em Ohio”.

Contudo, as ondas migratórias que tomaram corpo a partir de 1880<sup>334</sup>, quando uma grande quantidade de judeus do Leste Europeu chegou aos Estados Unidos, provocaram uma importante transformação na comunidade judaica norte-americana. Os grupos recém-chegados alteraram a configuração social judaica no país, fazendo emergir sérias divergências entre os “judeus germânicos” e os “judeus leste-europeus”, termos comumente utilizados para diferenciar os dois grupos<sup>335</sup>.

As duas maiores comunidades judaicas<sup>336</sup> divergiam sobre diversos aspectos. Segundo Mark Raider (1998, p. 7), os judeus leste-europeus levaram para a América ideias do Velho Mundo, um misto de elementos racionais, espirituais e culturais, que entraram em choque com as práticas sociais da comunidade judaica de imigração mais antiga. Ademais, muitos desses recém-chegados continuavam a se comportar como em sua terra natal, usando as mesmas vestimentas e ainda falando ídiche, o que era algo atacado pelos judeus de origem germânica, que defendiam a plena integração dos novos imigrantes ao modo de vida americano.

Podemos perceber que havia uma diferença sociológica entre os judeus de imigração mais antiga e os recém-chegados. Quando os imigrantes do Leste Europeu chegavam aos Estados Unidos formando um pequeno contingente, eram absorvidos na comunidade germânica. Mas quando eles perfaziam um número substancial, preferiram manter-se afastados dos imigrantes mais antigos, fundando suas próprias associações e congregações (NADEL, 2008, p. 27). Contudo, a noção da diferença era recíproca. A comunidade de judeus de origem germânica evitava seus irmãos recém-chegados, enxergando-os com desdém ou condescendência, tratando-os, na maioria dos casos, como estrangeiros, pauperizados e como ameaça ao seu *status* alcançado na sociedade norte-americana. Algumas organizações judaicas chegaram, inclusive, a defender leis anti-imigração em 1880, temendo que os judeus

---

<sup>334</sup> Segundo o *American Jewish Committee*, havia na virada do século XIX para o XX cerca de 1 milhão de judeus no país (*American Jewish Year Book*, 1899, p. 284). Não há como saber a distribuição exata entre os judeus de migração germânica e os de migração do Leste Europeu. Mas estimativas indicam que entre 2,5 e 3 milhões de judeus chegaram aos Estados Unidos entre 1880 e 1924 vindos das áreas orientais da Europa (DINER, 2004, p. 88).

<sup>335</sup> A historiadora Hasia Diner nos alerta a não tomar essa divisão com rigidez, pois em geral tal classificação é excessivamente simplista. Porém, segundo ela, de maneira geral, tal distinção pode ser traçada para indicar diferenças linguísticas e culturais e para entender as relações sociais entre distintos grupos de judeus norte-americanos (DINER, 2004, p. 78-80).

<sup>336</sup> Havia ainda os judeus sefarditas, de origem espanhola e portuguesa. Os sefarditas formaram a primeira comunidade judaica dos Estados Unidos. Os primeiros judeus a chegarem às colônias europeias na América do Norte foram 23 judeus sefarditas que haviam fugido do Brasil, após a retomada de Recife pelos portugueses (DINER, 2004, p. 13). Tal comunidade havia sido a dominante até a primeira leva de imigração em massa de judeus germânicos, iniciada em virtude da Guerra dos Trinta Anos na Europa, entre 1618 e 1648, em que uma série de ataques a judeus provocou uma grande onda migratória. Na época da Independência dos Estados Unidos, os asquenazitas já eram a maioria da comunidade judaica norte-americana (DINER, 2004, p. 63).

mais afortunados ficassem com o fardo de ter de sustentar seus irmãos mais pobres e temendo que a chegada de um grande contingente de judeus despertasse uma onda de antissemitismo no país (SORIN, 2008, p. 41).

Porém, o que despertou a divergência mais acirrada entre as duas comunidades foi o sionismo. Inicialmente, o sionismo foi visto como uma ideologia estrangeira, uma ligação supersticiosa de judeus religiosos, algo considerado contrário à postura mais adequada dos recém-chegados, isto é, o “tornar-se americano”. Os judeus de origem germânica afirmavam que o sionismo era uma ideologia “não-americana” (*un-American*), uma “ideologia de gueto”, que criava separações entre judeus e não-judeus.

Nesse sentido, torna-se compreensível a oposição dos proprietários do jornal *The New York Times* ao sionismo. Como mencionado anteriormente, a orientação de Adolph Ochs, um judeu descendente de imigrantes alemães que comprou o jornal em 1896, era fazer do *New York Times* um jornal para todos os norte-americanos e não um “jornal judeu”. Ochs, na verdade, se matinha fiel ao seu ideário, compartilhado por seus companheiros de origem germânica, de que os judeus deveriam ser integrados à sociedade norte-americana, e não se separar da sociedade, adotando uma “postura de clã” [*clannishness*].

Com efeito, no final do século XIX, para a maioria dos judeus norte-americanos, o objetivo principal era se integrar plenamente à sociedade norte-americana e aproveitar as oportunidades econômicas para ascender socialmente. Mesmo entre judeus pobres de origem leste-europeia, o sionismo representava pouco na virada do século XX. Para muitos desses recém-chegados, as necessidades diárias tinham precedência sobre uma ideia distante. Por isso, quando se associavam a alguma organização, em geral optavam pelas vinculadas ao socialismo, e não ao sionismo (UROFSKY, 1995, p. 104-5). Somente a partir de uma reelaboração do sionismo nos Estados Unidos, o movimento foi aceito, fazendo surgir um sionismo puramente norte-americano.

Porém, o sionismo não criou apenas conflitos entre ideologias e práticas sociais. Emergiu também uma discussão acalorada entre os religiosos judeus sobre a legitimidade e a prudência do sionismo. Entre as afiliações religiosas judaicas, uma das grandes fontes de oposição ao sionismo era formada por seguidores do Judaísmo Reformador. Criado no início do século XIX na Alemanha, o Judaísmo Reformador buscou modernizar a religião judaica, extirpando de seu seio o que era visto como bárbaro, atrasado e antigo, inserindo o judaísmo no que era considerado o mundo moderno.

Nos Estados Unidos, o movimento reformista<sup>337</sup> apareceu em meados do século XIX, criado por judeus dissidentes da Sinagoga K. K. Bet Elohim, na Carolina do Sul, que, insatisfeitos com as práticas religiosas em voga, fundaram a *Reformed Society of Israelites* em 1825. Porém, o Judaísmo Reformador só ganhou verdadeiro ímpeto após a grande onda imigratória de judeus vindos dos Estados germânicos entre 1820 e 1855. Nas décadas de 1840 e 1850, o movimento conheceu um aumento exponencial, com a fundação da Sinagoga Har Sinai (Baltimore), em 1842, e da Congregação Emanuel (Nova York), em 1845, tendo como principais rabinos Max Lilienthal, Isaac Mayer Wise e Davi Einhorn (SUSSMAN, 2008, p. 76).

Em grande parte do século XX, a expressa maioria dos rabinos reformadores adotou uma postura claramente antissionista. Para eles, o sionismo representava uma crença arcaica, com sua ênfase nos laços com a “Terra de Israel” e na especificidade judaica em contraste com o restante das sociedades onde viviam. Os reformadores rechaçavam a ideia de que os judeus fossem uma nação ou povo. Para os reformadores, o judaísmo era uma religião e não uma nacionalidade. Além disso, consideravam uma traição aos Estados Unidos a noção de que somente na “Terra de Israel” estariam em casa e que os lugares onde viviam era o “exílio”. Na Conferência de Pittsburgh, em 1885, a *Central Conference of American Rabbis* declarou que os judeus não constituíam uma nação e que era sem sentido buscar recriar um Estado judeu (UROFSKY, 1995, p. 95-6).

Por outro lado, embora minoritários, os sionistas norte-americanos começaram a construir suas organizações. Assim, do início do século XX às vésperas da Primeira Grande Guerra, surgiram diversas e importantes sociedades sionistas: o *Poalei Tzion*, grupo de inspiração socialista, foi estabelecido nos Estados Unidos em 1905, na cidade de Nova York; a seção norte-americana do *Mizrachi*, o partido dos sionistas religiosos, foi fundada em 1912; e a Hadassah, organização sionista feminina, voltada principalmente para trabalhos assistenciais e médicos, foi fundada também em 1912 por Henrieta Szold. E, finalmente, em 1917, foi formada a Organização Sionista da América [*Zionist Organization of America – ZOA*], que desempenhou papel importantíssimo na luta política dos sionistas nos Estados Unidos (LAQUEUR, 1972, p. 160; BERMAN, 1990, p. 16).

---

<sup>337</sup> O movimento reformista norte-americano se articulou principalmente em torno de três organizações: uma união de congregações, a *Union for Reform Judaism*; um sistema de seminários, a *Hebrew Union College-Jewish Institute of Religion – HUC-JIR*; e uma união independente de rabinos, a *Central Conference of American Rabbis – CCAR* (SUSSMAN, 2008, p. 74).

Além disso, no pós-Primeira Guerra, os sionistas conseguiram reunir o *American Jewish Congress*, organização que uniu os judeus imigrantes do Leste Europeu, e que obteve sucesso em apresentar um desafio de peso ao *American Jewish Committee* – AJC, uma organização predominantemente antissionista, criada em 1906 por judeus de origem germânica (BERMAN, 1990, p. 32). Na verdade, nesse período, o equilíbrio social já havia sido transformado. Na virada da década de 1910 para a década de 1920, a maioria da comunidade judaica dos Estados Unidos já era formada por descendentes de imigrantes do Leste Europeu, o que contribuiu para o fortalecimento do sionismo entre os judeus norte-americanos (UROFSKY, 1995, p. 147). Assim, apesar das dificuldades, nas duas primeiras décadas do século XX o sionismo começou a caminhar firmemente rumo a um maior fortalecimento político.

Mas o sucesso do sionismo nos Estados Unidos deve muito a um líder específico: o Juiz Louis Dembitz Brandeis (1856-1941). Até a metade dos anos 1910, apesar de várias transformações, o sionismo continuava a ser visto por muitos judeus como uma ideologia estrangeira, que não contribuía para vida judaica norte-americana. Ao contrário, era uma ameaça ao *status* de alguns segmentos. E, o que era ainda mais desanimador para os sionistas, os pressupostos do sionismo eram quase inteiramente desconhecidos pela sociedade norte-americana não-judaica. Este quadro se alterou radicalmente com a entrada em cena do influente Louis Brandeis, o primeiro judeu a ser indicado à Suprema Corte dos Estados Unidos.

Tendo aderido ao sionismo em 1912, Brandeis tornou-se a principal figura sionista dos Estados Unidos, ocupando o cargo de líder da Federação e da Organização Sionista da América entre 1914 e 1921. Facilitado por seu trânsito nos círculos governamentais e no Partido Democrata, e por ser bastante próximo ao Presidente Woodrow Wilson (1913-1921), Brandeis, um reconhecido jurista que lutava em prol de causas progressistas, teve atuação decisiva para tornar o sionismo uma questão relevante de política interna norte-americana. (LAQUEUR, 1972, p. 160).

Sua realização mais notável foi ter disseminado uma interpretação do sionismo que foi muito bem recebida entre os judeus norte-americanos e, além disso, bem vista pela parcela não-judaica da sociedade. Brandeis apresentou todas as mazelas pelas quais passavam os judeus do Leste Europeu, em especial os *pogroms* ocorridos durante e após a Primeira Grande Guerra, e fez uma defesa veemente do sionismo como um movimento moral pela salvação dos judeus que sofriam na Europa. Brandeis argumentou que os Estados Unidos possuíam uma

tradição moral contrária à opressão. Com base nessa premissa, Brandeis declarou em 1916, em sua formulação mais famosa, que ser sionista e ajudar o esforço de colonização na Palestina significava ser um judeu melhor; e ser um judeu melhor significava ser um americano melhor (UROFSKY, 1995, p. 129; RAIDER, 1998, p. 26).

A formulação de Brandeis foi muito eficaz, pois deixava claro que a emigração para a Palestina era destinada aos judeus europeus, e não aos judeus norte-americanos, que já viviam em liberdade. Com isso, conseguiu demonstrar para a sociedade norte-americana que não havia oposição entre sionismo e americanismo. Ele não foi o primeiro a dizer que sionismo e americanismo não eram incompatíveis. Brandeis seguia uma tendência estabelecida entre os sionistas americanos, pois o sionismo só conseguiu fincar raízes entre os judeus norte-americanos quando foi “americanizado”, ou seja, quando se apresentou como um movimento nos moldes americanos e se diferenciou de seu ramo do Leste Europeu (UROFSKY, 1995, p. 203; RAIDER, 1998, p. 13-4).

Além disso, Brandeis era influente, possuía expressão pública, devida à sua atuação em prol de melhorias sociais no país, e era sempre visto empenhado em fazer dos Estados Unidos um país melhor socialmente. Portanto, não poderia ser acusado de ser leal a uma nação estrangeira. Dessa forma, conseguiu vencer o temor dos judeus norte-americanos de serem acusados de dupla lealdade, ao persuadir a sociedade norte-americana de que apoiar o sionismo não significava negar os valores americanos. Ao contrário, significava confirmá-los.

Assim, estava aberto o caminho para uma ampla atuação sionista nos Estados Unidos. Munidos de uma percepção do sionismo distinta da predominante na Europa – uma que era aceita pela maioria dos grupos judaicos no país, bem como por grande parte da sociedade não-judaica –, os sionistas norte-americanos puderam exercer uma pressão política em prol de seus irmãos que sofriam na Europa.

Nesse sentido, na década de 1930, os sionistas estavam aptos a lidar com o impacto da ascensão do nazismo, bem como foram capazes de canalizar a solidariedade de amplos segmentos da sociedade norte-americana aos judeus que estavam sendo perseguidos na Europa. Dessa forma, a perseguição nazista na década de 1930 e o Holocausto durante a Segunda Guerra só se mostraram importantes para o crescimento do sionismo nos Estados Unidos por conta de uma articulação política eficaz ocorrida anteriormente. Assim, o sionismo conheceu um crescimento significativo nesse período.

Em primeiro lugar, houve importantes mudanças de posição de algumas organizações anteriormente antissionistas. Ainda que algumas ainda se manifestassem contrárias à ideia de

um Estado judeu, a colonização da Palestina e a ideia indefinida de um “lar nacional judaico” começaram a sofrer, cada vez mais, uma oposição menos intensa.

Embora ainda negando que os judeus fossem um grupo nacional, a *Central Conference of American Rabbis* (como vimos, uma organização formada por Rabinos reformadores) declarou oficialmente em 1937 que apoiava a criação de uma “pátria judaica” [*Jewish homeland*] na Palestina (SUSMANN, 2008, p. 79). Também líderes do *American Jewish Committee*, embora ainda contrários à ideia de Estado judeu, advogaram com intensidade a permissão da imigração judaica em massa para a Palestina (UROFSKY, 1995, p. 420).

Talvez a mudança mais significativa tenha sido a efetuada pela organização B’nai B’rith (Filhos da Aliança). Criado em 1843, o grupo foi avesso ao sionismo político em boa parte de sua trajetória. Embora não rechaçasse a ideia da colonização judaica na Palestina, o grupo era contrário à criação de um Estado judeu. Mas na década de 1930 o B’nai B’rith passou, cada vez mais, a enfatizar a Palestina como refúgio para os judeus. E em 1938, quando Henry Monsky, um apoiador do sionismo político, chegou à presidência do grupo, o B’nai B’rith passou a apoiar a criação de uma “Commonwealth judaica” na Palestina. Por fim, em 1947-1948, foi um dos grupos judaicos a fazer intensa pressão sobre Truman para que o presidente apoiasse a criação de Israel (MEDOFF e WAXMAN, 2008, p. 48; MOORE, 1981, p. 197-8).

Além dessas importantes alterações, houve um expressivo aumento de membros de diversas organizações sionistas. Apesar da Grande Depressão, o número de membros da *Zionist Organization of America* conheceu um aumento significativo durante a década de 1930, chegando a 46.000 em 1941; já a Hadassah contava com 80.000 membros no mesmo período (UROFSKY, 1995, p. 420); até mesmo o movimento revisionista<sup>338</sup> – uma minoria

---

<sup>338</sup> O movimento sionista revisionista começou a tomar corpo pela liderança de Vladimir Ze’ev Jabotinsky durante a Primeira Grande Guerra, com o objetivo de criar uma Legião Judaica. Na década de 1920, alegando que a liderança do movimento sionista era leniente com as políticas restritivas britânicas, rompeu com a Organização Mundial Sionista. O revisionismo chegou aos Estados Unidos em 1926, quando Jabotinsky foi ao país e apresentou uma série de palestras e realizou encontros para disseminar suas visões. O revisionismo nunca se tornou um movimento amplo entre os judeus norte-americanos, mas em meados da década de 1930 se estabeleceu nos Estados Unidos, tornando-se indiscutivelmente um elemento a ser levado em consideração nas discussões sionistas. Isso se acentuou quando Jabotinsky rompeu com a Organização Sionista Mundial e criou a Nova Organização Sionista. Nos Estados Unidos, foi criada a Nova Organização Sionista da América em 1935, à qual se juntaram duas importantes figuras sionistas norte-americanas, Jacob de Haas e Louis I. Newman – mas que, posteriormente, romperam com o grupo (MEDOFF, 2002, p. 26). Na década de 1940, após a morte de Jabotinsky, emergiu como líder revisionista norte-americano o rabino Hillel Kook, um militante enviado aos Estados Unidos pelos revisionistas da Palestina, cujo codinome era Peter Bergson. Bergson e seus seguidores eram chamados “Grupo Bergson” (MEDOFF, 2002, p. 49). Porém, Bergson deixou a Nova Organização Sionista da América em 1941 e quem assumiu como líder da organização foi Benzyon Netanyahu (MEDOFF, 2008, p.

dos sionistas nos Estados Unidos – teve seu número de membros elevados nesse período (MEDOFF, 2002, p. 25). Porém, os números são ainda maiores se contarmos os diversos outros grupos. Como apontam Joe Stork e Sharon Rose (1974, p. 41), em 1940, 171 mil judeus eram membros de alguma organização sionista. E em 1945, a *Zionist Organization of America* e a Hadassah afirmavam que juntas possuíam 315.000 membros alistados (BERMAN, 1990, p. 151).

Pode-se argumentar que esses números são modestos, já que havia cerca de 5 milhões de judeus nos Estados Unidos nessa época. Porém, o aspecto mais fundamental na alteração na correlação de forças no interior da comunidade judaica foi o enfraquecimento dos grupos antissionistas. Após o conhecimento dos massacres nazistas, a oposição ao sionismo político tornou-se minoritária entre os judeus norte-americanos (RAIDER, 1998, p. 215). Embora muitos dos apoiadores do sionismo não tomassem parte em alguma organização sionista, cerca de 80% se manifestaram, em 1945, favoráveis à criação de um Estado judeu na Palestina, enquanto apenas 10% dos judeus viam o judaísmo como religião e não como coletividade nacional (STORK e ROSE, 1974, p. 41). Portanto, a oposição ao Estado judeu tornou-se uma ideia minoritária na comunidade judaica norte-americana.

Politicamente, tal alteração também rendeu frutos. Os sionistas foram muito hábeis em aproveitar a oportunidade aberta por essa onda de simpatia e construíram organizações com o objetivo de obter o apoio do governo norte-americano ao sionismo político.

Após a Segunda Grande Guerra, o sionismo norte-americano estava organizado politicamente em torno do *American Zionist Emergency Council* (AZEC). Criado em 1939 com o nome de *American Emergency Committee for Zionists Affairs* (AEZCA), o Comitê contava com vinte e quatro membros representando as maiores organizações sionistas dos Estados Unidos (BERMAN, 1990, p. 76). Tinha como objetivo precípua criar uma forte base de apoio político dentro e fora da comunidade judaica norte-americana (RAIDER, 1998, p. 215-6). Renomeada em 1943, a AZEC passou a ser presidida por Stephen Wise e Abba Hillel Silver.

Stephen Wise e Abba Hillel Silver foram os principais líderes do sionismo nos Estados Unidos após a Segunda Grande Guerra. Eles figuravam entre os poucos rabinos reformadores que abraçaram a causa sionista muito antes da década de 1930. Wise era herdeiro político de

---

210). Em diversas ocasiões, durante a década de 1940, os revisionistas – liderados por Bergson ou Netanyahu – se manifestavam publicamente e enviavam correspondências para o Presidente e para Congressistas, mas, embora fossem ativos politicamente, nunca obtiveram grande influência entre os apoiadores do sionismo (RAIDER, 1998, p. 164). Muitos líderes sionistas norte-americanos acusavam os revisionistas de tendências fascistas (RAIDER, 1998, p. 179).

Louis Brandeis e muito ligado aos quadros do Partido Democrata. Adotava uma postura mais moderada e abordava o Presidente Truman e o Departamento de Estado com cautela. Já Abba Hillel Silver era extremamente agressivo em sua pressão política, o que desagradava profundamente muitos de seus interlocutores. Nascido na Lituânia, em 1893, era parte dos líderes de origem leste-europeia que trouxeram o sionismo para a América. Era próximo ao Partido Republicano e grande aliado de David Ben-Gurion (UROFSKY, 1995, p. 426; A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 8; MEDOFF, 2002, p. 95).

Desse modo, os sionistas conseguiram interlocução com amplos setores do espectro político norte-americano e articularam-se com parceiros de peso em seu projeto estatal. E em 1944, a ação do *lobby* do AZEC no Congresso foi fundamental para obter a aprovação de uma resolução pedindo a criação de um Estado judeu na Palestina (BERMAN, 1990, p. 118). Portanto, organizados dessa forma, os sionistas conseguiram formar um significativo front político em busca do apoio governamental à criação de um Estado judeu na Palestina.

Contudo, os sionistas tiveram de enfrentar oposições mesmo no interior da comunidade judaica. Nas décadas de 1930 e 1940, um dos maiores críticos do sionismo político era Judah Leon Magnes, um judeu de origem germânica que se formara rabino no interior do Judaísmo Reformador. Magnes, que ocupou os cargos de Chanceler e Presidente da Universidade Hebraica de Jerusalém, defendia que a Palestina deveria se constituir como um centro espiritual, cultural e científico para os judeus de todo o mundo. Suas propostas diziam que os judeus deveriam obter segurança, liberdade econômica e direitos políticos, mas não que deveriam dominar politicamente a Palestina e fazer deste território um “Estado judeu”.

Contudo, não podemos dizer que Magnes não era sionista. Inspirado em grande medida pelas ideias de Ahad Aha’am (pai do sionismo cultural), ele emigrou para a Palestina em 1922 e realizou grandes esforços para construir a Universidade Hebraica de Jerusalém. Porém, seu sionismo estava baseado na *ideia sionista* e não no sionismo político. Por conta disso, defendia como solução para o conflito entre árabes e sionistas um Estado bi-nacional. Com esse objetivo em mente, Magnes fundou o partido *Ichud* [União] em 1942.

Na verdade, a postura de Magnes a respeito do sionismo foi peculiar. Suas propostas políticas e sociais para a comunidade judaica da Palestina eram baseadas em suas ideias a respeito da própria sociedade norte-americana. Ou seja, o sionismo de Magnes era equivalente ao seu americanismo. Segundo Daniel P. Kotzin (2000), Magnes tentou “americanizar o *Yishuv* [comunidade judaica da Palestina]”.

Magnes elaborou seu sionismo compatível com o ideal norte-americano de democracia. Ele introduziu no sionismo sua perspectiva progressista de pluralismo cultural, o que, por conseguinte, o levou a defender a convivência com a população árabe da Palestina. E foi segundo esses pressupostos que emergiu seu ideal de Estado bi-nacional (KOTZIN, 2009, p. 4-5).

Já no pós-Segunda Guerra, o grupo que exerceu a oposição mais ferrenha ao sionismo político foi o *American Council for Judaism*. Formada por rabinos reformadores, a organização foi fundada em 1942 com o objetivo de se contrapor ao crescimento do sionismo, após o *American Jewish Committee* ter adotado uma postura mais conciliadora com os sionistas (KOLSKY, 1990, p. 1; UROFSKY, 2008, p. 207). Presidida desde 1943 por Lessing J. Rosenwald, seu mais proeminente líder, a organização publicava manifestos<sup>339</sup>, emitia declarações<sup>340</sup>, escrevia artigos em revistas importantes<sup>341</sup> e enviava longas e incisivas cartas aos maiores jornais do país<sup>342</sup>.

Para o *American Council for Judaism*, o judaísmo era uma religião e não uma nacionalidade. Os judeus deveriam ser bons cidadãos na vida pública e reservar o judaísmo para sua vida privada. Rosenwald, em diversas ocasiões, dizia-se “americano de fé judaica”<sup>343</sup> e afirmava com veemência que sua nacionalidade era americana<sup>344</sup>. Além disso, ele adotou uma postura agressiva contra o sionismo. Acusou os sionistas de estarem reproduzindo “teorias racistas”, que “criam separações entre judeus e não-judeus”<sup>345</sup>.

Apesar dos números modestos, o *American Council for Judaism* conseguia ampla audiência nas discussões sobre a Questão da Palestina e sobre a situação dos DPs judeus. Obtinha espaço considerável em debates públicos, seminários, comícios e na imprensa, principalmente no *New York Times*, cujos editores e proprietários eram contrários ao sionismo político. Além disso, possuía considerável influência política junto ao Presidente Truman. Rosenwald conseguia participar ativamente das discussões políticas com o presidente. Ele representou o *American Council for Judaism* em diversas reuniões com Harry Truman na Casa Branca para discutir a Questão da Palestina.

<sup>339</sup> Apud Steps on Palestine seen chart for other world racial rifts. *The Christian Science Monitor*, 14 de maio de 1946, p. 2.

<sup>340</sup> Apud Back intervention plan. *The New York Times*, 9 de fevereiro de 1944, p. 14.

<sup>341</sup> ROSENWALD, Lessing J. Reply to Zionism. *Life Magazine*, 28 de junho de 1943, p. 11.

<sup>342</sup> \_\_\_\_\_. Issue in Palestine. Carta ao jornal *The New York Times*, publicada em 17 de março de 1947, p. 22;

\_\_\_\_\_. Carta ao jornal *The Christian Science Monitor*, 24 de abril de 1947, p. 22;

<sup>343</sup> \_\_\_\_\_. Position of American Jews. Carta ao jornal *The New York Times*, publicada em 29 de janeiro de 1948, p. 22.

<sup>344</sup> Apud BLAIR, William. Jewish group hits nationalism fight. *The New York Times*, 20 de janeiro de 1948, p. 4; Apud HULEN, Bertram. U.S. moves quickly. *The New York Times*, 15 de maio de 1948, capa e p. 3.

<sup>345</sup> ROSENWALD, Lessing J. Reply to Zionism. *Life Magazine*, 28 de junho de 1943, p. 11.

Assim, mais importante que o número de adeptos, importa o peso de tais organizações no debate público e a possibilidade de navegar pelos canais institucionais em busca de influenciar decisões políticas. E o *American Council for Judaism* conseguiu uma voz no debate sobre a Questão da Palestina com uma força que excedia seu peso proporcional na comunidade judaica norte-americana.

Assim, podemos perceber que o projeto de criação de um Estado judeu ainda era alvo de debates acalorados no interior da comunidade judaica norte-americana, mesmo após o término da Segunda Grande Guerra e o conhecimento dos horrores do Holocausto. Com isso, se quisermos avaliar corretamente o peso político eleitoral do sionismo, devemos atentar para o quadro político mais abrangente do período, no qual a Questão da Palestina passou a ser, de forma crescente, um dos centros dos debates públicos.

#### **4.2 O apoio ao sionismo entre organizações não-judaicas**

O debate sobre o projeto de construir um Estado judeu na Palestina era mais amplo do que as discussões no interior da comunidade judaica norte-americana, embora entre os judeus, evidentemente, tais discussões fossem muito mais importantes do ponto de vista existencial e religioso e, portanto, muito mais centrais à sua identidade.

A influência política eleitoral do sionismo norte-americano no período entre 1945 e 1948, ou seja, após o Holocausto e diante da entrada definitiva dos Estados Unidos como ator global na política internacional, não pode ser subestimada. Houve uma conjunção de forças políticas que contribuíram para um amplo apoio social ao sionismo nos Estados Unidos. Assim, não podemos nos referir apenas a um poderoso *lobby* sionista, mas a um conjunto de grupos sociais norte-americanos, judaicos e não-judaicos, que viram o sionismo como a resposta mais adequada à situação precária dos sobreviventes do Holocausto e como solução para uma anomalia, em que os judeus, como povo, não possuíam um Estado próprio.

Os sionistas souberam articular-se, já durante as primeiras décadas do século XX, a diversos atores sociais e políticos não-judeus (associações religiosas, movimentos sociais, Congressistas etc.) que compartilhavam uma visão positiva do sionismo. Porém, de início, o apoio ao sionismo entre diversos setores da sociedade norte-americana era fundamentado em grande parte na ideia sionista, nem sempre compatível com o sionismo político. Contudo,

após a Conferência de Biltmore (1942)<sup>346</sup> e a *American Jewish Conference* (1943)<sup>347</sup>, o projeto de um Estado judeu assumiu uma grande dimensão no debate público e, assim, os diversos grupos sionistas que atuavam nos Estados Unidos se organizaram de maneira eficaz com o objetivo declarado de criar um Estado judeu na Palestina.

A articulação mais efetiva entre os diversos agrupamentos sionistas e organizações pró-sionistas não judaicas se deu a partir do início da Segunda Grande Guerra. Cada vez mais os sionistas percebiam que as posições políticas dos Estados Unidos seriam fundamentais na reestruturação da política internacional do pós-guerra. Já no decorrer da luta contra o Eixo, ficava cada vez mais claro para os sionistas que os Estados Unidos sairiam do conflito como uma das maiores potências mundiais (senão a maior). Em 1941, o líder sionista Emanuel Neumann advertiu os participantes da Convenção da *Zionist Organization of America* que os Estados Unidos seriam fundamentais nos arranjos do pós-guerra e que era extremamente necessário obter o apoio da sociedade norte-americana clamando por uma ação do governo favorecendo os objetivos sionistas<sup>348</sup>.

Com efeito, na década de 1940, os apoiadores do sionismo caminharam a passos largos para obterem sucesso em sua organização e diversos comitês políticos pró-sionistas foram criados ou reformulados. O *American Palestine Committee*, formado por acadêmicos, intelectuais, líderes religiosos e civis, foi criado em 1932, mas somente durante a guerra é que realizou atividades políticas mais contundentes. A organização foi revigorada em 1941, quando recebeu o ingresso de 70 senadores e um grande número de deputados da Casa dos Representantes, 21 governadores e diversos líderes religiosos, civis e trabalhistas. Suas principais atividades ao longo da década de 1940 eram o intenso *lobby* no Congresso e a pressão sobre os presidentes Roosevelt e Truman. Mais importante do que seu engajamento foi a abrangência dos componentes da organização, que conferia legitimidade às suas demandas. (DAVIDSON, 2001, p. 158-9).

---

<sup>346</sup> A chamada “Declaração de Biltmore” (ou “Programa de Biltmore”) foi uma resolução aprovada após o Congresso Sionista de 1942, ocorrida no Hotel Biltmore, em Nova York. A declaração dizia que o objetivo do movimento sionista era a criação de uma “Commonwealth judaica na Palestina”. Na verdade, pela primeira vez se falava abertamente que a demanda sionista era um Estado judeu em todo o território da Palestina (SHLAIM, 2004, p. 61; RAIDER, 1998, p. 207).

<sup>347</sup> A Conferência, ocorrida em agosto de 1943 no Hotel Waldorf-Astoria, em Nova York, foi convocada pelo Presidente do B’nai B’rith Henry Mosky, com o objetivo de elaborar uma frente judaica que agisse de forma unívoca para salvar os judeus que estavam sendo massacrados na Europa. Grupos judaicos de todo o espectro político foram convocados. Sionistas, apoiadores da colonização judaica na Palestina e antissionistas participaram. Depois de acalorados debates e acirradas disputas, o Programa de Biltmore foi aceito pela maioria dos participantes do evento (RAIDER, 1998, p. 214; BERMAN, 1990, p. 116).

<sup>348</sup> Discurso de Emanuel Neumann à Convenção da *Zionist Organization of America* de 1941 (*Apud* BERMAN, 1990, p. 85).

Outros agrupamentos foram criados, fruto da organização de grupos cristãos, ou entre cristãos e judeus, dentre eles o *American Christian Committee for Palestine* e o *Christian Council on Palestine*. Este último foi formado em 1942 e conseguiu atrair mais de 900 clérigos cristãos em apenas um ano, chegando ao contingente de 3 mil em 1946 (BERMAN, 1990, p. 127). Já outros grupos cristãos manifestaram apoio ao sionismo, como o *American Christian Conference*, *Interfaith Movement*, *Church Peace Union*, e *National Council of Catholic Men*.

Além disso, em 1930, a *Pro-Palestine Federation* foi criada por clérigos cristãos de Chicago. Seus fundadores buscavam, inicialmente, fomentar o entendimento entre judeus e cristãos. No entanto, a organização trilhou um caminho político e tornou-se uma grande apoiadora do sionismo nas décadas de 1930 e 1940. Embora fosse vista pelos sionistas com reservas, diante de sua distância em relação à *Zionist Organization of America*, o trabalho da *Pro-Palestine Federation* contribuiu na pressão sobre os Presidentes Roosevelt e Truman. Na década de 1940, o líder da organização era Charles Edward Russell, um jornalista que havia militado em causas progressistas, apresentava-se como socialista e fora um dos fundadores da NAACP<sup>349</sup> (MERKLEY, 1998, p. 106-7).

De grande importância, os sionistas conseguiram obter um significativo apoio no Congresso, tanto de Democratas quanto de Republicanos; judeus e não-judeus; conservadores e progressistas. Com efeito, o Congresso dos Estados Unidos em 1944 era majoritariamente pró-sionista. Dos 534 Congressistas, 411 apoiavam medidas do governo norte-americano que contribuíssem para a criação de uma Commonwealth Judaica na Palestina (STORK e ROSE, 1974, p. 48). Na verdade, os sionistas conseguiram fazer com que os dois partidos disputassem o apoio ao sionismo. Nas eleições presidenciais de 1944, os dois partidos incluíram pontos pró-sionistas em suas plataformas de campanha e os dois candidatos à presidência, o Republicano Thomas Dewey e o Democrata Franklin Roosevelt, emitiram declarações pró-sionistas antes das eleições (AHMED, 1995, p. 46-9; A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 11; SPIEGEL, 1985, p. 18).

É curioso notar que os políticos Democratas, do mesmo partido de Truman, pressionavam intensamente o presidente. Isso ocorria já durante o mandato de Roosevelt. Muitos políticos do Partido Democrata pressionavam o Presidente para que agisse em apoio

---

<sup>349</sup> NAACP: *National Association for the Advancement of the Colored People* (Associação Nacional para o Desenvolvimento das Pessoas de Cor): organização fundada em 1909 por vários ativistas liberais contrários aos linchamentos e às políticas discriminatórias contra os negros. Dentre os principais fundadores estavam W.E.B. Du Bois e Charles Edward Russell (WINTZ, 1996, p. 8).

ao sionismo político e em ajuda aos judeus que estavam sendo massacrados na Europa. Além disso, muitos Democratas votaram favoravelmente às duas principais resoluções pró-sionistas no Congresso, em 1922<sup>350</sup> e em 1944<sup>351</sup>.

Ou seja, na aprovação da resolução de 1944, a postura pró-sionista não era um meio de desestabilizar o governo Roosevelt. Era, certamente, uma atitude política visando agradar potenciais eleitores judeus. Contudo, eram também posturas que se baseavam em valores humanitários e em convicções políticas.

Portanto, o apoio ao sionismo era um movimento bipartidário, e o Congresso se tornou um *locus* de poder político sionista no debate sobre a Questão da Palestina. Além disso, diversos governadores, prefeitos e conselheiros locais de ambos os partidos manifestavam apoio a medidas pró-sionistas.

Os sionistas também receberam o apoio de sindicatos e das maiores centrais sindicais dos Estados Unidos – a *American Federation of Labor* (AFL) e o *Congress of Industrial Organizations* (CIO). Houve ainda apoio de diversas organizações religiosas – judaicas, protestantes e católicas. Só em 1944, mais de 3 mil organizações não-judaicas, entre associações, igrejas, os clubes Rotary, Lion e Elky, a Associação Cristã de Moços, associações de clérigos, sindicalistas e outras organizações da sociedade civil aprovaram resoluções pró-sionistas, além de circularem petições e enviarem cartas e telegramas ao Presidente (STORK e ROSE, 1974, p. 48). Enfim, os sionistas obtiveram um apoio político considerável entre vários setores organizados e reconhecidos do país.

Diante do exposto, deve ser ressaltado que o sionismo conseguiu apoio efetivo de agrupamentos de um amplo espectro político. Grupos políticos identificados com a esquerda e com a direita manifestavam apoio à criação de uma “Commonwealth Judaica” na Palestina, bem como demonstravam as mesmas formas estereotipadas de retratar os árabes. O esforço do *American Zionist Emergency Council* (AZEC) foi valioso nesse sentido, pois a variedade de grupos sionistas em seu interior permitiu que se aproximasse das mais diferentes tendências políticas no cenário norte-americano (BERMAN, 1990, p. 125).

---

<sup>350</sup> Neste ano, houve duas resoluções. A primeira, apresentada ao Senado por Henry Cabot Lodge (Republicano, Massachusetts), afirmando apoio norte-americano à Declaração Balfour; a segunda, apresentada na Casa dos Representantes, por Hamilton Fish Jr. (Republicano, Nova York), pedia a criação de um lar nacional judaico na Palestina e que os Estados Unidos adotassem oficialmente o sionismo como política externa para a Palestina (AHMED, 1995, p. 46).

<sup>351</sup> A resolução de 1944, apresentada ao Congresso pelo Senador Robert Wagner (Democrata, Nova York) e pelo Senador Robert Taft (Republicano, Ohio), pedia a revogação da limitação da imigração judaica na Palestina e a criação de um “Commonwealth Judaica na Palestina” (A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 81-2).

Por sua vez, os norte-americanos pró-árabes não conseguiram formar uma força política expressiva para contrabalançar a força do sionismo. Organizações formadas por árabes ou descendentes de árabes, como o *Institute of Arab American Affairs* e a *Arab National League*, agiram efetivamente para fazer valer o ponto de vista árabe entre os norte-americanos. Não foram passivos durante o debate. Contudo, não obtiveram sucesso (DAVIDSON, 2001, p. 209-12). Steven Spiegel (1985, p. 18) demonstra que, embora tivessem força em algumas discussões, os grupos e indivíduos pró-árabes falharam em obter apoio da opinião pública. Da mesma forma, o front de defesa dos árabes entre alguns acadêmicos e empresários de petróleo não foi forte o suficiente para confrontar a percepção negativa dos árabes (A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 68-9). Enfim, como disseram Allis e Ronald Radosh (2009, p. 68-9), os sionistas venceram a batalha pela opinião pública norte-americana.

Porém, uma ressalva deve ser feita. O apoio ao sionismo nos Estados Unidos não foi realizado por meio de uma defesa acrítica das ações dos judeus na Palestina. Em geral, os líderes sionistas e pró-sionistas que se manifestavam nos cinco veículos analisados nessa pesquisa advogavam uma solução pacífica para o problema e condenavam o uso da violência.

Portanto, podemos ver no material analisado duras críticas ao uso da violência por grupos judaicos. Os judeus possuíam três forças militares na Palestina. A primeira delas era a Haganah<sup>352</sup>, considerada por muitos a força legítima de auto-defesa da comunidade judaica na Palestina. Também havia o Irgun e o Lehi (também conhecido como Gang Stern)<sup>353</sup>.

O Irgun e o Lehi eram grupos formados por judeus extremistas ligados ao movimento sionista revisionista. Na década de 1940, passaram a utilizar a violência contra as autoridades britânicas na Palestina, para pressionar o governo de Londres a suspender o White Paper e posteriormente se retirar da Palestina, permitindo a criação do Estado judeu.

Para muitos jornalistas e analistas políticos, o recurso à violência era uma postura altamente condenável. Da mesma forma que condenavam a violência praticada pelos árabes

---

<sup>352</sup> A Haganah (Defesa) era uma força paramilitar criada por sionistas trabalhistas com o objetivo de proteger a comunidade judaica contra ataques árabes. Fundada em 1920, era uma reelaboração de outra organização, Hashomer (A Sentinela), criada em 1909. Com a fundação do Estado de Israel, em 1948, a Haganah tornou-se o exército israelense e passou a se chamar Força de Defesa de Israel – FDI (LAQUEUR, 1972, p. 329; MASSOULIÉ, 1996, p. 51; SHLAIM, 2004, p. 73).

<sup>353</sup> Os dois grupos foram criados no início da década de 1930 por integrantes que romperam com a Haganah. O *Irgun Zvai Leumi* (Organização Militar Nacional), cujo principal expoente durante muitos anos foi o futuro Primeiro Ministro israelense Menachem Begin, e o *Lehi* (*Lohame Herut Israel* – Combatentes pela Libertação de Israel), que recebeu a alcunha de Gangue Stern pela administração britânica, por seus métodos terroristas e por ser inspirado nas ideias de Avhram Stern (LAQUEUR, 1972, p. 329; SCALERCIO, 2003, p. 35).

na revolta de 1936-39, condenavam como “terrorismo” as ações do Irgun e do Lehi. Muitas reportagens os chamavam de “sionistas terroristas”<sup>354</sup> ou “judeus terroristas”<sup>355</sup>.

Assim, percebemos que os apoiadores do sionismo nos Estados Unidos defendiam uma forma específica de sionismo, pacífico, construtivo, benéfico e civilizador, em oposição a um sionismo considerado destrutivo e violento.

O *New York Times* contrastava os diferentes grupos sionistas da seguinte forma: “judeus armados pertencentes a uma pequena organização terrorista” contra “responsáveis elementos na comunidade judaica” da Palestina<sup>356</sup>. Em outra ocasião, o jornal opôs as “pequenas organizações terroristas” aos “elementos judeus respeitadores da lei” [*lawful Jewish elements*]<sup>357</sup>. Embora a Haganah, milícia reconhecida por muitos como o órgão militar oficial da Agência Judaica (mas considerada clandestina pelos britânicos), também praticasse atos de violência em algumas ocasiões (OREN, 2007, p. 486; LAQUEUR, 1972, p. 571-2), era vista como mais legítima do que o Irgun e o Lehi.

Em dezembro de 1945, ao analisar combates entre judeus e britânicos, o jornal afirmou que “terroristas” haviam explodido bombas em prédios administrativos e em outros prédios em Jerusalém, Tel Aviv e Jaffa. Mais adiante, informa que os atentados provavelmente teriam sido produzidos pelos “Sternistas”, um grupo “reconhecidamente terrorista e militante”<sup>358</sup>.

Porém, sem dúvida, o ataque mais ousado e emblemático do confronto entre sionistas e autoridades britânicas foi a explosão do Hotel King David em 22 de julho de 1946. O explosivo colocado no hotel, sede da administração britânica na Palestina, destruiu diferentes alas do prédio e matou cerca de 90 pessoas, entre britânicos, árabes e 17 judeus (OREN, 2007, p. 490; LAQUEUR, 1972, p. 572).

O ataque foi condenado em diversos discursos públicos e pela imprensa. O *New York Times* e o *Christian Science Monitor* denominaram a explosão de ato “terrorista”<sup>359</sup>. O editorial do *New York Times* avaliou o atentado da seguinte maneira: “Não há bravura

---

<sup>354</sup> CURRIVAN, Gene. Riots in Palestine quelled by troops: Zionists terrorists set fire to 3 Tel Aviv buildings. *The New York Times*, 15 de novembro de 1945, p. 1; \_\_\_\_\_. Terrorists raid Jerusalem. *The New York Times*, 27 de dezembro de 1945, p. 25; Search for Palestine terrorists intensified by British troops. *The Christian Science Monitor*, 31 de dezembro de 1945, p. 6; Jerusalem shaken by sharp fighting. *The New York Times*, 20 de janeiro de 1946, capa; Terrorists renew raids in Palestine. *The New York Times*, 21 de fevereiro de 1946, capa.

<sup>355</sup> Irgun hangs hostages. *Life Magazine*, 11 de agosto de 1947, p. 33.

<sup>356</sup> Refuge for Jews. *The New York Times*, 14 de outubro de 1945.

<sup>357</sup> Abroad: Riots in Palestine. *The New York Times*, 4 de novembro de 1945.

<sup>358</sup> Abroad: violence in Palestine. *The New York Times*, 30 de dezembro de 1945.

<sup>359</sup> Jerusalem bomb kills 41 in attack on British offices. *The New York Times*, 23 de julho de 1946, capa e p. 3; Palestine blast jars plan to admit Jews, deepens grim issue. *The Christian Science Monitor*, 23 de julho de 1946, p. capa e p. 6.

[*gallantry*] em uma bomba que leva vidas indiscriminadamente. Quem quer que tenha cometido esse ato, ou para que propósito, o ato é indefensável.”<sup>360</sup>.

Portanto, devemos levar em consideração que o apoio ao movimento sionista em amplos segmentos da sociedade norte-americana foi direcionado a uma vertente sionista, vista como um movimento legítimo de acordo com os padrões mais amplamente aceitos de comportamento político. Por outro lado, as ações do Irgun e do Lehi não foram suficientes para danificar a imagem do sionismo nos Estados Unidos, tampouco foi um obstáculo para que os sionistas obtivessem uma vitória discursiva no debate político sobre a Palestina.

O importante a assinalar é que tal vitória não se deveu apenas ao “*lobby* sionista”, pois o *lobby* petrolífero também possuía força e foi fragorosamente derrotado. Mesmo as ameaças das grandes empresas de petróleo não surtiram efeito, como quando executivos da ARAMCO<sup>361</sup> ameaçaram reconfigurar a companhia como britânica, diante das medidas pró-sionistas adotadas pelo governo dos Estados Unidos em 1946 (HAHN, 2004, p. 36).

Certamente, o grande apoio social ao sionismo estava relacionado aos esforços dos grupos sionistas, que faziam intensa propaganda para obter o apoio da opinião pública norte-americana. Porém, tal propaganda obteve sucesso porque já havia uma simpatia pelo sionismo entre diversos grupos norte-americanos. O trabalho sionista deveria ser dedicado a transformar essa simpatia em medidas políticas concretas. Como já reconhecia Emanuel Neumann, “simpatia é como qualquer outra força; só é efetiva se corretamente canalizada” (*Apud* UROFSKY, 1995, p. 422).

### 4.3 A oposição entre estrategistas de política externa e a opinião pública

Contudo, contraposta a essa pressão, estava a ferrenha oposição do Departamento de Estado, do Departamento de Defesa e da Central de Inteligência Americana (CIA). Evidentemente, como vimos, havia oposição ao sionismo entre a sociedade civil, mesmo no interior da comunidade judaica. Outra fonte de pressão sobre Truman foram algumas companhias petrolíferas, que defendiam a aproximação com países árabes e viam o sionismo como um elemento desestabilizador no Oriente Médio (COHEN, 1994). Porém, estes três

<sup>360</sup> Violence in Palestine. *The New York Times*, 23 de julho de 1946, Editorial.

<sup>361</sup> A ARAMCO – *Arab American Company* – era uma *joint-venture* criada em 1944 pelas empresas norte-americanas Standard Oil of California e Texas Oil Company para explorar petróleo na Arábia Saudita. Registrada como empreendimento norte-americano, era um dos pilares da parceria entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita (BRONSON, 2006, p. 18). Em 1980, após anos de debates entre oficiais sauditas e executivos e oficiais governamentais norte-americanos, o governo da Arábia Saudita nacionalizou a companhia (JAFF e ELASS, 2007, p. 39). Porém, as relações entre Washington e Riad continuaram sólidas.

órgãos governamentais eram os que possuíam, efetivamente, poder político para apresentar uma oposição mais séria aos grupos sionistas judaicos e não-judaicos, que, por sua vez, contavam com o apoio de importante parcela da opinião pública.

O embate entre as diferentes visões sobre o sionismo não era devido às diferentes formas de enxergar as duas populações da Palestina. Os formuladores da política externa no Departamento de Estado não eram “arabistas”, como acusavam os sionistas e como avaliam alguns historiadores (OREN, 2007, p. 425). Esses indivíduos eram parte daquela sociedade e, assim, compartilhavam diversas representações dos árabes e dos sionistas. Embora, houvesse diplomatas que, por terem uma longa presença em países da região, apreciassem a cultura árabe, os documentos oficiais do Departamento de Estado, do Departamento de Defesa e da CIA também contêm referências ao atraso, à violência, à falta de democracia e ao fanatismo<sup>362</sup> dos árabes, considerados “orientais”<sup>363</sup>. Podemos ler em documentos oficiais várias menções à “mentalidade” ou à “psicologia” árabe e aos “hábitos orientais”<sup>364</sup>.

Por isso, a principal divergência entre os estrategistas de política externa e os apoiadores do sionismo não se deu por uma tendência “arabista” no interior do Departamento de Estado. O ponto central era uma radical diferença de concepções sobre como fazer política externa.

Os estrategistas norte-americanos avaliavam a Questão da Palestina sob o ponto de vista dos interesses considerados “vitais” para a segurança do país. Segundo eles, o conflito entre árabes e judeus possuía implicações em variadas esferas de atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio. Estavam envolvidos aspectos econômicos, geopolíticos e militares que não poderiam ser desconsiderados.

Diante da proximidade construída entre norte-americanos e árabes desde a década de 1930, os estrategistas afirmavam que os Estados Unidos deveriam agir de modo a não alienar os árabes. Ainda mais naquele momento específico. Após a Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos eram efetivamente um ator relevante no Oriente Médio. Em 1947, os norte-americanos estavam envolvidos em vários negócios nos países árabes – em empreendimentos de extração e transporte de petróleo, em investimentos em infraestrutura e fornecendo assessoria militar. Na Arábia Saudita, os norte-americanos participavam da construção e da

---

<sup>362</sup> CIA. *The consequences of the partition of Palestine*. ORE 55, 28 de novembro de 1947. Disponível em: <<http://www.foia.cia.gov/>> Acesso em: 13 out. 2012, p. 4.

<sup>363</sup> Oriental thieves tracked by Army. *The New York Times*, 3 de janeiro de 1944, p. 8.

<sup>364</sup> Carta do Ministro na Arábia Saudita, William Eddy, ao Secretário de Estado, 8 de julho de 1945. FRUS, Vol. VIII, 1945, p. 923.

manutenção de estradas, operavam a base aérea de Dhahran e forneciam treinamento militar às tropas sauditas.

Portanto, segundo os estrategistas norte-americanos, uma postura governamental pró-sionista poderia causar graves prejuízos para a posição dos Estados Unidos no Oriente Médio: economicamente, poderia provocar o cancelamento das concessões às empresas de petróleo, a paralisação das relações comerciais e dos investimentos em infraestrutura; militarmente, poderia causar o fechamento de bases militares norte-americanas na região e rescindir acordos de treinamento às tropas locais<sup>365</sup>; e, ainda pior, em um período de degradação das relações entre norte-americanos e soviéticos, poderia “lançar todo o mundo árabe nos braços da Rússia soviética”<sup>366</sup> ou fomentar movimentos revolucionários comunistas no Oriente Médio<sup>367</sup>.

Assim, para os estrategistas norte-americanos, o Oriente Médio era apenas um ponto em que se travava um embate mais amplo. Tendo assumido um papel de ator global, a atuação dos Estados Unidos deveria ser consistente com considerações globais. Assim, a política externa norte-americana, nos mais diferentes pontos do planeta, deveria se coadunar com a estratégia geopolítica mundial, e não buscar analisar demandas morais específicas (SPIEGEL, 1985, p. 2).

Portanto, a diferença entre os dois polos da discussão estava relacionada a diferentes visões sobre qual deveria ser a ação dos Estados Unidos na arena internacional. Os grupos pró-sionistas advogavam uma política externa pautada pela moralidade, por valores humanitários e por preceitos de lei internacional. Os formuladores da política externa, por outro lado, afirmavam que, embora o sionismo contivesse aspectos morais válidos, qualquer decisão deveria ser pautada, em primeiro lugar, pelos interesses do país. E durante toda a discussão, o sionismo era visto pelos formuladores da política externa como algo prejudicial aos interesses norte-americanos no Oriente Médio.

Essa contenda, na verdade, estava diretamente relacionada a uma disputa maior que ocorria entre diferentes atores políticos pelo poder de guiar a atuação internacional norte-americana. No pós-Segunda Guerra, distintas instituições políticas, especialmente o Departamento de Estado e o Congresso, estavam disputando uma posição de força para delinear a política externa norte-americana.

---

<sup>365</sup> Relatório preparado pela Equipe de Planejamento Político sobre a posição dos Estados Unidos com respeito à Palestina. 19 de fevereiro de 1948. Enviado para o Secretário de Estado George Marshall pelo Diretor da Equipe de Planejamento Político George Kennan em 20 de fevereiro de 1948. FRUS, 1948, Vol. V, parte 2, p. 546-54.

<sup>366</sup> Memorando do Diretor do Gabinete de Negócios do Oriente Próximo e África, Wallace Murray, para o secretário de Estado em exercício, Joseph Grew, 20 de março de 1945. FRUS, 1945, Vol. VIII, p. 694-5.

<sup>367</sup> CIA. *The consequences of the partition of Palestine*. ORE 55, 28 de novembro de 1947. Disponível em: <<http://www.foia.cia.gov/>> Acesso em: 13 out. 2012, p. 1-2.

Ainda antes de terminar a Segunda Grande Guerra, tais divergências transpareciam até mesmo para a imprensa. Em 1944, a revista *Life* dizia sobre o conflito referente à política externa norte-americana, diante de várias questões importantes na nova realidade política internacional: “O Secretário de Estado Cordell Hull e o povo americano parecem estar se digladiando”<sup>368</sup>.

Em novembro de 1945, o *Christian Science Monitor* noticiou a criação de um comitê conjunto entre Congressistas e oficiais do Departamento de Estado. Os congressistas reivindicavam mais voz no processo de tomada de decisão em política externa e criticavam a prática corrente de serem chamados apenas para dar seu aval a políticas já delineadas previamente sem seu conhecimento. E, sintomático da importância da Questão da Palestina para a política externa dos Estados Unidos nesse período, um dos pontos mais importantes a serem discutidos no comitê era a política externa norte-americana para a Palestina<sup>369</sup>.

Havia, portanto, uma séria fissura entre oficiais do Departamento de Estado, do Pentágono e da CIA, de um lado, e Congressistas e atores variados da sociedade civil, de outro, sobre os papéis desempenhados por diversas instâncias governamentais e pela sociedade civil em política externa. Tal disputa era referente a diversas questões de política internacional. Porém, a Questão da Palestina era uma das controvérsias mais profundas nesse conflito.

Podemos ver claramente essa clivagem no primeiro contato do Presidente Truman com a Questão da Palestina, quando recebeu uma clara advertência vinda do Departamento de Estado para que ele não sucumbisse à pressão de variados grupos sociais para apoiar o sionismo. Em 18 de abril de 1945, Truman, há apenas 6 dias no cargo, recebeu um memorando do Secretário de Estado Edward Stettinius Jr. alertando sobre a grande probabilidade dos sionistas irem procurá-lo para que alinhasse sua política aos objetivos do movimento sionista. Stettinius alertou Truman nos seguintes termos:

Como o senhor está ciente, o Governo e o povo dos Estados Unidos têm muita simpatia pelos judeus perseguidos da Europa e estão fazendo tudo que está a seu alcance para aliviar seu sofrimento. A questão da Palestina, contudo, é altamente complexa e envolve questões que vão muito além da situação dos judeus da Europa. [...] Há uma tensão contínua na situação do Oriente Próximo em grande parte como resultado da questão Palestina e como nós temos interesses nesta área que são vitais para os Estados Unidos, pensamos que a questão como um todo deve

<sup>368</sup> The Atlantic Charter. *Life Magazine*, 3 de abril de 1944, Editorial, p. 32.

<sup>369</sup> Foreign policy preview sought in Senate move. *The Christian Science Monitor*, 19 de novembro de 1945, p. 9.

ser conduzida com o máximo cuidado e tendo em vista os interesses de longo prazo deste país.<sup>370</sup>

Assim, Stettinius não desconsiderava que a questão era delicada para o presidente, bem como para grande parte da sociedade, mas os interesses vitais norte-americanos deveriam vir em primeiro lugar.

Na verdade, os estrategistas norte-americanos travaram uma verdadeira batalha política no interior do governo e exaustivos embates discursivos por meio da imprensa. A questão se tornou altamente controversa. Os estrategistas pretendiam orientar a política externa de acordo com o que consideravam ser os interesses vitais para a nova posição mundial dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra. Parte da sociedade não desconsiderava tais interesses, porém alegava que tais interesses somente seriam alcançados por uma postura moral e legalista nas relações internacionais.

Os estrategistas norte-americanos manifestavam profunda contrariedade à dimensão que a Questão da Palestina tomava em discussões públicas, por meio da imprensa e por meio das organizações que pressionavam os políticos a adotarem uma postura pró-sionista. Não devemos desconsiderar a força do argumento da opinião pública em prol de ações políticas internacionais. Embora saibamos que a opinião pública é algo problemático, heterogêneo e complexo, os analistas de política internacional norte-americanos avaliavam com preocupação o peso que a opinião pública exercia no debate sobre a Questão da Palestina.

Em janeiro de 1945, o Secretário de Estado em exercício Joseph Grew manifestou inquietação em relação à força do sionismo nos Estados Unidos, ao afirmar que “as atividades sionistas neste país permanecerão a mais grave ameaça às relações amistosas entre os Estados Unidos e os países do Oriente Médio”<sup>371</sup>.

Os oficiais de política externa, cientes, portanto, do peso que variados grupos sociais davam à Questão da Palestina, procuraram alterar as percepções da sociedade sobre o problema. Buscavam, na verdade, enfraquecer o apoio ao sionismo entre diversos grupos na sociedade. Em 17 de outubro de 1947, quando a discussão sobre a partilha da Palestina era acalorada nos Estados Unidos, Gordon Merriam, chefe da NEA (Seção do Departamento de Estado para o Oriente Médio e África) disse ao diplomata Robert McClintock<sup>372</sup>, que o

---

<sup>370</sup> Mensagem do Secretário de Estado, Edward Stettinius Jr., ao Presidente Harry Truman. FRUS, 1945, Vol. VIII, p. 705.

<sup>371</sup> Memorando do Subsecretário de Estado Joseph Grew para o Presidente Franklin Roosevelt. 12 de abril de 1945. FRUS, Vol. VIII, 1945, p. 680.

<sup>372</sup> Robert Mills McClintock era assistente-especial de Dean Rusk, chefe da seção do Departamento de Estado para assuntos referentes às Nações Unidas.

Departamento de Estado deveria “convencer a opinião pública que o plano majoritário [plano de partilha] é impossível, impraticável e perigoso”<sup>373</sup>

Da mesma forma, em 20 de outubro de 1947 um relatório da CIA avaliou:

Os EUA podem ser compelidos, *por causa da simpatia manifestada pela opinião pública*, a se alinhar aos sionistas. Tal posição forçaria mesmo os árabes mais moderados para a oposição aos EUA. O prestígio dos EUA no mundo muçulmano, já seriamente ameaçado, seria perdido, e os interesses estratégicos seriam ameaçados pela instabilidade em toda a área [grifos meus]<sup>374</sup>.

Os estrategistas norte-americanos deixavam transparecer sua contrariedade por meio de artigos na grande mídia. Em 1946, em um artigo na Revista *Life*, o diplomata John Foster Dulles (que não ocupava cargo público nesse momento), analisava a postura soviética nas Relações Internacionais. No Oriente Médio, ele afirmou que a União Soviética estava ao lado dos árabes e que adotava, segundo ele, uma postura contrária àquela “favorecida por muitos nos Estados Unidos”<sup>375</sup>.

Portanto, estava claro para os estrategistas, analistas de política internacional e formuladores de política externa, que havia um conflito irreduzível entre as análises dos especialistas em Relações Internacionais e a opinião pública. Restava agora saber como tais divergências seriam tratadas pelo Presidente Truman.

#### 4.4 A política de Truman para a Palestina

Desde que assumiu a presidência, Truman precisou se posicionar quanto ao sionismo e quanto à Questão da Palestina. Além das implicações referentes à política interna, como líder de uma potência global, não poderia se abster de se pronunciar, nem deixar de agir em uma controvérsia com diversas consequências para a política internacional.

A forma de Truman lidar com diversos problemas internacionais era peculiar. Se hoje há aqueles que louvam as realizações de Truman, especialmente por conter a União Soviética, outros afirmam que ele foi um amador em questões internacionais. No período de sua presidência, Truman já era muito criticado em sua atuação internacional. Na verdade, Truman sofria críticas por sua simples presença na Casa Branca. Muitos alegavam que ele era totalmente despreparado para assumir a presidência, tendo sido indicado para Vice-Presidente

<sup>373</sup> Carta de Gordon Merriam para Robert McClintock, 17 de outubro de 1947 (*Apud* EVENSEN, 1992, p. 112).

<sup>374</sup> CIA. The current situation in Palestine. ORE 49, 20 de outubro de 1947. Disponível em:

<[http://www.foia.cia.gov/docs/DOC\\_0000256621/DOC\\_0000256621.pdf](http://www.foia.cia.gov/docs/DOC_0000256621/DOC_0000256621.pdf)> Acesso em: 29 out. 2012.

<sup>375</sup> DULLES, John Foster. Thoughts on Soviet foreign policy: and what to do about it. *Life Magazine*, 3 de junho de 1946, p. 118.

apenas por conta de maquinações políticas no interior do Partido Democrata, diante do isolamento de Henry Wallace, que possuía ideias excessivamente esquerdistas para os Democratas mais conservadores. Para muitos críticos, Truman tornou-se Presidente por um acidente (A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 39).

Evidentemente, não seria uma tarefa fácil para Truman convencer seus críticos e uma grande parte da sociedade de seus méritos. Sucedendo Franklin Roosevelt (um político extremamente carismático que ocupava a presidência desde 1933 e que era apontado por muitos por retirar o país da Depressão e de ter vencido o inimigo nazista), Truman deveria trabalhar incessantemente para demonstrar suas capacidades para exercer adequadamente o cargo de Presidente dos Estados Unidos da América.

Entre seus muitos desafios, Truman precisou lidar com vários problemas internacionais. Porém, deveria fazer um esforço considerável para tomar ciência dos compromissos assumidos pelos Estados Unidos, já que nos 83 dias em que ocupou o cargo de Vice-Presidente, estava, em geral, à margem das principais discussões da política externa norte-americana. Somente em duas ocasiões ele encontrou Roosevelt privativamente, não visitou o *Map Room* da Casa Branca, desconhecia o Projeto Manhattan, não recebeu informações sobre a Conferência de Yalta e, muito menos, tomou conhecimento da delicada política externa de Roosevelt para o Oriente Médio (HAHN, 2004, p. 26).

Dessa forma, mediante sua inexperiência, aplicou suas próprias ideias à política externa, opondo-se, em diversas ocasiões, aos estrategistas e diplomatas. Ele dissera que queria ser “Presidente do seu jeito” e que seria ele quem tomaria as decisões (A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 39). Especificamente em relação à Palestina, ele fez questão de salientar que era a Casa Branca e não o Departamento de Estado que comandava a política (BENSON, 1997, p. 46).

Diante disso, guiado por considerações culturais, religiosas e morais, na maioria das vezes, Truman manifestou-se simpático ao sionismo. Contudo, tal simpatia era direcionada ao sionismo como ideia, nem sempre de acordo com as demandas dos sionistas políticos. Somente em um momento posterior, Truman viu como algo plausível a criação de um Estado que garantisse proteção aos judeus e impedisse que um novo Holocausto ocorresse. Durante todo o período entre 1945 e 1948, Truman oscilou entre o apoio ao Estado judeu e a defesa de cursos de ação alternativos.

Em primeiro lugar, Truman demonstrava uma preocupação humanitária<sup>376</sup> significativa quanto à situação dos DPs judeus, principalmente após tomar conhecimento do documento conhecido como “Relatório Harrison”.

Após inúmeras pressões por parte de organizações sionistas e de outros grupos políticos nos Estados Unidos, o governo norte-americano concordou em enviar Earl Harrison, ex-comissário de imigração dos Estados Unidos e decano da Escola de Direito da Universidade da Pensilvânia, para a Europa, com o objetivo de investigar a situação dos deslocados de guerra que ainda viviam em campos de refugiados. De acordo com as determinações emanadas do próprio presidente, Harrison deveria dar especial atenção aos judeus. No verão de 1945, Harrison chegou ao campo de Dachau para iniciar seu trabalho (A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 74).

Em 29 de setembro de 1945, o relatório Harrison chegou às mãos de Truman. Segundo Harrison, os refugiados judeus encontravam-se em péssimas condições. Nos campos da Alemanha e da Áustria administrados pelos Estados Unidos, os DPs estavam vivendo atrás de cercas de arame farpado, superlotados, em péssimas condições sanitárias, ociosos, sem ter contato com o mundo exterior. A taxa de mortalidade continuava alta, mesmo após a liberação, pois os suprimentos médicos eram raros e a comida era escassa. Os refugiados não tinham quase nenhuma vestimenta. A maioria continuava usando as roupas listradas dos campos de concentração fornecidas pelos nazistas, enquanto outros usavam uniformes da SS. O inverno se aproximava e a situação ficaria ainda pior. Muitos judeus sobreviventes questionavam se havia realmente diferença de tratamento “sob os alemães” e “após a liberação”. Diante da situação calamitosa, Harrison chegou a afirmar que os norte-americanos estavam tratando os judeus como os alemães haviam feito, com uma exceção: “nós não estamos os exterminando”<sup>377</sup>. Entre maio e junho de 1945, 18 mil judeus morreram de doenças só nos campos de Bergen-Belsen (A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 73). Como

---

<sup>376</sup> Pode-se argumentar contrariamente aos sentimentos humanitários de Truman, já que ele foi o homem que ordenou o lançamento de duas bombas atômicas sobre o Japão, em agosto de 1945. Porém, no caso específico da Questão da Palestina, agiu, diversas vezes, de acordo com suas preocupações sobre os refugiados. Devemos refletir sobre o papel do sujeito na História, especialmente um tomador de decisões, como o Presidente dos Estados Unidos. Esta pesquisa toma como princípio que os sujeitos não são entes homogêneos. Eles são contraditórios, ambíguos; hesitam, têm dúvidas. Além disso, os tomadores de decisão não devem ser vistos como “grandes homens” ou grandes estadistas. Eles sofrem pressões (divergentes) oriundas de diversos setores da sociedade. Mesmo indivíduos poderosos não possuem capacidade de ação ilimitada. Após a fundação de Israel, Truman escreveu e disse em várias ocasiões que sabia desde o início qual era a coisa certa a fazer. Contudo, suas atitudes em todo o episódio desconstruem essa imagem de certeza e coerência. Sua atuação entre 1945 e 1948 foi repleta de idas e vindas e não uma postura retilínea, harmônica e unívoca.

<sup>377</sup> Harrison Report. United States Holocaust Memorial Museum. Disponível em:

<<http://www.ushmm.org/museum/exhibit/online/dp/resourc1.htm>> Acesso em: 21 out. 2012.

solução imediata, Harrison advogou a entrada de 100 mil judeus na Palestina (OREN, 2007, p. 485). Tal diagnóstico causou uma profunda impressão em Truman.

Além disso, Truman era um homem profundamente religioso, um dedicado estudioso da Bíblia que, desde a infância, enxergava uma similaridade entre os judeus do século XX e os judeus da Antiguidade. Em sua concepção, Deus conduziria os judeus de volta para a Terra Prometida, assim como fizera em outras ocasiões narradas no Antigo Testamento<sup>378</sup>. Truman crescera sob ensinamentos cristãos batistas e utilizava a Bíblia como fonte de conhecimento sobre a Palestina (A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 47). Aliás, essa religiosidade o guiava em sua vida política, manifestada em seus discursos repletos de passagens bíblicas (BENSON, 1997, p. 33). Assim, toda essa concepção o tornava propenso a agir favoravelmente ao sionismo.

Além dessa propensão individual, Truman sofria intensa pressão de organizações sionistas e pró-sionistas, bem como de Congressistas e de seus próprios assessores. Em um primeiro momento, as solicitações mais comuns tinham o objetivo de fazer com que o Presidente intercedesse junto à Grã-Bretanha para a permissão de entrada de judeus na Palestina. Por exemplo, em novembro de 1945, a *International Christian Conference for Palestine*, presidida pelo Senador Robert Wagner (Democrata, Nova York), emitiu uma resolução pressionando o governo dos Estados Unidos a compartilhar a responsabilidade de enviar 100 mil judeus para a Palestina<sup>379</sup>. Assinaram a resolução: Daniel Marsh, presidente da Universidade de Boston, Senador Owen Brewster (Republicano, Maine), William Green, presidente da *American Federation of Labor*, e Daniel A. Poling, editor do *Christian Herald*.

Gradativamente, o foco do debate se alterou, passando do aspecto puramente humanitário para uma questão política. Assim, houve intensa pressão para que ele apoiasse a criação de um Estado judeu na Palestina. O ex-senador Guy Gillette (Democrata, Iowa) afirmou em 1945 que os Estados Unidos tinham “a responsabilidade de criar um Estado [judeu] independente” na Palestina<sup>380</sup>, declaração que foi repetida pelo Senador Robert Wagner (Democrata, Nova York)<sup>381</sup>.

---

<sup>378</sup> O presidente Truman chegou a ser comparado por alguns sionistas posteriormente ao rei Ciro da Pérsia, monarca que, ao dominar o Crescente Fértil no século VI A.E.C., permitiu que os hebreus que haviam sido exilados na Babilônia por Nabucodonosor regressassem para Israel.

<sup>379</sup> Christian Council for Palestine aid. *The New York Times*, 3 de novembro de 1945, p. 2.

<sup>380</sup> Links Palestine to U.S.: Gillette says it will be our concern when League dissolves. *The New York Times*, 22 de agosto de 1945.

<sup>381</sup> Bids Britain keep pledge: Wagner says American people also have ‘an obligation’ to see Commonwealth set up. *The New York Times*, 12 de setembro de 1945, p. 17.

Truman gradativamente cedeu às pressões. Porém, sempre se mostrou hesitante e suas ambiguidades quanto ao destino dos DPs eram muito criticadas. Em outubro de 1945, os sionistas se reuniram com o Secretario de Estado James F. Byrnes e reclamaram da “ambiguidade e demora” dos Estados Unidos em assumirem o compromisso de garantir a imigração de judeus para a Palestina<sup>382</sup>.

Tal hesitação era ainda mais forte em relação à criação de um Estado judeu na Palestina. Inicialmente, orientado pelos seus estrategistas, ele manifestou-se contrário ao Estado judeu. No início de dezembro de 1945, vieram a público informações de que Truman “apoiava a criação na Palestina de um Estado verdadeiramente democrático”, mas que se opunha ao “estabelecimento de alguma nação soberana baseada em religião, raça ou credo”. Foi divulgado que, embora apoiasse a admissão de 100 mil refugiados na Palestina, Truman era “contrário à criação da Palestina como um Estado baseado no judaísmo, pela mesma razão que se oporia a um Estado baseado na religião muçulmana ou na denominação batista”. E que ele “abriria a Palestina aos judeus, aos árabes e aos cristãos igualmente, sob um verdadeiro governo democrático do qual todas as seitas [sic] participariam”<sup>383</sup>. Com isso, Truman indicava nitidamente que apoiaria um Estado independente único, em que árabes e judeus governassem em conjunto.

As críticas a essa postura eram muitas. A *American Jewish Conference* condenou o “recoo” [*retreat*] de Truman, dizendo que de nada adiantava manifestar simpatia pelos DPs sem uma ação política clara. A declaração diz:

O recuo do Sr. Truman não é mitigado pela garantia de que ele ainda apoia a emigração em larga escala de judeus europeus para a Palestina. Os judeus nos Estados Unidos, na Europa e na Palestina não podem mais considerar expressões de simpatia como substitutas de ações, nem pode a manifestação de sentimentos, não importa o quão ardentemente professada, diminuir o impacto de pronunciamentos danosos<sup>384</sup>.

Já Robert Wagner (Democrata, Nova York) e Robert Taft (Republicano, Ohio) enviaram uma carta a Truman dizendo que a “Commonwealth judaica” seria democrática e que todos os cidadãos teriam direitos iguais. A carta dizia que mencionar um “Estado teocrático judaico” ou um “Estado baseado em discriminação religiosa” era um “grosseiro erro de representação das intenções”. Além disso, referindo-se à Declaração Balfour e aos termos do Mandato Britânico da Palestina, os Congressistas pressionaram por uma ação

<sup>382</sup> Byrnes Hears Jews Protest on Palestine. *The Christian Science Monitor*, 24 de outubro de 1945, p. 18.

<sup>383</sup> Truman held firm on open Palestine. *The New York Times*, 5 de dezembro de 1945, p. 14.

<sup>384</sup> *Apud* Truman ‘retreat’ cited. *The New York Times*, 7 de dezembro de 1945.

política de Truman, dizendo que “nosso país somente pode agir sob a premissa de que as promessas feitas ao povo judeu e incorporadas em alianças internacionais serão cumpridas”<sup>385</sup>.

Porém, Truman continuava avesso ao Estado judeu. Ele se empenhava fundamentalmente em obter um alívio para os judeus que estavam em precárias condições nos campos da Europa. Até a entrada de judeus sobreviventes na Palestina não era central em suas preocupações. Logo após assumir a presidência, Truman argumentava que os judeus deveriam ser assentados nos países que pudessem recebê-los, mas que a obrigação principal em acolher esses sobreviventes era da Alemanha<sup>386</sup>. Defendia, inclusive, a mudança nas leis de imigração norte-americanas para que muitos DP's judeus entrassem nos Estados Unidos<sup>387</sup>. Além disso, em diversas ocasiões, ele indicou que pensava que o mundo inteiro deveria ser seguro para os judeus<sup>388</sup>, o que, evidentemente, contrariava a ideia de que um Estado judeu na Palestina deveria ser criado para evitar um novo Holocausto. Portanto, percebemos, nitidamente, que, em seus primeiros meses como Presidente, Truman não conectava diretamente o problema dos DP's ao futuro político da Palestina. Baseado nisso, nesse momento, ele era contrário à criação de um Estado judeu na Palestina.

Seguindo essa postura, ao ser indagado em uma coletiva de imprensa, ocorrida em 5 de setembro de 1946, se poderia dizer o que pedira ao Primeiro Ministro britânico Clement Attlee sobre o problema da Palestina, Truman respondeu da seguinte forma: “Tudo o que eu estava tentando obter era a permissão de entrada de 100 mil judeus na Palestina. Eu ainda estou tentando fazer isso”<sup>389</sup>.

No entanto, em outubro de 1946, em um discurso na véspera da festa judaica do Yom Kippur, Truman declarou implicitamente que apoiaria a criação de um Estado judeu. Em agosto, os sionistas afirmaram que haviam abandonado o projeto de um Estado judaico em toda a Palestina (como dizia a Declaração de Biltmore, de 1942) e declararam que aceitariam

<sup>385</sup> Zionism traduced, Wagner and Taft aver. *The New York Times*, 8 de dezembro de 1945, p. 4.

<sup>386</sup> Carta de Harry Truman ao General Dwight Eisenhower, 31 de agosto de 1945. Disponível em: <<http://www.trumanlibrary.org/israel/3g.htm>> e <<http://www.trumanlibrary.org/israel/3h.htm>> Acesso em: 26 set. 2012.

<sup>387</sup> Pronunciamento da Casa Branca sobre a Palestina e sobre o problema das pessoas desabrigadas em geral. Disponível em: <<http://www.trumanlibrary.org/publicpapers/index.php?pid=1748&st=Palestine&st1=>>> Acesso em: 29 set. 2012.

<sup>388</sup> Carta de Harry Truman a Joseph Ball, 24 de novembro de 1945. Disponível em: <<http://www.trumanlibrary.org/israel/5c.htm>> Acesso em: 27 set. 2012.

<sup>389</sup> Entrevista coletiva do presidente Harry Truman, 5 de setembro de 1945. Disponível em: <<http://www.trumanlibrary.org/publicpapers/index.php?pid=1751&st=Palestine&st1=>>> Acesso em: 29 set. 2012.

um Estado em uma “área adequada da Palestina”. Em seu discurso, Truman disse que o governo norte-americano poderia dar o aval a essa proposta<sup>390</sup>.

Truman foi bastante elogiado por esse pronunciamento. O Senador James Michael Mead (Democrata, Nova York) enviou um telegrama para Truman, no qual afirmou que essa declaração receberia “os elogios de todos os que amam a justiça, tanto cristãos como judeus, nos Estados Unidos” Além disso, ele afirmou: “Esse objetivo humano, eu estou confiante, pode ser alcançado pela plena força e prestígio dos Estados Unidos. Eu alegro-me pela ação adotada pelo senhor”.<sup>391</sup>

Já o Conselheiro Municipal de Nova York, Eugene P. Connolly, foi mais longe:

Todos os americanos e homens e mulheres de boa-vontade em todo o mundo irão aplaudir o vigoroso pronunciamento do Presidente sobre a Palestina e sua franca oferta de maior ajuda aos DP's. Está agora nas mãos da Grã-Bretanha cessar de usar os trágicos remanescentes de uma raça espalhada [*scattered*] como peão de sua política externa e redimir sua boa fé agindo imediatamente de acordo com as sugestões feitas pelo Presidente Truman. O mundo irá observar suas ações<sup>392</sup>.

Esse pronunciamento de Truman é tido por muitos analistas como sua decisão final sobre a Questão da Palestina.

Contudo, mesmo esse sinal de apoio a uma entidade política judaica não encerrou a questão. Ao longo do ano de 1947 e nos primeiros meses de 1948, as ações do presidente foram ambíguas e todos os envolvidos na discussão manifestavam-se incomodados com os sinais ambivalentes que Truman passava a respeito do futuro político da Palestina.

Isso se devia às pressões contrárias que recebia. Se havia um grande apelo humanitário no sionismo e uma intensa pressão vinda de diversas organizações da sociedade civil e do Congresso, os estrategistas também pressionavam Truman, buscando orientá-lo de acordo com suas premissas geopolíticas.

Porém, em fevereiro de 1947, Truman precisou se posicionar oficialmente sobre um Estado judeu, quando a Grã-Bretanha anunciou que poria fim ao Mandato e delegou a decisão sobre o futuro da Palestina à recém-fundada Organização das Nações Unidas (ONU).

Na Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral, entre abril e maio, um comitê foi criado para estudar o problema da Palestina (o UNSCOP – *United Nations Special Committee on Palestine*). Após exaustivas investigações na Palestina, na Europa e nos Estados Unidos, o UNSCOP apresentou dois planos: a) o plano majoritário, que previa a partilha da Palestina em

<sup>390</sup> Declaração do Presidente Truman, 4 de outubro de 1946. Disponível em:

<[http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/decad163.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/decad163.asp)> Acesso em: 21 set. 2012.

<sup>391</sup> *Apud* Palestine appeal by Truman praised. *The New York Times*, 5 de outubro de 1946.

<sup>392</sup> *Ibidem*.

dois Estados, um Estado judeu e um Estado árabe, com união econômica; e um mandato internacional sobre Jerusalém; e b) o plano minoritário, que previa um Estado único, com duas áreas autônomas para judeus e árabes; haveria apenas uma cidadania e nacionalidade palestina, garantida a árabes, a judeus e a outros grupos<sup>393</sup>.

A decisão final ficou para novembro de 1947, quando o plano majoritário, recomendando a partilha da Palestina, seria votado na Assembleia Geral. Alguns pesquisadores afirmam que os Estados Unidos agiram convictos na ONU em apoio à partilha e pressionaram outros delegados a votarem favoravelmente. Segundo Aura Gomes (2001, p. 81), os Estados Unidos agiram na ONU “a serviço do sionismo”.

Contudo, a postura dos delegados norte-americanos na ONU contradiz essa tese. A atuação norte-americana nas Nações Unidas foi muito confusa e ambígua. Isso era amplamente reconhecido mesmo pelos sionistas, que viam as ações dos representantes dos Estados Unidos com extrema preocupação. Durante uma reunião ocorrida em 19 de junho de 1947, o líder sionista Abba Hillel Silver disse ao Secretário de Estado George Marshall que, em sua visão, o governo norte-americano se manifestara anteriormente favorável à partilha, mas que, naquele momento, diante do que ocorria na ONU, os sionistas não estavam certos se o governo dos Estados Unidos ainda possuía essa posição<sup>394</sup>.

Entretanto, após intensos debates e oscilações, Truman decidiu apoiar a partilha e determinou que os oficiais norte-americanos agissem na ONU segundo essa orientação. Porém, não houve pressão sobre outras delegações, como muitos afirmam<sup>395</sup>. Em reunião ocorrida em 24 de novembro de 1947, o Subsecretário de Estado Robert Lovett comunicou ao diplomata Herschel Johnson, um dos delegados norte-americanos na ONU, a ordem de Truman: “o Presidente não deseja que a Delegação dos Estados Unidos use ameaças ou pressões inapropriadas de qualquer tipo sobre outras Delegações para votar favoravelmente à partilha da Palestina”. Além disso, Lovett informou: “o Presidente deseja que a Delegação dos Estados Unidos cumpra escrupulosamente qualquer compromisso que tenha sido estabelecido

---

<sup>393</sup> Cf. *The Question of Palestine Before the United Nations*. Disponível em:

<<http://www.un.org/Depts/dpi/palestine/ch1.pdf>> Acesso em 14 nov. 2012.

<sup>394</sup> Memorando de conversação entre George Marshall, Abba Hillel Silver e Loy Henderson, 19 de junho de 1947. FRUS, 1947, Vol. V, 1947, p. 1105-7.

<sup>395</sup> As acusações partiram de países árabes após declarações das delegações das Filipinas e do Haiti (Cf. FRUS, 1947, Vol. V, 1947, p. 1305-9).

com as Delegações árabes”. E um desses compromissos era não fazer qualquer pressão sobre outros Estados a votarem pelo plano de partilha<sup>396</sup>.

Com efeito, havia pressão sobre os delegados de vários países na ONU, mas não por determinação oficial. Sem que Truman soubesse, diversos cidadãos e Congressistas norte-americanos passaram a pressionar as delegações reunidas nas Nações Unidas para votarem favoravelmente ao plano de partilha. O trabalho do *lobby* pró-sionista junto aos representantes na ONU foi intenso. Alguns lobistas chegaram a afirmar que falavam em nome do governo dos Estados Unidos, inclusive ameaçando a paralisação de relações comerciais.

Quando Truman tomou conhecimento dessa movimentação, foi veementemente contrário. Após saber das denúncias de algumas delegações, Truman enviou correspondências oficiais negando essa prática. Dias depois, ele se lamentava em memorando dirigido a Lovett: “como você bem sabe, eu me recusei a dar declarações a qualquer país sobre o voto [da partilha da Palestina] nas Nações Unidas”. E completou: “É perfeitamente claro que os grupos de pressão terão sucesso em afastar a ONU da questão [da Palestina] se ações desse tipo continuarem. *Eu estou muito ansioso para que isso seja paralisado.* [grifo meu]”<sup>397</sup> Portanto, não podemos confundir a atuação de lobistas norte-americanos pró-sionistas com a ação efetiva de representantes oficiais do governo dos Estados Unidos. Contudo, não se pode negar que a simples manifestação de voto dos Estados Unidos já era suficiente para que muitos países decidissem votar a favor da partilha.

Por outro lado, o processo decisório na ONU foi mais complexo do que pode parecer à primeira vista. Apesar de uma decisão presidencial favorável, a posição dos estrategistas não havia se alterado. Após a decisão de Truman de votar pela partilha, eles permaneciam convictos antissionistas e continuavam a prever que esse curso de ação criaria contrariedade entre os árabes, o que, por sua vez, seria utilizado pelos soviéticos para aumentar sua influência no Oriente Médio.

Porém, os apoiadores do sionismo diziam que não haveria risco dos árabes se alinharem à União Soviética, pois Moscou havia se manifestado favorável ao plano de partilha. De fato, em maio de 1947, o representante soviético na ONU, Alexander Gromyko, anunciou que seu governo apoiava a partilha da Palestina. Porém, essa postura não aliviava os temores dos estrategistas norte-americanos, que desconfiavam que esse curso de ação era

---

<sup>396</sup> Memorando de conversação entre Robert Lovett, Herschel Johnson e General Hildring. Assunto: “Instruções do Presidente Truman quanto à posição sobre a Palestina”, 24 de novembro de 1947. FRUS, 1947, Vol. V, 1947, p. 1283-4.

<sup>397</sup> Memorando do Presidente Harry Truman ao Secretário de Estado em exercício Robert Lovett, 11 de dezembro de 1947. FRUS, 1947, Vol. V, 1947, p. 1309.

apenas uma tática para que os soviéticos pudessem se estabelecer permanentemente no Oriente Médio como participantes de uma força de paz.

Em um relatório de 17 de outubro de 1947, a CIA advertiu o presidente sobre as implicações estratégicas do voto norte-americano favorável à partilha:

O acesso ao petróleo do Golfo Pérsico, assim como o impedimento do controle do Mediterrâneo por uma potência maior, hostil e expansionista, são considerados essenciais para a segurança dos Estados Unidos. A partir deste ponto de vista, a maior ameaça à segurança dos Estados Unidos reside na possibilidade de progressiva penetração soviética no Mediterrâneo e no Oriente Médio, seja diretamente, através de satélites ou através da ação de comunistas locais<sup>398</sup>.

Quanto aos países árabes, o documento diz:

A determinação árabe para resistir à partilha da Palestina é tal que qualquer tentativa de forçar esta solução levaria ao conflito armado, apresentando a oportunidade para a extensão da influência soviética. Qualquer estabelecimento firme da influência soviética nos Estados árabes seria não apenas perigoso em si mesmo, como tenderia também a isolar a Turquia e o Irã.<sup>399</sup>

Seguindo a mesma linha de raciocínio, em 28 de novembro de 1947, a CIA permanecia convicta em suas análises e ainda tentava reverter a decisão de Truman em apoio à partilha. Nesse dia, véspera da votação da proposta de partilha, os oficiais da Inteligência avaliavam:

Os Estados Unidos, ao apoiarem a partilha, já perderam muito de seu prestígio no Oriente Médio. [...] Com o compromisso dos Estados Unidos com a partilha, tais rumos serão irreversíveis. A pobreza, a revolta, a falta de esperança, que possibilitam que a propaganda comunista prospere, irão aumentar em todo o mundo árabe, e os agentes soviéticos (alguns dos quais já têm entrado ilegalmente na Palestina como DPs judeus) irão se espalhar para outros estados árabes e lá tentarão organizar os tão falados “movimentos democráticos”, como o que existe hoje na Grécia<sup>400</sup>.

Percebemos que em ambas as avaliações, a Grécia e a Turquia ocupavam papel proeminente nas preocupações dos estrategistas. Citar esses dois países, evidentemente, não era casual. Foi exatamente a atuação de grupos comunistas na Grécia e na Turquia e o risco de que ambos se tornassem satélites soviéticos que deram origem à Doutrina Truman<sup>401</sup>.

<sup>398</sup> CIA. *The current situation in the Mediterranean and the Near East*. ORE 52, 17 de outubro 1947. Disponível em: <<http://www.foia.cia.gov/>> Acesso em: 29 set. 2012.

<sup>399</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>400</sup> CIA. *The consequences of the partition of Palestine*. ORE 55, 28 de novembro de 1947. Disponível em: <<http://www.foia.cia.gov/>> Acesso em: 13 out. 2012, p. 1-2.

<sup>401</sup> Em um pronunciamento diante do Congresso, em 12 de março de 1947, o Presidente Truman anunciou para o mundo, definitivamente, a disposição de conter a expansão do comunismo. Truman solicitava que o Congresso liberasse verbas para que o governo dos Estados Unidos auxiliasse os governos da Grécia e da Turquia a lutar contra grupos comunistas que agiam dentro de suas fronteiras. Tratava-se de uma estratégia cujo objetivo era impedir a expansão do comunismo pela Europa e pelo Leste do Mediterrâneo. Assim, defendendo uma postura firme dos Estados Unidos dali por diante, Truman enunciou as palavras que sintetizam a doutrina: “Eu acredito

Portanto, de nada adiantaria proteger esses dois países se todo o Oriente Médio não estivesse preparado para bloquear a penetração soviética.

Enfim, em 29 de novembro de 1947, ocorreu na Assembleia Geral da ONU – sob a presidência do brasileiro Oswaldo Aranha – a votação da Resolução 181, que previa a partilha da Palestina em dois Estados. O resultado da votação registrou 33 votos favoráveis, 13 contrários e 10 abstenções. E, apesar de todas as tentativas dos estrategistas, sob a ordem de Truman, o voto norte-americano foi favorável.

Houve intensas manifestações de louvor ao resultado da partilha. Não só entre os sionistas, mas também entre aqueles que viam na ONU uma nova forma de governança internacional, um órgão capaz de dirimir disputas internacionais por meio do diálogo.

Contudo, não era dessa forma que pensavam os estrategistas e diplomatas norte-americanos. Assim que a partilha foi aprovada, eles iniciaram esforços para que o voto favorável à partilha causasse o menor dano possível à influência dos Estados Unidos no Oriente Médio. Mas, na verdade, como resposta ideal, muitos deles pensavam que a melhor solução era reverter a decisão da partilha. Porém, como recuar em uma decisão do próprio Presidente da República, que se pronunciava a favor da implementação da decisão da ONU?

A oportunidade surgiu quando vieram a público as notícias da explosão de violência que havia tomado conta da Palestina após a decisão da ONU. No final de 1947 e início de 1948, relatos detalhados começaram a ser noticiados na imprensa<sup>402</sup>. Diversos analistas começaram a manifestar preocupação com os rumos dos acontecimentos na Palestina. Hanson Baldwin afirmou no *New York Times* que “a decisão das Nações Unidas de partilhar a Palestina produziu uma situação oposta àquela esperada pelos Estados Unidos; ao invés de tranquilidade, estabilidade e segurança, há derramamento de sangue, conflito, desordem e a potencial ameaça de expansão do caos para outros países do Oriente Médio”<sup>403</sup>.

Ainda mais contundentes foram os relatórios vindos do Cônsul Geral norte-americano em Jerusalém, Robert Macatee, que enviou para Washington uma série de correspondências narrando o curso dos acontecimentos na Palestina. Seus informes levantaram sérias dúvidas sobre a viabilidade do plano de partilha. Segundo ele, a violência era extrema: não havia um

que a política dos Estados Unidos deve ser apoiar os povos livres que estão resistindo a tentativas de subjugação por minorias armadas e por pressões externas”. Cf. Doutrina Truman. Disponível em: <[http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/trudoc.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp)> Acesso em: 2 out. 2012.

<sup>402</sup> METZ, Homer. Violence in Holy Land poses stiff test for UN in enforcing partition. *The Christian Science Monitor*, 1º de dezembro de 1947, capa; The World: troubled Holy Land. *The New York Times*, 14 de dezembro de 1947; BREWER, Sam Pope. Palestine fighting grows into mass vendetta. *The New York Times*, 4 de janeiro de 1948, revisão da semana, p. E5; The World: war of partition. *The New York Times*, 18 de janeiro de 1948, Editorial; Force for Palestine. *The Christian Science Monitor*, 22 de janeiro de 1948, Editorial, p. 18.

<sup>403</sup> BALDWIN, Hanson. Palestine situation. *The New York Times*, 14 de fevereiro de 1948, p. 3.

dia sequer sem uma troca de tiros e as estimativas apontavam para um número de mais de mil mortos e dois mil feridos desde a votação na ONU. Além disso, o governo da Palestina estava em desintegração, com todos os serviços vitais paralisados. O Cônsul Geral dizia ainda que os árabes ameaçavam publicamente a Comissão da ONU criada para implementar a partilha e, segundo ele, todas as esperanças de implantar a partilha por meios pacíficos haviam desaparecido<sup>404</sup>.

Diante desses novos acontecimentos, os estrategistas norte-americanos iniciaram um movimento para reverter a partilha. Assim, as posições oficiais do Estado-Maior, da Inteligência e do Departamento de Estado eram idênticas: propor o estabelecimento de um regime de tutela (*Trusteeship Agreement*<sup>405</sup>), em que a Palestina seria administrada por alguma grande potência ou pelas Nações Unidas.

Condizente com essa premissa, em 17 de fevereiro de 1948, o Conselho de Segurança Nacional preparou um aprofundado relatório sobre a posição mais adequada a ser seguida pelos Estados Unidos quanto à Questão da Palestina, entre essa data e maio de 1948. Após apresentar todos os riscos para a segurança do país, os integrantes do Conselho sugeriram a reversão do apoio à partilha: “Os Estados Unidos devem alterar sua política anterior de apoio à partilha e buscar alguma outra solução para o problema”. O Estado-Maior era taxativo: “Em caso de reconsideração do problema da Palestina pela Assembleia Geral, os Estados Unidos devem propor a criação de um *Trusteeship* na Palestina, sendo o Conselho de *Trusteeship* a autoridade administrativa”<sup>406</sup>.

Um dos principais argumentos apresentados era a dificuldade em efetivar a partilha diante da recusa dos países árabes em aceitar a decisão da ONU. Para muitos, a partilha só seria concretizada pela força. Porém, os Estados Unidos se recusavam a enviar tropas para tal missão (LAWSON, 1995, p. 69-70).

Em fevereiro de 1948, a posição oficial dos Estados Unidos foi anunciada. O representante norte-americano na ONU alegou incapacidade de implementar a partilha pela força. Diante disso, com a indisposição de Washington em enviar as tropas necessárias para efetivar a partilha, a Resolução 181 parecia ter sofrido um golpe mortal.

---

<sup>404</sup> Aerograma do Cônsul Geral em Jerusalém, Robert Macatee, ao Secretário de Estado George Marshall, 9 de fevereiro de 1948. FRUS, 1948, Vol. V, parte 2, p. 605-7.

<sup>405</sup> Dispositivo contido no Capítulo XII da Carta das Nações Unidas, permitindo que uma área conflituosa, que se configurasse como uma ameaça à paz e à segurança internacionais, fosse posta sob a administração do Conselho de *Trusteeship* até que se chegasse a uma solução negociada.

<sup>406</sup> Anteprojeto da posição dos Estados Unidos com respeito à Palestina, 17 de fevereiro de 1948. Disponível em: <[http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study\\_collections/israel/large/documents/newPDF/3-12.pdf#zoom=100](http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/israel/large/documents/newPDF/3-12.pdf#zoom=100)> Acesso em 24 set. 2012.

Imediatamente, críticas e pressões caíram sobre Truman. James Reston, editor político do *New York Times*, criticando a política norte-americana na ONU, acusou a “indecisão” dos Estados Unidos sobre o problema da Palestina. E disse que as ações do país eram “improvisadas”, ao invés de serem planejadas<sup>407</sup>.

Por outro lado, uma carta contendo a assinatura de 41 congressistas do Partido Democrata foi enviada ao Departamento de Estado, urgindo o presidente a se posicionar com firmeza na implementação da partilha. Outra carta, encabeçada pelo Senador James Murray (Democrata, Montana) e pelo Deputado Emanuel Celler (Democrata, Nova York), acusava o governo Truman de “falta de vigor e de firmeza” na condução da política norte-americana para a Palestina. Avaliando a atuação do governo na ONU, a carta afirmava que era uma “contradição” do governo dos Estados Unidos apoiar a partilha e, no entanto, hesitar em agir para aplicar a resolução<sup>408</sup>.

Podemos perceber nitidamente que os Estados Unidos demonstravam ambiguidades e hesitação na condução de sua posição em relação à Questão da Palestina na ONU, o que gerava confusão entre os outros países membros e era violentamente combatida internamente.

Porém, nenhuma ação foi mais controversa do que a declaração do Embaixador dos Estados Unidos na ONU, Warren Austin, em 19 de março de 1948. Nessa ocasião, Austin fez um discurso no Conselho de Segurança em que afirmou que, diante da situação violenta na Palestina, a partilha não poderia ser executada por meios pacíficos. Ao fim da leitura de seu pronunciamento, Austin propôs um regime de *Trusteeship* das Nações Unidas para a Palestina<sup>409</sup>. Houve um rebuliço na ONU. Oficialmente, os Estados Unidos, que haviam defendido o plano de partilha, agora defendiam um plano diferente. Por uma série de ruídos de comunicação ou por uma ação deliberada do Departamento de Estado (o episódio ainda é alvo de controvérsias<sup>410</sup>), a proposta apresentada representou um recuo na posição oficial norte-americana de apoio à partilha.

---

<sup>407</sup> RESTON, James. U.S. indecision growing on Palestine problem. *The New York Times*, 15 de fevereiro de 1948, revisão da semana, p. E5.

<sup>408</sup> *Apud* TOWER, Samuel. 41 Democrats spur U.S. on Palestine. *The New York Times*, 12 de março de 1948, p. 7.

<sup>409</sup> Pronunciamento realizado pelo Representante dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Warren Austin, diante do Conselho de Segurança, 19 de março de 1948. FRUS, 1948, Vol. V, parte 2, p. 742-3.

<sup>410</sup> Clark Clifford disse posteriormente que Truman leu o pronunciamento, mas o enxergou como um plano de contingência, a ser utilizado somente após serem esgotadas as tentativas de implementar a partilha por meios pacíficos. Suas afirmações sugerem que Austin apresentou o plano apressadamente a Truman e não o explicou satisfatoriamente, o que levou o presidente a se equivocar (A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 303-4). Contudo, Clifford foi um personagem atuante nos acontecimentos e um pró-sionista que sempre afirmou que Truman esteve convicto de que era necessário apoiar a criação de um Estado judeu na Palestina. Assim, o testemunho de Clifford não será utilizado neste trabalho para afirmar que o Departamento de Estado enganou Truman. O próprio Truman, em suas memórias, não diz nada sobre o ocorrido entre ele e Austin. Ele se limita a

Tomando o discurso como política governamental, já que Austin era um representante oficial na ONU, líderes sionistas e indivíduos pró-sionistas fizeram severas críticas ao governo Truman, o que, com intensidade crescente, foi causando problemas de política interna para o Presidente.

Com efeito, o período posterior à declaração de Austin foi um dos mais complicados no Mandato de Truman. Foram dias em que ele sofreu seguidas e veementes condenações. No entanto, o pronunciamento de Austin foi uma surpresa extremamente desagradável para Truman. Dias antes, em uma reunião na Casa Branca, o presidente havia se comprometido com o líder sionista Chaim Weizmann, dizendo que permanecia um defensor da partilha. A ação de Austin na ONU foi vista como uma traição pelo presidente. No dia seguinte à declaração, 20 de março, Truman escreveu em seu diário:

Esta manhã eu percebi que o Departamento de Estado reverteu minha política para a Palestina. E eu tomei conhecimento disso pelos jornais! Isto não é o inferno? Eu estou agora parecendo um mentiroso e um traidor. Eu nunca senti isso na minha vida. Há pessoas nos 3º e 4º níveis do Departamento de Estado que sempre desejaram cortar o meu pescoço. Eles conseguiram.<sup>411</sup>

E no dia seguinte, ele escreveu: “Eu perdi o dia tentando reparar o que aconteceu. Sem sorte”<sup>412</sup>.

Contudo, ao invés de permanecer convicto em sua posição, e com a autoridade de Presidente da República desfazer a ação do representante na ONU, Truman foi a público, no dia 25 de março de 1948, tentar compatibilizar seu apoio à partilha da Palestina com a proposta de um regime de *Trusteeship* apresentada na ONU. Truman afirmou:

Esse país apoiou vigorosamente o plano de partilha com união econômica recomendado pelo Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina e pela Assembleia Geral. Nós avaliamos todas as possibilidades consistentes com os princípios básicos da Carta [das Nações Unidas] para dar efeito a esta solução. Infelizmente, se tornou claro que a partilha não pode ser realizada neste momento por meios pacíficos. Nós não poderíamos impor esta solução ao povo da Palestina pelo uso de tropas americanas, tanto por causa dos fundamentos da Carta [das Nações Unidas], como por causa da política nacional<sup>413</sup>.

Truman, então, anunciou formalmente a mudança de posição:

dizer que Austin fez a declaração, que a proposta de *Trusteeship* era apenas temporária e que era parte da política norte-americana. (TRUMAN, 1956, p. 161-3) Ele chega, inclusive, a elogiar Austin, dizendo que foi “afortunado” por ter ao seu lado “um homem com suas altas qualificações para ser indicado ao delicado trabalho na ONU” (TRUMAN, 1956, p. 164). Com isso, não foi possível pela documentação apreender se Truman deu aval ou não à declaração de Austin. Em minha avaliação, o mais provável é que tenha havido um ruído na comunicação. Contudo, o episódio permanece controverso.

<sup>411</sup> Diário de Harry Truman. Entrada de 20 de março de 1948 (*Apud* FERREL, 1980, p. 127).

<sup>412</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>413</sup> Entrevista coletiva dada pelo presidente Harry Truman em 25 de março de 1948. Disponível em:

<<http://www.trumanlibrary.org/publicpapers/index.php?pid=1420&st=&st1=>> Acesso em: 4 out. 2012.

Os Estados Unidos propuseram ao Conselho de Segurança um regime de tutela [*Trusteeship*] temporário para a Palestina sob as Nações Unidas, para prover um governo que mantenha a paz. Tal regime de tutela foi proposto apenas após nós termos realizado um exaustivo esforço para encontrar um meio de implementar a partilha por meios pacíficos. O regime de tutela não é uma proposta substituta para o plano de partilha, mas um esforço de preencher o vácuo que será prontamente criado ao término do mandato em 15 de maio. O regime de tutela não prejudicaria a característica da resolução política definitiva. Ele estabeleceria as condições de ordem que são essenciais à solução pacífica<sup>414</sup>.

Assim, embora Truman tenha dito que continuava apoiando a partilha, ele advogava um curso alternativo à criação do Estado judeu naquele momento. Essas afirmações eram altamente problemáticas, pois o regime de *Trusteeship* poderia, como temiam os sionistas, fazer com que o Mandato Britânico se eternizasse sob o rótulo de “tutela”. Para os sionistas, a existência do Estado judeu estava seriamente ameaçada.

Segundo Steve Spiegel (1985, p. 34), Truman não desautorizou ou repreendeu Austin publicamente porque seus níveis de aprovação já estavam baixíssimos e reverter a posição anunciada oficialmente na ONU faria parecer que ele não tinha o controle do governo e nem autoridade sobre seus subordinados. Seja como for, qualquer atitude de Truman não poderia reparar o estrago que já havia sido feito.

Em editorial no dia 26, o *New York Times* considerou que o pronunciamento de Truman era “uma tentativa muito necessária de explicar e justificar uma política americana para a Palestina que foi atabalhoadamente conduzida, confusa e inconsistente como nenhuma política conseguiria ser”<sup>415</sup>.

O rabino Samuel Schulman, afirmando-se “não-sionista”, concordou com as avaliações do *New York Times* e afirmou que o governo estava fazendo “jogo político com a tragédia de Israel”, uma ação que “não é digna do governo de nossa grande nação”. Criticando os temores presentes em avaliações que diziam que a União Soviética se aproveitaria da situação para fincar posição na Palestina, o rabino concluiu: “O povo americano não tem medo de fazer o certo. Por que deveríamos temer fazer o certo quanto à Palestina? Nós devemos ser governados pela fé e não pelo medo”<sup>416</sup>.

Apesar das duras críticas, Austin prosseguiu na nova orientação e apresentou na Assembleia Geral, em 20 de abril de 1948, a proposta de *Trusteeship* para a Palestina. Teoricamente, esse regime seria apenas temporário, um instrumento institucional com o

---

<sup>414</sup> *Ibidem*.

<sup>415</sup> Mr. Truman on Palestine. *The New York Times*, 26 de março de 1948, Editorial.

<sup>416</sup> SCHULMAN, Samuel. The Palestine problem. Carta enviada ao jornal *The New York Times*, publicada em 8 de abril de 1948.

objetivo de preparar as populações da Palestina para o autogoverno e para a solução pacífica da contenda. No entanto, a proposta terminava de maneira idêntica a vários documentos preparados anteriormente por comitês de investigação: o autogoverno seria garantido somente após a autoridade encarregada pelo *Trusteeship* conseguir obter um “acordo entre os judeus palestinos e as comunidades árabes”<sup>417</sup>. Como tal acordo – diante da explosão de violência que se abatera sobre a Palestina desde novembro de 1947 – parecia mais distante do que nunca, o regime de *Trusteeship* poderia, na prática, significar o prolongamento indefinido do Mandato e, por fim, evitar a criação do Estado judeu.

As disputas em torno da proposta de *Trusteeship* foram acirradas. Embora fosse algo extremamente danoso para a imagem internacional dos Estados Unidos e para a imagem interna de Truman, os estrategistas permaneciam convictos em reverter a decisão da partilha e levar a proposta de *Trusteeship* adiante. Contudo, logo depois de apresentada na ONU, a proposta já era percebida como inexecutável e dentro de algumas semanas foi derrotada.

Assim, até às vésperas da retirada britânica da Palestina, programada para o dia 15 de maio de 1948, permaneceram vivas as contendas internas entre, de um lado, elementos pró-sionistas na Casa Branca e no Congresso e, de outro, elementos antissionistas no Departamento de Estado, no Departamento de Defesa, no Conselho de Segurança Nacional e na CIA.

Os principais defensores da causa sionista na Casa Branca eram os assessores presidenciais Clark Clifford e Samuel Rosenmann. Ambos eram guiados, em grande medida, por preocupações eleitorais. Afirmavam que o presidente perderia importantes votos na eleição de 1948, já que a opinião pública norte-americana apoiava o sionismo e os Republicanos poderiam aproveitar a oportunidade e derrotar o Democrata Harry Truman no pleito que se aproximava.

Nos dias mais tensos, às vésperas do término do Mandato britânico, Clark Clifford desempenhou papel fundamental ao defender o reconhecimento do Estado de Israel. Com efeito, a data prevista para a retirada britânica se aproximava e a política dos Estados Unidos quanto à questão ainda não havia sido decidida.

Em 12 de maio de 1948, a apenas três dias do fim do Mandato, ocorreu a reunião em que os embates entre os setores do governo pró e antissionistas atingiram o clímax. Clifford

---

<sup>417</sup> Organização das Nações Unidas. Proposta de Acordo de *Trusteeship* para a Palestina: anteprojeto enviado pela Delegação dos Estados Unidos. A/C.1/277. 20 de abril de 1948. Disponível em: <<http://unispal.un.org/unispal.nsf/9a798adb322aff38525617b006d88d7/6e8713b260aba5ee80256473004a2b37?OpenDocument>> Acesso em: 29 set. 2012.

defendeu com veemência o reconhecimento do Estado de Israel a ser proclamado, refutando todas as objeções do Departamento de Estado. No mesmo dia, Clifford confirmou sua posição em um memorando enviado a Truman:

Eu vejo favoravelmente a criação do Estado judeu de acordo com a Resolução [181], de 29 de novembro de 1947, e entendo que, quando o Estado judeu for fundado, as provisões para um governo democrático segundo as linhas desta Resolução serão cumpridas. Quando o Estado judeu for fundado de acordo com estas provisões, eu favoreço o reconhecimento deste Estado pelo Governo dos Estados Unidos<sup>418</sup>.

Porém, Clifford tinha um rival à altura no debate: George Marshall. O Secretário de Estado refutou as análises de Clifford como “erradas”, pois, segundo ele, as medidas propostas não teriam o resultado esperado. Além disso, Marshall asseverou: “o conselho oferecido pelo Sr. Clifford está baseado em considerações políticas domésticas, enquanto o problema que está nos confrontando é uma questão internacional”. E, surpreendentemente, Marshall concluiu da seguinte forma: “eu digo com tristeza que se o Presidente seguir os conselhos do Sr. Clifford e se nas eleições eu tiver que votar, eu votarei contra o Presidente”.<sup>419</sup>

Portanto, a discussão assumiu uma extrema gravidade, o que deixou o presidente atordoado<sup>420</sup>. Truman devia lidar agora não mais com uma divergência, mas com uma manifestação clara de ruptura dentro do seu governo. Diante de sua contrariedade, Marshall poderia renunciar à chefia do Departamento de Estado, o que deixaria Truman em uma delicada posição. Se o Secretário de Estado se retirasse de seu cargo, muitos dos projetos de Truman para a política internacional no pós-guerra ficariam comprometidos. Marshall era fundamental para os planos do presidente. Além de ser um militar altamente respeitado, estava à frente do ambicioso programa de reconstrução da Europa. O Plano Marshall era importantíssimo para a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria, visto como um instrumento fundamental para evitar que a Europa Ocidental caísse em mãos comunistas.

Por outro lado, fechar os olhos às pressões de amplos setores da sociedade norte-americana também era uma péssima opção para Truman. Como vimos, por conta de suas

---

<sup>418</sup> Declaração enunciada pelo assistente presidencial Clark Clifford na reunião no Gabinete Presidencial ocorrida em 12 de maio de 1948. FRUS, 1948, vol. V, parte 2, p. 978.

<sup>419</sup> Memorando de conversação da reunião de 12 de maio de 1948. FRUS, 1948, Vol. V, parte 2, p. 975.

<sup>420</sup> Segundo Clark Clifford, houve um silêncio desconcertante na sala após Marshall ter pronunciado essas palavras. Durante cerca de 20 segundos, Truman não disse coisa alguma. Após isso, falou calmamente que estava ciente das dificuldades da situação e das implicações de política interna. E, ainda segundo Clifford, Truman saiu da sala sem indicar claramente se aceitaria ou não os conselhos de Marshall. (BENSON, 1997, p. 156).

hesitações e ambiguidades, Truman já fora severamente criticado pela imprensa, por políticos do Partido Republicano e atacado até mesmo por seus companheiros do Partido Democrata.

Por fim, em meio ao vórtice que se transformara a política externa norte-americana para a Palestina, Truman decidiu reconhecer o Estado judeu. Quando David Ben-Gurion declarou a fundação do Estado de Israel no primeiro minuto do dia 15 de maio de 1948, horário de Tel Aviv, o governo dos Estados Unidos foi o primeiro país a reconhecer o recém-fundado Estado. Apenas dez minutos<sup>421</sup> depois de publicada a declaração em Israel, foi anunciado oficialmente em Washington:

Este Governo foi informado que um estado judeu foi declarado na Palestina e o reconhecimento foi requerido pelo governo provisório instalado. Os Estados Unidos reconhecem o governo provisório como a autoridade *de facto*<sup>422</sup> do novo Estado de Israel.<sup>423</sup>

Essa decisão, na verdade, foi surpreendente para muitos. Até então, não estava claro para a sociedade qual era a posição oficial do governo norte-americano. Indicando de forma inequívoca a falta de clareza e a incerteza da diretriz dos Estados Unidos com relação à fundação do Estado judeu, o *New York Times* noticiou em 15 de maio de 1948:

O reconhecimento [de Israel] pelos Estados Unidos, *que era oposto ao estabelecimento do estado até então*, chegou como uma surpresa para o povo [judeu], que estava tenso e preparado para a anunciada invasão por forças árabes, e havia solicitado ajuda às Nações Unidas. Em um dos períodos de maior esperança em sua turbulenta história, o povo judeu deu um suspiro de alívio e recobrou um novo sopro de vida quando soube que a maior potência nacional havia aceitado sua entrada na comunidade internacional [grifo meu].<sup>424</sup>

O *New York Times*, durante muito tempo um opositor da ideia de construir um Estado judeu, elogiou o reconhecimento de Israel:

Embora o reconhecimento americano do novo Estado de Israel constitui outra reversão abrupta da política americana na Palestina, e embora o anúncio tenha vindo tão repentinamente e inesperadamente que pegou os próprios delegados nas Nações Unidas de surpresa, a decisão propriamente dita foi uma resposta lógica e necessária às circunstâncias existentes no dramático momento em que foi dita.<sup>425</sup>

<sup>421</sup> Pelo horário de Washington, o reconhecimento ocorreu no dia 14 de maio de 1948, às 18:11h.

<sup>422</sup> Os Estados Unidos reconheceram o Estado de Israel apenas *de facto*, não *de jure*. Isto é, apenas como autoridade de fato na Palestina, não como a autoridade legítima. O reconhecimento *de jure* só ocorreu em janeiro de 1949. Isso gerou críticas de sionistas e pró-sionistas nos Estados Unidos. Contudo, embora juridicamente tal distinção seja importante, o efeito político do reconhecimento não foi reduzido por conta disso.

<sup>423</sup> Declaração de reconhecimento do Estado de Israel, 14 de maio de 1948. Disponível em: <[http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study\\_collections/israel/large/documents/newPDF/48.pdf#zoom=100](http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/israel/large/documents/newPDF/48.pdf#zoom=100)> Acesso em: 6 out. 2012.

<sup>424</sup> CURRIVAN, Gene. Zionists proclaim new State of Israel; Truman recognizes it and hopes for peace. *The New York Times*, 15 de maio de 1948, capa.

<sup>425</sup> Israel recognized. *The New York Times*, 16 de maio de 1948, Editorial.

\* \* \*

Certamente, a pressão interna contribuiu sobremaneira para o reconhecimento de Israel pelos Estados Unidos. Não só questões eleitorais foram cruciais para a decisão de Truman. Um conjunto de fatores se uniu para que o presidente gradativamente chegasse à conclusão que sua melhor decisão seria apoiar a partilha da Palestina, durante os debates na ONU, e reconhecer o Estado de Israel, assim que foi fundado.

Como pude demonstrar, o Presidente Truman não estava convicto em seu apoio a um Estado judeu na Palestina, mas esteve exposto a inúmeras dificuldades. Em um momento delicado e perigoso na política internacional, não poderia agir de forma irrefletida, nem desconsiderar os conselhos e as avaliações dos estrategistas civis e militares. Por outro lado, o apelo emocional do sionismo entre variados segmentos da sociedade norte-americana não o permitiu pensar somente em questões econômicas, geopolíticas e militares. Desse modo, podemos compreender perfeitamente quando Truman disse que a Questão da Palestina foi para ele uma “dor de cabeça”. Por fim, apesar de toda a acalorada discussão entre 1945 e 1948, a pressão de variados grupos sociais e políticos se fez sentir em uma decisão importante de política externa.

Por outro lado, tal pressão interna não foi exercida pelos “judeus americanos”, mas por grupos no interior da comunidade judaica norte-americana e por uma parcela substancial de grupos políticos não-judaicos que viam o sionismo como algo extremamente positivo, especialmente diante das novas circunstâncias que emergiram após o Holocausto. Houve um apoio significativo ao sionismo, uma movimentação tão poderosa que seus adversários não puderam se contrapor com eficácia, nem mesmo o poderoso *lobby* do petróleo e o respeitado Secretário de Estado George Marshall.

Portanto, diante desse apoio substancial entre diversos segmentos, devemos agora analisar em que bases discursivas, mobilizando quais elementos culturais, esse apoio foi elaborado.

## **CAPÍTULO 5**

### **FUNDAMENTOS CULTURAIS DO DEBATE POLÍTICO**

Ao longo do período entre 1945 e 1948, diante das acaloradas discussões a respeito da Questão da Palestina no pós-guerra, valores e crenças entendidos como centrais à noção de “ser americano” foram mobilizados na tentativa de defender um determinado ponto de vista.

Podemos apreender dois eixos de representação que formaram o núcleo de um discurso pró-sionista entre 1945 e 1948: a) a dicotomia moralidade *versus* imoralidade; e b) a noção da superioridade civilizacional dos sionistas frente aos árabes, considerados atrasados, primitivos e incapazes de se governarem sozinhos.

Portanto, houve uma profunda relação entre representações, crenças, valores e marcos identitários, de um lado, e prescrições das ações políticas governamentais quanto à Questão da Palestina, de outro.

De início, uma das questões mais urgentes a desafiar as ações internacionais dos Estados Unidos no período pós-Segunda Grande Guerra foi a situação dos judeus sobreviventes do Holocausto.

#### **5.1 O drama dos sobreviventes judeus no pós-guerra**

Com o fim da Segunda Grande Guerra e com a divulgação de toda a extensão do Holocausto, a Questão da Palestina tornou-se mais complexa e a discussão sobre a criação de um Estado judeu na Palestina ficou mais acirrada. Para muitos nos Estados Unidos, a criação de um Estado judeu era a resposta mais adequada não só para a situação precária dos DPs judeus, mas para que perseguições daquele tipo não ocorressem novamente. A ênfase no aspecto humanitário, combatido anteriormente pelos sionistas políticos, passou a estar no centro dos argumentos favoráveis à criação de um Estado judeu. Como diz Melvin Urofsky (1995, p. 422), após o Holocausto “um estado judeu independente se tornou *sine qua non* no movimento sionista”.

Com efeito, a situação dos judeus sobreviventes era dramática. Muitos continuavam em péssimas condições após a derrota do Eixo. E, assim como já havia ocorrido durante a Segunda Guerra, emergiram posicionamentos contundentes demandando que os Estados Unidos agissem para promover o alívio de seu sofrimento.

Quando o Relatório Harrison foi publicado, houve diversas manifestações exigindo uma resposta imediata à precária situação dos DP's judeus. Como vimos, a descrição das condições a que os judeus sobreviventes estavam submetidos causou forte impressão em Truman, que solicitou que a Grã-Bretanha permitisse a entrada de 100 mil judeus na Palestina. Da mesma forma, a imprensa ecoou as preocupações de Harrison. O editorial do *New York Times* chamou o relatório de “chocante”. Os editores do jornal concordaram com a avaliação de Harrison, quando ele afirmou que os judeus foram os mais perseguidos durante a guerra e, portanto, mereciam uma atenção especial<sup>426</sup>.

Por fim, a situação dos DP's se relacionou à questão política sobre o futuro da Palestina, pois, segundo Harrison, os judeus sobreviventes manifestavam não desejar voltar para seus antigos lares, já que o antissemitismo continuava forte na Europa.

Com efeito, era muito presente na imprensa a noção de que o retorno dos judeus aos seus locais de moradia na Europa era inviável. Os periódicos analisados nesta pesquisa noticiavam com grande intensidade as ondas renovadas de antissemitismo no continente europeu, principalmente na Polônia<sup>427</sup>.

Em reportagem de 23 de fevereiro de 1946, o *New York Times* publicou: “o antissemitismo é pior hoje nos Bálcãs do que era nos piores dias do controle de Hitler”<sup>428</sup>. Já a revista *Time*, apresentou um quadro sombrio da situação:

Apenas um terço dos judeus da Europa sobreviveu, mas a Europa ainda tem uma Questão Judaica; o antissemitismo é mais forte agora do que antes da guerra. Os governos da Europa revogaram a legislação anti-judaica. Hungria, Bulgária e Romênia foram forçadas a isso pelos termos de armistício. [...]. Mas em toda a Europa, os judeus que retornaram para suas antigas casas foram recebidos como indesejados estranhos. As propriedades tomadas pelos nazistas que eles reclamam frequentemente já estão ocupadas por outras vítimas de guerra. Não há abrigo, não há roupas, nem comida, e pouca probabilidade de encontrar simpatia<sup>429</sup>.

Havia uma ampla percepção de que algo deveria ser feito. Restava saber, no entanto, qual seria a melhor forma de resolver tal situação. Em 3 de julho de 1945, o jornalista do *Christian Science Monitor* Ernest S. Piko perguntou no título de uma reportagem de sua autoria: “refugiados judeus: onde assentá-los permanentemente?”. Nessa matéria, o autor descreveu as condições que os judeus encontrariam ao buscar retornar aos seus antigos lares.

<sup>426</sup> The case of the liberated. *The New York Times*, 1º de outubro de 1945, Editorial.

<sup>427</sup> Abroad: Inquiry on Palestine. *The New York Times*, 18 de novembro de 1945; PISKO, Ernest S. Jewish refugees from Axis: where to resettle permanently? *The Christian Science Monitor*, 3 de julho de 1945, p. 11; Anti-Semitism in Poland. *The New York Times*, 22 de fevereiro de 1946, p. 3; Germans see rise of anti-semitism. *The New York Times*, 26 de janeiro de 1947, p. 33.

<sup>428</sup> ROSS, Albion. Jew's plight held acute in Balkans. *The New York Times*, 23 de fevereiro de 1946, p. 8.

<sup>429</sup> Refugees: the strangers. *Time Magazine*, 11 de março de 1946.

Sua descrição é desanimadora, demonstrando que em todos os países que haviam sido ocupados pelos nazistas, o antissemitismo continuava forte. No Leste Europeu, a situação era pior. Porém, mesmo na França, muitos auto-intitulados “arianos franceses” não aceitavam a ideia de ter que devolver as propriedades aos antigos donos judeus. Ainda que Pisko não mencione a Palestina, para ele era praticamente inviável o reassentamento dos judeus na maioria dos países europeus<sup>430</sup>.

William Stringer, no mesmo jornal, afirmou que havia “entre 1 milhão e 1 milhão e meio de judeus na Europa que não podem reorganizar suas vidas lá porque o antissemitismo ainda é poderoso”<sup>431</sup>.

Já o *New York Times*, há muito tempo um opositor do Estado judeu e defensor de refúgios em diversas partes do mundo, não apenas na Palestina, traduziu em números a tragédia que se abateu sobre os judeus em editorial:

O grande problema permanece – o que será dos judeus remanescentes da Europa? Antes de Hitler, havia 7 milhões e meio de judeus na Europa. Cerca de 3 milhões tinham nacionalidade polonesa, 600 mil eram cidadãos alemães e os outros estavam dispersos em cerca de 15 países. Mais da metade dos judeus alemães – cerca de 350 mil – fugiram antes da guerra; do restante dos judeus da Europa, cerca de 5 milhões foram massacrados, deixados morrer de fome ou levados ao suicídio. Hoje restam 1 milhão e 250 mil<sup>432</sup>.

O editorial concluiu a análise de forma pessimista, dizendo: “o antissemitismo não está morto”<sup>433</sup>.

Para muitos, a única solução seria enviar todos os refugiados para a Palestina e a pressão para que isso fosse realizado era bastante aguda. Embora ainda houvesse dúvidas<sup>434</sup>, a Palestina estava definitivamente relacionada aos judeus como refúgio após o Holocausto e como um novo começo para pessoas que passaram indizíveis sofrimentos na Europa. Tal percepção era reforçada à medida que mais informações chegavam dos campos da Europa. O juiz Simon Rifkind, assessor especial de Dwight Eisenhower para assuntos judaicos nas zonas ocupadas pelos Estados Unidos na Alemanha, disse em novembro de 1945: “O desejo preponderante [dos judeus sobreviventes] é emigrar para a Palestina”. E continuou: “Se a Palestina fosse aberta a eles, eles esqueceriam todo seu sofrimento e privação do passado e do

<sup>430</sup> PISKO, Ernest S. Jewish refugees from Axis: where to resettle permanently? *The Christian Science Monitor*, 3 de julho de 1945, p. 11.

<sup>431</sup> STRINGER, William H. Palestine ‘pros and cons’ reach high pitch in U.S. *The Christian Science Monitor*, 8 de outubro de 1945, p. 8.

<sup>432</sup> Refuge for Jews. *The New York Times*, 14 de outubro de 1945.

<sup>433</sup> *Ibidem*.

<sup>434</sup> O jornal *Christian Science Monitor* dizia, em editorial, que era “questionável” que a Palestina pudesse receber todos os judeus sobreviventes. Ver Jew-Gentile-Arab. *The Christian Science Monitor*, 15 de outubro de 1945, Editorial, p. 16.

presente”. E concluiu que “apenas uma pequena percentagem deles quer ir para os Estados Unidos”<sup>435</sup>. Em outra ocasião, Rifkind disse: “Sem a Palestina, o problema dos judeus desalojados na Europa é insolúvel”<sup>436</sup>. Portanto, tais avaliações contribuíam para a percepção da necessidade de enviar os judeus sobreviventes para a Palestina.

Como a situação dos DPs era um grave problema humanitário, a situação criava um desafio para o governo norte-americano. Já que os Estados Unidos haviam se tornado um ator global, a crise dos DPs exigiu uma profunda avaliação sobre a postura mais adequada do país na arena internacional. Emergiram acalorados debates para a definição de critérios de postura política.

Para muitos, a ação política norte-americana deveria ser guiada por princípios; deveria ser uma postura que se pautasse na moralidade e na legalidade internacional. Um dos pontos mais significativos dessa agenda era a defesa de critérios humanitários como orientadores de política externa. Para os defensores dessa tendência, os Estados Unidos deveriam priorizar ações que contemplassem o humanitarismo na política internacional. E foi esse humanitarismo que desempenhou um importante papel nas análises sobre a Questão da Palestina.

Segundo Michelle Mart (2000, p. 182), o período pós-Segunda Guerra nos Estados Unidos foi marcado pela proeminência dos ideais do universalismo e do humanitarismo, o que influenciou uma percepção da Questão da Palestina segundo esses ideais. Para ela, o apoio ao sionismo não derivou de uma compaixão inocente pelos sobreviventes do Holocausto nem da pressão do *lobby* sionista, mas da percepção de uma necessidade de adotar políticas universalistas e humanitárias, tanto na política interna quanto na política externa.

Com isso, havia intelectuais e líderes políticos que, por conta dessa visão puramente humanitária, pensavam que os Estados Unidos deveriam rever suas cotas de imigração e permitir a entrada dos judeus em território norte-americano. Virginia Gildersleeve, Decana do Barnard College, defendia a entrada de 200 mil judeus sobreviventes nos Estados Unidos. Além disso, Gildersleeve também advogava que, como “ajuda imediata”, as “Nações Unidas” deveriam rever suas cotas de imigração para receberem os judeus<sup>437</sup>. Tal percepção era combatida pelos sionistas e pelos apoiadores do sionismo.

---

<sup>435</sup> *Apud* Palestine haven vital, Rifkind says. *The New York Times*, 3 de novembro de 1945, p. 2.

<sup>436</sup> *Apud* Abroad: Riots in Palestine. *The New York Times*, 4 de novembro de 1945.

<sup>437</sup> *Apud* STANFORD, Neal. American view on Jew-Arab dispute told. *The Christian Science Monitor*, 19 de outubro de 1945, p. 13.

Como vimos no capítulo 3, emergiu durante a Segunda Grande Guerra uma fissura entre os defensores do aspecto humanitário e os defensores do sionismo político. O embate entre essas duas tendências permaneceu no pós-guerra. Porém, nesse período emergiu um argumento poderoso, segundo o qual a opção humanitária confirmava a necessidade de um Estado judeu, e não a negava.

O leitor Samuel Friedman, em carta ao jornal *The New York Times*, descreveu o que seria o futuro Estado judeu:

Uma esperança para um oprimido e atormentado povo, um refúgio para os sobreviventes do maior banho de sangue da história, um lugar onde um povo não desejado e cansado poderia viver e trabalhar com esperança novamente, onde vidas desunidas e fraturadas poderiam ser vividas novamente em uma casa verdadeira sua – sobre isto se assenta o amado ideal de uma pátria judaica<sup>438</sup>.

Carl J. Friedrich, Professor de Harvard, em carta ao *New York Times*, contestou frontalmente as avaliações de Virginia Gildersleeve. Para Friedrich, a única solução viável para a crise dos DPs seria enviá-los para a Palestina. Ele afirmou que a proposta de Gildersleeve era “altamente irrealista, para não dizer utópica”. Firmando posição no sionismo político, Friedrich afirmou que era hora dos Estados Unidos agirem, e “agirem decisivamente” para criar um lar nacional judaico na Palestina<sup>439</sup>.

Da mesma forma, Sumner Welles, ex-Secretário de Estado, argumentava em dezembro de 1945 que a Palestina era a “a única esperança deixada a muitos milhares de judeus sem lar e destituídos na Europa, que não podem retornar para suas antigas casas”<sup>440</sup>.

Contudo, havia um obstáculo: a veemente negativa britânica de permitir um aumento do número de vistos para que judeus sobreviventes pudessem entrar na Palestina. Com base no White Paper de 1939, as autoridades britânicas impediam que milhares de judeus conseguissem aportar na terra que para muitos era seu local de renascimento. Iniciou-se uma onda de desaprovação às ações britânicas na Palestina, dando origem a um discurso maniqueísta, que opunha a moralidade norte-americana à política desumana dos britânicos.

---

<sup>438</sup> FRIEDMAN, Samuel. Disgraceful attitude. Carta enviada ao jornal *The New York Times*, publicada em 26 de março de 1948, p. 20.

<sup>439</sup> FRIEDRICH, Carl J. Carta ao jornal *The New York Times*, publicada em 19 de outubro de 1945, p. 20.

<sup>440</sup> *Apud* Welles declares for Jewish State. *The New York Times*, 24 de dezembro de 1945.

## 5.2 Moralidade norte-americana e a desumana política britânica

Um dos mais poderosos conjuntos de representações mobilizadas para advogar posições pró-sionistas foi a defesa da moralidade como eixo da política externa norte-americana. Diante da percepção dos horrores do Holocausto, os defensores desse argumento pediam uma ação contundente dos Estados Unidos para reparar os sofrimentos infligidos aos judeus pelo Estado nazista. Alegavam uma razão moral e humanitária para defenderem um “lar nacional judaico” na Palestina. Além disso, criticavam fervorosamente uma postura baseada na *realpolitik* europeia. Para eles, a “política de poder” era desumana, fria e calculista. Sobretudo, era uma política egoísta, que negligenciava o sofrimento humano, tendo como foco unicamente os interesses dos Estados, em detrimento da solidariedade entre os povos e a compaixão entre seres humanos.

Os discursos presentes nos cinco veículos de comunicação analisados nesta pesquisa nos permitem apreender uma profusão de declarações, manifestos e análises que elaboraram uma oposição entre a moralidade, o altruísmo e o desinteresse dos norte-americanos na política internacional e o imperialismo, o egoísmo e a desumanidade dos britânicos.

Na edição de agosto de 1945 da revista *National Geographic*, o Orientalismo pedagógico norte-americano emerge claramente na reportagem intitulada “*Alma Maters* americanas no Oriente Próximo”. A reportagem tece elogios às instituições educacionais norte-americanas no Oriente Médio:

Nossos estadistas, assim como nossos educadores, têm noção do valor de tais escolas estrangeiras na preparação de jovens para trabalhos avançados em universidades americanas e na disseminação do pensamento democrático. Por quatro anos inteiros, essa mesma convicção impulsionou professores americanos no Oriente Próximo e os visionários benfeitores [*farsighted benefactors*] que foram atrás deles<sup>441</sup>.

Na verdade, segundo essa interpretação, havia uma diferença de objetivos e de natureza na presença de britânicos e norte-americanos no Oriente Médio. Os Estados Unidos tinham um papel desinteressado e não imperialista na região, como dizia o jornalista do *Christian Science Monitor* Edmund Stevens:

Diferentemente da Grã-Bretanha, Rússia e França, os Estados Unidos não desejaram ter esferas de influência no Oriente Médio. [...]. Os americanos que visitaram o Oriente Médio não eram concessionários e construtores de impérios. Eles eram, em grande medida, missionários que construíram escolas e hospitais, arqueólogos que escavaram glórias esquecidas e filantropos milionários viajantes. Mesmo com seus

<sup>441</sup> WILLIAMS, Maynard Owen. American Alma Maters in the Near East. *National Geographic Magazine*, agosto de 1945, p. 237.

hábitos peculiares e suas excentricidades, eles eram honestos e desinteressados e frequentemente deram bons exemplos de auto-sacrifício e devoção.<sup>442</sup>

Por outro lado, a Grã-Bretanha, era representada como “potência imperialista” e guiada pela política de poder:

O objetivo da política externa britânica sob o Governo trabalhista permanece o mesmo que foi sob a coalizão governamental liderada pelos conservadores. Isto é, esta política tem como objetivo a segurança da Grã-Bretanha, a coesão da Commonwealth britânica e a preservação das linhas vitais [*lifelines*] do Império<sup>443</sup>.

Vemos essa oposição também na reportagem de Sidney Gruson, correspondente do *New York Times* em Londres. Segundo o jornalista, “foi o trabalho desses americanos [missionários], que criou escolas americanas entre os árabes” e que “recuperou a cultura árabe”. Porém, quanto à Grã-Bretanha, ele diz que o apoio de Londres aos árabes se devia ao muito que estava em jogo no Oriente Médio, “petróleo, vias vitais [*lifelines*] para o Extremo Oriente e um vasto esquadro para as mercadorias britânicas”<sup>444</sup>.

Já o jornalista do *New York Times* Clifton Daniel avaliou a atuação dos britânicos no Oriente Médio no pós-Segunda Guerra da seguinte maneira: “[A Grã-Bretanha] não está menos interessada hoje do que antes da guerra em uma área cujos recursos petrolíferos e comunicações são essenciais para o Império Britânico”<sup>445</sup>.

Tal dicotomia não era apresentada apenas como uma constatação das diferentes formas de atuação no mundo. Tampouco se restringia aos discursos laudatórios da ação norte-americana no Oriente Médio. Em algumas ocasiões, a oposição binária assumia um tom extremamente crítico às políticas britânicas na região. Em carta ao jornal *The New York Times*, o economista Alvin S. Johnson condenou a política externa britânica no Oriente Médio por se preocupar apenas com seus interesses imperiais, praticando uma “política colonial de meados do século XIX”, ao invés de “inaugurar um regime de desenvolvimento” que poderia “transformar toda a face do Oriente Médio”<sup>446</sup>.

Assim, segundo essa interpretação, se todo o Oriente Médio era importante para a manutenção do Império Britânico, as ações da Grã-Bretanha na Palestina eram ditadas pelas necessidades imperialistas do governo de Londres.

<sup>442</sup> STEVENS, Edmund. America's position in the Middle East. *The Christian Science Monitor*, 15 de maio de 1943, p. WM1.

<sup>443</sup> Britain in Egypt. *The Christian Science Monitor*, 9 de maio de 1946, p. 20.

<sup>444</sup> GRUSON, Sidney. 'Oneness' of Arabs cry of new League. *The New York Times*, 14 de outubro de 1945, revisão da semana, p. E5.

<sup>445</sup> DANIEL, Clifton. Middle East politics shifts. *The New York Times*, 20 de janeiro de 1946, revisão da semana, p. 67.

<sup>446</sup> JOHNSON, Alvin. England and Palestine. Carta ao jornal *The New York Times*, publicada em 21 de agosto de 1946, p. 23.

Com efeito, podemos encontrar tal dicotomia bastante presente nos discursos contidos nos cinco veículos de imprensa analisados. Havia constantes referências ao valor da Palestina para a Grã-Bretanha unicamente por ser um local “estratégico” para as linhas vitais [*lifelines*] do Império Britânico, ou seja, era um ponto importante na rota entre Grã-Bretanha e Índia<sup>447</sup>. Apesar dos britânicos tentarem passar também uma ideia de que estavam “desenvolvendo” a Palestina<sup>448</sup>, a postura britânica era apontada como sendo guiada unicamente por interesses imperialistas.

Em abril de 1947, podemos ler no *New York Times* que a Grã-Bretanha não renunciaria ao Mandato “por causa da importância da Palestina como uma base imperial e como um ponto de passagem para o petróleo do Oriente Médio”<sup>449</sup>. Para o jornalista Sidney Gruson a Palestina havia se tornado “o centro da estratégia do Império”<sup>450</sup>.

Porém, não só a posição estratégica era vista como fundamental para os desígnios imperialistas britânicos. As avaliações negativas também tinham como foco os empreendimentos petrolíferos britânicos na região. Para muitos, a busca pelo petróleo do Oriente Médio era um dos elementos que explicavam por que o governo de Londres agia, segundo seu ponto de vista, de forma desumana e imoral.

Havia frequentes acusações por parte de apoiadores do sionismo, incluindo vários Congressistas, de que a Grã-Bretanha estava mancomunada com os árabes para impedir a criação de um Estado judeu, com o objetivo de controlar o petróleo do Oriente Médio<sup>451</sup>. O ex-ministro do Interior Harold L. Ickes afirmou que a busca por petróleo pelos britânicos era tratada com mais relevância do que o “humanitarismo” [*humanitarianism*] que deveria guiar as ações da Grã-Bretanha frente aos sobreviventes judeus. Ickes asseverou que “o humanitarismo digno de louvor dos britânicos se tornou flácido por conta de uma infusão de petróleo”. E concluiu perguntando: “Qual o preço do sangue judeu em termos de petróleo saudita?”<sup>452</sup>.

<sup>447</sup> STRINGER, William. Refugee charter for Palestine raises Arab, Jewish protests. *The Christian Science Monitor*, 1º de maio de 1946, p. 6.

<sup>448</sup> Vide a reportagem na revista *National Geographic* de abril de 1934. Em uma grande matéria, o Major Edward Keith-Roach, oficial britânico responsável pela administração do distrito Norte da Palestina, enfatizava o papel modernizador da Grã-Bretanha na Palestina. Em seu texto, ele fez várias menções ao atraso da Palestina antes da Primeira Guerra e o contraste a tudo o que foi construído após o Mandato Britânico entrar em vigor. Nessa narrativa, não havia espaço para o papel modernizador nem de norte-americanos, nem de sionistas. Cf. KEITH-ROACH, Mj. Edward. Changing Palestine. *The National Geographic Magazine*, abril de 1934, p. 493-527.

<sup>449</sup> The World: Palestine in the UNO. *The New York Times*, 6 de abril de 1947.

<sup>450</sup> GRUSON, Sidney. Britain maps strategy with Palestine as key. *The New York Times*, 4 de agosto 1946, revisão da semana, p. 74.

<sup>451</sup> 17 House members in Palestine plea. *The New York Times*, 17 de outubro de 1945, p. 8.

<sup>452</sup> *Apud* Ickes blames oil for Zionist strife. *The New York Times*, 9 de dezembro de 1946.

Assim, um dos vários elementos das críticas era a proximidade entre a Grã-Bretanha e os países árabes. Na verdade, essa interpretação igualava a desumanidade de britânicos e árabes. Para os críticos, ambos se guiavam por interesses egoístas e fechavam os olhos para o sofrimento dos judeus.

De acordo com essa percepção, por conta de seus interesses “egoístas”, a Grã-Bretanha se aliara aos árabes para impedir a criação de um Estado judeu. Em outubro de 1945, em um encontro reunindo 300 clérigos cristãos apoiadores do sionismo, o Senador Owen Brewster (Republicano, Maine) acusou os britânicos de um conluio com os árabes visando unicamente seus interesses imperialistas. Brewster afirmou que a Grã-Bretanha estaria estimulando a união da Palestina, Transjordânia, Líbano, Síria, Egito e Arábia Saudita em uma grande federação árabe para controlar esses países e garantir o Império Britânico. Segundo Brewster, se isso se efetivasse, a Palestina seria negada aos judeus<sup>453</sup>.

Por outro lado, os árabes aparecem como chantagistas, utilizando o petróleo para obter ganhos políticos<sup>454</sup>. O correspondente do *New York Times* na Palestina, Clifton Daniel, acusou os árabes de estarem “barganhando” com seu petróleo e com sua posição estratégica<sup>455</sup>.

Além disso, as posturas dos britânicos e dos árabes estavam influenciando negativamente as ações norte-americanas. O jornalista do *Christian Science Monitor* Homer Metz perguntou-se em maio de 1947: “Por que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha estão tão visivelmente indispostos a desagradar os árabes em seus esforços de encontrar uma solução para o problema da Palestina? A resposta, é claro, é a preocupação quanto aos efeitos políticos e estratégicos de tal política.”<sup>456</sup> E em 4 de setembro de 1946, Clifton Daniel escreveu: “Petróleo, Palestina e nacionalismo estão todos misturados no atual quadro da diplomacia americana nos países árabes”<sup>457</sup>.

Nesse sentido, ao se oporem ao apoio ao Estado judeu, líderes norte-americanos e britânicos eram similares. Em novembro de 1945, Henry A. Atkinson, Secretário-Geral da *Church Peace Union*, emitiu uma declaração em que dizia: “Os líderes de nossa própria nação e da Inglaterra tinham odor de petróleo em suas narinas e o White Paper foi emitido”. Para

<sup>453</sup> *Apud* Brewster assails Palestine policy. *The New York Times*, 16 de outubro de 1945.

<sup>454</sup> *Ibidem*.

<sup>455</sup> DANIEL, Clifton. Arab League testing its influence in world. *The New York Times*, 4 de maio de 1947, revisão da semana, p. E3.

<sup>456</sup> METZ, Homer. Arab issues veiled threat of League tie with Soviet. *The Christian Science Monitor*, 26 de maio de 1947, p. 6.

<sup>457</sup> DANIEL, Clifton. Syria bars U.S. oil and air talks because of Zionist sympathy here. *The New York Times*, 4 de setembro de 1946, capa e p. 3.

confrontar essa política voltada para o petróleo, ele defendeu uma mudança de atitude, porque “os direitos humanos são maiores que os valores econômicos”.<sup>458</sup>

Nesse sentido, esse apelo aos “direitos humanos” colidia frontalmente com a política britânica na Palestina. Por isso, uma crítica ainda mais feroz aos britânicos era a referente à permissão de entrada dos sobreviventes judeus na Palestina. Segundo esse ponto de vista, pior do que o impedimento da criação de um Estado judeu era a negligência quanto ao sofrimento dos DP's, já que as autoridades britânicas não permitiam nem mesmo a elevação das cotas de imigração para que eles pudessem entrar na Palestina.

Tais críticas se avolumaram diante dos relatos e das imagens dos judeus sobreviventes tentando desesperadamente entrar na Palestina. Com a limitação imposta pelas autoridades britânicas, milhares de judeus buscavam aportar ilegalmente nos litorais do território sob Mandato. Assim como durante a guerra, os judeus se dirigiam para a Palestina em embarcações apinhadas de sobreviventes, muitos em péssimo estado de saúde. Tal situação recebia ampla atenção em diversos periódicos. As notícias e reportagens se referiam às embarcações lotadas de refugiados como “navios-caixão” [*coffin ships*]<sup>459</sup> e “caixões flutuantes” [*floating coffins*]<sup>460</sup>. Muitos defendiam que os refugiados obtivessem vistos para desembarcarem legalmente. Embora nem todos advogassem por um Estado judeu, muitos defendiam a entrada desses refugiados na Palestina.

A *International Christian Conference for Palestine*, presidida pelo Senador Robert Wagner (Democrata, Nova York), emitiu uma resolução em novembro de 1945 em que dizia que a situação dos judeus sobreviventes era “intolerável para homens e mulheres cristãos”. Além disso, o documento asseverou que a manutenção do White Paper “chocou a opinião pública americana” e que a Grã-Bretanha agia com “cinismo”. A resolução afirmava também que a política do Primeiro Ministro britânico Clement Attlee era “infame” por repudiar o “direito” de entrada dos judeus sobreviventes na Palestina<sup>461</sup>.

Em junho de 1947, o *American Christian Palestine Committee*, se dizendo o representante de 66 comunidades cristãs em 27 Estados, enviou um telegrama a Truman e a diferentes oficiais diplomáticos para que o governo pressionasse a Grã-Bretanha a abrir a

<sup>458</sup> Palestine demands backed at parley. *The New York Times*, 2 de novembro de 1945, p. 2.

<sup>459</sup> Abroad: Palestine tensions. *The New York Times*, 11 de agosto de 1946.

<sup>460</sup> KOESTLER, Arthur. The great dilemma that is Palestine. *The New York Times*, 1º de setembro de 1946, revista, p. 78.

<sup>461</sup> Christian Council for Palestine aid. *The New York Times*, 3 de novembro de 1945, p. 2.

Palestina às “centenas de milhares de judeus” que estavam em campos de refugiados na Europa, em nome da “moralidade e da justiça”<sup>462</sup>.

Essa situação criava um imbróglio para a Grã-Bretanha e para o governo dos Estados Unidos. Em um momento em que Washington e Londres buscavam deixar de lado suas desavenças e estreitar relações para apresentarem um front unificado contra a União Soviética, um desprestígio britânico entre amplos segmentos da sociedade norte-americana poderia prejudicar os esforços de Truman. Por isso, autoridades norte-americanas, em diversas ocasiões, buscaram persuadir os britânicos a se absterem de tomar medidas tão severas contra os refugiados, ao mesmo tempo em que tentavam impedir que judeus sobreviventes conseguissem sair da Europa para irem ilegalmente para a Palestina. Houve casos em que os judeus eram mantidos forçosamente nos campos administrados pelos Aliados, como presidiários, para que não tentassem entrar na Palestina.

O *New York Times* manifestou críticas a essa postura. Em julho de 1945, o jornal apresentou o que chamou de “curioso aspecto” da chegada dos judeus à Palestina. Em uma reportagem não assinada sobre os DPs judeus, o autor afirmava que a maioria dos judeus teve de fugir dos campos mantidos pelas tropas Aliadas. Com ironia, concluía dizendo que “os refugiados judeus que queriam chegar à Palestina deveriam fugir de seus libertadores”<sup>463</sup>.

Vários casos foram apresentados na mídia sobre o atrito entre as autoridades britânicas e os sobreviventes judeus. No entanto, o episódio mais emblemático ocorreu em julho de 1947, quando uma embarcação levando cerca de 4.500 judeus tentou desembarcar na Palestina. O navio norte-americano chamado Presidente Warfield fora comprado pela Haganah<sup>464</sup>, adaptado para o transporte de pessoas e renomeado “Exodus 1947”. Na madrugada do dia 19, a embarcação se aproximou de Haifa, quando dois navios de guerra britânicos o abordaram. Iniciou-se uma luta entre britânicos e judeus. Às 9 da manhã, o navio estava tomado pelos marinheiros britânicos e, por ordem superior, os refugiados foram presos e mandados para o Chipre.

O caso ganhou enorme repercussão na grande imprensa norte-americana, provocando grande comoção. As imagens dos milhares de refugiados a bordo do *Exodus 1947* fizeram aumentar a simpatia pelos refugiados entre diversos segmentos norte-americanos e o sentimento de que os britânicos agiam de forma desumana.

<sup>462</sup> An open Palestine is urged on Truman. *The New York Times*, 1º de junho de 1947, p. 12.

<sup>463</sup> 1.164 war victims enter Palestine. *The New York Times*, 17 de julho de 1945, p. 6.

<sup>464</sup> Embora sua função precípua fosse a esfera militar, a Haganah atuou de forma significativa na entrada ilegal de sobreviventes judeus na Palestina (LAQUEUR, 1972, p. 329; MASSOULIÉ, 1996, p. 51; SHLAIM, 2004, p. 73).

O *New York Times* e o *Christian Science Monitor* dedicaram várias reportagens ao *Exodus 1947*. Na coluna “O mundo” do *New York Times*, o autor apresentou o desfecho do episódio para os judeus:

Os cansados refugiados, alguns ainda portando os cartões de identificação dos campos para DPs na Alemanha, foram detidos e borrifados com DDT e finalmente transportados para navios-prisão destinados à ilha de Chipre. Enquanto iam embora, os refugiados tinham lágrimas em suas faces e cantavam o hino sionista, “Hatikvah”<sup>465</sup>.

Em carta ao *New York Times*, o Senador Claude Pepper (Democrata, Flórida) falou sobre o episódio:

A tragédia do Exodus 1947, mais que qualquer outro evento recente, simboliza o dilema moral de nossos dias. Em nome de um alegado direito e em virtude do poder armado, a Grã-Bretanha virou as costas para o desespero de 4.500 refugiados no exato momento em que eles iriam cruzar a linha para a vida e a liberdade. É verdade, eles não tinham vistos. Mas podemos nós exigir visto de um homem que está fugindo da morte ou de um lugar de morte?<sup>466</sup>

Percebe-se a clara oposição apontada por Pepper: o “poder armado” contra “a vida e a liberdade”.

Com efeito, sob o ponto de vista da reputação internacional da Grã-Bretanha, a situação só piorava. Os refugiados do *Exodus 1947* não foram mantidos no Chipre, mas embarcados em outro navio e mandados para a França. A embarcação aportou em Port de Bouc, mas os refugiados se recusaram a desembarcar. O governo britânico, então, ameaçou os refugiados dizendo que os mandaria de volta para a Alemanha. Como permaneceram irredutíveis, os refugiados foram forçados a desembarcar no porto de Hamburgo.

Carl Herman Voss, Presidente da *Church Peace Union* e do *American Christian Committee for Palestine*, condenou a ação britânica como “um ato de absoluta crueldade e estupidez”<sup>467</sup>. A revista *Life* se referiu ao desembarque forçado dos refugiados judeus do *Exodus 1947* na Alemanha como “horror em Hamburgo”<sup>468</sup>. E, em 8 de setembro de 1947, a mesma revista deu destaque à volta forçada dos judeus para a Alemanha. A foto dos refugiados do *Exodus 1947* foi publicada em página inteira e foi escolhida como a “fotografia da semana”<sup>469</sup>.

<sup>465</sup> The World: Exodus 1947. *The New York Times*, 20 de julho de 1947.

<sup>466</sup> PEPPER, Claude. Plight of the refugees. Carta ao jornal *The New York Times*, publicada em 19 de agosto de 1947.

<sup>467</sup> Apud GORDON, Albert G. Arab war threats called ‘bombast’. *The New York Times*, 27 de outubro de 1947, p. 8.

<sup>468</sup> Refugees from communism. *Life Magazine*, 29 de setembro de 1947, Editorial, p. 40.

<sup>469</sup> Picture of the week. *Life Magazine*, 8 de setembro de 1947, p. 36-7.

Toda essa discussão chegou ao Salão Oval. Truman se viu pressionado a agir em nome dos refugiados. O governo norte-americano cedeu às pressões públicas e tentou, indicando certo grau de ansiedade, demover a Grã-Bretanha de enviar os judeus para a Alemanha.

A discussão entre oficiais governamentais foi frenética. Podemos perceber essa dinâmica por meio de correspondências entre o Subsecretário de Estado Robert Lovett e o Embaixador dos Estados Unidos em Londres, Lewis Douglas. Em um telegrama secreto datado de 22 de agosto de 1947<sup>470</sup>, Lovett, sob orientação do Presidente Truman<sup>471</sup>, pediu a Douglas para manter conversas informais com oficiais em Londres, na tentativa de persuadir os britânicos a não mandarem os passageiros do *Exodus 1947* para a Alemanha.

No mesmo dia, Lovett enviou outro telegrama para a embaixada dos Estados Unidos na Grã-Bretanha. Na mensagem, ele afirmava que o envio dos refugiados do *Exodus 1947* para a Alemanha causara grande repercussão nos Estados Unidos. Segundo Lovett,

Amplios segmentos da opinião pública americana estão se manifestando em relatórios dizendo que a Grã-Bretanha está querendo mandar os refugiados judeus de volta ao país onde os judeus sofreram tão selvagem perseguição. Protestos para a Casa Branca e para o Departamento de Estado estão pululando. Se a Grã-Bretanha insistir em concretizar suas intenções, sem dúvidas muito dano será causado à sua posição nos EUA. Assim, por favor, trate desta matéria imediatamente com o Governo Britânico, em um encontro de alto nível, de uma maneira mais formal do que a sugerida no telegrama anterior<sup>472</sup>.

No dia 26 de agosto, o embaixador Douglas enviou um telegrama a Washington dizendo que havia conversado com oficiais das Relações Exteriores da Grã-Bretanha e que eles lhe disseram que não havia outro lugar possível para enviar os refugiados judeus, a não ser para a Alemanha. Douglas informou também que o Ministro do Exterior britânico Ernest Bevin lhe dissera que estava ciente das críticas que seriam feitas nos Estados Unidos, mas que não havia alternativa e ele teria de lidar com isso<sup>473</sup>.

Tal resposta ríspida do governo britânico era mais uma expressão dos atritos, recorrentes entre 1945 e 1948, entre Grã-Bretanha e Estados Unidos no tocante à Questão da Palestina. Os britânicos consideravam as solicitações norte-americanas uma intromissão em seus assuntos. Para muitos oficiais governamentais britânicos, os Estados Unidos davam

<sup>470</sup> Telegrama de Robert Lovett ao Embaixador dos Estados Unidos em Londres, Lewis Douglas, 22 de agosto de 1947. FRUS, 1947, Vol. V, 1947, p. 1139-40.

<sup>471</sup> Telegrama de Robert Lovett sobre a reunião na Casa Branca, 22 de agosto de 1947. FRUS, 1947, Vol. V, 1947, p. 1138-9. Nessa mensagem, Lovett diz que Truman o orientou a manter mensagens secretas com os britânicos para não obrigarem os judeus refugiados a desembarcarem na Alemanha, diante da “tempestade de protestos”.

<sup>472</sup> Telegrama de Robert Lovett ao Embaixador dos Estados Unidos em Londres, Lewis Douglas, 22 de agosto de 1947. FRUS, 1947, Vol. V, 1947, p. 1140.

<sup>473</sup> Telegrama do Embaixador Lewis Douglas para o Secretário de Estado, 26 de agosto de 1947. FRUS, 1947, Vol. V, 1947, p. 1141-2.

muitos conselhos, mas não agiam efetivamente para que uma solução definitiva fosse alcançada. Para alguns, inclusive, os Estados Unidos prejudicavam as tentativas britânicas de obter um acordo entre sionistas e árabes.

Tais críticas eram acompanhadas por alguns órgãos de imprensa norte-americanos<sup>474</sup>. O articulista militar do *New York Times* Baldwin Hanson argumentou que os Estados Unidos deveriam abandonar “o irritante e inútil hábito de oferecer aconselhamentos sem aceitar responsabilidades”. E terminou dizendo que “criticar a Grã-Bretanha sem compartilhar o ônus é fútil.”<sup>475</sup>

Com efeito, havia muitas críticas entre diversos grupos norte-americanos de que o governo dos Estados Unidos dava muitos conselhos à Grã-Bretanha, mas não tomava nenhuma medida efetiva para ajudar a encontrar uma saída. Sobretudo, a crítica fundava-se na atitude norte-americana de não assumir uma maior responsabilidade na Questão da Palestina. Para eles, já que os Estados Unidos assumiam uma posição de proeminência internacional, não poderiam se omitir diante de um grave problema internacional.

Vemos essa crítica na figura 14 (abaixo), que ironiza a atitude norte-americana. A imagem mostra o Tio Sam (Estados Unidos) empurrando o dragão do “Problema da Palestina” para um guerreiro (Grã-Bretanha); a legenda diz “Deixe Jorge cuidar disso”.

Na verdade, nos anos imediatamente posteriores à Segunda Grande Guerra já havia atritos nas relações entre Estados Unidos e Grã-Bretanha. Após vários desentendimentos, em 1946, os dois governos pensaram ter chegado a um acordo sobre como resolver a Questão da Palestina. Ambos concordaram em agir conjuntamente e decidiram formar o Comitê Anglo-Americano de Investigação (*Anglo-American Committee of Inquiry* – AACI) para solucionar a controvérsia sobre a admissão dos refugiados judeus na Palestina e para tentar resolver a Questão da Palestina como um todo.

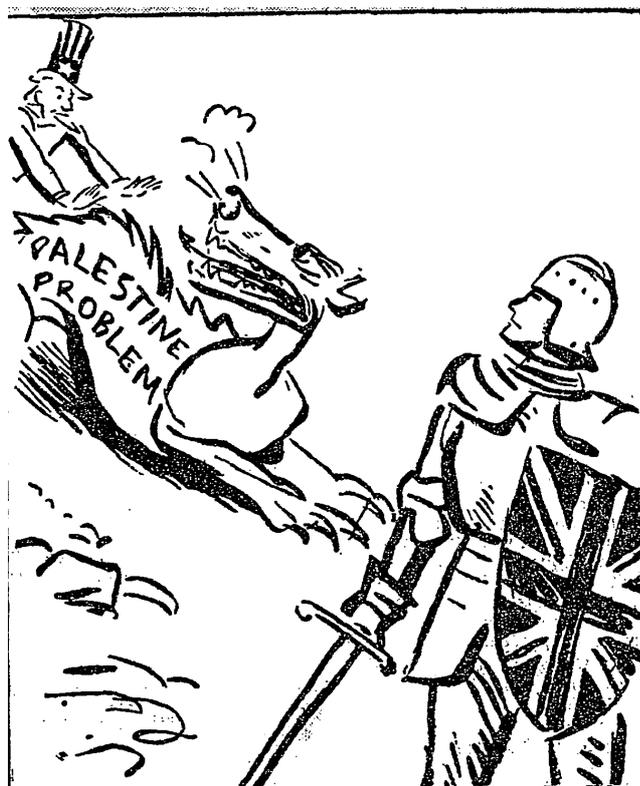
A diretriz do comitê de investigação dizia que o objetivo do estudo era analisar o problema dos judeus sobreviventes na Europa e verificar a possibilidade de sua admissão na Palestina. A diretriz apontava também para o fato de que não seria criado um Estado judeu na Palestina, mas um “Estado da Palestina” e que, durante um tempo a ser definido, a Palestina estaria sob tutela da Grã-Bretanha.

---

<sup>474</sup> Intervention in Palestine. *The New York Times*, 3 de maio de 1946, Editorial; JAMES, Edwin L. Palestine case a test for the United Nations. *The New York Times*, 30 de março de 1947, revisão da semana, p. E3.

<sup>475</sup> BALDWIN, Hanson W. British power weighed. *The New York Times*, 15 de maio de 1947, p. 12.

Figura 14



*The New York Times*, 2 de fevereiro de 1947.

O *New York Times*, em editorial em 14 de novembro de 1945<sup>476</sup>, aprovou a criação do comitê, mesmo afirmando ser “muito tarde” para os “seis milhões que foram brutalmente assassinados [*butchered*] pelos nazistas ou que morreram de inanição ou doenças sob o regime nazista”. Mas louvou o esforço, afirmando que “para o contingente de um milhão e meio que ainda está vivo, algo deve ser feito”. O jornal manifestou esperança de que o comitê “desperte a consciência mundial, já que detém o poder para fazê-lo, para os sofrimentos e para as dificuldades atuais dessas pessoas inocentes”.

O jornal defendeu que fosse permitida a entrada de um grande contingente de DPs judeus na Palestina, mobilizando o discurso do progresso e do desenvolvimento econômico:

Pode-se argumentar que a Palestina poderia vantajosamente aceitar muito mais [refugiados judeus] que o número atual e que se a terra e os recursos do país forem plenamente utilizados de uma maneira moderna, muitos mais poderiam viver lá sem prejudicar os interesses dos árabes – na verdade, com benefícios econômicos para a população árabe.

Porém, o editorial diz que toda a situação dependeria dos resultados do estudo realizado pelo AACI. Quanto ao futuro político, o editorial defendia a diretriz do comitê, ou

<sup>476</sup> Palestine’s and Europe’s Jews. *The New York Times*, 14 de novembro de 1945, Editorial.

seja, que a Palestina não se tornasse um Estado judeu, mas que pudesse receber um número maior de refugiados.

Por outro lado, líderes sionistas e Congressistas pró-sionistas repudiaram a criação do AACI. Emanuel Neumann e Stephen Wise criticaram a criação do comitê. Neumann declarou que não confiava no AACI ou “em quaisquer conclusões a que ele chegar”; e Wise afirmou taxativamente:

Nós somos contrários a um comitê de investigação porque nós sabemos que não há nada para ser investigado. O governo britânico e o nosso governo sabem que não há nada a ser descoberto da situação. Nós não queremos investigações; nós demandamos certificados, os certificados de admissão [de refugiados judeus] à Palestina, que deve ser nossa *não por esmola, mas por direito*. [grifos meus]<sup>477</sup>.

Já o Senador James Mead (Democrata, Nova York) se pronunciou dizendo: “Eu não tenho esperanças nas deliberações de uma comissão de investigação quando a situação demanda ações”. O Deputado da Casa dos Representantes Emanuel Celler (Democrata, Nova York) afirmou que o AACI era “apenas mais um subterfúgio e um rodeio [*dodge and stall*] da Grã-Bretanha”. Celler se dizia “surpreso” por Truman “ter caído na armadilha britânica”. Criticando a Grã-Bretanha, afirmou que “[Clement] Attlee [Primeiro Ministro britânico] nos deu outro exemplo de covardia ao enfrentar questões”. Já o Senador Guy Gillette (Democrata, Iowa) declarou que a política de restrições à imigração judaica para a Palestina era comparável às Leis de Nuremberg. E o Deputado Bertrand W. Gearhart (Republicano, Califórnia) disse que “todo hebreu que declarar que deseja ir para a Palestina deve ser declarado um cidadão desta terra, ipso facto, e deve ser imediatamente repatriado”<sup>478</sup>.

Dias depois, foram enviadas cartas para o *New York Times* debatendo a criação do AACI<sup>479</sup>. O leitor Nathan Hilfer dizia que concordava com Attlee quando ele afirmava que os judeus deveriam permanecer na Europa e contribuir para a reconstrução do continente, porém, se “os europeus demonstrarem um pouco mais de respeito pelos judeus do que demonstraram até agora”. Já o leitor Maurice Winograd considerou que falar em “lar nacional judaico” significava dizer um “Estado judeu” e se Attlee dissesse o contrário, seria um “insulto”.

Em 20 de abril de 1946, a comissão entregou seu relatório no qual expunha suas recomendações. Entre elas, o relatório solicitou a admissão de 100 mil refugiados judeus na Palestina. Quanto ao aspecto político, depois de grandes controvérsias entre os membros pró e antissionistas do comitê, o relatório confirmou a diretriz inicial. Contrariando profundamente

<sup>477</sup> *Apud* Palestine action by Congress urged. *The New York Times*, 12 de dezembro de 1945.

<sup>478</sup> CRIDER, John H. Truman discloses U.S. Palestine role. *The New York Times*, 14 de novembro de 1945, p. 13.

<sup>479</sup> Bevin statement is debated. *The New York Times*, 20 de novembro de 1945, seção de cartas, p. 20.

as demandas sionistas, recomendou que a Palestina não deveria ser “nem um Estado judeu, nem um Estado árabe”. E concluiu recomendando que “até que a hostilidade desapareça, o Governo da Palestina continue como no presente, sob mandato, podendo haver um acordo de tutela [*Trusteeship Agreement*] sob as Nações Unidas”<sup>480</sup>.

O que mais levantou controvérsias quanto ao relatório do AACI foi o pronunciamento de Truman a seu respeito. Em 1º de maio de 1946, Truman fez uma declaração<sup>481</sup> dizendo: “Eu estou muito feliz que meu pedido para a admissão imediata dos 100 mil judeus na Palestina foi aceito com unanimidade pelo Comitê Anglo-Americano de Investigação. A transferência dessas pessoas desafortunadas deve ser agora realizada com a maior rapidez”. Porém, quanto à questão do Estado judeu, Truman foi evasivo, afirmando que “o relatório lida com outras questões políticas de longo prazo e questões de lei internacional”. Além disso, afirmou que a conclusão da comissão requeria “cuidadosa análise”, e que, portanto, ele iria “tomar assessoramento”. Truman disse ainda que a suspensão do White Paper permitiria o desenvolvimento de um futuro “lar nacional judaico”. O presidente não mencionou apoio a um Estado judeu.<sup>482</sup>

Diversos grupos sionistas se manifestaram de forma veemente. Criticaram o presidente por dar seu aval a uma conclusão que não previa a criação de um Estado judeu, dizendo que aceitar o relatório do AACI significava “repudiar a Declaração Balfour”, que, segundo eles, incorporava a ideia de Estado judeu<sup>483</sup>. O Rabino Baruch Korff, presidente do *Political Action Committee for Palestine*, declarou que embora o relatório contivesse pontos positivos, o relatório como um todo comprovou que o AACI fora um “peão do Ministério das Colônias [Britânico]”<sup>484</sup>. Abba Hillel Silver afirmou sobre o relatório: “alguns artigos claramente negam os direitos históricos e as aspirações dos judeus à Palestina, e são inaceitáveis para o povo judeu”<sup>485</sup>.

Assim, surgiu a discussão sobre aceitar o relatório em parte ou no todo. O governo britânico afirmou que só aceitaria as recomendações do AACI se o relatório fosse considerado de forma integral. Para os sionistas, o Presidente Truman deveria aceitar somente parte do

<sup>480</sup> Anglo-American Committee of Inquiry Report, 20 de abril de 1946. Disponível em: <[http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/angch01.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/angch01.asp)> Acesso em 21 out. 2012.

<sup>481</sup> Statement by the President on receiving report of the Anglo-American Committee of Inquiry, 30 de abril de 1946. *The American Presidency Project*. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=12643&st=&st1=>>> Acesso em: 1 ago. 2012.

<sup>482</sup> Conteúdo inserido na carta do Embaixador em Paris, Dean Acheson, enviada para o Secretário de Estado James Byrnes, em 30 de abril de 1946. FRUS, 1946, Vol. VII, p. 588-9.

<sup>483</sup> *Apud* RESTON, James. Truman comment arouses concern. *The New York Times*, 1º de maio de 1946, p. 13.

<sup>484</sup> *Apud* RESNER, Lawrence. Truman said to plan start of Jewish entry ‘forthwith’. *The New York Times*, 1º de maio de 1946, capa e p. 13.

<sup>485</sup> *Apud* Zionist spokesmen score committee. *The New York Times*, 2 de maio de 1946.

relatório: deveria agir para efetivar a imigração imediata dos 100 mil refugiados judeus, mas não aceitar a conclusão que negava a criação do Estado judeu.

Várias críticas se seguiram e Truman se viu em uma difícil situação. Esperava, pelo menos, chegar a um acordo com o governo da Grã-Bretanha. Contudo, o consenso esperado não veio e Truman foi ficando em uma posição cada vez mais delicada. Os britânicos alegaram que não poderiam permitir a entrada dos 100 mil judeus na Palestina. O argumento central era que os judeus estavam adotando táticas terroristas contra a Grã-Bretanha (A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 147-8).

Como vimos, os dois grupos judeus extremistas Irgun e Lehi estavam utilizando a violência contra as autoridades britânicas na Palestina para que o governo de Londres suspendesse o White Paper e posteriormente se retirasse da Palestina, permitindo a criação do Estado judeu. Os britânicos afirmavam que a menos que os “terroristas judeus” depusessem as armas, não permitiriam qualquer entrada de novo contingente judeu na Palestina, pois isso significava engrossar as fileiras dos grupos terroristas<sup>486</sup>.

Após várias reuniões entre oficiais diplomáticos dos dois países aliados<sup>487</sup>, emergiu uma alternativa que parecia resolver as divergências entre os aliados. Em julho de 1946, o diplomata norte-americano Henry Grady apresentou um plano delineado em conjunto com seu colega britânico Herbert Morrison: não haveria a criação de Estados, mas autonomia provincial em dois territórios, um destinado aos árabes e o outro aos judeus, com a Grã-Bretanha administrando diretamente Jerusalém e a área do deserto de Negev. Grady estava esperançoso, pois, para ele, este plano era o único meio de permitir a entrada dos 100 mil refugiados na Palestina e que não necessitava de envolvimento de forças militares norte-americanas<sup>488</sup>. Em 29 de julho de 1946, o Secretário de Estado preparou um esboço da declaração presidencial apoiando o plano que ficou conhecido como Morrison-Grady.

No entanto, a pressão foi maior do que Truman poderia suportar. As críticas foram imensas. Os sionistas afirmavam que o plano criaria um “gueto judeu na Palestina” (A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 173). Outros desconfiavam das intenções britânicas. Sidney Gruson, correspondente do *New York Times* em Londres, afirmou que a proposta de

---

<sup>486</sup> Texto do pronunciamento do Primeiro Ministro britânico Clement Attlee à Casa dos Comuns. Enviado em anexo à carta do Embaixador dos Estados Unidos em Londres, Averell Harriman, ao Secretário de Estado, em 1º de maio de 1946. FRUS, 1946, Vol. VII, p. 589-90.

<sup>487</sup> No início de julho de 1946, Truman formou um gabinete especial para tentar conciliar as visões de norte-americanos e britânicos a respeito das recomendações feitas pelo relatório do AACI. O presidente deste gabinete era Henry F. Grady, ex-assessor do Departamento de Estado.

<sup>488</sup> Texto anexo à carta do Embaixador em Londres, Averell Harriman, ao Secretário de Estado James Byrnes. 19 de julho de 1946. FRUS, 1946, Vol. VII, p. 646-7.

federalização apresentada pela Grã-Bretanha no plano Morrison-Grady visava manter a Palestina como “substituta do Egito”. Para ele, os britânicos se recusavam a deixar a Palestina, porque “com a evacuação das tropas britânicas do Egito, a Palestina está se tornando o centro da estratégia do Império”<sup>489</sup>.

Em 31 de julho de 1946, O *New York Times* noticiou que um grupo de Congressistas fora à Casa Branca pressionar Truman a não aceitar o plano Morrison-Grady. A reportagem dizia que Truman fora áspero com os Congressistas e que não aceitara as sugestões dos visitantes. Truman parecia convicto a aceitar o plano. A notícia dizia ainda que Truman acusara os políticos por só estarem preocupados em se reelegerem nas eleições de novembro de 1946<sup>490</sup>.

A oposição dos Congressistas era veemente. O correspondente em Washington do *Christian Science Monitor* afirmou que o plano Morrison-Grady havia encontrado “forte resistência” em Washington, tanto entre Republicanos quanto em Democratas<sup>491</sup>.

Truman ficou pressionado e teve grandes dificuldades para tomar sua decisão. E sofreu críticas por isso. O *Christian Science Monitor* criticou de forma contundente a hesitação de Truman sobre o relatório Morrison-Grady, afirmando: “não há política oficial.”<sup>492</sup>

Diante da pressão que se avolumou, Truman percebeu que o plano não tinha futuro. O presidente afirmou, em ocasião posterior, que não pudera apoiar o plano porque havia grande oposição interna e, como ele tentava obter “o máximo grau de unidade no país e entre as partes sobre os principais elementos da política externa americana”<sup>493</sup>, não pôde aprová-lo.

Todas essas discussões aprofundavam a percepção da dicotomia entre Estados Unidos e Grã-Bretanha: a diferença de “natureza” entre as posturas de norte-americanos e de britânicos na política internacional e, em especial, no tocante à Questão da Palestina.

Contudo, diante da clara divergência entre Congresso e Departamento de Estado, algumas reportagens e análises possuíam uma interpretação diferente. Em meio às ações militares britânicas e à oposição dos estrategistas norte-americanos, emergiu um discurso que

<sup>489</sup> GRUSON, Sidney. Britain maps strategy with Palestine as key. *The New York Times*, 4 de agosto 1946, revisão da semana, p. 74.

<sup>490</sup> MORRIS, John D. Truman ‘rebuffs’ Palestine plea. *The New York Times*, 31 de julho de 1946, p 5.

<sup>491</sup> Truman backs dual program for Palestine. *The Christian Science Monitor*, 7 de outubro de 1946, p. 13.

<sup>492</sup> Decision hour on Palestine approaches for United States. *The Christian Science Monitor*, 7 de agosto de 1946, p. 9.

<sup>493</sup> Declaração do Presidente Truman sobre a emigração de judeus para a Palestina, 4 de outubro de 1946.. In: Department of State Bulletin of October 13, 1946, p. 669-70. Disponível em: <[http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/decad163.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/decad163.asp)> Acesso em: 28 set. 2012.

elaborou uma oposição entre as opiniões públicas britânica e norte-americana, de um lado, e os estrategistas de política externa em Londres e Washington, de outro.

Em editorial, o *New York Times* se referiu ao contraste entre o “povo” britânico – um povo que sabia que “a paz, a democracia e a tolerância” não poderiam conviver com o domínio militar – e o governo trabalhista britânico, que, “em contradição com as promessas eleitorais”, estava “forçando uma solução reacionária na Palestina”<sup>494</sup>.

Sidney Gruson, correspondente do *New York Times* em Londres, afirmou que “a pressão da opinião pública na Grã-Bretanha, assim como nos Estados Unidos, é por si só suficiente para evitar que Londres faça ouvidos moucos às demandas sionistas ou se faça de cega para a desesperadora situação dos refugiados judeus na Alemanha e no Leste da Europa.”<sup>495</sup>

Essa interpretação atribuía ao “povo britânico” uma postura moral, enquanto atribuía ao governo um comportamento frio, desumano e egoísta. Na verdade, tratava-se de uma posição política que valorizava a participação da “opinião pública” na definição das políticas externas de países democráticos. Ou seja, era a defesa da democratização da política internacional, em oposição à diplomacia elitista e secreta, em que decisões importantes eram tomadas longe dos olhos do público.

Sob esse ponto de vista, assim como a opinião pública britânica, a opinião pública norte-americana também era louvada em sua atuação política. Em meio às discussões sobre as recomendações do AACI, o Congressista Emanuel Celler (Democrata, Nova York) afirmou que Truman deveria “considerar o peso da opinião pública americana”, pois, segundo ele, “o Sr. Truman não está no cargo para preservar os princípios do imperialismo britânico”<sup>496</sup>.

O *Christian Science Monitor* afirmou em editorial que as divergências entre Truman e Attlee se deram por conta de uma nova configuração da política internacional. O jornal asseverou que a única coisa positiva a tirar de todos os atritos entre norte-americanos e britânicos era uma “educação em diplomacia”, isto é, um aprendizado sobre a “dolorosa mudança da diplomacia secreta para a diplomacia aberta” e sobre a mudança “da política de poder profissionalmente conduzida para a democracia internacional”<sup>497</sup>.

<sup>494</sup> To a higher tribunal. *The New York Times*, 15 de fevereiro de 1947, Editorial.

<sup>495</sup> GRUSON, Sydney. Palestine puzzle has many facets. *The New York Times*, 25 de agosto de 1946, revisão da semana, p. 79.

<sup>496</sup> *Apud* RESTON, James. Britain demands we share responsibility in Palestine as prelude to immigration. *The New York Times*, 2 de maio de 1946, capa e p. 2.

<sup>497</sup> Education in Diplomacy. *The Christian Science Monitor*, 9 de outubro de 1946, Editorial, p. 26.

Essa oposição entre “diplomacia democrática” e “diplomacia secreta” fez surgir outra importante dicotomia nos discursos pró-sionistas: de um lado, os oficiais do Departamento de Estado, do Departamento de Defesa e da CIA e, de outro, a “opinião pública dos Estados Unidos”.

O que ocorria, como já mencionado, era uma disputa para decidir qual instituição era a mais adequada a lidar com a política externa norte-americana e um confronto de visões sobre como a diplomacia deveria ser exercida. Os oficiais no Departamento de Estado se arrogavam o direito de serem os pensadores mais adequados para lidarem com a política externa dos Estados Unidos. Ao contrário dos cargos que possuíam a alternância comum às democracias – o presidente e os parlamentares – os oficiais das relações exteriores enxergavam a política externa como algo “institucional”, que transcendia governos e opiniões passageiras da população (BENSON, 1997, p. 77-8). Já o Congresso e variados grupos da sociedade civil criticavam duramente os “garotos de calças listradas” [*striped-pants boys*] do Departamento de Estado, denunciando suas ações como elitistas e antidemocráticas (A. RADOSH e R. RADOSH, 2009, p. 58).

Além disso, muitos criticavam a ingerência de militares em discussões políticas. O correspondente do *Christian Science Monitor* em Washington, Joseph Harsh, afirmou que “um dos principais assuntos na atual controvérsia [da Palestina] é a extensão da influência dos generais e almirantes do Pentágono e do Estado Maior na política nacional americana”. O jornalista criticou também a falta de transparência das tomadas de decisão política, dizendo que “decisões políticas importantes não são tomadas em salas abertas à imprensa”<sup>498</sup>.

Essas críticas ao Departamento de Estado e ao Departamento de Defesa eram relacionadas à dicotomia entre Estados Unidos e Grã-Bretanha. É interessante notar que havia nos discursos pró-sionistas uma percepção de um conluio entre os diplomatas norte-americanos e os interesses “imperialistas” britânicos.

Em novembro de 1945, Howard Marion Lesourd, Decano da Universidade de Boston e diretor da organização *American Christian Palestine*, uma organização cristã pró-sionista, se referiu à política britânica na Palestina como uma “vergonha” e criticou as “políticas britânicas anti-Cristãs, antidemocráticas e anti-humanitárias no Oriente Médio”. Referiu-se ainda aos políticos britânicos e americanos que haviam se tornado “proponentes do feudalismo, do fascismo e do imperialismo egoísta”. Criticando a proximidade entre norte-americanos e britânicos, ele asseverou: “O motivo pelo qual juntamos nossas mãos ao

<sup>498</sup> HARSH, Joseph. Pentagon thinking and U.S. policy. *The Christian Science Monitor*, 23 de março de 1948, p. 18.

materialismo crasso e concordamos com a quebra de acordos internacionais e abandonamos uma necessidade humanitária desesperadora está além da compreensão”. Criticou também o governo norte-americano por ser “conivente” com o “apaziguamento britânico” e com as políticas “antidemocráticas” no Oriente Médio. Para concluir, disparou:

Nós lamentamos que nosso governo democrático altere suas prévias declarações a favor de uma Palestina judaica e agora siga tão fracamente e servilmente as políticas imperialistas do Gabinete de Relações Exteriores e do Gabinete das Colônias da Grã-Bretanha. Nosso Departamento de Estado parece não ter uma opinião própria quando lida com a Grã-Bretanha em matérias de política mundial<sup>499</sup>.

Da mesma forma, em agosto de 1946, Bartley C. Crum, advogado de São Francisco que fora um dos norte-americanos que participaram do AACI, condenou os “diplomatas de médio escalão” por “frustrarem” a política americana para a Palestina desde Woodrow Wilson. Disse que, por meio de correspondências secretas, tomou conhecimento de que tais diplomatas não seguiam as ordens emanadas de seus superiores. Além disso, acusou os diplomatas norte-americanos de estarem sendo guiados pelos interesses britânicos. Para ele, “alguns oficiais do Departamento de Estado são cativos do lobby britânico na capital”<sup>500</sup>.

Em carta ao *New York Times*, a economista Elisha Friedman<sup>501</sup> concordou com Crum, dizendo: “Qual é o ângulo americano? Nós precisamos de uma política externa independente. Como Bartley Crum demonstrou, a política americana para a Palestina durante muitos anos foi elaborada não pelo governo, mas pelos oficiais do médio escalão do Departamento de Estado, seguindo a liderança dos servidores civis britânicos equivalentes.”<sup>502</sup>

Além disso, assim como em relação à Grã-Bretanha, os estrategistas norte-americanos eram acusados de aliar-se às grandes empresas petrolíferas. Segundo essa interpretação, os Estados Unidos estavam deixando de se guiar pela justiça e pela moralidade na política internacional apenas para salvaguardar interesses egoístas de empresários de petróleo. Tais avaliações eram mais destacadas por grupos de esquerda. Em um grande comício organizado por partidos de esquerda em Nova York, em 1948, diversos grupos, dentre eles comunistas,

<sup>499</sup> *Apud* Limited Christian support of Jews hit. *The Christian Science Monitor*, 21 de novembro de 1945, p. 3.

<sup>500</sup> *Apud* U.S. aides accused on Palestine issue. *The New York Times*, 22 de agosto de 1946, p. 8.

<sup>501</sup> Elisha Michael Friedman (1889-1951) era economista, escritora, colunista e integrante de várias organizações sionistas, como a *Zionist Society of New York*, o *American Economic Committee for Palestine*, *Jewish Palestine Exploration Society* e o *American Friends of the Hebrew University*. Também trabalhou no Departamento do Tesouro e prestava testemunhos diante do Comitê de Taxação do Senado e da Casa dos Representantes, como especialista em economia e em políticas de reconstrução (Obituário, 27 de março de 1951, *Jewish News Archive* – JTA. Disponível em: <<http://archive.jta.org/article/1951/03/27/3027445/elisha-m-friedman-author-and-economist-dead-was-active-in-zionist-organizations>>. Acesso em 19 jan. 2013.

<sup>502</sup> Palestine situation. Carta de Elisha Friedmann ao jornal *The New York Times*, publicada em 3 de março de 1948, p. 22.

apoiadores de Henry Wallace (Partido Progressista) e líderes sindicais do *Congress of Industrial Organizations* urgiam o presidente Truman a agir para efetivar a partilha da Palestina. Leo Isacson, deputado recém-eleito aliado a Wallace, declarou: “Truman está vendendo [*selling out*] o povo judeu por petróleo.” E alguns cartazes tinham inscrito o slogan: “Destruam o acordo de cavalheiros entre o Departamento de Estado e a Standard Oil”<sup>503</sup>.

Desse modo, os apoiadores do sionismo delineavam um bloco político formado por árabes, britânicos e oficiais diplomáticos e militares norte-americanos.

Tal percepção se avolumou quando a Questão da Palestina foi tratada pela ONU e o governo dos Estados Unidos deveria se posicionar oficialmente sobre a partilha e sobre a criação de um Estado judeu na Palestina.

### 5.3 A ONU e a Questão da Palestina

Como vimos, a posição dos Estados Unidos na ONU foi repleta de hesitações e mudanças de rumo, postura que foi alvo de duras críticas. Porém, tais críticas não advinham simplesmente daqueles que apoiavam a criação de um Estado judeu na Palestina. As condenações vieram também de agrupamentos políticos e sociais que valorizavam imensamente a ONU, especialmente os setores manifestamente internacionalistas. Muitos viam que era dever dos Estados Unidos trabalharem para que a ONU fosse eficaz, zelando para seu bom funcionamento, contribuindo financeiramente para sua estruturação, agindo sempre nos termos da Carta e aceitando suas decisões<sup>504</sup>. Para alguns, inclusive, os Estados Unidos deveriam contribuir com tropas para uma força militar internacional para garantir a “segurança coletiva” e fazer valer as resoluções da ONU<sup>505</sup>. Com isso, havia uma percepção compartilhada por muitos nos Estados Unidos de que a ONU deveria ter a responsabilidade de resolver o problema da Palestina.

O *New York Times* argumentou em editorial, em 18 de janeiro de 1946, que cabia aos Estados Unidos assumirem sua responsabilidade nos negócios mundiais, depois da “pior convulsão da história” e abandonar a postura “isolacionista”. Demandava que os Estados Unidos agissem para fazer com que a ONU funcionasse, por meio de seu “poder físico e

<sup>503</sup> *Apud* 10,000 in protest on Palestine here. *The New York Times*, 12 de março de 1948, p.8.

<sup>504</sup> RESTON, James. State Department poses some questions on U.N. *The New York Times*, 4 de março de 1948, p. 10; HAMILTON, Thomas. Future of U.N. depending on role of the U.S. *The New York Times*, 9 de maio de 1948.

<sup>505</sup> The World: The U.N. issue. *The New York Times*, 6 de abril de 1947; DRUMMOND, Roscoe. State of the Nation. *Christian Science Monitor*, 13 de outubro de 1947, p. 1; BROWNE, Mallory. U.N.’s future, more than Palestine, is the issue. *The New York Times*, 22 de fevereiro de 1948, revisão da semana, p. E3.

moral”. Concluía que cabia aos Estados Unidos compreenderem que a ONU não era algo deslocado da realidade, mas precisava ser vista como parte da ação norte-americana na política internacional<sup>506</sup>.

Por isso, quando a Grã-Bretanha deixou claro que iria passar a questão da Palestina para ser resolvida pela ONU, houve avaliações nos Estados Unidos de que o problema seria resolvido da melhor forma possível. O correspondente do *New York Times* na Palestina, Clifton Daniel, avaliou positivamente esse fato, dizendo que a Questão da Palestina seria debatida na “corte da opinião mundial”<sup>507</sup>.

Em abril de 1947, Anne O’Hare McCormick afirmou em artigo no *New York Times* que a Palestina havia se tornado “um problema do mundo”, ou seja, era uma questão a ser resolvida *coletivamente*. Embora ela tenha avaliado que a ONU estava “despreparada” para lidar com a Questão da Palestina, a organização era, segundo ela, “o único tribunal internacional”. Para McCormick, a decisão da ONU seria plenamente legítima, pois “quando 55 nações avaliarem os fatos, o efeito moral de seu veredito será quase irresistível”.

Em editorial, o *Christian Science Monitor* avaliou a Questão da Palestina na ONU:

A Palestina pode agora ser reconhecida e tratada como o que realmente é – um problema mundial. Isso significa que o interesse particular deve ser subordinado ao interesse geral. O interesse particular pode ser o da comunidade judaica da Palestina. Pode ser um interesse árabe. Pode ser um interesse estratégico da Grã-Bretanha, que clama por bases militares e uma posição política na Palestina. Pode ser do interesse deste ou daquele grupo político nos Estados Unidos. [...]  
Se a ONU conseguir chegar a um acordo sobre uma solução para o dilema da Palestina, não deverá haver a menor dúvida sobre a autoridade da ONU, nem de seu direito moral de aplicar sua decisão a despeito de reclamações vindas de qualquer parte<sup>508</sup>.

Da mesma forma, o *New York Times* manifestou em editorial em maio de 1947 que o problema da Palestina era um “precedente” para a ONU, por ser um problema a ser tratado “internacionalmente”<sup>509</sup>.

O jornal se referiu à ONU como expressão da “opinião mundial” e declarou esperar que a decisão da Assembleia Geral fosse uma “decisão internacional”, que tivesse um “efeito moral” sobre os envolvidos. Com isso, o jornal manifestou esperança de que a ONU fosse capaz de resolver contendas políticas com “procedimentos internacionais”.

<sup>506</sup> Faith in UNO. *The New York Times*, 18 de janeiro de 1946, Editorial.

<sup>507</sup> DANIEL, Clifton. Arab League testing its influence in world. *The New York Times*, 4 de maio de 1947, revisão da semana, p. E3.

<sup>508</sup> Palestine, a U.N. responsibility. *The Christian Science Monitor*, 28 de abril de 1947, Editorial, p. 18.

<sup>509</sup> Setting a precedent. *The New York Times*, 1º de maio de 1947, Editorial.

Para os editores do jornal, solucionando de forma coletiva e pacífica a Questão da Palestina, a Assembleia Geral se tornaria a “suprema agência para resolver disputas por meios pacíficos” e deveria lidar com a Palestina como o “primeiro de uma série de problemas explosivos”. Além disso, execrando a política de poder, o editorial advogou a exclusão das grandes potências no UNSCOP, para que a Palestina não se tornasse uma “bola de futebol da política de poder”.

Tais manifestações eram, evidentemente, sinais de um apoio à ONU como instância internacional pautada pelo debate democrático, em que todos seriam ouvidos; um apelo à legalidade internacional; e expressão do anseio por uma entidade internacional criada com o objetivo de resolver pacificamente os problemas do pós-guerra. Era, sem dúvida, expressão de um temor de que uma guerra de enormes proporções se repetisse.

Ou seja, para um segmento importante dos internacionalistas norte-americanos, a ONU era um instrumento de governança internacional, capaz de solucionar problemas internacionais por meio de arranjos institucionais criados para evitar a guerra.

Além disso, para aqueles que defendiam uma postura moral dos Estados Unidos na arena internacional, a ONU era o local mais apropriado para se alcançar essa meta. Segundo o *New York Times*, a recomendação da Assembleia Geral não obrigava os governos a cumprirem a decisão, mas tinha o “poder de fazer recomendações – recomendações apoiadas pela força da persuasão moral e da opinião pública”<sup>510</sup>.

Enfim, todas essas avaliações ressaltavam a necessidade de que a opinião pública fosse a instância final a avaliar questões conflituosas, e não estrategistas profissionais e diplomatas de carreira.

Em 15 de setembro de 1947, a revista *Life* analisou o papel da ONU como um instrumento valioso para resolver contendas internacionais, dizendo: “as opiniões dos povos do mundo (distintas das de seus governos) são o mais promissor terreno sobre qual a ONU pode trabalhar”. Além disso, o autor asseverou que “a Carta [da ONU] se baseia pesadamente em uma bem informada opinião mundial” e que a ONU era o “fórum onde as divergências internacionais podem ser debatidas em público e julgada pelo público”. Para finalizar, o autor avaliou a proposta de partilha da Palestina: “Na Palestina, o relatório da Comissão da ONU em favor da partilha (uma ideia que a Grã-Bretanha havia proposto nove anos atrás) irá dar o peso do desinteresse a uma solução que de outro modo seria imposta.”<sup>511</sup>

---

<sup>510</sup> *Ibidem*.

<sup>511</sup> U.N.: a balance sheet. *Life Magazine*, 15 de setembro de 1947, Editorial, p. 40.

No entanto, havia o risco de a ONU não conseguir resolver efetivamente o problema. Em várias ocasiões em que a Questão da Palestina era debatida, a crença na ideia de que a organização das “Nações Unidas” seria eficaz no mundo pós-guerra foi posta em dúvida. Havia reticências sobre a capacidade de a nova organização resolver a Questão da Palestina. Por esse motivo, muitos consideravam a Palestina um “teste” para a ONU.

Carl J. Friedrich, Professor de Harvard, em carta ao *New York Times*, expressou essa ideia ao afirmar que a Questão da Palestina era “o teste para os ideais das Nações Unidas”<sup>512</sup>. Já o Senador Robert Wagner (Democrata, Nova York) declarou em dezembro de 1945 que a Palestina era o “teste para saber se o mundo está preparado para apoiar os princípios de justiça e moralidade como forma de manter a paz”<sup>513</sup>. E o correspondente do *New York Times* Edwin L. James ponderou se a discussão sobre a Palestina na ONU seria influenciada pela “política de poder” envolvendo o petróleo. Para ele, a Palestina era um “teste para a ONU”, devido à possibilidade de não-aceitação da decisão das Nações Unidas e por levantar dúvidas sobre quem teria a responsabilidade de implementar a decisão e manter a paz na região<sup>514</sup>.

Além disso, a hesitação dos representantes norte-americanos na ONU contribuía para fazer erodir a crença na efetividade da organização. Tal postura era vista como fraqueza por muitos políticos, mesmo no Partido Democrata. Em outubro de 1947, o deputado da Casa dos Representantes John W. McCormack (Democrata, Massachusetts), criticou a atuação dos Estados Unidos e disse que o governo americano deveria agir “imediatamente, francamente e inequivocamente” sobre a Questão da Palestina nas Nações Unidas<sup>515</sup>.

Quando, por fim, a partilha foi aprovada na Assembleia Geral da ONU, houve manifestações positivas afirmando que esse era um passo importantíssimo para a resolução definitiva da questão e para que houvesse uma paz duradoura na Palestina. O *New York Times* classificou a aprovação do plano de partilha como o início de “uma nova era na História da Terra Santa”<sup>516</sup>.

Para outros analistas, a principal conquista obtida na votação da partilha era a consolidação da ONU, especialmente porque a União Soviética e os Estados Unidos concordaram com a solução e votaram da mesma forma, deixando suas desavenças de lado.

<sup>512</sup> FRIEDRICH, Carl J. Carta ao jornal *The New York Times*, publicada em 19 de outubro de 1945, p. 20.

<sup>513</sup> Palestine pictured as testing world. *The Christian Science Monitor*, 18 de dezembro de 1945, p. 7.

<sup>514</sup> JAMES, Edwin L. Palestine case a test for the United Nations. *The New York Times*, 30 de março de 1947, revisão da semana, p. E3.

<sup>515</sup> McCormack urges action on Palestine. *The Christian Science Monitor*, 10 de outubro de 1947, p. 2.

<sup>516</sup> Palestine and the U.N. *The New York Times*, 30 de novembro de 1947, Editorial.

Em editorial, o jornal *Christian Science Monitor* afirmou que a decisão conjunta entre norte-americanos e soviéticos era um “marco” [*milestone*] para a ONU<sup>517</sup>.

O *Christian Science Monitor*, em outro editorial<sup>518</sup>, louvou a postura de Estados Unidos e União Soviética na ONU a respeito da Palestina. Para o jornal, isso demonstrava o quanto a ONU poderia se apresentar como um fórum privilegiado de cooperação internacional, mesmo entre as duas potências adversárias. Segundo tais avaliações, a Questão da Palestina estava relacionada não exatamente à luta entre as duas potências, mas diretamente ao funcionamento da ONU, seja nas relações americano-soviéticas, tanto em questões que não envolviam diretamente Washington e Moscou. O editorial, intitulado “a promessa da Palestina”, afirmou:

A maior e melhor notícia a vir das Nações Unidas, desde que a organização iniciou suas atividades, é a que afeta o futuro da Palestina. Ela mostra a questão da Palestina mais próxima de uma solução em trinta tensos e, frequentemente trágicos, anos. Ela demonstra os Estados Unidos e a Rússia mais perto de uma cooperação do que jamais estiveram sobre qualquer questão importante desde a guerra.

O editorial reafirmou o apoio do jornal à partilha:

Já há um tempo, este jornal vem solicitando a Washington que adotasse essa postura. Isto é, que se colocasse a favor do relatório majoritário [plano de partilha] do Comitê Especial da ONU para a Palestina [UNSCOP], possivelmente com algumas modificações.

Nós reconhecemos que tal decisão dos Estados Unidos requeria coragem. Os Estados Unidos tiveram que correr o risco de que um movimento que alienasse os árabes, mesmo momentaneamente, poderia tentar a Rússia a preencher a brecha para agradar os Estados árabes. Os riscos foram tomados. O resultado foi mais construtivo do que muitos poderiam prever.

Mas este foi um resultado moralmente lógico. E como tal deve agora ser aceito e adotado com toda a boa fé e vigor.

Este pensamento os árabes não estão prontos a aceitar. Eles desafiam o direito da ONU de dispor do território da Palestina. Mas nos parece que eles ignoram o fato de que, na ausência da ONU, este território provavelmente seria sujeito a alguma forma de controle externo, como tem estado a maior parte do tempo de sua longa história.

[...]

Acima de todas as considerações, contudo, o elemento de promessa no alinhamento americano-russo sobre a Palestina é transcendente. É uma promessa para a Terra Santa. É uma promessa para a ONU.

Evidentemente, houve vozes manifestando contrariedade à partilha, não só entre os árabe-americanos, como Khalil Totah<sup>519</sup>, presidente do *Institute for Arab American Affairs*,

<sup>517</sup> Palestine: UN milestone. *The Christian Science Monitor*, 12 de novembro de 1947, Editorial, p. 20.

<sup>518</sup> United Nations: Palestine promise. *The Christian Science Monitor*, 15 de outubro de 1947, Editorial, p. 18.

<sup>519</sup> TOTAH, Khalil. Arab views on Palestine. Carta enviada ao jornal *The New York Times*, publicada em 23 de dezembro de 1947, p. 22.

mas também de outros grupos e indivíduos<sup>520</sup>. Em carta ao jornal *The New York Times*, o fundador e ex-presidente da Universidade Americana do Cairo, Charles R. Watson, chamou a aprovação da partilha de “injustiça aos árabes” e uma política “imprudente” e “não-democrática” por não levar em consideração os anseios da maioria árabe<sup>521</sup>.

Outros analistas, ainda que apoiassem o plano de partilha, manifestavam reticências sobre sua efetivação. Thomas Hamilton, jornalista do *New York Times*, avaliou a questão:

A decisão da Assembleia Geral de partilhar a Palestina é geralmente reconhecida como um divisor de águas na história das Nações Unidas. Se a resolução da Assembleia possibilitar uma solução exequível, o prestígio das Nações Unidas será grandemente elevado. Se fracassar, não apenas a Palestina irá ser um terreno fértil potencial para a guerra, como o futuro da própria Organização das Nações Unidas estará em perigo<sup>522</sup>.

Com efeito, quando a partilha foi aprovada, os representantes dos países da Liga Árabe<sup>523</sup> declararam que não respeitariam a decisão da Assembleia Geral e invadiriam o Estado judeu para destruí-lo. Com isso, houve uma imensa quantidade de críticas aos árabes por se oporem à resolução das Nações Unidas.

O correspondente em Washington do *Christian Science Monitor* Roscoe Drummond afirmou que as ameaças árabes eram um claro desafio à força e à legitimidade da ONU:

O uso da força por árabes [...] para resistir à solução da ONU para a Palestina não seria meramente uma guerra civil; seria um desafio armado às Nações Unidas e seria um ato de agressão sob os termos da Carta [da ONU]. Assim, a responsabilidade que os Estados Unidos estão se defrontando nesta decisão sobre a Palestina é o dever, que todas as principais potências compartilham, de proteger a ONU das ameaças dos Estados árabes em fazer uma guerra contra a ONU. [...] Os Estados Unidos estão assumindo essa responsabilidade – a responsabilidade de ajudar a fazer a ONU funcionar da forma como é urgentemente necessário – porque fazer menos seria ainda mais perigoso. Iria levar o caos à Palestina e reduzir a ONU à impotência<sup>524</sup>.

Já Francis Ofner, jornalista do *Christian Science Monitor*, afirmou que as ameaças dos árabes eram uma “quebra da lei internacional” e um “desafio do princípio básico da ONU de eliminar o uso da força das relações internacionais”. Para Ofner, estavam em curso “preparações em larga escala para uma violação deliberada da decisão da ONU, da lei

<sup>520</sup> BLISS, Daniel; GILDERSLEEVE, Virginia C.; HOSKINS, Harold B.; STAUB, Albert W.; THORNBURG, Max; WHIPPLE, Allen O. Against Palestine partition. Carta enviada ao jornal *The New York Times*, publicada em 21 de novembro de 1947.

<sup>521</sup> WATSON, Charles R. Injustice to Arabs. Carta enviada ao jornal *The New York Times*, publicada em em 5 de dezembro de 1947, p. 24.

<sup>522</sup> HAMILTON, Thomas. Palestine is held U.N. turning point. *The New York Times*, 1º de dezembro de 1947, p. 6.

<sup>523</sup> A Liga Árabe foi fundada em 1945 por Egito, Iraque, Síria, Líbano, Iêmen do Norte, Arábia Saudita e Jordânia (HAHN, 2007, p. 17).

<sup>524</sup> DRUMMOND, Roscoe. State of the Nation. *The Christian Science Monitor*, 13 de outubro de 1947, p. 1.

internacional e da paz organizada”<sup>525</sup>. Já o *New York Times*, em editorial, criticou os árabes por estarem “desafiando a força e a opinião pública do restante do mundo”<sup>526</sup>. E, em outra ocasião, afirmou que a “opinião pública mundial” estava “aflita” [*troubled*] pela questão da Palestina, “mais do que por qualquer outra das graves crises de nosso tempo”<sup>527</sup>.

Curioso notar que, a partir de então, a Questão da Palestina, de “teste” para a ONU, passou a ser vista como “ameaça” à ONU. O leitor Milton Konvitz, em carta ao jornal *The New York Times* explicitou essa posição ao afirmar: “a situação da Palestina é um desafio à lei internacional”<sup>528</sup>. E o jornalista do *New York Times* Thomas Hamilton fez uma analogia entre dois momentos históricos:

Há um óbvio paralelo entre a atual dificuldade das Nações Unidas e a crise que acometeu a Liga das Nações no caso da Etiópia. Em ambos os eventos a vontade da coletividade do mundo civilizado foi frustrada pela força armada – a Itália invadiu a Etiópia e os árabes têm mostrado sua determinação de resistir ao plano de partilha<sup>529</sup>.

Mais uma vez, civilização significa a resolução pacífica das contendas. Os árabes, desse modo, estariam contra o “mundo civilizado”, assim como foi a Itália fascista.

Portanto, a decisão da ONU foi vista como lei. A partilha da Palestina, segundo esse ponto de vista, foi considerada a vontade da “opinião pública mundial” e, como tal, deveria ser respeitada, a despeito de todos os riscos e de todas as oposições. Tratava-se de uma percepção de que a decisão da ONU era democrática: os perdedores deveriam aceitar o resultado pacificamente. Ou seja, os árabes deveriam depor suas armas e aceitar uma decisão tomada de forma pacífica e institucional. Assim, da mesma forma que a democracia era valorizada internamente, a ONU era vista como a ferramenta da democracia internacional, em que a vontade da maioria se constitui em lei.

Desse modo, quando Austin emitiu a declaração propondo o regime de *Trusteeship*, as críticas foram contundentes. O Deputado Emanuel Celler (Democrata, Nova York) disse que foi a “ação mais vergonhosa em política internacional já feita pelos Estados Unidos”. Segundo o Congressista, o Presidente “tomou para si o recuo [*retreat*], quebrou uma promessa, traiu uma confiança e em seu lugar não deixou nada para redimir tal traição”.

<sup>525</sup> OFNER, Francis. Arab moves on Palestine defy UN action. *The Christian Science Monitor*, 12 de janeiro de 1948, p. 6.

<sup>526</sup> To save the peace. *The New York Times*, 8 de março de 1948, Editorial.

<sup>527</sup> Palestine reconsidered. *The New York Times*, 16 de abril de 1948, Editorial.

<sup>528</sup> KONVITZ, Milton. Partition and world peace. Carta enviada ao jornal *The New York Times*, publicada em 3 de fevereiro de 1948.

<sup>529</sup> HAMILTON, Thomas. Palestine hurdle a threat to U.N. *The New York Times*, 18 de abril de 1948, revisão da semana, p. E5.

Celler acusou Truman de “prejudicar a causa da paz por todo o mundo ao minar a força das Nações Unidas”. Além disso, afirmou que os Estados Unidos “lançaram sua sorte junto com a Grã-Bretanha e com a agressão árabe”. Disse que a “convicção moral foi abandonada” e que em seu lugar Truman pôs “fraqueza e confusão”<sup>530</sup>.

Já Leon Henderson, presidente da organização *Americans for Democratic Action*, disse que o “abandono” da partilha era um “subterfúgio que mina a esperança de imediata paz no Oriente Médio e trai a esperança de pessoas em todos os lugares de que esta nação está preparada para colocar a ordem mundial à frente da política de poder”. Ele afirmou que a reversão da partilha “deixou nossa nação aberta à acusação de que nós só apoiamos as Nações Unidas quando isso se adequa à nossa conveniência”<sup>531</sup>.

Em editorial, o *New York Times* foi duro ao avaliar a declaração de Austin: “Na terra uma vez conhecida pelo leite e mel agora flui o petróleo, e a terra natal das três grandes religiões está tendo seu destino decidido pela expediência, sem qualquer sinal das considerações espirituais e éticas que deveriam reger, pelo menos, essa parte do mundo”. Além disso, o editorial afirmou que a ação norte-americana na ONU era efeito de dois traços marcantes: “inépcia” e “rendição inequívoca à ameaça da força”. O editorial concluiu da seguinte forma: “Inepta, incerta e confusa, a política externa americana sofreu um duro golpe em seu prestígio [...]. É obvio e admitido que foi a intransigência árabe que forçou o governo americano a mudar sua política e se curvar [*to bow*] às ameaças árabes”<sup>532</sup>.

O Senador Glen H. Taylor (Democrata, Idaho) pediu a demissão do Secretário de Defesa Nacional James Forrestal, argumentando ser algo fundamental, para que “nossa defesa nacional seja livre da mácula do imperialismo do petróleo”. Taylor foi severo, acusando Forrestal de querer “proteger interesses de certas grandes companhias de petróleo”<sup>533</sup>. E o Senador Irving M. Ives (Republicano, Nova York) disse que a ação norte-americana na ONU era uma “total rendição do idealismo ao oportunismo”<sup>534</sup>.

Já o Deputado da Casa dos Representantes Jacobs J. Javits (Republicano, Nova York) anunciou que apresentaria uma resolução no Congresso revogando o embargo de armas, para que os judeus da Palestina se defendessem dos “árabes fanáticos”. E o também Deputado Leo

<sup>530</sup> *Apud* Celler says shame in Palestine act. *The New York Times*, 21 de março de 1948, p. 6.

<sup>531</sup> *Ibidem*.

<sup>532</sup> The switch on Palestine. *The New York Times*, 21 de março de 1948, Editorial.

<sup>533</sup> *Apud* Glen Taylor asks Forrestal ouster. *The New York Times*, 22 de março de 1948.

<sup>534</sup> *Apud* Ives urges candor toward Palestine. *The New York Times*, 23 de março de 1948, p. 16.

Isacson (Partido Trabalhista, Nova York) pediu uma investigação do Congresso sobre a influência da ARAMCO na postura norte-americana de abandonar a partilha<sup>535</sup>.

O *Christian Science Monitor* repudiou a decisão norte-americana em editorial<sup>536</sup>, dizendo:

A Palestina se tornou, mais claramente do que nunca, um mero peão no jogo da política de poder. As Nações Unidas se tornaram, mais claramente do que nunca, uma atividade secundária [*side show*]. O nacionalismo mais uma vez venceu o internacionalismo. Este, em suma, é o significado do abandono da partilha pelos Estados Unidos.

O editor concluiu: “Este movimento parece enfraquecer a ONU por razões de política de poder”. E, em outro editorial, o *Christian Science Monitor* defendeu novamente “a causa da ação internacional” contra “as furiosas ondas de nacionalismo”<sup>537</sup>.

Na mesma linha, o leitor Samuel Friedman, em carta para o *New York Times*, chamou a mudança política de “atitude vergonhosa” [*disgraceful attitude*]<sup>538</sup>.

Para muitos defensores da ONU e do sionismo, essa postura era inaceitável, sob o ponto de vista moral, e uma ameaça à existência da organização. Homer Metz, correspondente do *Christian Science Monitor* na ONU, criticando a política das grandes potências quanto à Questão da Palestina, opôs o lado “emocional e humano”, representado pela necessidade de um Estado judeu, à “fria luta prática entre interesses nacionais e faccionais”, demonstrada pelas ações das delegações na ONU<sup>539</sup>.

Em outra oportunidade, Metz criticou os Estados Unidos e a União Soviética por colocarem “seus interesses à frente dos interesses da ONU”. Para o autor, se a partilha não fosse levada adiante, seria “um golpe quase fatal no prestígio da ONU”. Ele concluiu:

Para um observador razoavelmente objetivo, parece que o prestígio e a autoridade da ONU é infinitamente mais importante que os interesses estratégicos tanto dos Estados Unidos quanto da Rússia ou de ambos. [...] Se eles insistirem em pôr seus próprios interesses nacionais em primeiro plano, o público não pode ser culpado se concluir que o ideal da ONU de uma ordem mundial coletiva é apenas um sonho insignificante.<sup>540</sup>

<sup>535</sup> *Ibidem*.

<sup>536</sup> Palestine retreat. *The Christian Science Monitor*, 23 de março de 1948, p. 18.

<sup>537</sup> For peace in Palestine. *The Christian Science Monitor*, 25 de março de 1948, Editorial, p. 22.

<sup>538</sup> FRIEDMAN, Samuel. Disgraceful attitude. Carta enviada ao jornal *The New York Times*, publicada em 26 de março de 1948, p. 20.

<sup>539</sup> METZ, Homer. U.N. weighs Jewish plea for ‘Home’ in Palestine. *The Christian Science Monitor*, 9 de maio de 1947, p. 14.

<sup>540</sup> \_\_\_\_\_. Palestine partition: whole world awaits conclusive course of action. *The Christian Science Monitor*, 22 de janeiro de 1948, p. 9.

Em editorial, o *Christian Science Monitor* afirmou que, diante das posturas das delegações na ONU, estava “claro” que “o principal problema” em toda a discussão era “a ênfase em estreitos propósitos nacionalistas, ao invés da devoção à paz internacional”<sup>541</sup>.

Além disso, jornalistas e analistas políticos desconsideraram as ressalvas de Truman de que o regime de *Trusteeship* seria apenas temporário e não tomavam a mudança de postura como adiamento da partilha, mas como abandono da partilha. Dana Adams Smith expressou essa posição ao afirmar que os Estados Unidos “abandonaram [*dropped*] o plano de partilha”<sup>542</sup>. Já o *New York Times*, considerou o plano de partilha “descartado” [*discarded*], pois, para os editores, parecia “claro que o plano [de *trusteeship*] em sua atual forma descartaria, por todos os propósitos práticos, a solução anteriormente favorecida pelo nosso governo – a saber, a partilha”<sup>543</sup>.

Em outro editorial, o *New York Times* criticou a postura dos Estados Unidos na ONU pela “hesitação” e “vacilação”, assim como pelas “mudanças de posição”, que, segundo o jornal, certamente não ajudariam a criar condições para solucionar o “complexo problema da Palestina”<sup>544</sup>.

Por conta da atuação norte-americana na ONU, Truman foi perdendo apoio à sua candidatura nas eleições presidenciais que se aproximavam. Os argumentos utilizados por seus opositores são elucidativos. F.A. Sansone, presidente da seção nova-iorquina da organização *MacArthur-for-President Clubs*, atacou Truman dizendo: “Nem todo o petróleo da Arábia fará o povo americano esquecer seu tradicional senso de ação justa [*fair play*] e permitir a traição aos judeus. O apaziguamento inevitavelmente leva à guerra. Nós não devemos reverter nossa postura para apaziguar nenhum país.” E concluiu: “O povo americano sabe disso. Os fundadores desse grande país chamado Estados Unidos da América sabiam disso. Eles não tinham medo. Eles não agiam por apaziguamento. A honra, a dignidade, a integridade de nosso povo americano ainda clamam ‘milhões para a defesa, nenhum centavo para tributos’”<sup>545</sup>.

<sup>541</sup> Where America can help. *The Christian Science Monitor*, 1º de março de 1948, Editorial, p. 18.

<sup>542</sup> SCHMIDT, Dana Adams. Agreement with Arabs is British Mid-East aim. *The New York Times*, 18 de abril de 1948, revisão da semana, p. E5.

<sup>543</sup> The new Palestine proposal. *The New York Times*, 21 de abril de 1948, Editorial.

<sup>544</sup> Truce in Palestine. *The New York Times*, 18 de abril de 1948, Editorial.

<sup>545</sup> *Apud* Two more leaders desert Truman for shift of the Party on Palestine. *The New York Times*, 25 de março de 1948.

O governador de Nova York Thomas Dewey, um importante líder do Partido Republicano, declarou que a política externa de Truman – com respeito à Palestina e outras questões – era “vacilante”, “inadequada” e “incompetente” [*bungling*]<sup>546</sup>.

Contudo, as condenações não eram provenientes apenas do Partido Republicano. Havia um movimento anti-Truman no interior do Partido Democrata<sup>547</sup>, uma “revolta” dos Democratas contra a indicação de Truman à presidência nas eleições de 1948. O discurso de James M. Power, líder da 13ª seção Democrata do Brooklin, foi emblemático. Ele disse que formaria um bloco anti-Truman na convenção do partido. Ele justificou tal atitude pelo abandono do apoio do governo à partilha da Palestina, uma “página negra na história americana”. Ele afirmou: “A menos que essa política calamitosa e não-americana [*un-American policy*] seja imediatamente revertida, nós faremos tudo ao nosso alcance para que o Partido Democrata rejeite sua candidatura na próxima Convenção Nacional Democrata”<sup>548</sup>. Todas essas críticas continuaram até Truman decidir-se por reconhecer o Estado de Israel.

Contudo, não apenas a moralidade internacional era mobilizada em prescrições políticas quanto ao sionismo e à Questão da Palestina. Nessa fase do debate nos Estados Unidos, o Orientalismo também desempenhou um papel importante na defesa de cursos de ação pró-sionistas.

#### **5.4 Orientalismo na prática - os árabes como “obstáculo superável”**

Toda a discussão presente nos capítulos 1 e 2 nos mostra a disseminação de um pensamento orientalista, em suas diferentes tendências, nos discursos pró-sionistas e em avaliações presentes na imprensa. Essa percepção, bastante enraizada e explícita, não foi apenas uma forma de ver o “Oriente”, mas desempenhou um importante papel na discussão sobre a criação de um Estado judeu na Palestina entre 1945 e 1948. Dessa forma, elementos culturais enraizados proporcionaram, para muitos, formas de ver o problema e fundamentos para a defesa de um curso de ação política.

O período pós-guerra era considerado uma época de reajustamento político, social e econômico em várias partes do mundo. O Oriente Médio também foi enquadrado na categoria

---

<sup>546</sup> *Apud* EGAN, Leo. Dewey advocates ‘hard-boiled’ view in foreign affairs. *The New York Times*, 24 de março de 1948, capa.

<sup>547</sup> Truman’s backers fear bolt in West. *The New York Times*, 25 de março de 1948, p. 22;

<sup>548</sup> MOSCOW, Warren. Revolt on Truman emerges in convention slate in city. *The New York Times*, 23 de março de 1948.

de espaços em que deveria haver um trabalho construtivo na ordem mundial que se queria implantar.

No âmbito desse rearranjo internacional, o Oriente Médio foi visto como uma área carente de desenvolvimento. Era uma região que precisava dos “talentos” e das “habilidades” ocidentais. Assim, todos aqueles identificados com o Ocidente foram valorizados como vetores de progresso na nova realidade do Oriente Médio, em que novos Estados estavam surgindo e colônias ficavam independentes.

De acordo com esse pressuposto, sionistas e norte-americanos cumpririam um papel similar. Levariam o progresso e a modernização à região, o que contagiaria as sociedades árabes. Com isso, nesse novo cenário, o Estado judeu passou a ter uma função relevante.

Toda essa discussão foi possível por conta de um processo de retirada dos árabes do direito de falar e se articular com base nos compromissos do pós-guerra. Com efeito, em alguns discursos pró-sionistas, houve uma dificuldade em argumentar por que motivo uma população de cerca de 600 mil judeus deveria obter o direito a um Estado em 56% da Palestina, enquanto a população árabe de cerca de 1 milhão e duzentos mil teria direito a ocupar 44 % do território. Diante do discurso de apoio à democracia em todos os cantos do mundo, em oposição aos “governos totalitários”, uma decisão política que sofria oposição da maioria da população de um território foi, em algumas ocasiões, difícil de defender.

Tal dificuldade se aprofundou diante da existência de alguns documentos tidos como basilares nas discussões territoriais que se seguiram à derrota do Eixo. Dois documentos foram especialmente importantes e afirmados como fontes de ajustamentos políticos e territoriais: a Carta das Nações Unidas e a Carta do Atlântico, apresentadas como marcos fundadores de uma almejada nova ordem internacional.

Porém, no Oriente Médio, outras questões foram colocadas à frente dos documentos internacionais elaborados para dirimir disputas no pós-guerra, já que os líderes árabes frequentemente aludiram a esses documentos, mas tais instrumentos foram desconsiderados. Os princípios mais citados por líderes árabes de dentro e de fora da Palestina eram os incorporados na Carta do Atlântico, uma declaração de princípios assinada entre Estados Unidos e Grã-Bretanha em 14 de agosto de 1941, que seria utilizada para orientar as ações dos dois países após a vitória sobre o Eixo.

Dois artigos da Carta do Atlântico, em especial, foram mobilizados pelos árabes sobre a situação na Palestina. O segundo artigo, que dizia: “Eles [Estados Unidos e Grã-Bretanha] não desejam ver alterações territoriais que não estejam de acordo com os anseios livremente

expressos pelos povos afetados”; e o terceiro, que diz que Estados Unidos e Grã-Bretanha “respeitam o direito de todos os povos a escolherem a forma de governo sob a qual eles querem viver; e esperam que haja direitos soberanos e autogoverno restaurado àqueles que foram pela força privados desses direitos”.

Em 1944, o intelectual norte-americano de origem árabe Phillip Hitti argumentava em um debate sobre a Questão da Palestina que “o terceiro artigo da Carta do Atlântico respeita o direito do povo de escolher seu próprio governo”. E aludindo ao valor que esses princípios teriam para os norte-americanos, declarou: “O sentimento nacional árabe retira sua inspiração de uma ideologia americana”<sup>549</sup>.

Em novembro de 1945, Izzat George Tannous, chefe do Gabinete Árabe em Londres, questionou Truman sobre a imigração de 100 mil DPs na Palestina:

O Presidente Truman está ciente que se 100 mil judeus forem para a Palestina, eles irão entrar por meio da força e contra a vontade do povo árabe. Isto é contrário aos princípios americanos e é algo que não podemos entender. Nós estamos sendo considerados nesse assunto afinal? Que direito tem a América ou qualquer outro país de forçar pessoas sobre nós? [...]

Tudo o que nós pedimos é liberdade, como está garantida na Carta do Atlântico. Nós queremos um governo em que todos sejam representados. Nós não nos opomos aos judeus, mas nos opomos aos ditadores sionistas<sup>550</sup>.

O leitor Samir Shamma, em carta ao *New York Times*, também se posicionava no mesmo sentido, quando afirmou:

A única solução justa e democrática para o trágico problema da Palestina é aplicar os princípios da democracia e da Carta do Atlântico, e estabelecer um governo palestino independente baseado em eleições livres sobre o qual todos os habitantes, a despeito de suas crenças, raça ou religião, possam exercer direitos iguais<sup>551</sup>.

O discurso político dos líderes árabes da Palestina também buscava a empatia com os americanos. Jamal el-Husseini, presidente do Alto Comitê Árabe afirmou em entrevista para o *New York Times*: “Nós queremos democracia, a mesma democracia pela qual vocês americanos lutaram e venceram. Nós queremos uma Palestina árabe independente, onde todos os palestinos irão conviver”. Segundo ele, “a única coisa que deve estar diante do comitê [UNSCOP] é se a Palestina deverá ser uma nação árabe independente com autodeterminação como prescrito pela Carta do Atlântico”<sup>552</sup>.

Dessa forma, surge a questão: por que razão, se analistas nos Estados Unidos advogavam uma solução legalista para controvérsias territoriais, com base nos princípios da

<sup>549</sup> “Political Zionists” are hit at hearing. *The New York Times*, 16 de fevereiro de 1944, p. 10.

<sup>550</sup> *Apud* CURRIVAN, Gene. Arab hit Truman on Palestine issue. *The New York Times*, 10 de novembro de 1945, p. 6.

<sup>551</sup> SHAMMA, Samir. Carta ao jornal *The New York Times*, publicada em 29 de dezembro de 1945.

<sup>552</sup> *Apud* New war on Jews forecast by Arab. *The New York Times*, 19 de junho de 1947, p. 16.

ONU e incorporados em documentos políticos, tais princípios legais não foram aplicados aos árabes?

Com efeito, desde a década de 1930, houve um sentimento de perplexidade diante do conflito na Palestina, que permaneceu no pós-guerra como um problema que desafiava a compreensão de muitos. Por um lado, havia uma percepção de que os judeus deveriam ter uma entidade política própria – um Estado ou autonomia. Por outro lado, os árabes almejavam independência para a Palestina aludindo a princípios democráticos, já que formavam a maioria no território. Tais reivindicações eram bastante publicizadas e isso criava problemas para os Estados Unidos. Foi elaborado então todo um sistema de pensamentos e ideias sobre como resolver a contenda vista como um conflito entre o “certo e o certo”<sup>553</sup>.

Diante disso, diversos analistas norte-americanos enfatizavam a complexidade da questão. A dificuldade em encontrar uma solução para o problema transparece nas palavras usadas para se referir ao confronto na Palestina: quebra-cabeças (*puzzle*<sup>554</sup>), enigma (*riddle*<sup>555</sup>), dificuldades (*difficulties*) problemática palestina (*troubled Palestine*<sup>556</sup>, *vexed Palestine*<sup>557</sup>), problema intratável (*intratable problem*), problema insolúvel (*insoluble problem*), lugar problemático (*troubled spot*), imbróglio (*thorn*), um termo próximo à nossa “batata-quente” (*hotbed*<sup>558</sup>), e eram utilizados também termos míticos, como “Nó Górdio” (*Gordian knot*<sup>559</sup>) e “Labirinto de Creta” (*Cretean Labyrinth*).

Vemos na imagem abaixo (figura 15) o Presidente Truman e o Primeiro Ministro britânico Clement Attlee tentando solucionar o “quebra-cabeça da Palestina”<sup>560</sup>. A legenda diz “a primeira coisa a se fazer é se livrar disso” [*the first thing to do is to get rid of that*]

<sup>553</sup> Sees no Palestine blame. *The New York Times*, 23 de março de 1939; BROWNE, Mallory. U.N.’s future, more than Palestine, is the issue. *The New York Times*, 22 de fevereiro de 1948, revisão da semana, p. E3.

<sup>554</sup> Puzzle of Palestine. *The Christian Science Monitor*, 10 de fevereiro de 1939, p. 18.

<sup>555</sup> Palestine riddle for U.N. *The New York Times*, 23 de fevereiro de 1947.

<sup>556</sup> MELTZER, Julian Louis. Formula for troubled Palestine. *The New York Times*, 16 de fevereiro de 1947, revista, p. SM12.

<sup>557</sup> TRUDEAU, Edward. Vexed Palestine: restricted immigration of Jews urged. *The New York Times*, 12 de julho de 1936, revisão da semana, p. E9.

<sup>558</sup> Palestine report hailed in London. *The New York Times*, 8 de julho de 1937, p. 18.

<sup>559</sup> McCORMICK, Anne O’Hare. Palestine puzzle. *The New York Times*, 11 de julho de 1937.

<sup>560</sup> Palestine riddle for U.N. *The New York Times*, 23 de fevereiro de 1947, revisão da semana, p. E4.

Figura 15



*The New York Times*, 23 de fevereiro de 1947, revisão da semana, p. E4.

Com efeito, diversos grupos sociais e especialmente o importante jornal *The New York Times* se pautavam na relevância da ONU e da legalidade na política internacional, dedicada a dirimir disputas, para defender que a partilha fosse efetivada e o Estado judeu criado. Mas quando líderes árabes usavam esse mesmo argumento, surgia uma significativa dificuldade em justificar o apoio.

Na verdade, a dificuldade foi contornada por um processo de inferiorização dos árabes. Os árabes foram diminuídos, destituídos da capacidade de se autogovernarem e de produzirem o “progresso” (visto como imperativo) por si mesmos. Portanto, somente após tal processo de inferiorização, os princípios da Carta da ONU e da Carta do Atlântico puderam ser aplicados à causa sionista e negados aos árabes. O discurso pró-ONU advogava a igualdade, autodeterminação e democracia para os judeus, mas em relação aos árabes tais direitos eram vistos como inaplicáveis, pois eram colocados em uma posição subalterna na hierarquia dos grupos humanos.

E, assim, a construção elaborada e sofisticada da dicotomia entre árabes e sionistas (conforme vimos nos capítulos 1 e 2) foi mobilizada para advogar uma decisão política. Portanto, as representações desempenharam um papel fundamental, pois foram aplicadas diretamente a uma discussão sobre o poder sobre o território. Como diz Tomaz Tadeu Silva, as representações são um sistema linguístico e cultural “estritamente ligado a relações de poder” (SILVA, 2003, p. 91).

Como vimos no capítulo 1, o discurso pró-sionista formulou oposições binárias para opor sionistas e árabes na Palestina. Vimos ainda que esse processo de construção de opostos assimétricos serve para demarcar uma “normalidade” em oposição ao que é “anormal”, “exótico”. O que se entende como normal passa a ser o parâmetro de julgamento entre diferentes grupos humanos. No período entre 1945 e 1948, tais oposições foram mobilizadas em um discurso político voltado para uma finalidade específica: pressionar o presidente Truman a apoiar o sionismo político.

Por meio da afirmação e reafirmação de características vistas como inatas, imutáveis e a-históricas, os árabes foram vistos como um povo com menos direitos ou com menos capacidade política do que os sionistas; ou foram vistos como beneficiados pela constituição de um Estado judeu.

Tais interpretações guiaram o comportamento dos defensores do sionismo nos Estados Unidos quando chegou o momento de refletir sobre o problema da Palestina após a Segunda Grande Guerra.

Segundo uma interpretação muito presente na imprensa e nos debates públicos, os árabes não poderiam se governar por causa de suas imensas inaptidões. Não foram vistos, portanto, como dignos de pleitear seus direitos na política mundial, com base em compromissos, tratados e convenções internacionais. Isso ficou evidente durante as discussões na Organização das Nações Unidas.

Porém, essa percepção não era nova. Já em 1937, o correspondente do *New York Times* na Palestina Joseph Levy retirava dos árabes o direito de pleitear direitos políticos com base no princípio de autodeterminação como fora formulado por Woodrow Wilson no pós-Primeira Guerra:

Quanto àqueles que acreditam no ideal de Wilson de garantir independência às pequenas nações, eles também deveriam fazer uma visita a esses países árabes e estudar as condições deploráveis das massas árabes, sejam urbanas ou rurais. *Atualmente, como tem sido o caso de milhares de anos no passado, e mais provavelmente continuará pelos séculos que virão*, um grupo barulhento de ricos árabes, de cujas fileiras é formado o novo governo, sinceramente acredita, como fizeram seus ancestrais, que as classes agrícolas e trabalhadoras foram criadas como

bestas para servir a seus mestres. A miséria e o baixo padrão de vida dessas massas nunca pareceu aborrecer as classes governantes. Alguns, sabendo disso, afirmam que as potências ocidentais colonizadoras, não importando o quanto elas possam explorar os nativos para seu próprio benefício, certamente darão melhor tratamento aos pobres oprimidos do que o que eles estavam recebendo dos governantes nativos [grifos meus]<sup>561</sup>.

Percebe-se a visão a-histórica: os árabes são assim há “milhares de anos” e continuarão a ser “pelos séculos que virão”. Com isso, as massas árabes estarão melhor sob controle de colonizadores.

Deve-se considerar a distância temporal de cerca de dez anos dessa avaliação e os acontecimentos que ocorreram nesse lapso de tempo. Porém, tal percepção se mostrou ainda mais explícita no pós-Segunda Guerra, quando as discussões sobre rearranjos territoriais eram frequentes.

Em 17 de junho de 1945, o colunista do *New York Times* C. L. Sulzberger qualificou os árabes de povo “inviável” [*impractical*]. Para ele, embora e os árabes tivessem dado ao mundo “vastos talentos em arquitetura, matemática, poesia, lógica e fundamentos do pensamento abstrato”, eles foram “incapazes de aplicar esses talentos às suas vidas”. E, confirmando o discurso segundo o qual os árabes não seriam capazes de serem independentes, Sulzberger afirmou que eles seriam “no longo prazo, incapazes de superar suas diferenças locais, seus tradicionais individualismo e regionalismo e formar unidades auto-governantes”<sup>562</sup>.

Ou seja, tal percepção fazia dos árabes menos dignos de consideração em análises que prescreviam ações políticas. Correlato a esse entendimento, estava a interpretação, em grande parte influenciada pelo Orientalismo pedagógico, que dizia que o Estado judeu a ser fundado seria um vetor de modernização na Palestina.

Seguindo essa percepção, o Reverendo Bedros Baharian (pastor da Igreja Congregacional do Quincy, Massachusetts), em carta ao *Christian Science Monitor*, analisou a situação da Palestina:

Por que há tantos protestos dos árabes da Palestina? Devemos considerar, em primeiro lugar, de onde os protestos vêm. As manifestações não vêm do camponês árabe, pois sua vida melhorou consideravelmente na Palestina judaica. Seu salário diário médio por trabalho comum é agora de \$1,5 a \$2, em comparação ao salário médio que está entre 10 e 20 centavos no restante do mundo árabe. Ele tem a oportunidade de receber educação (90 por cento dos árabes não sabem ler e escrever) e atendimento médico. [...].

Basicamente, o político árabe não está lutando contra o judeu, pois para o árabe o judeu representa unicamente a civilização. Não importa o quanto os grupos

<sup>561</sup> LEVY, Joseph. Arab unity is still remote. *The New York Times*, 18 de julho de 1937.

<sup>562</sup> SULZBERGER, C. L. Fires that flame behind the Arab crisis. *The New York Times*, 17 de junho de 1945, revisão da semana, p. SM5.

nacionalistas possam estar envolvidos, sua atitude é a mesma. O problema não diz respeito apenas ao nacionalismo árabe, mas à democracia. Será que 2 por cento de uma terra poderá bloquear o progresso da civilização para os outros 98 por cento?<sup>563</sup>

Dessa forma, o Estado judeu a ser criado seria um vetor de modernidade social para os árabes. Percebemos nitidamente que o discurso do progresso e da modernidade era utilizado para defender que o governo atuasse em apoio à partilha da Palestina. Portanto, como pudemos ver anteriormente, toda a discussão sobre o progresso sionista, em oposição ao atraso árabe, e a modernização que os sionistas levavam à Palestina, após a “Terra Santa” ter sido deixada em ruínas pelos árabes, era mobilizada, nesse momento, para advogar ações políticas concretas.

É curioso apreender outro aspecto do discurso de Baharian. Em sua carta, podemos perceber como os grupos cristãos defendiam o sionismo político. É interessante notar quais eram as bases para os argumentos das organizações cristãs para defender um Estado judeu na Palestina. Independente de suas razões mais íntimas (muitas vezes insondáveis por meio de documentos escritos), publicamente eles utilizavam um discurso aceito por um contingente mais amplo que o de seus seguidores. Baharian e outros indivíduos e grupos cristãos não mobilizavam argumentos religiosos na defesa da criação do Estado judeu, mas recorriam ao discurso do “progresso”.

Carl Herman Voss, Presidente da *Church Peace Union* e do *American Christian Committee for Palestine*, declarou em um encontro sionista:

Falando como um cristão, eu devo dizer que estou grato aos pioneiros sionistas pelo milagre de sua transformação na Palestina no último quarto de século, pois a Terra Santa foi construída novamente e foi transformada de uma área estagnada [*backwater*] do antigo Império Otomano em uma vívida fonte de democracia em um Oriente Médio feudal<sup>564</sup>.

Além disso, outros atores sociais defendiam o sionismo e a criação do Estado judeu tomando como fundamentos os avanços científicos. Herman E. Hillboe, Comissário de Saúde do Estado de Nova York elogiou os judeus por “estender as fortalezas das fronteiras da saúde, exatamente como nós [nova-iorquinos], ao combater a doença e a pobreza”. Além disso, esperando que o Estado judeu se concretizasse, afirmou: “Possa o povo judeu da Palestina seguir adiante, rumo a novas realizações, certo de que sua população é forte, saudável,

<sup>563</sup> BAHARIAN, Bedros. A Jewish Palestine. Carta ao jornal *The Christian Science Monitor*, 15 de julho de 1946, p. 18.

<sup>564</sup> *Apud* GORDON, Albert G. Arab war threats called ‘bombast’. *The New York Times*, 27 de outubro de 1947, p. 8.

mentalmente e moralmente viril, sempre alerta para os benefícios da cooperação e do progresso social”<sup>565</sup>.

Toda essa percepção era importante porque o “progresso” levado à Palestina pelos sionistas era utilizado como argumento para conceder-lhes maior poder político. Em 27 de junho de 1947, o correspondente do *New York Times* na Palestina Clifton Daniel avaliou a diferença entre judeus e árabes mobilizando a recorrente forma dicotômica de apresentar os dois grupos:

Cada pequeno monte proporciona um contraste entre os modos de vida dos árabes e dos judeus. Em um cume pode haver um vilarejo árabe com choupanas, e tendas beduínas esfarrapadas em suas proximidades. O solo circundante riscado de forma primitiva, escavado à espera de chuvas. No próximo monte pode haver uma próspera colônia judaica com modernas casas de concreto. As encostas são verdes com plantações já amadurecendo sob o estímulo da água canalizada.<sup>566</sup>

Para ele, isso justificava maior poder para os sionistas. Segundo Daniel, “Os sionistas da Palestina mostraram hoje ao Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina [UNSCOP] o que eles poderiam fazer com o Negev, a parte tórrida e quase desolada no sul do país, se eles recebessem a permissão de colonizá-lo e torná-lo parte de um estado judeu”. Daniel disse também que os membros do comitê puderam ver no Negev “o vívido contraste entre a vida tradicional e quase imutável dos árabes nômades do deserto e os empreendimentos pioneiros dos colonos judeus”.

O Congressista Emanuel Celler (Democrata, Nova York), enviou uma carta à revista *Life*, avaliando a relação entre judeus e árabes:

A colonização judaica na Palestina provocou um despertar [*awakening*] no Oriente Médio e criou um projeto econômico temido pelos árabes, que organizaram a oposição. Somente com os assentamentos judeus os camponeses árabes despertaram de séculos de torpor feudal [*feudal slumber*]. Que representação tem o camponês árabe na citada Liga Árabe, uma associação de favorecidos e mimados ricos [*pumpered rich*] árabes, uma associação cujos membros não conseguem chegar a um acordo para o bem-estar do árabe comum?<sup>567</sup>

Dessa forma, a modernização proporcionada pelo sionismo, quando incorporada ao Estado judeu, seria algo extremamente benéfico para os árabes da Palestina. No entanto, alguns iam além, afirmando que o Estado judeu seria benéfico para todos os povos do Oriente Médio.

---

<sup>565</sup> *Ibidem*.

<sup>566</sup> DANIEL, Clifton. Zionists show U.N. a desert in bloom. *The New York Times*, 27 de junho de 1947, p. 13.

<sup>567</sup> CELLER, Emanuel. Palestine. Carta enviada à *Life Magazine*, publicada em 9 de setembro de 1946, p. 23-4.

Logo após a decisão da partilha, o respeitado jornalista do *Christian Science Monitor* Joseph C. Harsh, correspondente do jornal em Washington, avaliou as potencialidades que poderiam ser liberadas com a criação do Estado judeu. Para ele:

Os Estados árabes são relativamente não-desenvolvidos e sofrem de uma escassez de habilidades técnicas. O estado judeu na Palestina irá agir como um ímã, atraindo comércio, investimento e habilidades técnicas para toda a região do Oriente Médio. Isso pode se voltar para o benefício de longo prazo dos estados árabes. Muitos acordos são possíveis, por meio dos quais o estado judeu poderá compartilhar suas habilidades com seus vizinhos árabes, em troca de paz em suas fronteiras<sup>568</sup>.

Já Carl J. Friedrich, Professor da Universidade de Harvard, disse que os Estados Unidos “têm um interesse vital e de longo prazo na solução do problema da Palestina, pois a Palestina é a ponta de lança do modernismo no Oriente Médio”<sup>569</sup>.

Da mesma forma, um grupo formado por Frank W. Buxton, Bartley Crum (ex-membros do AACI), pelo acadêmico Samuel Ralph Harlow, pelo conservacionista Walter Clay Lowdermilk, pelo diplomata James G. McDonald, e pelo teólogo e analista político Reinhold Niebuhr, em carta ao *New York Times*, defendeu que “qualquer pessoa que tome contato com as realidades do Oriente Médio, mesmo com um mínimo de objetividade, deve admitir que, de longe, só há uma vanguarda do progresso e modernização no Oriente Médio e esta é a Palestina judaica.”.

Além disso, eles contrariaram as avaliações dos estrategistas norte-americanos sobre a possibilidade dos sionistas indiretamente contribuírem para a disseminação do comunismo no Oriente Médio. Eles concluíram que a criação do Estado judeu seria do interesse dos Estados Unidos:

Os Estados Unidos estão hoje comprometidos com uma política de parar a disseminação do comunismo no mundo. Mas o comunismo não pode ser parado por meio do apoio a reacionários e atrasados potentados medievais, que vergonhosamente exploram as massas de seus povos. Ao contrário, as massas pobres e famintas fornecem o terreno fértil para a revolução e o comunismo. Se nós estamos realmente preocupados com a possível expansão da Rússia soviética pelo Oriente Médio, ajudemos os judeus na Palestina e os cristãos no Líbano a fincar a democracia, disseminar a cultura, melhorar as condições sanitárias, diminuir a mortalidade, melhorar os salários dos trabalhadores, introduzir a moderna agricultura e indústria; em suma, elevar as massas da população de sua atual miséria a condições humanas de vida. Esta é a única efetiva barreira ao comunismo que nós podemos sugerir, e isso, também, aponta fortemente para um estado judeu na Palestina.<sup>570</sup>

<sup>568</sup> HARSCH, Joseph C. Prospects of peace in Palestine. *The Christian Science Monitor*, 9 de dezembro de 1947, p. 18.

<sup>569</sup> Brewster assails Palestine policy. *The New York Times*, 16 de outubro de 1945.

<sup>570</sup> BUXTON, Frank W.; CRUM, Bartley C.; HARLOW; Samuel Ralph; LOWDERMILK, Walter Clay; MCDONALD, James G.; NIEBUHR, Reinhold. For Palestine partition. Carta enviada ao jornal *The New York Times*, publicada em 21 de novembro de 1947, p. 22.

Da mesma forma, o economista Alvin S. Johnson enviou carta ao *New York Times* e advogou que os Estados Unidos apoiassem a criação do Estado judeu como algo de interesse americano, ao invés de se voltar para os árabes, que não eram democráticos. Segundo ele, “Absolutamente, o único reduto de democracia e de civilização ocidental no Oriente Médio é a comunidade judaica da Palestina. Sua sobrevivência é vital para os interesses americanos”. Ele afirmou ainda que a Doutrina Truman deveria ser estendida ao Estado judeu, pois este seria a “única possibilidade democrática em todo o Mediterrâneo Oriental”<sup>571</sup>.

Tais avaliações levantam outro aspecto que fundamentou o argumento de que os árabes não mereceriam direitos políticos nos rearranjos do pós-guerra: sua falta de democracia e o fato de terem sido aliados do Eixo durante a Segunda Grande Guerra.

Na verdade, os acusadores dos líderes árabes afirmavam que eles não compartilhavam os ideais das Nações Unidas. Eles eram constantemente estigmatizados como pró-Eixo. A organização *The Nation Associates* (que publicava a revista *The Nation*) enviou uma carta às nações reunidas na ONU afirmando que os “palestinos” do Alto Comitê Árabe haviam sido aliados do Eixo. Segundo a correspondência, eles eram homens que haviam se aliado aos “piores criminosos de guerra do Eixo” e que eram apoiadores da “Alemanha e do Japão durante a guerra”<sup>572</sup>. E Jamal al-Husseini era acusado de ter “simpatias pró-Eixo”<sup>573</sup>. Por conta disso, os defensores do sionismo afirmavam que os árabes não eram dignos de pleitear direitos políticos com base em princípios que nortearam a luta contra o Eixo.

Seguindo o mesmo raciocínio, o sindicalista Jacob Protofsky, ligado ao *Congress of Industrial Organizations*, defendeu o reconhecimento do Estado judeu pelo presidente em 15 de maio. Ele disse: “A Palestina se tornou uma nova fronteira entre a luta mundial entre a liberdade e a tirania; o destino das Nações Unidas e a sobrevivência da paz mundial estão em jogo na luta que está sendo travada no Oriente Médio”<sup>574</sup>.

O representante Jacob K. Javits (Republicano, Nova York) disse sobre o recém-fundado Estado de Israel:

O novo Estado de Israel servirá como cabeça de ponte da democracia no Oriente Médio. Como no passado, os enormes recursos, energia e habilidade e fé na democracia que o povo judeu possui serão usados, não apenas para o desenvolvimento de seu próprio país, mas para o benefício de todos os povos do Oriente Médio<sup>575</sup>.

<sup>571</sup> JOHNSON, Alvin. Palestine policy discussed. Carta enviada ao jornal *The New York Times*, publicada em 26 de março de 1948, p. 20.

<sup>572</sup> 3 delegates called Axis aides. *The New York Times*, 12 de maio de 1947, p.3.

<sup>573</sup> Palestine’s future. *The New York Times*, 12 de maio de 1946, Editorial.

<sup>574</sup> *Apud* Protofsky sees crises for U.N. in Palestine. *The New York Times*, 11 de março de 1948.

<sup>575</sup> HULEN, Bertram D. U.S. President moves quickly: new Jewish State recognized by U.S. *The New York Times*, 15 de maio de 1948, capa e p.3.

Mas a criação do Estado judeu acarretava um grande temor, fruto de um impasse. Por um lado, como vimos, houve intensa pressão para que o governo dos Estados Unidos enviasse tropas para efetivar a partilha da Palestina. Porém, alguns estrategistas e políticos discordavam da proposta. Por outro, uma invasão árabe ao recém-criado Estado judeu era vista como inevitável pelo Departamento de Estado e pelo Departamento de Defesa. Com isso, diante da recusa dos árabes em aceitar a resolução da ONU, emergiu a discussão de como fazer valer uma decisão internacional recusada por um dos lados sem fazer uso de força militar.

Contra o argumento de que os árabes fariam guerra contra os sionistas e/ou se voltariam para a União Soviética, os elementos orientalistas novamente serviram de base para os defensores do sionismo. Os árabes da Palestina, bem como os países árabes vizinhos, eram tidos como incapazes de travar uma guerra moderna. Por isso, muitos argumentavam que o temor de que os Estados Unidos precisariam enviar tropas para manter o futuro Estado judeu era equivocado.

Carl J. Friedrich, professor de Harvard, em carta ao *New York Times* pergunta: “É realmente concebível que esses países árabes, que não se levantaram para sua própria defesa durante a guerra e que hoje são dependentes, para sua sobrevivência, das potências ocidentais, declarariam guerra contra eles?”<sup>576</sup>.

Arthur Koestler segue o mesmo caminho em artigo escrito para o *New York Times*. Koestler defendeu a partilha da Palestina, afirmando ser impossível que judeus e árabes pudessem viver no mesmo Estado, pois havia pouca chance de “amalgamar judeus ocidentais e árabes orientais, divididos em seus modos de vida por meio milênio”. Em seguida, ele contestou a capacidade de guerra dos árabes, dizendo que “não há razão para temer que um Estado judeu altamente industrializado seja seriamente posto em perigo por países cuja tradicional forma de guerra é o reide do deserto sobre camelos [*desert raid on camel-back*]”<sup>577</sup>.

Da mesma forma, um documento preparado pela *The Nation Associates* (editores da revista *The Nation*) e publicado no *New York Times*, desprezou o perigo oferecido pelos árabes, dizendo que os árabes eram “em sua maioria, mal treinados, mal equipados e mal alimentados”. Além disso, listaram diversas incapacidades dos árabes, afirmando que eles não

---

<sup>576</sup> FRIEDRICH, Carl J. Carta ao jornal *The New York Times*, publicada em 19 de outubro de 1945, p. 20.

<sup>577</sup> KOESTLER, Arthur. The great dilemma that is Palestine. *The New York Times*, 1º de setembro de 1946, revista, p. 78.

tinham “armas modernas”, nem “homens que saibam usá-las”; também não possuíam “praticamente nenhuma força aérea, marinha, fábricas de armas e nem equipamentos sobressalentes”. Além disso, os autores disseram que os países árabes eram “tão feudais” como “nos dias de Mohammed”. Por fim, o relatório refutou a tese do Departamento de Estado sobre o petróleo árabe, dizendo que os governantes árabes não cancelariam as concessões de empresas de petróleo porque seriam os “senhores feudais” os principais prejudicados e, portanto, não fariam tal coisa, “independentemente do que ocorrer na Palestina”<sup>578</sup>.

Já o Senador Ralph Brewster (Republicano, Maine) afirmou que a ameaça de guerra dos árabes era um “mito”. Ele declarou também que os Estados Unidos deveriam contribuir para erigir um Estado judeu na Palestina, como um “posto de escuta” [*listening post*] em um “deserto de atrasados e primitivos países árabes”. Para o Senador, as ameaças dos árabes seriam dispersas facilmente com uma “demonstração de força” da Grã-Bretanha<sup>579</sup>.

Apesar desses discursos, muitos temiam o poder de fogo dos árabes, já que os países reunidos na Liga Árabe eram habitados por milhões de pessoas com potencial para guerrear. Contudo, o Orientalismo também forneceu argumentos para lidar com esse temor. Uma declaração conjunta assinada por Herbert Lehman (Democrata), ex-prefeito de Nova York, pelo Senador Elbert Thomas (Democrata, Utah), pelo diplomata Sumner Wells e pela viúva de Franklin Roosevelt, Eleanor Roosevelt, dizia que a disposição dos árabes de resistirem à partilha “levanta a questão da autoridade das Nações Unidas”. Para eles, os Estados Unidos teriam que demonstrar que não sucumbiriam diante de adversários fracos. A declaração diz que se esse desafio fosse levado adiante por “estes fracos estados do Oriente Médio, que confiança pode ser colocada na habilidade das Nações Unidas para enfrentar e tratar futuras crises nas quais, talvez, maiores potências estejam envolvidas?”<sup>580</sup>.

Da mesma forma, em carta ao *New York Times*, a economista Elisha M. Friedman avaliou a posição dos árabes: “Será permitido a um grupo de árabes feudais, mil anos atrás do Ocidente, social e politicamente, com a ajuda e o encorajamento da Grã-Bretanha, desafiar e destruir as Nações Unidas?”<sup>581</sup>.

Porém, o Orientalismo talvez tenha desempenhado um papel ainda mais crucial no interior do Salão Oval. Clark Clifford, Assessor especial do Presidente Truman, enviou um

<sup>578</sup> Apud BARRET, George. Arab war threat discounted to U.N. *The New York Times*, 6 de outubro de 1947.

<sup>579</sup> Brewster asks U.S. support Palestine. *The New York Times*, 25 de outubro de 1945, p. 6.

<sup>580</sup> Apud BROWNE, Mallore. U.N. Palestine force urged. *The New York Times*, 24 de fevereiro de 1948, p.1.

<sup>581</sup> FRIEDMANN, Elisha. Palestine situation. Carta enviada ao jornal *The New York Times* em 3 de março de 1948, p. 22.

memorando em 8 de março de 1948 para o presidente alegando as suas razões para permanecer firme no apoio à Partilha. Ele disse que os Estados Unidos não deveriam ceder às pressões árabes, senão fariam “o ridículo papel de tremer diante das ameaças de umas poucas tribos nômades do deserto”. E continuou, dizendo: “Isso nos causaria um grande dano. Por que deveriam a Rússia ou a Iugoslávia, ou qualquer outra nação, nos tratar de outra forma a não ser com desprezo à luz de nosso indeciso apaziguamento dos árabes?”<sup>582</sup>

Nota-se, portanto, que diante da percepção da insignificância dos árabes, ceder às suas pressões ou dialogar com base em suas demandas, seria uma humilhação para a maior potência militar do pós-guerra, que se propunha a defender a “liberdade” e a liderar o mundo contra a “ameaça totalitária”.

Dessa maneira, podemos ver que a modernidade, o progresso técnico e social e a regeneração da Palestina legitimavam a concessão do poder político aos sionistas. Além disso, a percepção dos árabes como primitivos, atrasados e ignorantes os fazia incapazes de se governarem e ineficientes para se apresentarem como um desafio relevante para a concretização de políticas decididas por atores externos. E, por fim, ao não serem democráticos e por terem se aliado ao Eixo, eram indignos de cobrarem direitos baseados nos ideais que foram utilizados para derrotar nazistas e fascistas. Assim, todo esse conjunto de representações foi mobilizado para advogar um Estado judeu na Palestina.

Evidentemente, havia setores da sociedade que elogiavam o progresso sionista, mas não defendiam a criação de um Estado judeu. Ainda assim, a noção do progresso era o que fundamentava a percepção do conflito, bem como se constituía como a base para propostas de resolução. A revista *Life*, embora tradicionalmente se mostrasse contrária à criação de um Estado judeu, quando a partilha foi aprovada, elogiou a previsão contida na Resolução 181 de “união econômica” entre os dois Estados: “A ideia é nova e difícil, mas o ângulo da união econômica pode se provar útil – especialmente tendo em vista os talentos transformadores do deserto [*desert-transforming talents*] dos imigrantes judeus”<sup>583</sup>.

E em editorial de 31 de maio, após o Estado de Israel ter sido proclamado, a *Life* concluiu que a partilha era um “fato consumado”. Diante disso, o editorial torcia para que Israel pudesse cumprir uma missão civilizadora na Palestina: “Certamente o Presidente [Chaim] Weizmann está ciente de que seu novo estado enfrenta sérios problemas. Se ele encontrar soluções, Israel pode ser tornar um dínamo no deserto, trabalhando de mãos dadas

<sup>582</sup> Memorando de Clark Clifford ao Presidente Harry Truman, 8 de março de 1948. FRUS, 1948, Vol. 5, p. 695.

<sup>583</sup> The Palestine problem. *Life Magazine*, 16 de fevereiro de 1948, Editorial, p. 34.

com os árabes, ajudando-os a desenvolver a economia, a democracia e a cultura de todo o Oriente Médio”<sup>584</sup>.

Porém, o fato mais emblemático de toda a discussão talvez tenha sido a utilização desse discurso pelo Presidente Truman, em seu livro de memórias:

Eu sentia que um programa de desenvolvimento poderia ser realizado para que um grande sistema industrial pudesse ser criado sob a liderança dos judeus, e o potencial produtivo desta região [Palestina] pudesse ser usado para o benefício mútuo de judeus e árabes. Toda a região espera para ser desenvolvida, e se ela for administrada do modo como foi a bacia do Rio Tennessee, ela poderia abrigar um número de mais vinte ou trinta milhões de pessoas. Abrir a porta para esse tipo de futuro seria, na verdade, algo construtivo e humanitário a se fazer, e também faria jus às promessas que foram feitas no tempo da Primeira Guerra Mundial.<sup>585</sup>

Evidentemente, estas palavras foram ditas *a posteriori*. Pode-se argumentar com boa margem de certeza que Truman estivesse buscando justificativas morais e não expressando suas efetivas convicções. Contudo, o importante dessa declaração não é se ela indicava as “reais intenções”, pois isso é insondável para os historiadores e é até mesmo irrelevante. O fato central é que tais palavras foram utilizadas para justificar uma decisão política. Portanto, eram justificativas possíveis de serem utilizadas e serem aceitas pela sociedade. Embora devamos afirmar que havia muitos que não concordavam com tal justificativa, tais palavras foram ditas porque as condições de possibilidade de sua enunciação estavam presentes.

\* \* \*

Assim, quando a sociedade foi posta diante da discussão sobre se os Estados Unidos deveriam apoiar ou rejeitar a fundação de um Estado judeu na Palestina, algo muito presente entre 1945 e 1948, o debate mobilizou elementos profundamente enraizados no imaginário e na cultura de diversos grupos sociais norte-americanos.

Podemos perceber que o debate político sobre a Questão da Palestina mobilizou variados e diversificados elementos para defender o apoio do governo dos Estados Unidos à criação do Estado judeu.

Houve uma série de interpretações e estratégias discursivas que enfatizavam uma atitude moral e humanitária nas relações internacionais. Diferentemente das potências europeias, os Estados Unidos deveriam agir no mundo segundo princípios morais. Por conta

---

<sup>584</sup> The State of Israel: she faces what other statesmen have failed to solve – the Palestine problem. *Life Magazine*, 31 de maio de 1948, p. 28.

<sup>585</sup> TRUMAN, Harry. *Memories*. Vol. 2: years of Trial and hope, p. 156.

disso, qualquer oposição baseada nos riscos políticos no contexto da Guerra Fria era tomada pelos defensores do sionismo (como Estado ou como ideia) como algo execrável, desumano, característico da “política de poder”.

Além disso, os apoiadores do internacionalismo e da criação de uma instituição supranacional, representada pelas Nações Unidas, viram a ONU como o “fórum da opinião pública mundial”, o tribunal mais adequado a dirimir disputas internacionais de forma pacífica. Por isso, todas as contendas deveriam ser conduzidas no âmbito dessa organização internacional e sua decisão deveria ser lei, uma lei cumprida pela força, se necessário.

Porém, também muito importante para o discurso pró-sionista nos Estados Unidos foi a mobilização de um vasto repertório de ideias sobre a Palestina, sobre os árabes e sobre os sionistas que enquadrava as duas comunidades em um esquema dicotômico de análise, bem como atribuía à Palestina um valor altamente simbólico. Tal discurso possibilitou que uma significativa parcela da sociedade, independente de filiação partidária e até mesmo com afinidade com posições da esquerda, apoiasse os sionistas em detrimento dos árabes.

Assim, somente após a construção de representações acentuadamente negativas e inferiorizadoras, foi possível argumentar que um Estado judeu poderia ser erigido na Palestina. Somente após a consolidação do entendimento de que os árabes tinham menos direitos políticos é que a solução para a situação dos judeus na Europa foi entendida como passível de ser imposta aos árabes. Desse modo, foi possível defender a criação de um Estado judeu na Palestina, a despeito da vontade das populações árabes diretamente envolvidas. Ou, como disse Edward Said (2007, p. 382), os árabes foram vistos como um “obstáculo superável à criação do Estado de Israel”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pudemos perceber que elementos enraizados culturalmente desempenharam um papel significativo quando a Questão da Palestina foi discutida nos Estados Unidos entre 1936 e 1948. Ao longo desta pesquisa, busquei demonstrar como elementos culturais apresentados como “naturais” foram mobilizados tanto em avaliações sobre o conflito entre árabes e sionistas quanto em discursos políticos favoráveis à criação de um Estado judeu na Palestina.

O aspecto cultural não deve ser subestimado em sua capacidade de influenciar ações políticas. Organizações e agrupamentos políticos frequentemente mobilizam, consciente ou inconscientemente, traços culturais internalizados em determinados grupos para obterem a força discursiva de que necessitam para legitimar seu projeto de ação política. Da mesma forma, em um debate público sobre questões políticas, os defensores de um dado curso de ação, em geral, recorrem a representações e marcos identitários compartilhados para poder argumentar que estão com a razão.

Meu objetivo principal, inicialmente (quando o estudo ainda estava em fase de projeto), era apreender os elementos culturais e políticos norte-americanos que contribuíram para que uma importante parcela da sociedade apoiasse o movimento sionista e a criação do Estado de Israel. E minhas principais questões eram: a) quais os elementos culturais que fundamentaram o apoio ao sionismo nos Estados Unidos e que possibilitaram que o Presidente Harry Truman, apesar dos riscos estratégicos, decidisse adotar uma postura pró-sionista e reconhecer o Estado de Israel em 15 de maio de 1948? E b) fundamentados em que elementos líderes sionistas e pró-sionistas afirmavam que a Palestina judaica seria a pequena América do Oriente?

Para tal intento, minha proposta era buscar analisar as representações culturais e o imaginário norte-americanos por meio da imprensa. No entanto, no decorrer de minha pesquisa, tal objetivo teve de ser reorientado, devido à percepção de que não seria possível ter acesso direto ao imaginário norte-americano por meio da imprensa. Com isso, precisei fazer uma reavaliação sobre os limites do que eu poderia obter com a leitura de dois jornais e três revistas. Assim, meu objetivo passou a ser analisar as representações culturais presentes em avaliações da Questão da Palestina e do sionismo nos cinco veículos de comunicação pesquisados e a avaliar seu impacto sobre a decisão final de apoio à criação de um Estado judeu na Palestina.

A leitura de documentos de imprensa se mostrou extremamente importante, diante da profusão de representações, valores, percepções e marcos identitários manifestados, não só os provenientes dos editores, jornalistas e articulistas a serviço dos periódicos, como também de indivíduos e organizações que tinham suas declarações publicadas nesses veículos de comunicação. Foram de especial valia ainda as reportagens em que manifestações, pronunciamentos e declarações de organizações, indivíduos e grupos de pressão eram noticiadas. Também significativas foram as manifestações de atores diversos que utilizavam esses veículos como canal para propagar suas ideias, por meio de cartas, artigos, resenhas de livro e análises políticas. E, por fim, foram importantes as reportagens em que os periódicos transcreviam mensagens enviadas ao Presidente Truman, procedentes de agentes políticos e sociais identificados, que detinham capital político para se fazer ouvir nos mais altos níveis políticos em Washington.

Por outro lado, a leitura de documentos oficiais foi extremamente valiosa. Em primeiro lugar, possibilitou-me perceber as divergências sobre qual deveria ser a postura do governo dos Estados Unidos em relação à Questão da Palestina. Além disso, me permitiu apreender as diferentes concepções sobre política externa e os efeitos da pressão da opinião pública sobre os oficiais governamentais.

Diante da análise desse *corpus* documental, foi possível verificar que os elementos culturais mobilizados foram muitos e variados. Houve, na verdade, uma diversidade de referências simbólicas, valores, marcos identitários e representações que podem ser atribuídas a diferentes matrizes filosóficas, políticas e culturais. E, além dessa variedade, houve apropriações diferenciadas: certos elementos foram utilizados em alguns discursos e estavam ausentes em outros.

Uma das mais frequentes maneiras de analisar o confronto na Palestina e de fundamentar os discursos pró-sionistas foi a oposição elaborada entre árabes e sionistas, uma dicotomia que desempenhou papel fundamental em todo o período analisado nessa pesquisa. Nesses discursos, uma diferença comportamental entre os dois grupos foi apresentada como chave explicativa para o conflito. Os sionistas, representantes de uma civilização superior, eram atacados pelos árabes, primitivos, atrasados e bárbaros.

Na verdade, essa dicotomia estava englobada em uma oposição binária mais ampla: a que opunha “ocidentais” a “orientais”. Para esse conjunto discursivo, o Orientalismo, como teorizado por Edward Said (2007), foi crucial. Ao apresentar árabes e sionistas de forma diferenciada, os discursos recorriam à oposição entre o “progresso” e a “modernidade”

ocidentais, de um lado, e o “atraso”, o “medievalismo” e os “modos primitivos de vida” dos “orientais”, de outro. Deve ser destacado que elementos orientalistas diversificados encontram-se disseminados sincronicamente e diacronicamente – estão presentes nos cinco órgãos de imprensa e em todo o período da pesquisa, de 1936 a 1948. Portanto, o Orientalismo, seguindo diferentes tendências, foi importantíssimo no debate.

Porém, a busca por compreender os elementos culturais presentes nos discursos expressos nos cinco veículos de comunicação escolhidos para esta pesquisa me levou a perceber outras dicotomias, não pensadas no momento da formulação de minhas hipóteses.

Em primeiro lugar, pude apreender a construção de uma formulação discursiva que criava diferenciações entre os próprios judeus. Esse quadro explicativo opunha os sionistas, vistos como “judeus modernizados”, aos judeus tradicionais da Palestina, também apresentados como inferiores e ligados ao passado. Enfim, os sionistas eram judeus “ocidentais”, em oposição aos judeus “orientais”.

Além disso, pude apreender uma visão dual que opunha os “judeus sionistas”, que chegavam à Palestina para construir seu lar nacional, aos “judeus do exílio”, os judeus que optavam por permanecer na Europa. O judeu imigrante na Palestina era vigoroso, corajoso, orientado para o futuro, disposto a construir algo novo na antiga “Terra de Israel”. Já o judeu da Europa, o “judeu do gueto”, estava preso a ranços do passado, ligado a tradições supersticiosas e era um indivíduo resignado com sua situação.

Essa última oposição era associada a uma identidade norte-americana que se queria valorizar. O sionista era igual ao americano, que vencida a natureza da Palestina para erigir um corpo político renovado, enquanto o judeu do exílio era semelhante aos outros grupos humanos europeus. Do mesmo modo, assim como os norte-americanos deixaram a Europa para criar algo melhor na América, também os sionistas se dirigiam para a Palestina para criar um novo lar e um novo homem. E, dessa forma, a Palestina judaica seria uma “Pequena América no Oriente”, uma irrupção do Ocidente moderno no Oriente atrasado e a construção de uma entidade política similar à constituição dos Estados Unidos como país.

Assim, foi por meio da mobilização de representações dos árabes e dos sionistas, bem como por meio da afirmação e reafirmação de uma determinada identidade norte-americana, que sionistas e pró-sionistas nos Estados Unidos elaboraram seu discurso político.

Algo que deve ser destacado é que tais representações foram muito presentes nos cinco veículos de comunicação pesquisados na década de 1930, quando a proposta de erigir um Estado judeu não era tão proeminente quanto na década de 1940. Com exceção de uma

primeira proposta de partilha da Palestina, em 1937, o que mais se destacava na imprensa norte-americana analisada era o conjunto de elogios ao sionismo *como ideia*, isto é, o esforço de colonização e “reconstrução” da “Terra Santa”, um lugar simbólico que havia sido deixado em “ruínas” pelos árabes e turcos, povos “orientais” que desconheciam ou repudiavam os “progressos científicos ocidentais”. Segundo esse ponto de vista, os sionistas faziam um trabalho louvável, ao retirar a Palestina de séculos de abandono e elevá-la ao lugar de relevo que possuía simbolicamente no Ocidente. Nesse momento, o sionismo político, isto é, o projeto de erigir um Estado judeu na Palestina, era algo menos debatido.

No entanto, à medida que os massacres nazistas se tornaram conhecidos e o Holocausto foi apresentado com toda sua intensidade, a noção da necessidade de um Estado para os judeus começou a ter proeminência nos debates. Na verdade, diante das atrocidades nazistas, a solidariedade aos judeus cresceu enormemente entre vários grupos sociais. Com isso, surgiram na imprensa intensos debates sobre as ações mais adequadas para ajudar os judeus: na década de 1930, a discussão referia-se ao que fazer a respeito dos refugiados judeus que estavam sendo perseguidos na Alemanha e nas áreas ocupadas pelos nazistas; durante a Segunda Grande Guerra, sobre como resgatar os judeus que estavam sendo massacrados nos campos de concentração; e no pós-guerra, sobre o que fazer com os sobreviventes judeus que permaneceram em campos de refugiados sob o título de *Displaced Persons* – DPs. Diante das sucessivas situações às quais os judeus europeus foram submetidos, a Palestina foi alçada, respectivamente, à condição de refúgio, de salvamento e de renascimento para os judeus. Por fim, muitos passaram a defender que somente vivendo em um Estado próprio os judeus estariam protegidos de um novo Holocausto.

Portanto, diante desse conjunto de representações, valores e marcos identitários, algumas conclusões, relacionadas às hipóteses apresentadas no início da pesquisa, podem ser apresentadas. Diante da necessidade de construir um “porto seguro” para os judeus, ou seja, uma entidade política que se constituísse como um lugar onde os judeus estariam livres de perseguições, naquele momento e no futuro, emergiu um discurso político pró-sionista que recorreu a elementos culturais bastante presentes na sociedade norte-americana: **a)** a percepção do estabelecimento dos judeus na Palestina como um empreendimento similar à construção dos Estados Unidos como país; e **b)** a visão dos árabes como um povo atrasado, avesso à civilização e que era um entrave ao (necessário) progresso da Palestina.

No entanto, um dos aspectos dessa linha de raciocínio não pôde ser confirmado. Uma das minhas hipóteses era a de que muitos norte-americanos apoiaram a criação de um Estado

judeu por verem na reunião dos judeus na Palestina o cumprimento de profecias bíblicas e que promoveria a segunda vinda do Messias. Diante do *corpus* documental selecionado, a busca pela confirmação dessa hipótese foi abandonada. Ao longo da pesquisa, percebi que não seria possível avaliar se muitos norte-americanos pensavam dessa maneira. Desse modo, reorientei minha procura. Na leitura das fontes, busquei analisar os argumentos dos grupos religiosos cristãos em defesa do sionismo.

Assim, o que pude apreender é que o fundamento religioso, centro da crença de muitos cristãos com inspirações messiânicas, não era utilizado em discursos públicos em defesa do Estado judeu nem em cartas enviadas para pressionar o Presidente Truman. O argumento religioso foi mais complexo: indicava que a Palestina era importante, sob o ponto de vista religioso, para o “povo americano”. Por isso, os sionistas faziam um esplêndido trabalho ao reconstruí-la e ao torná-la acessível para os cristãos de todo o mundo. Por mais que possamos especular que muitos cristãos pensavam em termos messiânicos, seus argumentos no espaço público se fundamentavam em uma defesa do “progresso” e da “reconstrução” da “Terra Santa”.

Dessa forma, o discurso se fundava não em elementos religiosos *stricto sensu*, mas em uma atitude diante do mundo vista como construtiva e progressista. Os sionistas não deveriam ser defendidos por serem judeus, mas por serem o vetor de modernidade da Palestina. Em muitas ocasiões, o sionismo foi até mesmo descolado do judaísmo, para ser apresentado como um movimento modernizador e civilizador, que promoveria a reabilitação de uma terra simbólica. Assim, a defesa do sionismo, mesmo entre importantes organizações cristãs, não se fazia por meio de referências à concretização da segunda vinda do Messias, mas como o empreendimento de reconstrução de uma terra extremamente importante no imaginário de muitos grupos nos Estados Unidos.

Diante disso, os discursos que louvavam o trabalho sionista também apresentavam os cristãos árabes de forma negativa, por não darem o devido valor ao solo em que pisavam. Os árabes cristãos eram vistos como parte de uma sociedade atrasada e primitiva, que habitava a Palestina há gerações, mas não agiam para modernizá-la. Descrições negativas dos “cristãos orientais” foram frequentes, afirmando que os árabes praticavam uma forma “primitiva” de cristianismo, inferior ao cristianismo ocidental, modernizado e evoluído.

Nesse sentido, outro ponto merece ser considerado: a noção de “raça”. A diferenciação dos judeus sionistas em relação aos judeus tradicionais (assim como em relação aos árabes e a outros grupos humanos) nos permite perceber que a defesa do sionismo não se pautava na

percepção de que os sionistas faziam parte de uma raça superior, mas na visão de que possuíam uma atitude ativa e construtiva no mundo. Com efeito, nas décadas de 1930 e 1940, a visão de que a “raça” era uma categoria a diferenciar seres humanos não desapareceu, mas estava sendo desafiada por diversos grupos políticos norte-americanos. Porém, mesmo entre aqueles que pensavam em critérios raciais, os sionistas eram dignos de louvor porque demonstravam que apesar de serem membros de uma “raça” habituada ao ambiente urbano, conseguiam transformar a paisagem rural da Palestina por meio de seu trabalho árduo e do uso de técnicas científicas na agricultura.

Todo esse conjunto de representações foi mobilizado em um período em que o projeto de Estado judeu não era tão proeminente. Mas durante a Segunda Grande Guerra, a questão política começou a figurar, com cada vez maior frequência, em diversos discursos pró-sionistas. Isso se aprofundou por conta das resoluções sionistas advogando um Estado judeu na Palestina, aprovadas em 1942 e 1943. Com isso, o centro do debate passou a ser o sionismo político, embora muitos ainda rechasassem a ideia de Estado e se focassem exclusivamente no projeto de colonização.

O interessante a notar é que, embora as avaliações positivas sobre a ideia sionista muitas vezes colidissem com a defesa do sionismo político, foram esses mesmos elementos de louvor que propiciaram um repertório já conhecido para ser trabalhado politicamente pelos sionistas no pós-guerra. As representações de árabes e sionistas eram apresentadas de forma tão naturalizada que se tornou um lugar-comum quase inquestionável nos debates públicos.

Por outro lado, o sionismo foi beneficiado por outras formas de representação e de percepção de mundo presentes nos Estados Unidos. No pós-Segunda Guerra, diante de novos elementos de discussão, surgiram outras formas dicotômicas de apresentar os atores envolvidos, que não haviam sido cogitadas no momento da formulação de minhas hipóteses.

Uma oposição muito difundida foi a que criou diferentes características de atuação política dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha no mundo, em especial no Oriente Médio. Segundo esse ponto de vista, os norte-americanos eram desinteressados benfeitores na região, enquanto os britânicos agiam segundo desígnios imperialistas. E, segundo esses discursos, tal diferenciação era mais proeminente no tocante à Questão da Palestina.

Ainda mais sofisticados foram os discursos que opunham a “opinião pública” norte-americana e britânica aos especialistas de política externa em Washington e Londres. Segundo essa interpretação, todas as propostas antagônicas ao sionismo eram decorrentes de interesses

egoístas e desumanos, não condizentes com a atuação que viam como mais adequada na política internacional, guiada pela moralidade, pelo humanitarismo e pela legalidade.

Tais dicotomias não foram apenas discursos secundários, desprovidos de força simbólica e política. Foram muito importantes no debate político. Quando chegou o momento de decidir politicamente como o governo dos Estados Unidos deveria se portar em relação à Questão da Palestina, tais elementos foram mobilizados para defender ações políticas concretas. Eram elementos culturais que tocavam em aspectos vistos por variados grupos nos Estados Unidos como fundamentais para sua identidade e como o cerne de sua americanidade.

Assim, as dificuldades às quais o Presidente Truman foi exposto eram enormes. Após vários anos que o sionismo circulava no debate político norte-americano, especialmente nos últimos anos do governo Roosevelt, coube a Harry Truman decidir se os Estados Unidos deveriam apoiar a criação de um Estado judeu e reconhecer o Estado de Israel, quando fundado.

Como vimos, foi uma decisão extremamente difícil, diante das divergências políticas no interior do seu governo e do debate cada vez mais acalorado com a opinião pública, entre 1945 e 1948. Diante de todos os embates apresentados, podemos afirmar que uma das hipóteses desse estudo pôde ser confirmada – a pressão de variados grupos sociais e políticos desempenhou um papel significativo na decisão de Truman. Embora Truman sofresse pressão dos estrategistas e diplomatas em atuação no Oriente Médio, ele se tornou, gradativamente, um apoiador do Estado judeu, em grande parte, porque não poderia fechar os olhos à imensa pressão vinda de indivíduos e grupos diversos, de organizações da sociedade civil e de Congressistas.

Toda essa pressão, por sua vez, criou efeitos eleitorais para Truman. Sua candidatura nas eleições de 1948 ficou ameaçada diante de suas ambiguidades e hesitações. Porém, não por conta do “voto judeu”, mas porque variados grupos e organizações, assim como Congressistas (Republicanos e Democratas igualmente), fizeram intensa pressão sobre o presidente e começaram a questionar sua capacidade de liderar os Estados Unidos em um momento extremamente sensível na política internacional.

Tal dinâmica política nos demonstra a complexidade do processo decisório da política externa nos Estados Unidos. Apesar da existência de instituições e profissionais capacitados para pensar a política internacional norte-americana, esses atores podem, em conjunturas específicas, ser desafiados e derrotados pela atuação incisiva de grupos sociais capazes de se articularem com o objetivo de direcionar a política externa. Isso nos faz perceber, de forma

contundente, a ingerência da política interna na política externa, algo, que, no passado, não recebia a devida atenção dos historiadores.

Além disso, nos permite apreender também que, ao contrário de uma interpretação que foi hegemônica entre historiadores no passado, a política externa norte-americana não foi dominada de maneira absoluta por fatores econômicos ou pela ingerência das corporações empresariais. Na verdade, segundo os critérios econômicos do período, especialmente quanto às concessões de petróleo no Oriente Médio, os Estados Unidos deveriam ser defensores do *status quo*, isto é, apoiar os árabes e buscar lidar com o problema dos DP's judeus de forma diferente. Como pudemos perceber, todo o processo foi muito mais complexo.

Por outro lado, como vimos, a pressão da sociedade se fez por meio de discursos eivados de elementos culturais de longa duração. Os discursos pró-sionistas buscaram a empatia de grandes segmentos da população norte-americana. Nesse sentido, a eficácia da organização política sionista nos Estados Unidos foi crucial, o que permitiu que o sionismo fosse visto como algo positivo por variados segmentos da sociedade norte-americana. No entanto, a propaganda sionista só foi bem sucedida porque soube se articular a representações que já estavam presentes antes mesmo do movimento político sionista ter sido fundado oficialmente em 1897.

Como vimos, elementos presentes desde o século XIX em várias representações da Palestina e dos árabes, produzidas por viajantes e missionários norte-americanos no Oriente Médio, foram mobilizadas nas décadas de 1930 e 1940 e tomadas como “naturais”, imutáveis e a-históricas. Os sionistas não criaram tais representações, mas reelaboraram muitas delas e as inseriram em discursos utilizados para fundamentar um objetivo político bem definido.

Com isso, entendo ser plausível afirmar que elementos culturais difundidos na sociedade norte-americana contribuíram para o apoio ao sionismo no país. Evidentemente, a cultura não determinou a tomada de posição, mas influenciou, foi posta no debate, serviu de base para discursos políticos e para defesa de ações políticas concretas.

\* \* \*

Como acontece em qualquer pesquisa, muitos aspectos não foram contemplados em minha investigação. As representações de árabes e sionistas foram analisadas com o objetivo de apreender a presença de elementos culturais no debate político norte-americano quanto à Questão da Palestina. Ou seja, minha pesquisa foi centrada na análise da mobilização de

traços culturais em discursos e avaliações especificamente nos Estados Unidos, com o intuito de verificar como foram articulados às discussões sobre a política externa do Presidente Harry Truman. Diante disso, não foi meu objetivo verificar como tais representações eram vistas ou recebidas pelos atores em conflito na Palestina.

Também não foi objetivo desse estudo julgar a veracidade de tais representações, ou seja, se tais representações correspondiam à “verdade”. Não foi uma pesquisa com o objetivo de verificar se havia correspondência do discurso à “realidade”.

Contudo, guiado por considerações teóricas que devem muito à perspectiva dos estudos pós-coloniais, entendo que as representações centradas em oposições binárias (entre árabes e sionistas, entre norte-americanos e britânicos, entre judeus sionistas e judeus tradicionais) são reducionistas, pois etnocêntricas. Tendem a essencializar os grupos em pauta, não considerando as interações, as hibridizações e os fenômenos de transculturação. Em meu entendimento, tais oposições binárias empobrecem as análises desses grupos humanos, formando um quadro explicativo que negligencia a diversidade e a complexidade. Desse modo, um estudo sobre essas sociedades deve partir do princípio de sua heterogeneidade.

Portanto, não posso deixar de afirmar que esta pesquisa teve um objetivo que extrapola os muros da universidade. Meu ponto de partida foi analisar meu objeto tendo em vista problemas muito atuais. Evidentemente, não pretendi realizar uma pesquisa me colocando acriticamente no presente. Tampouco traçar uma linha contínua das décadas de 1930 e 1940 até o século XXI. Como mencionado anteriormente, devemos abordar o período estudado segundo as condições de possibilidade *daquele momento*. Contudo, como historiadores, não podemos nos afirmar neutros e alegar que nossos objetivos de pesquisa estão fora da dinâmica política em que vivemos.

Assim, esta pesquisa também deve seu início à percepção de que ainda é muito comum um discurso político-ideológico em que a diferença é marcada com o estigma da inferioridade. O “Outro”, em diversas circunstâncias, ainda é visto como ameaçador ou como alguém a ser enfrentado e vencido.

Ainda hoje, vemos os árabes serem apresentados como exóticos, não-civilizados, bárbaros e inferiores. Já os muçulmanos são apontados como fanáticos, que seguem uma religião violenta e que desejam limpar o mundo dos “infiéis”. Vivemos em um período em que muitos acreditam que há um “choque de civilizações” entre o “Islã” e o “Ocidente”, como se os termos “Islã” e “Ocidente” conseguissem dar conta de uma enorme diversidade e

heterogeneidade das sociedades de maioria muçulmana e das sociedades que se veem como ocidentais. Tal percepção se aprofundou com o 11 de setembro, em que um pequeno grupo de radicais que seguem uma vertente extremista do Islã foi tomado como representativo de todos os muçulmanos. Nesse âmbito, o “Islã” é apresentado como uma religião que fomenta o “terrorismo”, termo mobilizado com extrema frequência, mas pouco discutido. Cabe a nós, acadêmicos e pensadores guiados por princípios humanistas, desconstruir esses estereótipos abstratos totalmente desligados da realidade de conjuntos humanos que, a não ser pelo fato de se identificarem como árabes e/ou muçulmanos, são extremamente distintos, variados e complexos. Nesse sentido, é importante um discurso historiográfico que se contraponha ao discurso da diferença como ameaça ou inferioridade.

Assim, entendo que pesquisas que se contraponham ao discurso maniqueísta são extremamente relevantes. No caso específico da Palestina, uma pesquisa relevante seria a análise da sociedade árabe palestina anterior à fundação do Estado de Israel, especialmente um estudo historiográfico que desafie o discurso dicotômico do progresso *versus* atraso. Uma análise que rompa com esquemas mecânicos de oposição e de normatização de comportamentos. Por outro lado, deve ser um estudo que não idealize a sociedade palestina fazendo referências a uma suposta “Era de Ouro” perdida, em que a dicotomia “civilização *versus* atraso” seja substituída pela “oprimido *versus* opressor”. Deve ser um estudo que tenha como pressuposto a análise dessa sociedade a partir de sua vivência efetiva, de sua complexidade, de sua humanidade, sem recorrer a esquemas explicativos abstratos dados *a priori*.

Diante disso, sigo a proposta de Edward Said (2007, p. 435), quando ele diz que o pesquisador precisa “ter sensibilidade direta ao material à sua frente” e que deve fazer “uma tentativa constante de manter sua obra permeável ao material, e não a um conceito doutrinário”. Isto é, devemos estudar os grupos humanos por meio de um diálogo empírico com as fontes que nos remetem a eles, e não recorrer a um quadro de referência generalizante que busque enquadrar a realidade das sociedades em um esquema definido de antemão, como supõem as noções de “Islã”, “Oriente” e “Ocidente”.

Quanto à relevância política de uma mudança de percepção, deve ser ressaltado que o conflito na Palestina permanece. Quase diariamente, ainda vemos notícias de um conflito entre um Estado estabelecido e grupos humanos vivendo em territórios que ainda não possuem soberania, autonomia política nem liberdade de movimento. E em um ambiente extremamente conflituoso, visões estereotipadas do “Outro” ainda desempenham um papel.

Tanto de israelenses em relação aos palestinos, quanto de palestinos em relação aos israelenses. Com essa falta de compreensão, as hostilidades são exacerbadas, o que dificulta o entendimento entre as partes e impossibilita que haja uma aproximação entre os lados e uma verdadeira e justa resolução do conflito. O primeiro passo, assim, é uma mudança de percepção de quem está “do outro lado”.

Portanto, estudos que demonstrem dinâmicas políticas em que os atores façam uso de estereótipos e de representações essencializantes podem servir de antídotos para nossas atuações públicas, ao nos levarem a questionar esquemas abstratos de classificação de seres humanos. Com isso, tais estudos podem contribuir para uma visão pluralista das sociedades humanas, em que haja respeito às diferenças e que permita a coexistência entre grupos distintos, que, embora possam ser diferentes em suas culturas ou modos de vida, são iguais em sua humanidade e têm de ser respeitados. Recorrendo novamente a Edward Said (2007, p. 465), nossos estudos não devem pretender apagar as diferenças entre os grupos humanos, mas “questionar a noção de que a diferença implica hostilidade”.

Desse modo, esta pesquisa procurou demonstrar como estereótipos extremamente negativos e oposições binárias normatizadoras tiveram resultados nefastos para milhões de seres humanos. E isso não apenas em relação aos árabes palestinos, muitos dos quais tornaram-se refugiados em 1948. A Questão da Palestina não pode ser analisada sem percebermos o que o sionismo representou para os judeus europeus, no momento mais terrível e trágico da história judaica na Europa.

Nesse sentido, um estudo interessante seria a percepção dos efeitos do nazismo e do Holocausto em indivíduos e grupos judaicos (na Europa e nos Estados Unidos) que até então eram antissionistas. Seria relevante perceber a mudança de posição desses atores diante dos indizíveis sofrimentos aos quais os judeus na Europa foram submetidos. Assim, mais importante do que analisar as atitudes e estratégias dos líderes políticos sionistas, seria estudar como o sionismo se tornou um movimento maior, não restrito à cúpula das organizações sionistas e às suas principais figuras. Sobretudo, seria extremamente relevante analisar o que o sionismo representou para pessoas que até a ascensão do nazismo não eram ligadas, eram indiferentes ou mesmo eram contrárias à ideia de saírem da Europa para criar uma vida nova na Palestina.

Por outro lado, tal estudo não pode adotar uma abordagem determinista. A análise deve partir do princípio de que não houve uma ligação mecânica entre o nazismo e o sionismo. O movimento sionista foi apenas uma das respostas dadas pelos judeus às

perseguições que sofriram no século XIX e às perseguições que se iniciaram após a ascensão de Hitler. Seguindo pressupostos políticos e culturais distintos, outros indivíduos e grupos judeus, na Europa e nos Estados Unidos, buscaram respostas alternativas ao sionismo.

Diante disso, também seria um estudo interessante aprofundar as análises sobre as divergências entre os grupos judaicos norte-americanos quanto ao sionismo. Há um discurso muito difundido que diz que os “judeus americanos” foram os responsáveis pelas atitudes do governo Truman. Do mesmo modo, é dito que a comunidade judaica norte-americana estava unida em seu apoio ao sionismo. Como busquei demonstrar, havia organizações e grupos judaicos que, embora louvassem a colonização sionista na Palestina, repudiavam a noção de um Estado judeu ou negavam, veementemente, que os judeus fossem um povo ou uma nação. Como minha pesquisa apenas tangenciou esse tema, penso ser interessante que, no futuro, outras pesquisas possam aprofundar as análises sobre a dinâmica política interna à comunidade judaica norte-americana quanto ao sionismo.

Outra pesquisa interessante, no campo das Relações Internacionais, seria analisar como se deram as relações entre os países árabes e os Estados Unidos nos anos que se seguiram à fundação de Israel. Como meus objetivos de pesquisa se referiam ao processo que se encerrou em 15 de maio de 1948, não pude explorar essa dinâmica política. Seria um estudo relevante analisar os próximos anos do governo Truman, na busca de apreender quais foram suas atitudes diante da guerra sangrenta entre Israel e os países árabes em 1948-49 e diante do drama das centenas de milhares de pessoas que se tornaram os refugiados palestinos. Da mesma forma, seria interessante buscar compreender como, após os Estados Unidos serem o primeiro país a reconhecer Israel, os governantes árabes se posicionaram a respeito de Washington e como isso afetou as relações políticas, econômicas e culturais com os Estados Unidos nas décadas seguintes.

\* \* \*

Enfim, a presente pesquisa buscou analisar um aspecto da dinâmica política que, em muitas ocasiões, não recebe atenção, isto é, como elementos culturais são articulados a processos de tomada de decisão política. Evidentemente, não pretendi encerrar a discussão, mas levantar mais elementos para o debate. Minha intenção foi dar uma modesta contribuição para uma análise historiográfica que nos permita compreender melhor a atuação dos Estados Unidos no processo de criação do Estado de Israel.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

### DOCUMENTAÇÃO

FERREL, Robert (ed.). *Off the record: the private papers of Harry S. Truman*. New York: Harper & Row, Inc., 1980.

LIFE MAGAZINE. Chicago: Time Inc., 1936-1972. ISSN 0024-3019. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books/about/LIFE.html?id=N0EEAAAAMBAJ&redir\\_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/LIFE.html?id=N0EEAAAAMBAJ&redir_esc=y)>. Acesso em: mar. 2011- dez. 2012.

HARRY S. TRUMAN LIBRARY AND MUSEUM. Disponível em: <<http://www.trumanlibrary.org>>. Acesso em: mar. 2011- dez. 2012.

NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE. Washington: National Geographic Society.

THE AMERICAN Presidency Project. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu>> Acesso em: mar. 2011- dez. 2012.

THE CHRISTIAN SCIENCE MONITOR. In: Historical Archives, By Proquest Archiver. Michigan: ProQuest LCC/Cambridge Information Group. Disponível em: <[http://pqasb.pqarchiver.com/csmonitor\\_historic/advancedsearch.html](http://pqasb.pqarchiver.com/csmonitor_historic/advancedsearch.html)> Acesso em: mar. 2011- dez. 2012.

THE NEW YORK TIMES ARTICLE ARCHIVE. New York: The New York Times Company, 1853-1980. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/ref/membercenter/nytarchive.html>>. Acesso em: mar. 2011- dez. 2012.

TIME MAGAZINE. New York/Chicago: Time Inc, 1923-. ISSN 0040-781X. Disponível em: <<http://www.time.com/time>>. Acesso em: mar. 2011- dez. 2011.

TRUMAN, Harry. *Years of trial and hope*: vol. II, 1956. Disponível em: <<http://archive.org/details/yearsoftrialandh000234mbp>> Acesso em: mar. 2011- dez. 2012.

UNIVERSITY OF WISCONSIN DIGITAL COLLECTIONS – UWDC. *FRUS – Foreign Relations of United States*, 1861-1960. Disponível em: <<http://uwdc.library.wisc.edu/collections/FRUS>>. Acesso em: mar. 2011- dez. 2012.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABZUG, Robert H. *Inside the vicious heart: Americans and the liberation of Nazi concentration camps*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

AHMED, Hisham. Roots of denial: American stand on Palestinian self-determination from the Balfour Declaration to World War Two. In: SULEIMAN, Michael (ed.) *U.S. policy on Palestine: from Wilson to Clinton*. Normal, Illinois: Association of Arab-American University Graduates, Inc., 1995, p. 27-57.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Cecília da S. A santificação pelas obras: experiências do protestantismo nos EUA. *Revista Tempo*, vol. 6, no. 11, 2001, pp. 111-29.

BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: LASK, Tomke (org.). *O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000, p. 107-39.

BAUGHMAN, James L. *Henry R. Luce and the rise of the American news media*. Boston: Twayne Publishers, 1987.

\_\_\_\_\_. *Time Magazine*. In: VAUGHN, Stephen. *Encyclopedia of American journalism*. New York: Taylor & Francis Group, 2008, p. 537-9.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 185-211.

BENDOR, Jonathan; MOE, Terry M. An adaptive model of bureaucratic politics. In: *The American Political Science Review*, vol. 79, nº 3, September, 1985, p. 755-74.

BENSON, Michael T. *Harry Truman and the founding of Israel*. Westport: Praeger Publishers, 1997.

BERMAN, Aaron. *Nazism, the Jews, and American Zionism (1933-1948)*. Detroit: Wayne University Press, 1990.

BLANCHETE, Thaddeus G. *Cidadãos e selvagens: Antropologia Aplicada e Administração Indígena nos Estados Unidos (1880-1940)*. 2006. 552f. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRINKLEY, Alan. Culture and politics in the Great Depression. *The twentieth-century Charles Edmondson Historical Lectures*. Baylor University, Waco, Texas, March, 18 & 19. Waco: Markham Press Fund, 1999.

BRONSON, Rachel. *Thicker than oil: American's uneasy partnership with Saudi Arabia*. New York: Oxford University Press, 2006.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise (1919-1939)*. Brasília: Editora UnB, 2000.

CHAMBERS, Clarke. The belief in progress in twentieth-century America. In: *Journal of the History of Ideas*, vol. 19, n° 2, abr. 1958, p. 197-224.

CHRISTISON, Kathleen. *Perceptions of Palestine: their influence on U.S. Middle East policy*. Berkeley: University of California Press, 1999.

COHEN, Bernard. Public opinion and policy maker. In: SMALL, Melvin (ed.). *Public Opinion and historians: interdisciplinary perspectives*. Detroit: Wayne State University Press, 1970, p.65-80.

COHEN, Michael J. William Eddy, the oil lobby and the Palestine Problem. In: *Middle Eastern Studies*, vol. 30, n. 1. Taylor & Francis, Ltd., 1994, p. 166-80.

COSTIGLIOLA, Frank; PATTERSON, Tomas. Defining and doing the History of United States foreign policy: a primer. In: HOGAN, M.; PATERSON T. *Explaining the history of American foreign relations*, 2<sup>nd</sup> Edition. Cambridge, Cambridge University Press, 2004, p. 10-34.

CRUZ; Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: *Projeto História*, n° 35. São Paulo, dez. 2007, p. 253-70.

DANIELS, Roger. Incarcerating Japanese Americans. In: *OAH Magazine History*, vol. 16, n° 3, World War II Homefront, Spring, 2002, p. 19-23.

DAVIDSON, Lawrence. *America's Palestine: popular and official perceptions from Balfour to Israeli statehood*. Gainesville: University Press of Florida, 2001.

\_\_\_\_\_. Christian Zionism as a representation of American Manifest Destiny. In: *Middle East Critique*, Volume 14, Issue 2, 2005, Pages 157 – 169. Disponível em: <<http://www.christianzionism.org/Article/Davidson01.pdf>> Acesso em: 5 ago. 2010.

DIGGINS, John Patrick. A teoria e a fundação da América. In: BERLOWITZ, Leslie; DONOGHUE, Denis; MENAND, Louis (org.). *América em Teoria*. Tradução de Márcio Cavalcanti de Brito Gomes. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1993, p. 3-23.

DINER, Hasia. *Jews of the United States (1654-2000)*. Los Angeles: University of California Press, 2004.

EDDY, William. *FDR meets Ibn Saud*. Washington: American-Mideast Educational & Training Services, 1954. Disponível em: <[http://www.social-sciences-and-humanities.com/pdf/FDR\\_Meets\\_Ibn\\_Saud.pdf](http://www.social-sciences-and-humanities.com/pdf/FDR_Meets_Ibn_Saud.pdf)> Acesso em: 19 jan. 2013.

EHRMAN, John. *The Rise of Neoconservatism: Intellectuals and Foreign Affairs (1945-1994)*. London: Yale University Press, 1996.

EVEN-ZOHAR, Itamar. O surgimento de uma cultura hebraica nativa na Palestina. In: *Cadernos de Cultura e Língua Hebraica*, n. 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação de Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas – FFLCH – USP. São Paulo, 1998, p. 13-32.

EVENSEN, Bruce J. Christian Science Monitor. In: VAUGHN, Stephen. *Encyclopedia of American journalism*. New York: Taylor & Francis Group, 2008, p. 99-100.

\_\_\_\_\_. New York Times. In: VAUGHN, Stephen. *Encyclopedia of American journalism*. New York: Taylor & Francis Group, 2008, p. 338-40.

\_\_\_\_\_. *Truman, Palestine and the Press: shaping conventional wisdom at the beginning of the Cold War*. New York: Greenwood Press, 1992.

FERGUSON, Thomas. Industrial conflict and the coming of the New Deal: the triumph of multinational liberalism in America. In: FRASER, Steve; GERSTLE, Gary (ed.) *The rise and fall of the New Deal order, 1930-1980*. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1989, p. 3-30.

FOLEY, Michael. *American credo: the place of ideas in US politics*. New York: Oxford University Press, 2007.

FRASER, Steve. The 'Labor Question'. In: FRASER, Steve; GERSTLE, Gary (ed.) *The rise and fall of the New Deal order, 1930-1980*. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1989, p. 55-84.

GERSTLE, Gary. *American Crucible: race and nation in the twentieth century*. Princeton/Oxford, Princeton University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *Working-class Americanism: the politics of labor in a textile city (1914-1960)*. New Jersey: Princeton University Press, 2002.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2006.

GOTTSCHALK, Stephen. *The emergence of Christian Science in American religious life*. Los Angeles: University of California Press, 1974.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HAHN, Peter L. *Caught in the Middle East: U.S. policy toward the Arab-Israeli conflict (1945-1961)*. Chapel Hill: University North Carolina Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *Historical Dictionaries of U.S. Diplomacy*, n. 5. Lanham, Maryland: Scarecrow Press, Inc., 2007.

HANSEN, Jonathan. True Americanism: Progressive Era intellectuals and the problem of liberal nationalism. In: KAZIN, Michael; McCARTIN, Joseph (ed.). *Americanism: new perspectives on the History do an ideal*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006, p. 73-89.

HARB, Sirène. Orientalism and the construction of the American identity in Abraham Mitrie Rihbany's *As Far Journey*. *MELUS*, vol. 33, n° 3. Multicultural and Multilingual aesthetics of resistance (Fall, 2008), p. 131-145.

HERZL, Theodor. *The Jewish State. Der Judenstaat* [1896]. Tradução para o inglês de Sylvie D'Avigdor. Mideastweb, 2002. Disponível em: <<http://www.mideastweb.org/jewishstate.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2012.

IRIYE, Akira. Culture and International History. In: HOGAN, M.; PATERSON T. *Explaining the history of American foreign relations*, 2<sup>nd</sup> Edition. Cambridge, Cambridge University Press, 2004, p. 241-56.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

JAFF, Amy Myers; ELASS, Jareer. *Saudi Aramco: national flagship with global responsibilities*. James A. Baker III Institute for Public Policy / Rice University, March 2007. Disponível em: <[http://www.bakerinstitute.org/programs/energy-forum/publications/docs/NOCs/Papers/NOC\\_SaudiAramco\\_Jaffe-Elass-revised.pdf](http://www.bakerinstitute.org/programs/energy-forum/publications/docs/NOCs/Papers/NOC_SaudiAramco_Jaffe-Elass-revised.pdf)> Acesso em: 22 jan. 2013.

JAYCOX, Faith. *The Progressive Era*. New York: Facts on File, Inc., 2005.

JUNGER, Richard. *New York Times vs U.S.* In: VAUGHN, Stephen. *Encyclopedia of American journalism*. New York: Taylor & Francis Group, 2008, p. 341-3.

KAZIN, Michael; McCARTIN, Joseph (ed.). *Americanism: new perspectives on the History do an ideal*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

KELLY, Alfred H. *Commentary 3*. In: Public opinion and policy maker. In: SMALL, Melvin (ed.). *Public Opinion and historians: interdisciplinary perspectives*. Detroit: Wayne State University Press, 1970, p.81-88.

KENNEDY, David M. *Freedom from fear: the American people in Depression and war, 1929-1945*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KIELY, Tom. Pentagon Papers: National Security and prior restraint. In: *Historia*, vol 20. Charleston: Eastern Illinois University, 2011, p. 138-53.

KOLSKY, Thomas. *Jews against Zionism: the American Council for Judaism (1942-1948)*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

KOTZIN, Daniel P. An attempt to Americanize the Yishuv: Judah L. Magnes in Mandatory Palestine. *Israel Studies*, vol. 5, n. 1, Spring 2000, p. 1-23.

LABORIE, Pierre. De l'opinion publique à l'imaginaire social. In : *Vingtième Siècle*. Revue d'histoire, No. 18. (Apr. - Jun., 1988), pp. 101-17.

\_\_\_\_\_. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília *et.al* (org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 79-97.

LAQUEUR, Walter. *A History of Zionism*. New York: Holt, Reinhart and Winston, Inc., 1972.

LAWSON, Fred H. The Truman Administration and the Palestinians. In: SULEIMAN, Michael (ed.) *U.S. policy on Palestine: from Wilson to Clinton*. Normal, Illinois: Association of Arab-American University Graduates, Inc., 1995, p. 59-80.

LEFF, Laurel. *Buried for the Times: the Holocaust and America's most important newspaper*. New York/Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. News of the Holocaust: why FDR didn't tell and the press didn't ask. *Hakira: a Journal of Jewish and Ethnic Studies*, vol. 2, 2006, p. 31-62.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LIMONCIC, Flávio. Liberalismo e contratação do trabalho nos Estados Unidos da Era Progressista. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos P. (org.). *Os intelectuais do antiliberalismo: projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. *Os inventores do New Deal: Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930*. 289f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

LITTLE, Douglas. *American Orientalism: the United States and the Middle East since 1945*. Chapel Hill: University North Carolina Press, 2002.

LUTZ, Catherine A.; COLLINS, Jane L. *Reading National Geographic*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Senise. *O mundo em desordem*, vol. 1: liberdade versus igualdade. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

MAKDISSI, Ussama Samir. *Artillery of Heaven: American missionaries and the failed conquest of the Middle East*. New York: Cornell University Press, 2008.

MART, Michelle. Constructing a universal ideal: anti-semitism, American Jews, and the founding of Israel. In: *Modern Judaism*, vol. 20, n. 2, May 2000, p. 181-208.

MASSOULIÉ, François. *Os conflitos do Oriente Médio*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

McALISTER, Melani. *Epic encounters: culture, media, and U.S. interests in the Middle East (1945-2000)*. Los Angeles: University of California Press, 2001.

McCALL, George. The Me and the Not-Me: positive and negatives poles of identity. In: BURKE, Peter; OWENS, Timothy; THOITS, Peggy (ed.). *Advances in identity theory and research*. New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers, 2003, p. 11-26.

MEDOFF, Rafael. *Militant Zionism in America: the rise and impact of the Jabotinsky movement in the United States (1926-1948)*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2002.

\_\_\_\_\_. Revisionist Zionism in America. In: NORWOOD, Stephen; POLLACK, Eunice (ed.). *Encyclopedia of American Jewish History*. Santa Barbara: AB-CLIO, 2008, p. 208-12.

MEDOFF, Rafael; WAXMAN, Chaim (org.). *Historical dictionary of Zionism*. Lanham: Scarecrow Press, 2008.

MERKLEY, Paul C. *The politics of Christian Zionism (1891-1948)*. Portland: Frank Cass Publishers, 1998.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 365-400.

MOORE, Deborah D. *B'nai B'rith and the challenge of ethnic leadership*. Albany: State University of New York Press, 1981.

NADEL, Stanley. Germans Jews in America. In: NORWOOD, Stephen; POLLACK, Eunice (ed.). *Encyclopedia of American Jewish History*. Santa Barbara: AB-CLIO, 2008, p. 24-36.

NAYAK, Meghana; MALONE Christopher. American Orientalism and American Exceptionalism: a critical rethinking of US hegemony. In: *International Studies Review*, vol. 11, issue 2, 2009, p. 253-76.

OLIVIERA, Leopoldo O. C. *O Sr. Máni, A. B. Yehoshua: considerações sobre a identidade judaico-israelense*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

\_\_\_\_\_. Teorias nacionalistas e nacionalismo(s) judaico(s). In: *Revista de Estudos Judaicos*. v. 4. Belo Horizonte, dez/2002, p. 189-199.

OREN, Michael. *Power, faith and fantasy: America in the Middle East, 1776 to the present*. New York/London: W. W. Norton and Company, 2007.

ORREN, Garry. Thinking about the press and government. In: LINSKY, Martin. *Impact: how the press affects federal policymaking*. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1986, p. 1-20.

PERRY, Elisabeth. The changing meanings of the Progressive Era. In: *OAH Magazine of History*, vol. 13, nº 3, The Progressive Era, 1999, p. 3-4.

RAIDER, Mark. *The emergency of American Zionism*. New York: New York University Press, 1998.

RADOSH, Allis; RADOSH, Ronald. *A safe haven: Harry S. Truman and the founding of Israel*. New York: Harper Collins Publisher, 2009.

REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (org.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.13-36.

ROSEMBLATT, Naomi. Orientalism in American popular culture. In: *Penn History Review*. Vol. 16, issue 2, Spring 2009, Berkeley Electronic Press, p. 51-63.

SAHEEN, Jack G. *Reel bad Arabs: how Hollywood vilifies a people*. New York: Olive Branch Press, 2001.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1978].

SALGADO NETO, Luiz. *Entre preocupações humanitárias e cálculos estratégicos: a ambiguidade dos Estados Unidos no processo de criação do Estado de Israel (1945-1948)*. 2010. 112f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SCALERCIO, Márcio. *Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

SCHLESINGER, JR, Arthur. *The Age of Roosevelt*, vol. II: the coming of the New Deal, 1933-1935. Boston/New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2003.

SCHMELZ, U.O. Population characteristics of Jerusalem and Hebron regions according to Ottoman census of 1905. In: GILBAR, Gad G. *Ottoman Palestine (1880-1914)*. Haifa: University of Haifa, 1990, pp. 15-67.

SCHUELLER, Malini Johar. *U.S. Orientalisms: race, nation, gender and literature, 1790-1890*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

SENKMAN, Leonardo. Los judíos y la construcción de la modernidad Latinoamericana: continuidad, discontinuidad, conflictos. Notas sobre el caso brasileño”. *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1998, nº3, p. 83-124.

SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro: Fissus Editora, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Editora Vozes, 2003, pp. 73-102.

SMALL, Melvin. *Democracy and diplomacy: the impact of domestic politics on U.S. foreign policy (1789-1994)*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: SMALL, Melvin (ed.). *Public Opinion and historians: interdisciplinary perspectives*. Detroit: Wayne State University Press, 1970, p. 13-32.

\_\_\_\_\_. Public Opinion. In: HOGAN, Michael; PATERSON, Thomas (eds.). *Explaining the history of American foreign relations*. 1<sup>st</sup> Edition. New York: Cambridge University Press, 1991, p. 165-71.

SNETSINGER, John. *Truman, the Jewish vote and the creation of Israel*. Stanford: Hoover Institute Press Stanford University, 1974.

SOIHET, Rachel. Introdução. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, apoio FAPERJ, 2003.

SORIN, Gerald. East European Jewish Immigration. In: NORWOOD, Stephen; POLLACK, Eunice (ed.). *Encyclopedia of American Jewish History*. Santa Barbara: AB-CLIO, 2008, p. 36-42.

SPIEGEL, Steven L. *The other Arab-Israeli conflict: making America's Middle East policy, from Truman to Reagan*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

STORK, Joe; ROSE, Sharon. Zionism and American Jewry. In: *Journal of Palestine Studies*. Vol. 3, n° 3 (Spring, 1974), p. 39-57.

STROUT, Lawrence N. *Covering McCarthyism: how the Christian Science Monitor handled Joseph R. McCarthy*. Greenwood Press, Westport, 1999.

SUSSMAN, Lance J. Reform Judaism. In: NORWOOD, Stephen H.; POLLACK, Eunice G. (ed.). *Encyclopedia of American Jewish History*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2008, p. 74-82.

TALESE, Gay. *The kingdom and the power: behind the scenes at The New York times, the institution that influences the world*. Cleveland: World Publishing, Inc., 1969.

TEEL, Leonard Ray. *The public press, 1900-1945: the history of American journalism*. Westport: Praeger Publishers, 2006.

THOMAS, Gordon; MORGAN-WITS, Max. *Voyage of the damned: a shocking true story of hope, betrayal and Nazi terror*. London: JR Books, 2009.

UROFSKY, Melvin. *American Zionism: from Herzl to the Holocaust*. 2nd Ed. Lincoln, Nebraska: University of Nebraska Press, 1995.

\_\_\_\_\_. American Zionism to the founding of the State of Israel. In: NORWOOD, Stephen; POLLACK, Eunice (ed.). *Encyclopedia of American Jewish History*. Santa Barbara: AB-CLIO, 2008, p. 203-8.

VIALS, Chris. The Popular Front in the American Century: "Life" Magazine, Margaret Bourke-White, and Consumer Realism, 1936-1941. *American Periodicals*, Vol. 16, No. 1, 2006, p. 74-102.

WINTZ, Cary D. (ed.). *African American political thought (1890-1930)*: Washington, Du Bois, Garvey, and Randolph. New York: M. E. Sharp, Inc., 1996.